

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Guilherme Kichel de Almeida

**“JOGANDO PELA ESQUERDA”: O FUTEBOL BRASILEIRO NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS *OPINIÃO* e *MOVIMENTO* (1975-1978)**

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre
2018

Guilherme Kichel de Almeida

“JOGANDO PELA ESQUERDA”: O FUTEBOL BRASILEIRO NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS *OPINIÃO* e *MOVIMENTO* (1975-1978)

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre
2018

Guilherme Kichel de Almeida

“JOGANDO PELA ESQUERDA”: O FUTEBOL BRASILEIRO NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS *OPINIÃO* e *MOVIMENTO* (1975-1978)

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Cesar Augusto Barcellos Guazzelli - (Orientador - UFRGS-RS)

Prof.º Dr.º Gerson Wasen Fraga - (UFFS-RS)

Prof.ª Dr.ª Janice Zarpellon Mazo - (UFRGS-RS)

Prof.º Dr.º Arlei Sander Damo - (UFRGS-RS)

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida , Guilherme Kichel de
"Jogando Pela Esquerda": o futebol brasileiro nas
páginas dos jornais Opinião e Movimento (1975-1978).
/ Guilherme Kichel de Almeida . -- 2018.
221 f.
Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Imprensa Alternativa . 2. Futebol. 3. Ditadura
Empresarial-Militar . 4. Movimento. 5. Opinião. I.
Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas tiveram importância na minha trajetória escolar e acadêmica. Não é exagerado dizer que sem elas nada disso seria possível.

Agradeço aos meus queridos pais, Claudete e Volmir, por terem, em todos os momentos, me ensinado, me ouvido e me apoiado mesmo diante de tantas incertezas. Ao meu irmão Augusto, por ter sido, sempre, meu parceiro. Aos meus padrinhos, Cissa e Huilker, pelo carinho e pela ajuda inestimáveis, assim como, minhas primas, Bianca e Fernanda pela companhia e pelo riso fácil.

Agradeço aos meus amigos e amigas por tornarem todos os momentos alegres e únicos. A lista é grande, então opto por não citar um por um, pois tenho certeza que eles e elas já sabem de todo o carinho que tenho por cada um desses seres humanos incríveis.

Nesse período de mestrado, faço questão de citar o cursinho, os estudantes e os colegas do Resgate Popular. Um viva a todo aprendizado e à Educação Popular.

Agradeço aos professores do Departamento de Pós-Graduação em História da UFRGS, sempre solícitos, atenciosos e com capacidade de instigar bons debates. Em especial, agradeço ao meu orientador, Cesar Barcellos Augusto Guazzelli, pela oportunidade e pelo auxílio de sempre,.

Por fim, agradeço à CAPES e todo o apoio financeiro que incentivou e permitiu o desenvolvimento da presente pesquisa.

Além dos já lembrados e citados, um salve a de todos que, de alguma forma, com uma palavra, um gesto ou uma conversa fizeram a diferença.

RESUMO

O presente trabalho propõe entender de que modo o futebol foi apresentado e interpretado pelos jornais alternativos *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981) entre os anos 1975 e 1978. Por ser um dos elementos definidores da identidade nacional brasileira, com grande capacidade de mobilização popular, o futebol apresenta-se como alvo de disputas políticas e culturais. Tendo em vista o contexto histórico da ditadura empresarial-militar, pretende-se compreender como setores da esquerda se posicionaram e interpretaram os significados do esporte mais popular do país num cenário de transformações tanto para a sociedade brasileira, com o início do processo de abertura política, quanto para o futebol brasileiro, com a eliminação da Copa do Mundo de 1974, questionamentos sobre o “estilo brasileiro” de se jogar futebol, além da influência institucional e ideológica do governo ditatorial. Para tanto, nos apoiamos nas contribuições teóricas dos autores Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, especialmente no papel da imprensa na sociedade moderna, e Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Marilena Chauí sobre a relevância da *nação* e da identidade nacional enquanto fenômeno histórico. A escolha dos referidos jornais como fonte e objeto de estudo se deu pelo fato dos mesmos integrarem parte da imprensa alternativa do período, que procurou colocar-se contra o governo ditatorial, questionando seu projeto de poder.

Palavras-Chave: Imprensa - Imprensa Alternativa – Opinião – Movimento - Futebol – Seleção Brasileira – Ditadura Empresarial-Militar.

ABSTRACT

This work proposes to understand how football was presented and interpreted by both the alternative newspapers *Opinião* (1972-1977) and *Movimento* (1975-1981) among the years 1975 and 1978. Being one of the defining elements of Brazilian national identity, with huge capacity for popular mobilization, football presents as a target of political and cultural disputes. Taking into account the historical context of the military-enterprise dictatorship, it is intended to understand how left sectors have positioned themselves and interpreted the meanings of the most popular sport in the country in a scenario of transformations both for Brazilian society, with the beginning of the process of political opening, as well as for Brazilian football, with the elimination in the 1974 World Cup, questions about the "Brazilian style" of playing football, as well as the institutional and ideological influence of the dictatorial government. For this purpose, we rely on the theoretical contributions of authors Antonio Gramsci and Pierre Bourdieu, especially on the role of the press in modern society, and Benedict Anderson, Eric Hobsbawm and Marilena Chauí on the relevance of the *nation* and national identity as a historical phenomenon. The choice of these newspapers as a source and as object of study was due to the fact that they were part of the alternative press of the period, which sought to put itself up against the dictatorial government, questioning its power project.

Keywords: Press – Alternative Press – Opinião – Movimento - Football – Brazilian Team – Military-Enterprise Dictatorship

Sumário

Introdução.....	10
<i>Futebol, nação e imprensa</i>	13
<i>Imprensa e Sociedade: o caso da imprensa alternativa</i>	22
<i>Fontes, Objetivos e Capítulos</i>	35
Capítulo 1: O cenário: ditadura, imprensa alternativa e futebol (1964-1978).....	41
1.1. – A imprensa alternativa do golpe ao início da Abertura (1964-1974).....	41
1.2 - A dinâmica da abertura política e a imprensa alternativa (1974-1978)	50
1.3 – <i>Opinião</i>	58
1.4 - <i>Movimento</i>	67
Capítulo 2 - <i>Opinião e Movimento: o futebol brasileiro em perspectiva (1975-1977)</i>.....	77
2.1 – Plínio Marcos: a reação do futebol romântico.....	79
segunda metade da década de 1960 e início da de 1970.	79
2.1.1 – <i>Povo e Nação</i> e a Influência do pensamento do ISEB nos anos 1960.	79
2.1.2 – Os anos 1960 e início dos 1970: o Romantismo Revolucionário.....	83
2.1.3 – Plínio Marcos, o repórter de um tempo mau.	92
2.1.4 – Plínio, o cronista esportivo romântico.....	98
2.2 O futebol em <i>Opinião</i>	112
2.2.1 – <i>Opinião</i> e a publicação de <i>O Futebol no Brasil</i> de Anatol Rosenfeld	113
2.2.2 – A “Crise Simbólica” do Futebol Brasileiro.....	122
2.3 - A Reação ao <i>Ethos</i> Autoritário	131
2.3.1 - O futebol como prática contestadora: o “atleta-cidadão”	132
2.3.2 - Paulo César Lima: rebeldia necessária	143
Capítulo 3: A Copa de 1978 em <i>Movimento</i>.....	150
3.1 - Reinaldo como tipo-ideal: o “craque cidadão”	151
3.2 – Plínio Marcos, “meia-volta, volver”.....	163
3.3 – Futebol, <i>ópio do povo</i> ?.....	174
3.3.1 – O futebol também é contestação.	178
3.3.2 – O debate sobre a Alienação.....	185
<i>Opinião</i>	185
<i>Movimento</i>	192
Considerações Finais.....	200
Referências.....	206

Introdução

A curiosidade que deu origem a essa pesquisa surgiu, entre outras razões, de querer questionar, querer ir além, em um dos assuntos mais discutidos no Brasil: o futebol. Apesar da grande quantidade de discursos produzidos sobre o tema, o esporte mais popular do país ainda carece de estudos que aprofundem sua compreensão enquanto fenômeno social. Dos tantos incômodos que essa escassez gera, está o fato de o futebol ser constantemente dissociado do campo político e, em algumas vezes, da própria sociedade em que está inserido. Situação que dificulta pensar e estimular a mudança do esporte em termos estruturais, permitindo que os mandatários de sempre retroalimentem seus próprios poderes. Assim sendo, devido à vontade de trazer o futebol para o âmbito político e social, que optei por pesquisar como a(s) esquerda(s) o entendiam. Outra expectativa, nessa dúvida inicial, era a de criticar a ideia de que os setores da esquerda, em boa parte, reduziram o futebol a instrumento de manipulação de massa, alienante.

Dentro desse cenário de indagações, cabia moldar o problema, especificá-lo, para, assim, transformá-lo num trabalho científico. Já com essa preocupação, orbitava cada vez mais em minhas leituras a Copa do Mundo de 1970 e os usos propagandísticos que o governo ditatorial fizera da campanha da Seleção e, claro, do futebol. Situação que, quase inevitavelmente, pelo próprio contexto que se vivia, gerou críticas da esquerda de forma geral (e de outros setores sociais), muitas vezes associando o futebol somente a sua faceta manipuladora. A pergunta sobre a qual comecei pensar mirava esse momento histórico, porém com outro olhar: será que toda a esquerda condenou o futebol durante a ditadura empresarial-militar¹ no Brasil? Foi, então, no meu trabalho de graduação, de 2013² que tive importante

¹ O conceito de “ditadura empresarial-militar” é utilizado de acordo com as considerações de Demian Bezerra de Melo em seu artigo: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*. Ano XIII, n.27, 2012/2, p.39-53. A ideia básica é de que o conceito de Ditadura “Civil-Militar” não identifica quais foram os setores sociais que realmente participaram do poder no período ditatorial, pois ao priorizar o termo “civil”, além de coadunar com a visão militar sobre a sociedade (que separa os militares dos civis) também peca pela generalidade ao não especificar quem foram, de fato, os beneficiados com o governo despótico e quem participou de seu comando e sustentação.

² ALMEIDA, Guilherme Kichel de. *Futebol, Imprensa Alternativa e Ditadura: a copa do mundo de 1974 nas páginas do jornal Opinião*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, 2013.

oportunidade de fazer essa delimitação, pesquisando num jornal brasileiro alternativo da época, como a Copa de 1974 apareceu em suas páginas. Devido aos bons resultados e também às dúvidas que as fontes e a pesquisa trouxeram, resolvi ampliar a pergunta, cobrindo um recorte temporal mais abrangente e utilizando um maior número de fontes. A pergunta central a ser respondida no presente trabalho, portanto, pode ser assim resumida: como os jornais alternativos e de esquerda *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981) apresentaram e interpretaram o assunto “futebol” em suas páginas durante o período 1975-1978?

Sobre o problema, alguns apontamentos são necessários. O principal deles é relativo a amplitude que ele pretende contemplar e que se explica por duas razões principais. A primeira é que por ter como objetos centrais tanto a imprensa alternativa como o futebol, ou mais propriamente, como o futebol brasileiro aparece em dois dos jornais da imprensa alternativa, o problema abrange a diversidade temática presente nos órgãos jornalísticos, que trazem, durante quatro anos de produção, diversas perspectivas sobre um mesmo tópico, no caso, o futebol. Já a segunda, remete a falta de bibliografia sobre o assunto, o que gera a necessidade de um trabalho de cunho mais exploratório do que um baseado e referendado por outras obras, sem as quais fica inviável embasar uma problemática mais específica. Essa maior flexibilidade, no entanto, não significa que a pesquisa terá um cunho meramente descritivo, de caráter acrítico. Desse modo, a proposta é poder indagar as fontes de acordo com os principais problemas, interpretações e visões que o futebol suscitava, naquela sociedade marcada pela ditadura entre os anos 1975-1978. Dessa maneira, de inicial amplitude, a pergunta ganhará especificidade no decorrer das próximas páginas.

A escassez de bibliografia, importante realçar, se expressa especificamente nos estudos sobre a relação entre imprensa de esquerda (alternativa, operária, partidária, etc.) e o futebol. Não intento esquecer ou desvalorizar importantes contribuições de diferentes autores e autoras que, nas disciplinas das humanidades, se dedicaram e se dedicam a estudar o futebol e/ou a imprensa. Em relação à pesquisa da história do futebol no Brasil, destaco que esta ainda é uma área em construção nas ciências humanas. A origem desse “preconceito com perfil teórico”³, pode ser encontrada na Escola de Frankfurt, principalmente com os autores Adorno e Horkheimer. Mesmo que não tivesse se debruçado especificamente sobre o futebol, essa linha de pensamento influenciou na classificação do esporte como o “ópio do povo”. Pesquisadores como Vinnai⁴ e Roberto Ramos⁵ analisam o esporte mais popular do mundo

³ DAMO, Arlei & OLIVEN, Ruben. *Fútbol y Cultura*. Bogotá: grupo editorial Norma, 2001, p.40.

⁴ VINNAI, Gerhard. *El Fútbol como Ideología*. Ciudad del México, Siglo Veintiuno. 1978.

sob o viés de sua instrumentalização pelas classes dominantes com o objetivo de controlar as classes dominadas, dando-lhes o “circo” para não criticarem a realidade a sua volta. Segundo Lovisolo⁶, essa perspectiva crítica dominou os conhecimentos sobre os esportes até a década de 1980.

No presente trabalho partirei da ideia de que o futebol é um fenômeno social mais complexo e que merece, portanto, uma análise mais cuidadosa e que faça jus a essa mesma complexidade. Essa forma de interpretação ganhou uma importante guinada, no Brasil, com a publicação, em 1982, do livro *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*⁷. Nele, o antropólogo Roberto DaMatta argumenta que o esporte deve ser estudado em conjunto com a sociedade e não em contraste com ela, por isso critica o uso da ideia do “ópio do povo” como guia para a pesquisa científica no caso desportivo. No mesmo livro, Luiz Felipe Flores e Arno Vogel corroboram com a orientação de DaMatta em não reduzir o futebol a instrumento de manipulação do bloco dominante. Além de, no caso do segundo, ter o mérito de utilizar a Copa do Mundo (de 1950 e de 1970) como ponto de observação para melhor entender a comunidade nacional brasileira.

Em relação ao período ditatorial, são poucas as obras que tiveram o futebol e a imprensa como objeto principal⁸. Euclides de Freitas Couto, por exemplo, com seu livro *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*⁹ aparece como relevante referência. O autor aprofunda a pesquisa sobre a relação entre futebol, política e sociedade no Brasil atravessando o recorte temporal em que o referido esporte se massifica e se solidifica como símbolo nacional brasileiro. No que concerne ao tempo da ditadura a obra se preocupa em estudar a interferência do governo no nosso futebol, especialmente na Copa de 1966 e a militarização e utilização propagandística na Copa de 1970, deixando as outras duas copas da década (1974 e 1978), de certa forma, em segundo plano. Do mesmo modo, identifica o fortalecimento de um *ethos* autoritário durante o período e que se expressava

⁵ RAMOS, Roberto. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁶ LOVISOLO, Hugo. Sociologia do esporte (futebol): conversões argumentativas. In: HELAL, Ronaldo. LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G.. *Futebol, Jornalismo e Ciências Sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.11-31.

⁷ DA MATTA, Roberto. BAETA NEVES, Luiz Felipe, GUEDES, Simoni Lahud e VOGEL, Arno. *O Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

⁸ Nessa temática, é indispensável citar o historiador Joel Rufino dos Santos, especialmente por seu pioneirismo. São dois os trabalhos que destaco: SANTOS, Joel Rufino dos. *História Política do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981 e SANTOS, Joel Rufino dos. Na CBD até papagaio bate continência. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.5, nov/1978, p.119-129.

⁹ COUTO, Euclides de Freitas. *Da Ditadura à Ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

também no futebol, especialmente na valorização do *futebol-força*, na militarização e na proliferação de técnicos e cartolas mais rígidos e “disciplinadores”. Destaco, ainda, a investigação da atuação de importantes personagens do mundo futebolístico (os jogadores Paulo César Lima¹⁰, Afonsinho¹¹ e Reinaldo¹²) como símbolos de rebeldia e de contestação ao governo. Para tanto, o autor utilizou a imprensa alternativa como fonte, porém em casos pontuais¹³ e não como referência metodológica de seu trabalho.

Os trabalhos supracitados, portanto, serão importantes para o diálogo do porvir, já que trazem questões e contribuições que perpassarão a presente pesquisa. Como ponto a ser destacado está perspectiva de que o futebol só pode ser entendido de forma conjunta à sociedade. Além desse, chamo a atenção para a relativa ausência do intervalo temporal 1975-1978 como delimitação cronológica¹⁴. Apesar de estar presente em alguns trabalhos, esse período, que compreende o pós-derrota da Copa de 1974 em conjunto com o início do processo de abertura política, ainda é um recorte a ser explorado.

Futebol, nação e imprensa.

Dos grandes e multiformes poderes que o futebol possui na sociedade contemporânea, um dos mais impressionantes é o seu poder de identificação. Durante o século XX, poucos esportes conseguiram mobilizar tantas pessoas como o “esporte bretão” o fizera. Entendê-lo é

¹⁰ Paulo César Lima ou Paulo César “Caju” é um ex-jogador brasileiro. Revelado pelo Botafogo na década de 1960, foi tricampeão com a Seleção Brasileira de 1970 e um dos jogadores de mais nome e talento, na Copa de 1974. De personalidade considerada “rebelde”, era também um jogador de opiniões fortes, especialmente em relação a seu estilo de vida e ao fato de se orgulhar de sua negritude. Por isso, sempre estava presente nas páginas dos jornais de sua época.

¹¹ Afonsinho foi o primeiro jogador brasileiro a conseguir, em 1971, o chamado “Passe Livre”, concessão legal para que escolhesse o clube em que iria jogar. Desde maio de 2012, o ex-jogador escreve semanalmente na revista *Carta Capital*.

¹² Reinaldo é um ex-jogador de futebol brasileiro. Revelado pelo Atlético Mineiro, na segunda metade da década de 1970. Despontou para o cenário nacional com grande desempenho nos campeonatos brasileiro de 1977 e 1978, sendo uma das principais esperanças para o time brasileiro na Copa de 1978. Além disso, era um jogador que fazia questão de marcar seus posicionamentos políticos contra a Ditadura em declarações e entrevistas. Não à toa, fazia questão de comemorar seus gols com o punho levantado, num ato de protesto e afirmação de sua negritude.

¹³ Por exemplo, na entrevista de Tostão ao jornal *O Pasquim* (p.216-222) e na matéria de capa de *Movimento* em que Reinaldo tem a oportunidade de falar sobre política e demonstrar suas ideias críticas ao regime (Couto, op.cit., p 222-249).

¹⁴ Além dos trabalhos que tratam mais especificamente do período ditatorial, outras contribuições relevantes merecem lembrança pois também fazem referência a esse recorte, embora de maneira mais geral. AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002; FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

também, desse modo, entender um pouco mais do século XX. Como aponta Hobsbawm¹⁵, poucas situações conseguem ilustrar tão bem o que comumente se entende por *nação* como os onze jogadores representando sua seleção em campo. Explicar esse apelo do futebol, a paixão das massas por seus clubes e, de forma diferente, por suas seleções, também só é possível a partir de sua historicização. Do inicial elitismo que possibilitava apenas às classes abastadas a sua prática, de acordo com a celebração do amadorismo, até sua progressiva massificação – no início do século XX na Inglaterra e em seu primeiro terço no Brasil – o futebol caminhou de forma conjunta, não sem contradições, com as transformações do mundo na primeira metade do século, especialmente no Ocidente: a relevância cada vez maior que ganhavam a nação e o nacionalismo em termos políticos e a já impossibilidade de descartar as “massas” como agentes políticos.

Nessa evolução histórica, é marcante a associação entre o futebol (e o esporte de maneira geral) e a política. Franco Júnior¹⁶ traz diversos exemplos de como o vínculo entre ambos pode atingir os mais diversos espectros e sistemas políticos, não permitindo que restrinjamos essa relação apenas aos regimes autoritários. No entanto, é inegável que o esporte foi e ainda é utilizado como meio de promoção de governos ditatoriais, seu poder de mobilização e apelo perante as “massas” o torna muito sedutor para quem pensa poder controlá-las.

Nesse aspecto, o exemplo da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) e sua relação com a seleção nacional chama a atenção. Após a Copa do Mundo de 1966 e o fraco desempenho da Seleção em gramados ingleses, por exemplo, foi criada a Comissão Seleccionadora Nacional (Cosená), uma estrutura esportiva inspirada na lógica militar e que se propunha como instituição que passaria a comandar a seleção brasileira. A partir de uma excursão desastrosa na Europa e a sequência de maus resultados, a Comissão naufragou no final do mesmo ano que fora criada, em 1968.

Após o fim da Cosená, João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) desde 1956, nomeou, no ano seguinte, João Saldanha para levar o escrete canarinho para a Copa do México, a ser realizada em 1970. Com as “feras” do treinador o

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p.197.

¹⁶ O autor traz um panorama histórico de momentos em que política e futebol partilharam algo em comum. Assim, cita os regimes fascistas de Franco, Mussolini e Salazar; a proximidade do futebol e Estado no regime soviético; as formas de resistência política. Entre outros exemplos, o historiador utiliza o nacionalismo como importante chave-explicativa para entender essa partilha. Ver: FRANCO JÚNIOR, op.cit., p.168-179.

time foi muito bem¹⁷, alcançando resultados importantes e jogando um futebol vistoso. Porém, ter um comunista como técnico em uma Copa tão estratégica para os militares representava um risco. Assim, através de inúmeras polêmicas, impulsionadas pela imprensa, a demissão do jornalista acabou se concretizando na primeira metade de 1970¹⁸.

Com Zagallo como o escolhido definitivo para o comando da Seleção, o time de Gérson, Tostão e Pelé embarcou para as terras mexicanas com alguma desconfiança. Porém, durante a competição, o desempenho da equipe mostrou-se melhor a cada jogo, exibindo um futebol de vigor físico e também de grande refino e beleza. Após vinte e dois dias e seis jogos, a taça Jules Rimet voltava para o Brasil, agora para ficar. O governo, já na presidência do ditador Emílio Médici, aproveitou a grande expectativa gerada e as vitórias para tentar conectar a conquista do tricampeonato ao momento político que o país vivia. Como aponta Fico¹⁹, foi através da criação da Assessoria Especiais de Relações Públicas (Aerp) que o governo militar institucionalizou a propaganda, atuando em diversas frentes, desde o lançamento de *jingles* e cartazes até propagandas televisas. A estratégia, inovadora para a época, seria a tentativa de conectar o regime a assuntos gerais e de aceitação universal, além do uso extensivo dos recursos audiovisuais. Um dos exemplos mais marcantes foi, então, a tentativa de apropriação do tricampeonato de 1970:

A propaganda embalou a seleção desde sua partida para o México. A marchinha “Pra frente Brasil” era tocada nas rádios, nos programas de televisão, nos desfiles militares e nas escolas. Os cartazes de propaganda do regime confundiam-se com o sucesso do escrete nacional. Na semana da Pátria o slogan era “Ninguém mais segura este país”. Nas repartições públicas, “Ontem, hoje, sempre, Brasil”. Nos intervalos comerciais das emissoras de rádio e televisão, “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro. E então o futuro chegou”.²⁰

Essa aproximação entre Seleção e governo também se expressou, já a partir de 1970²¹, no candente processo de militarização que a CBD passaria a sofrer. Nas Copas seguintes,

¹⁷ João Saldanha, ao assumir o comando da Seleção Brasileira, em 1969, fez questão de anunciar que formaria um time somente de “feras”, ou seja, primária pela qualidade técnica e o talento dos jogadores.

¹⁸ A curta trajetória de Saldanha a frente do escrete e sua polêmica demissão estão muito bem documentadas e narradas em sua biografia. Em linha gerais, é importante lembrar que ela teve pouco a ver, ao menos diretamente, com o fato de supostamente Saldanha enfrentar o governo de Médici. O desempenho da Seleção nos últimos jogos e a pressão da imprensa provavelmente são os principais motivos, ainda que seu passado e mesmo a atuação política não podem ser deixadas de lado. Ver: SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha: uma vida em jogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p.281-367.

¹⁹ FICO, Carlos.. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

²⁰ FRANCO JÚNIOR, op.cit., p.143.

²¹ Na Copa do mundo de 1970: “[...] a comissão técnica foi militarizada: o chefe da delegação era o brigadeiro Jerônimo Bastos, a segurança ficou a cargo do major Roberto Guarany, a supervisão com o capitão Cláudio Coutinho, a equipe de preparação física dirigida por Admildo Chirol e Carlos Alberto Parreira, era composta pelos capitães Kléber Camerino e Benefito José Bonetti, a preparação de goleiros entregue ao subtenente Raul Carlesso” (Franco Júnior, op.cit., p.142).

apesar da diminuição das utilizações publicitárias no futebol²², o pensamento militar-tecnocrata acabou se intensificando: em janeiro de 1975, o almirante Heleno Nunes assumiu o comando da CBD e em fevereiro de 1977, o militar Cláudio Coutinho passou a ser o treinador da Seleção²³. Sob seu comando, na Copa de 1978, na Argentina da *Junta Militar*, o time brasileiro teve uma participação decepcionante e cercada por polêmicas²⁴. Coutinho definiu a equipe brasileira, após o torneio, como a “campeã moral”²⁵, um dos epítetos mais conhecidos do mundo do futebol para explicar derrotas que seriam “injustas”.

Dentro do contexto sociopolítico já apresentado, o futebol brasileiro viveu uma importante fase de questionamentos entre 1974 e 1978. Quadriênio em que o Brasil perdeu duas Copas do Mundo após o triunfo do tricampeonato no México, em 1970. Sem Pelé e os principais craques, a seleção canarinho ficou aquém do esperado em 1974 e acabou sendo derrotada pela Holanda que apresentara um futebol bonito e eficiente. Segundo Gil²⁶ esse momento inaugurou uma crise simbólica do estilo nacional brasileiro (*futebol-arte*) em nome da europeização (*futebol-força*) como solução para as “deficiências” do nosso futebol que já não conseguia acompanhar as principais potências europeias²⁷. De forma similar, Helal²⁸ nota, no ano de 1974, o aumento das contestações à organização do futebol brasileiro em nível institucional e profissional. Fato que explicitaria as denúncias sobre a crise do futebol brasileiro após a derrota na Copa da Alemanha Ocidental.

²² No governo Geisel a utilização da Seleção para propaganda praticamente não existiu em razão da própria orientação de seu governo em relação à propaganda estatal. Ver: Fico, op.cit., p.104.

²³ Cláudio Coutinho, militar e preparador físico, esteve presente nas comissões técnicas nas Copas de 1970 e 1974. Assumiu o cargo de treinador da seleção brasileira em 1977 com a intenção de “modernizar” o futebol brasileiro baseando-se nos primados do “futebol-força”, pois após a derrota de 1974 necessitaríamos, segundo boa parte da crônica especializada, abandonar os preceitos do “futebol-arte” e aprimorar nosso futebol de acordo com o paradigma europeu. Ver: GIL, Gilson. O drama do “Futebol-arte”: o debate sobre a seleção nos anos 70. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9, n.25, 1994, p.100-109.

²⁴ A última partida do Brasil foi a vitória sobre a Polônia por 3x1. Porém, ainda restava esperar o resultado do jogo entre Argentina e Peru, sendo que os platinos teriam que vencer os peruanos por quatro gols de diferença se quisessem se classificar. O resultado de 6x0 a favor do selecionado de Kempes até hoje é contestado com acusações de que o Peru teria entregado o jogo.

²⁵ FRANCO JÚNIOR, op.cit., p.150.

²⁶ GIL op.cit., 1994.

²⁷ Basicamente a diferenciação entre os dois estilos seria caracterizada da seguinte forma: *futebol-força*: competitivo, eficiente, racional, coletivo, organizado; enquanto o *futebol-arte*: artístico, espetacular, individualista, habilidoso e intuitivo (DAMO, Arlei. Ah! Eu sou gaúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, nº23, 1999, p.87-117, p.91). Ainda sobre a discussão ver: LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J.G; Futebol: a construção histórica do estilo nacional. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G.. *Futebol, Jornalismo e Ciências Sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.33-51;GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. In: *Anos 90: revista do programa de pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.13, jul/2000, p.21-50. e ANTUNES, Fátima. “Com o brasileiro não há quem possa”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: editora UNESP, 2004.

²⁸ HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

O valor do futebol²⁹ e, mais especificamente, da Seleção para o regime, portanto, era significativo. Além de oficialmente se incluir na própria lógica de institucionalização do Estado autoritário através da CBD, simbolicamente o peso do esporte nacional era muito grande, especialmente nos momentos de Copa do Mundo. Desde pelo menos o torneio de 1938, é nesse momento que a nação brasileira pode ser visualizada e sentida de forma mais clara. O exemplo cabal da derrota de 1950, no Maracanã, ou na intensidade de Nelson Rodrigues, a “nossa Hiroshima” serve bem para simbolizar uma sociedade que queria afirmar-se como comunidade nacional e que teve grande frustração diante do gol inesquecível de Ghiggia. Depois de 20 anos, porém, o Brasil já era tricampeão e consolidado como o maior futebol mundo. Mesmo dentro de um contexto autoritário, de repressão e cerceamento de liberdades, o torneio de 1970, dentre tantas significações possíveis, também foi visto como o auge do *futebol-arte* e um orgulho para a nação brasileira, pois se via distinguida perante o mundo. Como define Gastaldo:

Em uma Copa do Mundo, os participantes não são meros times de futebol, mas “seleções nacionais”, uma espécie de “encarnação simbólica” de cada nação participante do evento. Assim, uma Copa do Mundo é muito mais do que um mero torneio de futebol: ela é uma chance de se colocar a própria nação em perspectiva comparada com o resto do mundo.³⁰

O torneio disputado de quatro em quatro anos, desse modo, é o ápice da conexão entre futebol e nação. Por esse motivo a importância dos conceitos de *nação* e *nacionalismo* para o trabalho. Sobre a definição do conceito de nação, partirei da já clássica acepção de Anderson: “[...] ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.”³¹. Ainda que o autor enfatize o aspecto e formação cultural da *nação*, ele reconhece a *comunidade* como *política* e que, portanto, só pode ser entendida através de sua vontade de soberania, expressada pela existência de um Estado. Esse é um importante elemento para o entendimento do conceito de *nacionalismo*. Para Ernerst Gellner, este se exprime por ser: “[...] essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”³². Dessa maneira, o *nacionalismo* caracteriza-se, sobretudo, por sua vontade política de formar um Estado

²⁹ Os usos políticos do futebol pelo governo também se fez sentir em outros momentos. São exemplos, a criação da Loteria Esportiva, em 1970, a taça sesquicentenário da independência, de 1972, a construção de estádios pelo país e o inchamento do campeonato nacional de clubes com fins eleitorais..

³⁰ GASTALDO, Édison. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras. In: GASTALDO, Édison, e GUEDES, Simoni L. (Org.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e Identidade Nacional*. Niterói: Intertexto, 2006, p.87-101, p. 93.

³¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.32.

³² GELLNER, Ernerst. *Nações e nacionalismos: trajectos*. Lisboa: Graíva, 1993, p.11.

soberano. Como salienta Hobsbawm, ao seguir a mesma linha do antropólogo francês, a nação:

[...] é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação [...] Em uma palavra, para os propósitos de análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.³³

À vista disso, a *comunidade imaginada* não existe *a priori*, pois ela só é possível a partir da ação do Estado moderno e do *nacionalismo*^{34,35}. Entre as funções do primeiro está a de construir o sentimento de pertencimento que permitirá às pessoas que nunca se conheceram verem-se e verem aos conterrâneos de seu país como próximas, unidas pelo senso de comunhão. Esse sentimento foi possível de ser disseminado e massificado no final do XIX e início do XX devido também ao que Hobsbawm³⁶ classificou como: “a invenção de tradições”. Segundo o autor, numa nova conjuntura histórica de composição dos Estados-nação europeus: “Grupos sociais, ambiente e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social e que estruturassem relações sociais.”³⁷

Ainda que se pretenda como *una* e harmônica, a nação engendra, em seu interior, como aponta Marilena Chauí, disputas *sobre* o seu significado, com a intenção de serem discursos *para* a nação, *da* nação e que pretendem *dizer* a nação. Numa definição que

³³ Hobsbawm, op.cit., p.18-19.

³⁴ A estruturação do Estado durante as revoluções francesas e o século XIX atuou como elemento fundamental na formação, primeiramente do “princípio de nacionalidade” e depois, em sua transformação, no “nacionalismo” do crepúsculo do século XIX. Através de sua expansão técnico-administrativa, o Estado chegou aos lugares mais afastados, por intermédio da polícia, dos impostos, das escolas públicas etc. (Hobsbawm, op.cit., 2013, p.115-118). A formação da “nação”, portanto, passa pela institucionalização crescente dos Estados e pelo fortalecimento do nacionalismo como um fator decisivo nas mobilizações de massa, no caso europeu entre o último quarto do século XIX e o início do XX e o no brasileiro especialmente a partir da “Revolução de 30” e o início da “Era Vargas”.

³⁵ A contribuição teórica de Hobsbawm, assim como de Ernest Gellner e Benedict Anderson, autores mencionados mais adiante diz respeito à formação histórica do Ocidente capitalista e que, portanto, servem à presente pesquisa. É digno de nota a crítica feita a essa concepção de nação, especialmente pelo movimento pós-colonial conhecido como “Estudos Subalternos”. Entre os principais questionamentos feitos por estes aos autores anteriormente citados está o eurocentrismo presente na concepção de “nação” defendida pelos mesmos. De forma geral, não unívoca, os “pensadores subalternos” defendem a valorização da formação histórica-cultural dos povos colonizados, em que a Índia surge como grande exemplo, como base para entender a “nação” de forma mais heterogênea, complexa e crítica à colonização ocidental/europeia. Ver: CHATTERJEE, Partha. *La Nación em Tiempo Heterogéneo y Outros Estudios Subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008; GÓES, Camila. *Existe um Pensamento Político Subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000*. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2014. e BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

³⁶ HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁷ *Ibid.*, p.271.

pretende levar em consideração essa diversidade de concepções, objetivos e conflitos, a nação:

[...] é prática sócio política, é um conjunto de relação *postas* pelas falas e pelas práticas sociais e políticas para as quais ela serve de suporte empírico (o território), imaginário (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólico (campo de significações culturais constituídas pelas lutas sociais e políticas)³⁸

De inspiração gramsciana, a autora marxista atenta para a existência de diferentes discursos/projetos dentro do que seria a comunidade imaginada nacional. Se autores como Anderson propõe certo universalismo na concepção sobre essa comunidade, é necessário notar que as disputas sociais, políticas e culturais, próprias da complexidade de uma sociedade dividida e contraditória entre si como é a capitalista não deixam de existir somente porque assim o discurso nacional hegemônico deseja. Como será visto no presente trabalho, a concorrência entre diferentes visões sobre a nação e suas derivações como, por exemplo, a identidade nacional, é marco relevante para o entendimento da imprensa alternativa, já que esta, por excelência, busca se contrapor, entre outras frentes, ao projeto/discurso nacional emanado pelo governo ditatorial e sua Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, o futebol, uma das principais vias modernas para disseminação da identidade nacional, não ficou ausente desse conflituoso cenário.

Concomitante a essas tradições inventadas e mesmo as disputas sobre os destinos da nação, participando e influenciando nesse processo, estava o mercado editorial, mais especificamente a imprensa. A consolidação dos jornais como fonte de informação de massa ou, na própria delimitação de Anderson³⁹, os chamados “*best-sellers* por um dia”, foram importantes, pois ajudaram a criar uma nova forma de enxergar o tempo e o espaço em que a simultaneidade seria a regra e também traziam em suas páginas, diariamente, em um único e uniforme idioma, o sentimento de comunidade que partilha uma mesma realidade. Nesse contexto, o futebol pode ser tomado como um relevante exemplo. Não só fazia parte dessas tradições “inventadas”⁴⁰, como teve na imprensa um elemento de propulsão para sua popularidade. Assim, aos poucos o esporte bretão foi desvinculando-se de seu caráter elitista,

³⁸ CHAÚÍ, Marilena. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira: Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 42.

³⁹ Anderson, op.cit., p.67.

⁴⁰ O futebol, portanto, foi um desses novos instrumentos, que segundo o autor, pertencia à categoria de “não-oficiais”, por ter sido gerado em grupos sociais sem organização formal e cujos objetivos não eram conscientemente políticos.

em jogo mútuo de influência entre a progressiva massificação e a ação da imprensa, para ir tornando-se um esporte de massas⁴¹.

No caso brasileiro, a crônica e a imprensa esportiva atuaram como parte integrante na consolidação de determinados discursos sobre a identidade nacional tendo no futebol uma de suas referências. Autores como Ortiz⁴² e Mota⁴³ traçaram o complexo panorama das diferentes visões e interpretações em disputa sobre a identidade nacional brasileira em vários dos contextos históricos do final do século XIX e de grande parte do século XX. Não pretendo retomar esse debate de forma aprofundada, porém focalizar num importante aspecto: como certos discursos ganharam força para deslindar o futebol brasileiro, servindo como explicações para títulos e derrotas; para bons e maus desempenhos; para argumentações sobre o modo de jogar ou não da Seleção e dos clubes nacionais. Construía-se, assim, a partir da década de 1930 o “estilo brasileiro” de se jogar futebol. A partir da alteridade com o europeu/britânico, buscava-se formar uma identidade própria para o modo de jogar do brasileiro; que seria único e somente compreendido através da formação histórica de um povo caracterizado por sua mestiçagem.

Sintomático, portanto, é o prefácio de Gilberto Freyre no clássico livro de Mário Filho *O Negro no Futebol Brasileiro*⁴⁴ onde o autor de *Casa Grande & Senzala* utiliza o futebol para sustentar a originalidade da nossa cultura e do nosso modo de ser perante o mundo. Pois um povo de características únicas e baseado na mistura harmoniosa das raças, só poderia desenvolver seu próprio jogo, distinto do padrão europeu. Como aponta Damo⁴⁵, essa forma de classificar o nosso futebol acabou ofuscando outros “tipos regionais” que possuíam outra forma de identificação. O fato é que o estilo brasileiro ou o *futebol-arte* passou a ser uma das grandes referências para identificar o futebol nacional, em contraposição ao *futebol-força* que seria sua antítese, e relegado aos campos europeus. Em suma:

O futebol brasileiro é caracterizado por seus “pensadores”, acadêmicos ou não, como sendo portador de uma identidade própria que o singulariza perante outras nações. Portanto, seria uma característica inerente aos brasileiros “jogar bola” de uma determinada maneira, a qual constituiria uma marca cultural carregada por nós

⁴¹ A caracterização desse esporte como da “classe operária” não é gratuita. Mesmo com sua origem elitista, o futebol, rapidamente, passou por um processo de massificação e popularização. Somado a isso, a formação das competições internacionais, dos clubes e federações, certamente contribuiu para que o sentimento nacional fosse espreado e solidificado. Por conseguinte: “Tanto o esporte de massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas de uma outra forma: constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial.” (Hobsbawm, op.cit., 1997, p.309).

⁴² ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁴³ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

⁴⁴ FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

⁴⁵ DAMO, op.cit., 1999.

desde o nascimento. Essa auto-representação que nos impusemos criou uma forma particular de praticar tal esporte, pensá-lo e vivenciá-lo em nosso cotidiano. É a esse futebol, construído basicamente nos anos que vão de 1930 a 1974, que designamos ‘futebol-arte’⁴⁶

Durante o século XX, a imprensa passaria gradativamente a dar mais atenção ao futebol. Se já em suas primeiras décadas o tema aparecia com alguma constância, a partir da década de 1920, periódicos especializados ganhariam progressivamente tons empresariais para suprir e mesmo aumentar a demanda de leitores interessados no “esporte das massas”⁴⁷. Na década seguinte, em 1931, foi fundado o *Jornal do Sports*⁴⁸, marco da imprensa esportiva brasileira. Assumido, em 1936, pelo jornalista Mário Filho, o “cor-de-rosa” tornou-se importante espaço para a produção de interpretações sobre o nosso futebol, contribuindo, como aponta Antunes⁴⁹, para a formulação do que seria o estilo brasileiro de se jogar futebol.

Para além dos periódicos especializados, na imprensa convencional também foi visível a importância que o assunto “futebol” ganhou, particularmente a partir dos anos 1930. Trabalhos como o de Gerson Fraga⁵⁰ permitem notar com profundidade esse ganho de relevância. Durante a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, já foi possível perceber os espaços significativos que a temática possuía, o que se mostraria como tendência nos maiores jornais do país. André Ribeiro⁵¹ refaz esse caminho, num tom memorialístico, pelos meios diversos da imprensa, jornal e rádio principalmente, sendo possível averiguar como a popularização do esporte alcançou o *campo jornalístico*, fazendo-se presente diariamente nas casas dos brasileiros. Disposição que se explica pela mudança que os veículos de comunicação passaram ao transformarem-se, a partir dos anos 1950, em entidades de perfil

⁴⁶ GIL, op.cit., p.100.

⁴⁷ Nelson Sodré, dentre as escassas citações ao futebol em seu monumental *História da imprensa no Brasil* faz menção à criação, em São Paulo, da *Gazeta Esportiva*, no final dos anos 1920, como ilustração da importância que o esporte adquiria (SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p.420). Sobre o citado suplemento, ver: TOLEDO, Luiz Henrique de. *A Gazeta Esportiva e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX*. In: *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p.52-79.

⁴⁸ Ver: HOLLANDA, Bernardo Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do *Jornal dos Sports* entre 1930 e 1980. In: *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p.80-106.

⁴⁹ A autora fez importante trabalho no estudo de três dos principais nomes que dedicaram-se a discutir o assunto futebol/identidade nacional durante as décadas de construção da representação *futebol-arte* e participaram ativamente do jornal: Mário Filho, seu irmão Nelson Rodrigues e José Lins do Rego. Antunes, op.cit..

⁵⁰ FRAGA, Gerson W. *“A Derrota do Jeca” na Imprensa Brasileiro: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950*. Porto Alegre: UFRGS (tese de doutorado), 2009. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

⁵¹ RIBEIRO, André. *Os Donos do Espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

mais empresarial/gerencial do que familiar como nas décadas anteriores⁵², inseriam-se, assim, numa indústria cultural⁵³ massificada e com demandas diversas, fazendo crescer o mercado editorial de forma significativa.

Portanto, o esporte, mais precisamente o futebol, era uma temática consolidada nos meios de comunicação e na sociedade brasileira nos anos 1970. Dessa maneira, os jornais da imprensa alternativa dificilmente poderiam fugir do assunto ou simplesmente ignorá-lo. Mesmo que semanários como o *Opinião* e *Movimento* não dedicassem o mesmo espaço ao esporte como os grandes veículos o faziam, por razões óbvias: como sua relativa precariedade e o foco político/econômico, o futebol aparecia em suas páginas. Quando aparecia, dialogava, inevitavelmente, com uma tradição já estabelecida no *campo jornalístico*, a imprensa esportiva: de ritos, códigos, formatos e abordagens próprias. Ou seja, mesmo quando o objetivo era contestar essa tradição ou tratar o futebol sob outras perspectivas, ambos os semanários precisavam fazê-lo tendo-a como referência.

Imprensa e Sociedade: o caso da imprensa alternativa

Entre as preocupações necessárias ao estabelecer a imprensa como fonte e/ou objeto do trabalho histórico, é essencial a delimitação de suas propriedades enquanto parte do contexto sociopolítico. Para tanto, inicialmente trarei as contribuições de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu que, apesar de diferenças sensíveis em termos teóricos, trouxeram importantes contribuições sobre como entender a relação entre imprensa e sociedade. Além disso, com o foco na imprensa alternativa, autores como Bernardo Kucinski e Maria Aparecido Aquino são de grande importância. No porvir, já com mais atenção à parte metodológica, em como trabalhar a imprensa enquanto fonte histórica, as referências utilizadas foram Maria Helena Capelato, Gerson Wasen Fraga, Tania Regina de Luca, Cláudio Pereira Elmir e Marialva Barbosa. Por seu cuidado metodológico e a forma crítica com que utilizaram a imprensa como fonte em seus trabalhos (que serão citados mais adiante), auxiliaram bastante na realização da presente pesquisa.

Antonio Gramsci, intelectual, membro do Partido Comunista Italiano e que passou a última parte de sua vida aprisionado pelo regime fascista de Mussolini, foi um dos pensadores a incluir a imprensa em suas reflexões. Na sua trajetória intelectual, Gramsci teve extensa

⁵² SODRÉ, Nelson. Op.cit., p.447-448.

⁵³ ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

produção em periódicos operários e de esquerda. Moraes⁵⁴ traça brevemente o quadro da atuação do pensador italiano, desde sua juventude, em vários desses órgãos e a preocupação do mesmo em relação à atuação da imprensa e seu poder na sociedade moderna. Através dessa percepção que o político sardo se preocupou em pensar como essa poderia ser usada a favor das classes operárias e subalternas, procurando valorizar, desse modo, o aspecto cultural da *luta de classes*⁵⁵.

Tal concepção integra a complexa elaboração teórica do pensamento gramsciano, que se preocupou em ampliar a análise marxista, especialmente em termos superestruturais. Sem vilipendiar, como aponta Neto⁵⁶ a importância da “base” ou da crítica da economia política realizada por Marx, erguendo “[...] sobre ela sua análise ‘superestrutural’”⁵⁷, Gramsci centrou seus estudos em entender, portanto, as esferas, políticas, jurídicas e culturais da sociedade capitalista, enxergando-as como relacionadas dialeticamente e pertencentes a uma totalidade. Através desse prisma, foi na *teoria política* que suas contribuições tiveram grande originalidade. Dentre seu arcabouço teórico, o conceito de *sociedade civil* é de notável importância para a assimilação de sua teoria, pois, como argumenta Coutinho⁵⁸ representou um avanço dialético em relação à obra de Marx e Lênin. Crítica a *teoria de Estado* dos “clássicos” - em que esse é entendido como dominado por uma classe, bloco e/ou frações de classe que o utiliza para que seus interesses possam se impor como interesses gerais da sociedade - ao analisar as sociedades *ocidentais*⁵⁹ de seu tempo, notando maior complexidade nas instâncias que compoariam o Estado. Complexidade que é explicitada pelo processo histórico do final do século XIX e início do XX, quando se evidencia a progressiva socialização e participação política de forma massificada nos países europeus ocidentais e centrais (período em que as ideias nacionalistas também ganharam mais influência). Dessa

⁵⁴ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v,4, n.1, p.54-77, jan-jun. 2010.

⁵⁵ *Ibid.*, p.62-63.

⁵⁶ NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.) *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.119-143.

⁵⁷ *Ibid.*, p.134.

⁵⁸ COUTINHO, Nelson Carlos. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

⁵⁹ A diferenciação que Gramsci faz entre formações econômico-sociais “ocidentais” e “orientais” não se explica pelas diferenças geográficas, mas pelo próprio desenvolvimento histórico de cada sociedade. Considera, assim, que as sociedades ocidentais possuem maior equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (exemplos dos EUA e da Europa ocidental/central) e as orientais um desequilíbrio em que os elementos coercitivos (da sociedade política) teriam mais força e presença enquanto a sociedade civil se caracterizaria por sua debilidade. Essa categorização, porém, não é estática, um mesmo país pode vivenciar ambas formações durante seu desenvolvimento histórico ou mesmo se “ocidentalizar” (tais como os países da América Latina, por exemplo). Ver: COUTINHO, op.cit.,p.89-102.

maneira: “[...] surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.”⁶⁰. Essa esfera é a *sociedade civil*.

Nessa conceituação Gramsci avança em relação à teoria marxista ao compreender a sociedade civil como intermédio entre a “base” e o Estado, em seu sentido estrito. Nas palavras de Moraes, ela se caracteriza como: “[...] o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo [...]”⁶¹, entre os exemplos estão a Igreja, sindicatos, escolas e a imprensa. Em seu espaço, então, é que se daria a luta pela *hegemonia* ou a luta pela “[...] conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras.”⁶². Daí a valorização da “batalha das ideias” ou da “cultura” feita por Gramsci, pois sendo parte importante da sustentação da sociedade burguesa, ela também seria um modo de transformação dessa mesma sociedade. No entanto, o autor italiano, ao valorizar o consenso que os dominantes devem conseguir entre seus dominados, não ignora os elementos coercitivos do Estado, que se expressariam em outra esfera, na *sociedade política*. Como define Coutinho, ela “[...] é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar.”⁶³

Gramsci, assim, desenvolveu uma *teoria ampliada de Estado*, baseada na diferenciação entre sociedade política e sociedade civil. Nesse sentido, esquematicamente: Estado = sociedade política (coerção) + sociedade civil (hegemonia)⁶⁴. Nas palavras do pensador da Sardenha:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.⁶⁵

Ainda, o autor, apesar de diferenciá-las, sublinha que a autonomia que possuem uma da outra é relativa, ou seja, não podem ser entendidas sem considerar que ambas interagem entre si

⁶⁰ COUTINHO, op.cit., p.75

⁶¹ MORAES, op.cit, p.57

⁶² Ibid. , p.54.

⁶³ COUTINHO, op.cit., p.76.

⁶⁴ A partir dessa concepção gramsciana tanto Coutinho (op.cit., p.115-116) através das ideias de Nicos Poulantzas quanto Terry Eagleton (EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: UNESP; Boitempo, 1997, p.105) apontam que o Estado em seu sentido estrito ou a chamada *sociedade política* também seria um espaço para as lutas ideológicas e do consenso, não se restringindo apenas à função coercitiva.

⁶⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v2.: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

continuadamente. Por isso, Gramsci defende a possibilidade de duas formas principais de conquista do poder nas sociedades capitalistas modernas. Diferencia, assim, a “guerra de posições” da “guerra de movimento”. A primeira corresponde à luta na sociedade civil, de ritmo mais lento e gradual, em que as classes revolucionárias precisariam (e o partido comunista atuaria como protagonista) conquistar espaços dentro dos mais variados organismos sociais de maneira a ganhar influência e, por fim, o consenso majoritário dentro da sociedade nacional. Já a segunda possibilidade, típica das sociedades “orientais” seria a de ataque frontal ao Estado estrito, tática justificada pela debilidade das sociedades civis nessas formações econômico-sociais. Entre os exemplos desta última está a própria Rússia czarista e sua derrota perante as forças populares e bolcheviques.

A “guerra de posições”, portanto, tem estreita relação com a atuação da imprensa. Gramsci entende esta através do conceito de *aparelhos privados de hegemonia*. Pois a sociedade civil se distingue, nos países do ocidente desenvolvido⁶⁶, por não ser tão dependente do Estado, assim seus portadores materiais classificam-se como “[...] organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.”⁶⁷ ou os chamados “aparelhos privados”. A imprensa, de forma geral, portanto, é um desses organismos sociais que tem como objetivo disputar ou consolidar a *hegemonia* dentro da sociedade capitalista, o que levará Gramsci, inclusive, a classificá-la como um tipo de partido⁶⁸. Nessa disputa, ela cumpre um papel central, pois seu poder de propagação *ideológica* e mesmo sua importância social tornam-na um agente estratégico para a mudança

⁶⁶ Segundo Coutinho (op.cit., p.128-136), o Brasil teria passado, especialmente após os anos 1930 por uma progressiva “ocidentalização”, em termos gramscianos, de sua sociedade. A transformação diacrônica brasileira de uma sociedade de características “orientais” (com a sociedade política mais forte e uma sociedade civil fraca) para uma mais “ocidentalizada” (em que ambas têm mais equilíbrio entre si) permite, assim, a utilização do conceito “sociedade civil” para a realidade brasileira. Todavia, não sem peculiaridades. No contexto ditatorial, por exemplo, a sociedade civil conseguiu se reabilitar a partir de meados dos anos 1970, após o governo militar debilita-la significativamente com a ingerência autoritária do Estado sobre ela. O aparente paradoxo da sociedade civil fortalecer-se num contexto autoritário se explica pelo caráter específico do regime que não baseava seu domínio no apoio de *massas organizadas* de “baixo para cima”, mas obteve um consenso formado “pelo alto”, passivo e frágil perante as crises econômicas. Para obter esse consenso mínimo teve, ainda, que permitir a existência de um parlamento e de um partido de oposição que, se no início do regime não representaram um perigo efetivo, seriam importantes no processo de abertura. O governo militar, portanto não foi capaz de construir uma hegemonia real na sociedade civil. Dessa maneira, a partir de 1974, com a “crise do milagre” e a repressão saindo do controle, o apoio conseguido anteriormente em parte das classes sociais começou a dissipar-se e a sociedade civil, através de suas organizações, passou a contestar o regime estabelecido.

⁶⁷ COUTINHO, op.cit., p.77.

⁶⁸ Esse papel se expressa quando a imprensa formula um programa, organiza-o e gerencia-o, além de agir pedagogicamente em torno dele com o objetivo, no caso da *grande imprensa*, por exemplo, em legitimar e manter o domínio da classe burguesa. Um estudo importante nesse sentido é o de: SILVA, Carla Luciana. *VEJA: indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

ou para a manutenção de determinado *status* sócio-econômico. Gramsci detalha esse papel ao pensar sobre a estrutura ideológica de uma classe dominante:

[...] a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras [...] jornais políticos, revistas de todo o tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc..⁶⁹

Conectada intimamente com a função social da imprensa está a *ideologia*⁷⁰, pois ela ajuda a explicar como e por que os diferentes significados sobre a realidade são produzidos e reproduzidos. Para Gramsci, a *ideologia* não trata de “falsear a realidade”, mas sim da forma como o mundo é entendido e como agimos sobre ele, ou seja, ela é também constituidora do real. A lógica gramsciana é de não separar a ideologia da filosofia e da política. Segundo o próprio autor italiano, a filosofia é ideologia e esta é política porque é:

[...] unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção [...]. Por isso, não se pode separar filosofia de política: ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também fatos políticos.⁷¹

Gramsci, ao ampliar o significado da ideologia e entendê-la como fato político, relaciona esses elementos ao conhecimento prático ou a *filosofia espontânea* do senso comum, pois acredita que “todo homem é filósofo” (ou intelectual) já que tem que interpretar a realidade e também agir sobre ela⁷². Ao reconhecer a importância desse tipo de conhecimento, porém, também salienta a necessidade de criticá-lo e superá-lo, buscando promover uma “reforma intelectual e moral” de cunho laico e universalista que transcenda o “corporativismo” ou o momento “egoístico-passional”. Só assim, argumenta o italiano, será possível a consagração de uma sociedade comunista.

A utilização do aparato teórico de Gramsci se explica por trazer conceitos que ajudam a dimensionar ao papel da imprensa e sua função na sociedade contemporânea. Como

⁶⁹ GRAMSCI, op.cit., p.78.

⁷⁰ Em concordância com Terry Eagleton e seu livro *Ideologia* (op.cit.), é importante salientar a complexidade que o conceito adquiriu nas humanidades. O autor, ao mapear a evolução e os percalços do conceito classifica seis definições como possíveis (p.38-40), porém também sintetiza de que forma importantes autores (entre eles Gramsci) entenderam a “ideologia”. Para o presente trabalho, a definição gramsciana será utilizada como parâmetro.

⁷¹ GRAMSCI *apud* COUTINHO, op.cit., p.65

⁷² Terry Eagleton analisa como Gramsci enxerga o senso comum: “Tal senso comum é um ‘agregado caótico de concepções díspares’ – uma zona de experiência ambígua, contraditória, que, como um todo, é politicamente retrógrada [...] a ‘consciência popular’ não deve ser rejeitada como puramente negativa, mas, em vez disso, suas características mais progressivas e reacionárias devem ser cuidadosamente distinguidas [...] O que é necessário não é apenas algum endosso paternalista da consciência popular, mas a construção de ‘um novo senso comum’ e, com ele, de uma nova cultura e uma nova filosofia que estarão enraizadas na consciência popular com a mesma solidez e qualidade imperativa que as crenças tradicionais” (EAGLETON, op.cit., p.111).

elaboradora de “visões de mundo”, tem grande poder na manutenção ou na mudança da realidade. Ademais, o pensador sardo chama a atenção para a cultura popular e de *sensu comum*, valorizando seu papel na compreensão da realidade. Assuntos como o futebol, por exemplo, ganham significação política e social, pois também podem servir como meio de entendimento do mundo do qual participamos e atuamos. No mesmo sentido, o autor reconhece a importância da batalha de ideias e a disputa político-ideológica e não enxerga os veículos de comunicação como portadores de alguma verdade ou imparcialidade neutra, mas como organismos sociais, históricos e ligados a diferentes projetos ideológicos relativos a interesses de diferentes classes ou frações de classes. Dessa maneira, é possível compreender com mais clareza quais são os projetos e as batalhas de determinado período, qual é a correlação de forças e as possibilidades de cada agente histórico perante seu contexto sociopolítico.

Outro autor que debruçou-se sobre a temática da imprensa foi Pierre Bourdieu⁷³. Por ter se dedicado de forma profunda ao assunto, acredito que ele pode contribuir na elucidação do funcionamento da imprensa na contemporaneidade. Para o pensador francês o *espaço social* é composto por campos relativamente autônomos e diferenciados, por exemplo, artístico, intelectual, religioso, jornalístico, etc.. Esses pertencem ao chamado *campo do poder* (análogo à sociedade civil de Gramsci)⁷⁴, enquanto o *campo político* corresponde ao Estado. Neles, se desenvolvem lutas pelo poder simbólico (as *lutas simbólicas*⁷⁵) que expressam o poder de interferir ou mesmo criar os conjuntos de sentidos que explicam a sociedade e suas estruturas, ainda que estas nem sempre apareçam como visíveis. Além disso, elas integram a

⁷³ “Gramsci e Bourdieu lidam com problemas semelhantes – a durabilidade da dominação -, mas suas diferenças de abordagem são profundas. Em primeiro lugar, a hegemonia se fundamenta no consentimento, enquanto a violência simbólica se fundamenta no desconhecimento. Em segundo lugar, embora a sociedade civil envolva e absorva a discordância dos subordinados, ela também oferece uma arena de lutas; já o campo do poder é reservado somente aos líderes políticos engajados em jogos feitos entre si, à custa da exclusão dos dominados-representados. Em terceiro lugar, da mesma forma que o Estado orchestra a hegemonia através das conexões que tem com a sociedade civil, o mesmo Estado também detém o monopólio da violência simbólica legítima, por consagrar as classificações, os capitais e os objetivos do campos relativamente autônomos que compõem o campo do poder. Em quarto lugar, enquanto a guerra de posição de Gramsci, assim como a luta por hegemonia, concebe as classes sociais como categorias concretas, Bourdieu assevera que antes de quaisquer lutas de classe, deve haver uma luta pela própria categoria *classe*. Finalmente, tanto para Gramsci como para Bourdieu, a transformação social surge por meio da luta que traz à tona efeitos revolucionários em épocas de crise orgânica geral, mas, enquanto Gramsci vê isso em termos de um certo equilíbrio de forças de classe, Bourdieu vê nisso a difusão acelerada e espontânea de crises locais provocados por uma disfunção sistêmica e processual entre o *habitus* e o campo.” (Burawoy, op.cit., p.73.)

⁷⁴ Ibid. , p.67.

⁷⁵ Sobre essas lutas ver BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008, p.229-239 e BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p107-132.

própria lógica desses diferentes campos, pois em cada um deles *lutas* específicas servem para manter ou subverter suas respectivas hierarquias e regras de funcionamento.

Cada campo, desse modo, possui sua própria estrutura e conjunto de regras, ou em outras palavras, conta com um ordenamento próprio de posições e distinções internas, instâncias de consagração, explicados também pelos *capitais*⁷⁶ específicos que acabam influenciando na composição desse ordenamento. Essa autonomia é, porém, relativa, ou seja, influenciada pela interação com outros *campos* e pela própria estruturação da sociedade global. Os campos, como as lutas simbólicas ensejam, não são estáticos, pois sua constituição depende de fatores internos e externos, que podem ocasionar mudanças no jogo de alianças, poder, prestígio e mesmo na própria lógica de cada um deles. Entre esses fatores externos está a luta de classes, levando Bourdieu, por exemplo, a traçar uma homologia entre o “campo de produção ideológica” (do qual o jornalismo participaria) e o campo da “luta de classes”, trazendo para os “campos autônomos” “[...] formas *eufemizadas* das lutas econômicas e políticas entre as classes.”⁷⁷

No caso do campo jornalístico sua autonomia perante os outros campos tem um caráter mais frágil, o que Bourdieu caracteriza como heteronomia⁷⁸. Essa fragilidade se dá pela interferência que o campo econômico e político, por exemplo, exercem sobre ele, de modo geral. O primeiro pela necessidade que as empresas jornalísticas têm em lucrar e/ou vender, ou seja, a pressão do “mercado”; e o segundo pela posição estratégica que a mídia e a imprensa representam para seus interesses. Ferreira⁷⁹, ao lidar com essa temática, procura sublinhar como se dá essa inserção no espaço social global:

[...] o jornalismo como campo de significação e conhecimento não se reduz ao espaço de conflito entre objetividade e sensacionalismo, compreensão ou mercado, democracia ou manipulação, mesmo que esses conflitos sejam observáveis. Ao mesmo tempo, o jornalismo é atravessado por características dos três campos principais. Com o político, através de seu vínculo com a opinião pública. Com o econômico, porque ingressa no processo de produção de mercadorias e acumulação de capitais. Com o cultural, porque se refere também à significação e ao

⁷⁶ Bourdieu transfere o conceito tradicionalmente ligado à economia para suas teorizações que pretendem explicar relações sociais, culturais e políticas. Assim, *capital* é um recurso que determinado indivíduo ou grupo social possui e que, sendo reconhecido socialmente, serve como mecanismo para o posicionamento desses nos diferentes campos ou no espaço social global. Dentre seus tipos estão o *cultural* (relativo à formação educacional e intelectual, também expressado por meio de profissões, diplomas e outras formas de reconhecimento); *econômico* (relativo ao poder financeiro), político (relativo à influência política) ou simbólico, quando essas diferentes formas de capital são reconhecidas como legítimas pelo restante do espaço social. Ver: BOURDIEU, op.cit., 2004, p.154.

⁷⁷ BOURDIEU, op.cit., 2007, p.14.

⁷⁸ Sobre a heteronomia do campo jornalístico ver: MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação*: por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.129-133.

⁷⁹ FERREIRA, Jairo. O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo. In: *Revista Fronteiras*. Vol. IV, n.1, junho de 2002, Unisinos, p. 81-94.

conhecimento. A complexidade da autonomia do campo é reunir os conflitos, estratégias, instrumentos e proposições do três capitais [econômico, político e cultural], num conjunto simbólico, normativo e funcional.⁸⁰

O conceito de *campo*, desse modo, permite mapear a imprensa e seus agentes a partir de um espaço restrito (o campo jornalístico), regido por uma lógica relativamente autônoma sem, no entanto, excluí-lo do espaço social global e das lutas entre as classes.

Dessa maneira a teorização de Bourdieu possibilita a compreensão da imprensa, como parte do campo jornalístico, de uma forma mais rica, já que procura destrinchar as condições específicas e as formas como seus agentes, desde jornais até indivíduos, atuam. Além disso, complexifica o conceito de “guerra de posições” gramsciano ao atentar para as regras próprias de cada campo e como a inserção dentro destes somente é possível, em geral, mediante a incorporação dessas normas (o que Bourdieu traduz no conceito de *habitus*). Assim, o sociólogo francês ajuda a pensar a dificuldade ou mesmo a possibilidade da tarefa proposta pelo comunista sardo ao explicitar o funcionamento dos diversos campos, inclusive o jornalístico, e a maneira como o controle das frações de classe ou das classes dominantes também se expressa através deles.

Antes de relacionar os conceitos supracitados com a imprensa alternativa do período ditatorial, cabe a definição e o detalhamento do objeto aqui estudado. Inicialmente, é importante distinguir a “imprensa alternativa” da chamada “imprensa convencional” ou “imprensa liberal”. Maria Aparecido de Aquino⁸¹ ilumina essa perspectiva ao categorizar esta última como uma empresa capitalista que pode atingir um porte pequeno, médio ou grande; que se orienta pelos princípios do liberalismo, ou seja, se pauta na suposta defesa da imparcialidade da apuração dos fatos. Assim: “[...] é pretensamente um veículo para a exposição das mais variadas correntes com suposta igualdade de vez e de voz com seus órgãos de divulgação;”⁸²; além de sua sobrevivência depender, em grande medida, dos anunciantes que sustentam financeiramente as empresas. Já a imprensa alternativa, aponta a autora, pode tanto ser organizada em termos empresariais (como o *Opinião*) ou como propriedade coletiva de um grupo de jornalistas e representantes de grupos sociais diferenciados (como o *Movimento*); também não se pretende “neutra” ou imparcial, assumindo a defesa de interesses e/ou de classes e setores sociais específicos, ou seja, faz um jornalismo engajado, que não separa informação da opinião; sobre seu sustento, as formas

⁸⁰ FERREIRA, op.cit., p.88.

⁸¹ AQUINO, Maria Aparecido de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*, O Estado de São Paulo e Movimento, Bauru, EDUSC, 1999.

⁸² Ibid. , p.122.

principais são a publicidade (porém, limitada, como o *Opinião* que permitia que apenas 20% da receita fosse oriunda dos anúncios), a compra de ações da empresa (como *Movimento*), a venda de assinatura e vendas avulsas⁸³.

Esse didático esquema, no entanto, como a própria autora lembra, não assinala o caráter histórico da imprensa alternativa da época ditatorial. Dessa maneira, é necessário trabalhar o conceito um tanto mais, defini-lo e explorá-lo a partir de uma perspectiva histórica. Flávio Aguiar, por exemplo, a delimita como presente na história brasileira desde o século XIX, postulando uma definição ampla e que leva em consideração seus aspectos contraditórios:

Na história brasileira os frequentes “alternativos” seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira [...] Com isso não pretendemos fechar o conceito numa definição unívoca, mas ao contrário, abri-lo, mostrando seu dinamismo e seus aspectos contraditórios⁸⁴

Assim, embora a imprensa alternativa possa ser definida em termos gerais e, de certo modo, seja possível argumentar que ela não só tenha existido antes da ditadura como exista até hoje, opto por particularizá-lo, no presente trabalho, como um fenômeno histórico localizado no Brasil durante o regime ditatorial (1964-1985). Portanto, detentor de suas próprias especificidades e como parte de um contexto histórico determinado, possuindo um início, em meados dos anos 1960, e um fim já nos primeiros anos da década de 1980. Na demarcação de Aquino:

[...] é necessário que se faça uma distinção, no caso da imprensa alternativa, em relação ao período de grande desenvolvimento que alcançou, no Brasil, entre o final dos anos de 1960, a década de 1970 e o início dos anos de 1980 [...] A fase de *boom* da imprensa alternativa coincide, portanto, em grandes linhas com o recrudescimento do Estado autoritário brasileiro pós-64, em que se insere a vigência da censura.⁸⁵

Alguns anos após o final da era da imprensa alternativa, estudos já passaram a tentar defini-la. Regina Festa, em 1986, enuncia:

O termo *imprensa alternativa* é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jorna tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposições ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político.⁸⁶

⁸³ Ibid., p.122-123.

⁸⁴ AGUIAR, Flávio. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: DE LUCA, Tania & MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.236.

⁸⁵ AQUINO, op.cit., p.123.

⁸⁶ FESTA, Regina. *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*. In FESTA, Regina e LINS, Carlos Eduardo da. (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p.16.

A autora apresenta, assim, uma definição parcial, mas que sublinha um importante elemento para o entendimento da imprensa alternativa: a oposição ao regime político instaurado. Seu caráter histórico caracteriza-se por erguer-se como oposição diante de um Estado que se mostrou (e o Ato Institucional nº5, de 1968, fora o ápice desse processo) extremamente autoritário. Postura desafiadora, visto que parte importante da sociedade civil, especialmente nos anos do “milagre”, apoiava ou, no mínimo, não se colocava contrária ao regime, como o exemplo dos grandes veículos de comunicação. O nascimento e maturação dessa experiência, portanto, se explica como também apontara Aquino, pela reação ao aumento do cerceamento das liberdades individuais, além da passividade apresentada pela *grande imprensa* da época.

A denominação “alternativa” para Caparelli⁸⁷ seria apropriada, pois indicaria: “[...] uma relação com o outro, um *alter* que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional.”⁸⁸. A lógica da conceituação é, portanto, de que a grande imprensa teria se “desviado” de seu caminho no período ditatorial. Raimundo Pereira, editor-chefe tanto de *Opinião* como de *Movimento*, discorda dessa interpretação: para ele o fenômeno alternativo não surgiu para “corrigir” a imprensa convencional, que “[...] tomava o rumo de monopolização impulsionada pelo grande capital nacional e internacional e, a despeito de divergências de setores seus com o regime político, o apoiava”⁸⁹. Surgiu como um outro tipo de imprensa, em resposta a essa situação e também como oposição ao regime, ou seja, foi “[...] expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares, portanto condenava o regime.”⁹⁰. O autor, portanto, caracteriza a origem desse tipo de imprensa como uma dupla reação: ao domínio da classe dominante e do grande capital sobre os grandes veículos de comunicação brasileiros; e também ao apoio dado por esses veículos ao regime estabelecido.

Maria Paula Araújo⁹¹ insere a imprensa alternativa no universo político-social de sua época. Para tanto, a autora busca no desenvolvimento histórico da esquerda mundial e brasileira, da década de 1960, parte da explicação para o surgimento e a forma desse tipo de imprensa. Assim, a emersão das lutas identitárias e dos movimentos sociais, principalmente

⁸⁷ CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus, 1986.

⁸⁸ *Ibid.*, p.45.

⁸⁹ PEREIRA, Raimundo. Vive a imprensa alternativa. Vive a imprensa alternativa!... In: FESTA, Regina & SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Palinas, 1986, p.55

⁹⁰ *Ibid.*, p.56.

⁹¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

nos países ocidentais, tais como o feminismo, o movimento negro e o homossexual reverberaram no Brasil através de vários periódicos, que surgiram com essas temáticas específicas e passaram a se enquadrar na definição “alternativa”. De forma semelhante, o fracasso, no Brasil, da tática da luta armada empreendida pela esquerda revolucionária também gerou questionamentos importantes sobre a efetividade desse tipo de combate no contexto brasileiro. Entre as razões desse fracasso, por exemplo, a desvinculação das “massas” foi visto como algo a ser superado. A opção da imprensa alternativa aparece, assim, como viável para esses grupos, pois, além de um meio de sobrevivência para militantes e ex-militantes, também permitiu a luta por espaços legais e públicos de atuação.

A historiadora define da seguinte forma os tipos de jornais e periódicos englobados na “imprensa alternativa” do período ditatorial:

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” – os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc.)⁹²

A diversidade, portanto, era uma das características do perfil alternativo. Ainda que, de maneira geral, todos esses tipos tivessem alguma associação com a *esquerda*, por contestarem os valores vigentes ou por representarem as vozes das “minorias”, concordo com a autora ao restringir a denominação *esquerda* aos periódicos de cunho explicitamente político, ligados à esfera desse campo, especialmente por sua particular preocupação editorial e programática, como os casos de *Opinião e Movimento*.

Na obra de Bernardo Kuscinski⁹³ - mistura de análise geral do fenômeno e também de testemunho pessoal, já que o autor participou efetivamente dessa experiência nos jornais *Em Tempo*, *Opinião*, e *Movimento* - ele concorda com anteposição à ditadura e com a passividade da grande imprensa, excetuando os exemplos do *Jornal do Brasil* e o *Última Hora*. Ademais, caracteriza a razão e a validade do epíteto “alternativo” para a época.

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam⁹⁴

⁹² Ibid., p.21.

⁹³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

⁹⁴ KUCINSKI, op.cit., p. XIII

Seu livro procura, assim, refazer a trajetória dessa imprensa, seu nascimento, desenvolvimento, apogeu e morte. O autor preocupa-se em traçar o contexto e as condições em que essa imprensa existiu, além, recupera a importância e a qualidade do debate público que ela foi capaz de estimular e sua representação na criação de novos espaços para uma esquerda que vivia a decadência da luta armada. Em termos de categorização, diferencia os jornais de cunho mais político e os de uma esfera “existencial” de crítica aos costumes. Todos com a semelhança de se oporem “[...] por princípio ao discurso oficial.”⁹⁵.

A relação entre imprensa alternativa e imprensa convencional ou liberal é, por conseguinte, intrínseca para a primeira, pois ela só existe, em parte, devido à existência da segunda. Entendo que a imprensa alternativa, em termos ideológicos e programáticos, se oponha à imprensa liberal (hegemônica no campo jornalístico), seja no âmbito político ou cultural. Porém, o vínculo entre as duas não se faz somente através do antagonismo, pois há, também, certas proximidades. Assim, embora seja indispensável contrapor os dois tipos de imprensa, o meu argumento é que a alternativa participou, na época ditatorial, do *campo jornalístico*. Ela caracterizou-se por tensionar e mesmo subverter algumas regras que regiam o campo (que são seguidas especialmente pela grande imprensa), mas não por abandoná-las totalmente. Desse modo, participou das *lutas simbólicas*, buscando contrapor e mesmo mudar as regras do jogo. Entre essas normas tensionadas estão a produção de um jornalismo engajado e que explícita seu posicionamento em oposição à pretensa objetividade e imparcialidade que dominam a lógica do campo; a tentativa de escapar à pressão do mercado e conservar, o máximo possível, sua autonomia⁹⁶ enquanto a regra do campo é a de inserção no campo econômico, com a consequente diminuição de autonomia; em relação ao campo político, a imprensa alternativa atuou como oposição ao regime vigente (sofrendo, por isso, as consequências, como a censura), já a grande imprensa tanto por conveniência e interesses comuns como por pressão, acabou apresentando pouca ou nenhuma resistência.

Havia, porém, regras que a imprensa alternativa não podia tensionar eficazmente ou, em outras palavras, algumas proximidades com a imprensa convencional: o fato de que muitos dos jornalistas que trabalhavam nos órgãos alternativos eram provenientes ou ainda trabalhavam na “grande imprensa”, gerando, assim, certa circularidade de informações, métodos e contatos; a necessidade de se enquadrar, enquanto órgão jornalístico, a alguns

⁹⁵ Ibid. .

⁹⁶ A tentativa de escapar à pressão do mercado existiu, porém sua eficácia foi relativa, pois a pressão exercida pelo campo econômico também atingia pesadamente os periódicos alternativos. Fator que ajuda a explicar o fim de muitos deles.

padrões também utilizados na grande imprensa (diagramação, pautas, editorias) para que tantos os produtores quanto os receptores dos conteúdos dos jornais pudessem tornar possível e dar sentido à existência dos periódicos e, por fim, as já citadas pressão e conexão com o campo econômico, político e cultural que os jornais alternativos também sofriam e se inseriam, mesmo que o grau, as razões e as consequências dessas influências sejam diferentes, de maneira geral.

Importante ressaltar, que o objetivo não é o de transpor os conceitos elaborados com base em outros contextos históricos de forma acrítica. Assim, a delimitação de *campo* produzida por Bourdieu para explicar a realidade francesa no capitalismo contemporâneo, serve mais como parâmetro do que como uma caixa fechada. Entendo, por isso, a necessidade de atentar para a realidade brasileira e tentar aplicar os conceitos com a devida vigilância. Nesse espírito, do aparato gramsciano, o conceito de *sociedade civil* será empregado na contextualização da imprensa alternativa, pois entendo que, no período recortado (1975-1978), a oposição, através de diversas organizações e mesmo orientações ideológicas, conseguiu habilitar, mesmo que germinalmente, o espaço da sociedade civil brasileira como forma de resistência e contestação ao regime ditatorial ou, nesse caso, à *sociedade política*. A imprensa alternativa, desse modo, é integrante desse processo e, num jogo de influências externas e internas, não pode ser entendida fora dele.

Outro problema que se coloca é a posição dessa imprensa na disputa pela hegemonia, segundo a perspectiva de Gramsci. Fundada no consenso, a hegemonia é construída através da propagação de determinadas ideologias ou “visões de mundo” que auxiliam as classes dominantes a manter seu domínio. Em outras palavras, elas têm na produção ideológica uma das ferramentas para convencer a maioria da população, inclusive as classes subalternas, em agir e pensar de forma consonante com a organização social constituída. No entanto, pelo caráter contraditório da própria sociedade no modo de produção capitalista, vozes dissonantes, que se opõe, de algum modo, a essa hegemonia surgem em diferentes contextos históricos, ou seja, posições *contra-hegemônicas* tensionam, em maior ou menor grau, esse consenso estabelecido.

A pergunta que surge então: a imprensa alternativa poder ser classificada como *contra-hegemônica*? A resposta mais atraente é que sim, poderia ser categorizada dessa forma, pois em um tempo de repressão e de passividade da grande imprensa, atuou na chamada “batalha das ideias” em diversas frentes, política, cultural, econômica, discordando e tensionando a ordem estabelecida, construindo novas formas de organização e de debates,

além de cumprir um papel de ferrenha opositora ao regime ditatorial, sendo possível, desse modo, também caracterizar parte desses jornais como “partidos”⁹⁷. Porém, como define Moraes, a partir de Gramsci, as ações contra-hegemônicas devem servir como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, ou seja, devem possuir um “[...] um alicerce programático [...] de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista.”⁹⁸ Nesse sentido, especialmente sobre a intenção da imprensa alternativa em criar essa “nova forma ético-política” ainda faltam estudos profundos que critiquem essa perspectiva. Por conseguinte, a diversidade e complexidade desse fenômeno histórico não permite uma generalização apressada. No entanto, é inegável que boa parte de seus jornais tinham um claro viés contra-hegemônico, justamente por esse papel de denúncia e de oposição à ordem estabelecida. Exemplos, ainda que de maneira diferente, são as fontes aqui privilegiadas: os jornais *Opinião* e *Movimento*. Devido a esse raciocínio opto, assim, por não utilizar essa classificação como generalização, mas de forma pontual para evitar distorções.

Fontes, Objetivos e Capítulos.

Após as explanações já feitas, cabe trabalhar a imprensa enquanto fonte/objeto da pesquisa histórica, agora de forma mais explícita. Inicialmente, é imprescindível a constatação de que os *jornais* não se distinguem totalmente de outras fontes. Parto, assim, de algumas premissas e critérios gerais para depois encaminhar os específicos. Bloch⁹⁹, em seu clássico livro, já apontava a necessidade de criticar os documentos de modo a não tomá-los como retratos fiéis da realidade, pois a sua produção também tem a marca humana, a marca da história e dos mais diversos contextos possíveis. Demarcar essa historicidade, assim como fez Le-Goff¹⁰⁰ e seu *documento-monumento*, portanto, torna-se fundamental para que a fonte possa se comunicar com o historiador e este com ela.

A partir do desenvolvimento e das críticas elaboradas pela escola dos *Annales*, da qual ambos os autores foram destacadas figuras, houve considerável ampliação das fontes a serem utilizadas e, conseqüentemente, das temáticas que o campo da história passou a abrigar. A

⁹⁷ Sobre essa conceituação, Juliana Sartori a empregou para estudar o jornal *Movimento* e seu “espaço de sociabilidade”. Ver: SARTORI, Juliana. *Movimento: um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)*. Dissertação (mestrado em História). UFSC, 2006.

⁹⁸ Moraes, op.cit., p.73.

⁹⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

¹⁰⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.545.

primeira transformação, própria já da primeira geração, pode ser caracterizada como uma “revolução documental”, pois alargava significativamente as possibilidades do historiador, antes restringidas ao uso de documentos oficiais e presas a uma história factual, de cunho político e militar. A segunda, apesar de já estar, de algum modo, presente nos tempos de Bloch e Febvre, aprofundou-se na terceira geração, a partir da década de 1970. A “história em migalhas”, na definição de François Dosse, significou, de certa maneira, uma crítica ao caráter total e científico da disciplina histórica, tão importante para as duas primeiras gerações¹⁰¹. Crítica que gerou o alargamento dos objetos estudados pelo campo, tais como o mito, o corpo, a festa, a comida, o filme, a leitura, etc.. De um campo mais fechado e ligado àquilo que era “oficial”, a história passou a se abrir, portanto, para outros escopos.

Dentre as especificidades da imprensa na qualidade de fonte histórica, está a desconfiança inicial da qual foi alvo. Na historiografia brasileira, por exemplo, até o final da década de 1960 pelo menos, os periódicos eram vistos com suspeição, pois enredavam o risco de serem tomados como relatos objetivos da realidade. Como aponta Luca¹⁰² nessa época alguns autores começaram a criticar esse postulado e, baseando-se em alguns critérios, colocaram-se na defesa da utilização desse tipo de fontes dentro da historiografia. Nesse processo, até o presente momento, diversos trabalhos de relevância passaram a tomar a imprensa como fonte e também objeto, o que levou a uma maior reflexão, solidificando algumas diretrizes em relação à forma em que ela deve ser abordada.

O princípio-guia, por assim dizer, é o de se apropriar da fonte/objeto de modo a conhecê-lo profundamente. Assim, a já citada necessidade de historicizar a fonte é essencial para localizá-la no tempo/espço e tornar possível a apreensão de sua função e dimensão social. Para tanto, algumas indicações aparecem como fundamentais¹⁰³: como conhecer o grupo proprietário da publicação, seus interesses e projetos político-ideológicos; a rede de colaboradores que participam do órgão e/ou investem financeiramente no mesmo, assim como, o seu público-alvo, pois o conteúdo do periódico também pode ser melhor compreendido por meio desse indicativo.

Além dessas designações, há de se atentar para a materialidade do jornal e sua lógica e organização interna. O conhecimento da fonte/objeto provém da premissa de conhecimento da

¹⁰¹ PETERSEN, Sílvia & LOVATO, Bárbara. *Introdução ao Estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

¹⁰² LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: contexto, 2014, p.111-153.

¹⁰³ Ibid. .

forma com o que as páginas, as seções, os temas estão sequenciados e também dispostos dentro do periódico, pois essa também é uma forma de linguagem. A diagramação de cada página ou da edição estudada interfere, assim, na interpretação e nas escolhas do historiador. Desse modo, perguntar por que determinado assunto foi capa, ou por que aquela matéria em particular estava num canto de pé de página, também faz parte do trabalho do pesquisador se sua intenção é estudar a imprensa “[...] como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais.”¹⁰⁴.

O jornal dentro de suas particularidades pode apresentar armadilhas para historiador. De modo a evitá-las, Gerson Fraga¹⁰⁵, a partir das considerações de Claudio Elmir¹⁰⁶, aponta a necessidade de pesquisar em um grande número de edições com o objetivo de perceber a regularidade ou não de determinadas ideias; a obrigatoriedade de uma leitura intensiva e cuidadosa, de modo a apropriar-se dos textos e significados das publicações. Além de advertir que o historiador não é o leitor-modelo do jornal pesquisado, afinal este não fora escrito para ser lido por alguém do futuro. Obedecia por sua vez, a uma lógica de outro presente, de outro contexto e com outras preocupações. Marialva Barbosa, ao estudar a imprensa do Rio de Janeiro no século XX, faz uma elegante lembrança sobre a questão: “A tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo. A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação”¹⁰⁷.

As duas fontes aqui privilegiadas, como já brevemente citadas, são os jornais *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981). O primeiro é um dos mais importantes jornais alternativos do período. Fundado por Fernando Gasparian, em 1972, contava com a participação de renomados intelectuais e jornalistas da época, alguns deles afastados de suas atividades ou exilados. Além do perfil intelectualizado, com alguma tendência liberal e crítico, apresentava um viés nacionalista que será interessante de ser analisado através das matérias esportivas. O tema aparecia que era publicada constantemente, além de artigos especiais que aprofundavam, problematizavam ou mesmo relacionavam as conexões entre futebol e sociedade. Já o segundo, conjuntamente com *Opinião*, foi um relevante jornal

¹⁰⁴ CAPELATO, Maria. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.21.

¹⁰⁵ FRAGA, Gerson. *Branco e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2004, p.22.

¹⁰⁶ ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n.13, 1995, p.19-29.

¹⁰⁷ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.13.

alternativo entre os anos 1975 e 1981. Encabeçado por Raimundo Pereira, foi formado, principalmente, por dissidentes de *Opinião*. Deixou de lado o perfil mais intelectualizado para buscar um caráter mais popular e nacionalista, embora esse desafio se apresentasse maior do que o esperado. Da mesma forma, procurava problematizar e criticar a situação do futebol brasileiro.

A escolha deles se deve principalmente por seu perfil de esquerda dentro de um contexto autoritário e de repressão. Ademais, ambos os jornais preocuparam-se e participaram ativamente do jogo político, colocando-se a favor das classes subalternas, na denúncia dos desmandos militares e apoiando a coalização de forças em nome da abertura política. Características que despertaram a curiosidade de como o futebol, levando em consideração todo o cenário apresentado, foi tratado por esses semanários. Os exemplares que tornaram a pesquisa possível foram encontrados em locais distintos: *Opinião* na hemeroteca digital da biblioteca nacional¹⁰⁸, que contém todas as edições; e *Movimento* através do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Nupecc-PUCRS).

Os objetivos do presente trabalho, além de estarem intimamente ligados ao problema, têm a imprensa alternativa como centro irradiador. O primeiro deles e que, de certa maneira, direciona os outros é o de relacionar o modo como o futebol foi apresentado e interpretado pelos dois jornais com o contexto sociopolítico brasileiro entre os anos 1975-1978, especialmente em relação à ditadura empresarial-militar e ao *ethos* autoritário que se estabelecia na sociedade e, mais especificamente, no futebol. Segundo, o de investigar como essas interpretações encararam o problema da identidade nacional brasileira, num momento em que a associação futebol-nacionalismo estava na ordem do dia. Este, por sua vez, traz em seu bojo, ainda que de forma separada, o último objetivo, de analisar a questão do problema futebol/alienação, se apareceu ou não nos jornais e como esse assunto fora trabalhado pelos mesmos.

A divisão dos capítulos procura facilitar o contato do leitor com parte do cenário histórico do espaço-tempo entre 1975-1978. Assim, o primeiro capítulo *O cenário: ditadura, imprensa alternativa e futebol (1964-1978)*, trata da contextualização histórica do período, em que procuro entender, através da chave-explicativa Estado x Oposição, como essa dialética se desenvolveu durante o regime empresarial-militar. O objetivo, desse modo, é o de compreender as nuances, as contradições e o desenvolvimento da imprensa alternativa

¹⁰⁸ O link para o acesso: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> - Acessado em 09/04/2016.

enquanto fenômeno conectado historicamente à oposição do governo ditatorial. Nessa mesma perspectiva, trato separadamente das duas fontes principais aqui privilegiadas com a proposta de aprofundar o conhecimento sobre elas, tornando possível entender as proximidades e os distanciamentos que ambas têm entre si, assim como, notar de forma mais precisa o projeto político-ideológico de cada jornal, suas questões, temáticas e funcionamento interno.

No segundo capítulo, de nome *Opinião e Movimento: o futebol brasileiro em perspectiva (1975-1977)* elaboro uma análise sobre os principais temas sobre o futebol brasileiro tratados pelos semanários. A primeira parte do capítulo é dedicada ao cronista/colunista Plínio Marcos. Reservei importante espaço sobre o escritor, pois ele teve papel fundamental no jornal *Movimento* quando o assunto foi futebol. Dessa maneira, não somente analisei seus textos, mas procurei contextualizar seu pensamento com o próprio ambiente cultural de esquerda com qual ele convivia de modo a entender, principalmente, seu romantismo e suas ideias sobre o *povo* e a *nação* brasileira e como elas foram aplicadas em suas concepções sobre o nosso futebol. Na segunda parte, optei por privilegiar o jornal *Opinião*. A escolha se deu pelo motivo de respeitar algumas das particularidades do semanário, entre elas, seu perfil mais intelectualizado. Dessa maneira, a publicação do ensaio de Anatol Rosenfeld, *O Futebol no Brasil*, mereceu análise mais atenta, sempre de acordo com os objetivos postos no presente trabalho. Da mesma forma, o problema da “Crise Simbólica” do nosso futebol, onde, especialmente depois da derrota em campos alemães, em 1974, diversos questionamentos sobre o “estilo brasileiro” desvelaram reflexões importantes em relação ao nosso futebol e também em relação a nossa identidade nacional. Na última parte do capítulo, privilegio a dimensão em que o combate ao *ethos* autoritário apareceu explicitamente nos jornais.

No último capítulo, escolhi a Copa do Mundo de 1978 como referência. Por ser um momento galvanizador das *comunidade imaginadas* nacionais, ela é um rico objeto para os estudos sobre o futebol enquanto fenômeno histórico. Nessa parte, apenas o jornal *Movimento* foi tratado como fonte, já que o *Opinião* já havia encerrado sua trajetória (a não ser no item 3.3 em que abordo como o jornal de Gasparian tratou o assunto “alienação” no futebol). No primeiro subcapítulo, trato da “questão Reinaldo” (de certa maneira, continuação da última parte do capítulo dois), em que o semanário carioca, após uma entrevista com o atacante atleticano em que este se posiciona sobre diversos assuntos de cunho político e social, acaba baseando boa parte de sua cobertura sobre o mundial na repercussão da própria entrevista. Analiso, portanto, como o periódico constrói a figura de seu “herói” para o mundial,

valorizando-o não só como *cidadão* mas também como *craque*. Os objetivos do jornal, segundo a minha hipótese, é tanto o de se contrapor à ditadura e ao chamado *ethos* autoritário do período quanto o de utilizar o futebol como meio de difusão de suas diretrizes ideológicas em que o nacionalismo, a luta pelas liberdades democráticas e os direitos da classe trabalhadora aparecem como principais. No item 3.2, novamente Plínio Marcos é o foco da análise. O teatrólogo foi escolhido pelo jornal para opinar sobre o desempenho da Seleção nos gramados argentinos. Seguindo sua linha nacional/popular/romântica, Plínio, em duas crônicas, traz argumentos e reflexões profícuas, através de um processo de culpabilização, sobre as questões da identidade nacional brasileira relaciona ao momento histórico autoritário em que vivíamos. Soma-se aos textos do escritor santista, um artigo de autoria de Garrincha que, na sinergia de ambos, permitiram traçar um quadro coerente de como a atuação do time de Coutinho foi criticada nas páginas do semanário alternativo. No último subcapítulo, reservo espaço para o debate sobre como os jornais alternativo se relacionaram e se posicionaram perante o tema “alienação no futebol”. A divisão deste item se deu em duas partes: a primeira com o objetivo de fazer uma retomada de alguns argumentos produzidos durante o trabalho, desta vez de forma mais profunda e focalizando a temática proposta e a segunda que trata de artigos e opiniões em que, em ambos os semanários, o tema “ópio do povo” foi o centro do debate.

Capítulo 1: O cenário: ditadura, imprensa alternativa e futebol (1964-1978).

O presente capítulo tem duas preocupações principais: a de contextualizar o recorte temporal estudado e também o de analisar mais detalhadamente um dos objetos da pesquisa: a imprensa alternativa, mais especificamente, os jornais *Opinião* e *Movimento*.

Sobre a primeira, adoto a polarização entre Estado x Oposição como guia para entender como essa dialética se desenvolveu durante o regime empresarial-militar. O objetivo é o de compreender as nuances, as contradições e o desenvolvimento desse período histórico sem perder de vista a atuação da imprensa alternativa inserida, inevitavelmente, no campo da Oposição ao governo instaurado. Nessa mesma perspectiva, trato separadamente dos dois semanários alternativos. A concepção é a de aprofundar o conhecimento sobre ambos, tornando possível entender as proximidades e os distanciamentos que entre eles, assim como, notar de forma mais precisa o projeto político-ideológico de cada jornal, suas questões, temáticas e funcionamento interno.

1.1. – A imprensa alternativa do golpe ao início da Abertura (1964-1974).

A imprensa alternativa teve duas fases principais, se tomarmos como referência o AI-5. Antes de 1968 ela foi caracterizada por experiências de curta duração e sem periódicos de relevância nacional. No imediato pós-golpe se destacaram publicações ligados ao PCB que incentivavam a “resistência democrática”, além de periódicos com tom satírico como o *Pif-Paf* de Millôr Fernandes. Num momento posterior, já de radicalização da luta, jornais ligados ao movimento estudantil e a partidos/organizações de esquerda como a Política Operária (POLOP), Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual um bom exemplo é o *Amanhã* (1967), marcaram esse estágio. Já a segunda fase, localizada temporalmente após o AI-5, distingue-se pela presença de jornais mais duradouros, sendo alguns de alcance nacional, tais como *O Pasquim*, *Bondinho*, *Ex*, *Opinião*, *Versus*, *Coojornal*, e *Movimento*. Nessa etapa, caracteriza-se mais

claramente um fenômeno cultural e político com identidade própria, especialmente durante a década de 1970¹⁰⁹.

Esse processo de transformação da imprensa alternativa está ligado às nuances da conjuntura sócio-política da época. Esse primeiro momento, de 1964 a 1968, foi de institucionalização gradual do regime. Por mais que disputas internas entre os militares revelassem um projeto não tão uniforme¹¹⁰, foi marcante a maneira como o governo militar, associado à burguesia ligada ao capital estrangeiro, assentou suas bases através de um aparato legal e oficial, transformando o sistema político e econômico brasileiro de forma consonante com a Doutrina de Segurança Nacional. São significativos, dessa maneira, os seguintes Atos Institucionais, que concederam ao Executivo cada vez mais poder em contrapartida a um Legislativo cada vez mais enfraquecido. Entre as ordenações estabelecidas por esses atos estavam: a criação dos dois partidos oficiais, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (AI-2, 1965); a produção de uma nova constituição, em 1967 (AI-4) e, por fim, o cerceamento das liberdades individuais e legalização efetiva do terrorismo de Estado, por meio do AI-5, de 1968.

No entanto, essa gradativa ocupação pelos militares não pode ser explicada sem levar em consideração a reação da oposição a cada arbitrariedade e violação dos princípios liberais do Estado burguês. Desse modo, a relação entre governo e oposição durante o regime ditatorial pode ser compreendida através de sua dialética. Segundo Alves:

[...] a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão-se permanentemente transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é portanto essencialmente dialético.¹¹¹

Assim, do apoio explícito ao golpe dado pelas classes dominantes e por parte significativa da sociedade civil, em abril de 1964, até o ato de dezembro de 1968, um

¹⁰⁹ BELLUCCO, Hugo Alexandre. Ciências Sociais e Pensamento Político: o grupo da USP e a frente democrática a partir dos semanários Opinião e Movimento (1972-1981). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015, p.49.

¹¹⁰ Os detentores do poder estatal, no caso, os militares, também sofriam com divisões internas: demonstrando que não havia uma unidade de pensamento entre a coalização governista. Os dois grandes grupos eram os “castelistas”, de cunho mais moderado e que via o regime como necessário, porém passageiro, que tinha entre seus principais membros os generais Castelo Branco e Ernesto Geisel; e os “linha-dura”, à direita do espectro, apoiavam um projeto ditatorial de mais autoritarismo e repressão, sem necessariamente pensar numa transição para a democracia, entre seus apoiadores estavam Costa e Silva e Emílio Médici. Essa divisão clássica, porém, pode ser questionada e mesmo revisada, já que as recentes revelações documentais feitas pelas CIA, provam que Ernesto Geisel não só sabia como deu continuidade à política de “Execuções Sumárias” conduzida pelo seu antecessor, Emílio Médici. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml> - Acessado em 19/06/2018.

¹¹¹ BELLUCO, op.cit., p.27-28.

processo dinâmico entre Estado e Oposição delineou o contexto sociopolítico brasileiro. Esse intervalo foi caracterizado pelo recrudescimento autoritário do governo, expressado pelo distanciamento da promessa inicial de redemocratização feita pelos golpistas e pela violência repressiva, que passava a atingir também as próprias classes que deram suporte ao golpe. Nesse relacionamento dialético, os dois últimos anos antes do AI-5, viram a tentativa de alguns setores, inclusive de ex-apoiadores do golpe, tentar pressionar o governo para o retorno à democracia. Embora esse movimento tenha tido um papel importante, não foi suficiente para mudar os rumos despóticos do governo.

Nesse aspecto, como aponta Ridenti¹¹², as esquerdas tiveram importante papel cultural. Expressões como o *Cinema Novo*, *Teatro Oficina*, *Teatro Opinião*, *Centros Populares de Cultura (CPCs)*, *Tropicália*, representaram uma forma importante de reação perante o regime instaurado que, paulatinamente, procurava sufocar qualquer manifestação “subversiva”. Além disso, nos anos 1967 e 1968, sobretudo na sociedade civil, atores como a Frente Ampla, o movimento estudantil, o movimento sindical e parte do MDB exerceram considerável pressão sobre o Estado, levando-o a endurecer o aparato repressivo.

Entrementes, a grande imprensa cumpriu, de forma geral, o papel de sustentáculo do regime, embora seja necessário atentar para a complexidade do contexto histórico. Há de se lembrar, claro, do apoio explícito dado ao golpe de 1964 pela maioria das grandes empresas jornalísticas, com a exceção do *Última Hora*, de perfil nacionalista e legalista. Porém, na medida em que o governo aumentava a repressão sobre toda a sociedade, durante o primeiro quadriênio, a relação entre este e a grande imprensa passou a indicar algumas fissuras. São os casos, por exemplo, do *Correio da Manhã*, que se tornaria um dos defensores mais efusivos das liberdades individuais entre 1964 e 1965¹¹³, e do *O Estado de São Paulo* que somente em 1968 (pois até então defendia explicitamente o regime) passou a adotar uma postura relativamente crítica em relação ao crescente autoritarismo dos militares¹¹⁴. Casos que ajudam a tornar mais complexa a análise do papel dos grandes jornais nessa época. Complexidade, porém, que não absolve ou nega a posição de vários desses veículos de suporte ideológico ou mesmo de convergência com os princípios e ações do poder instituído.

¹¹² RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.133-166.

¹¹³ SODRÉ, op.cit., p.500-501.

¹¹⁴ AQUINO, op.cit., p.49.

No marco da grande imprensa, ainda, chama a atenção o exemplo da revista *Realidade* (1966-1976). Periódico criado pela Editora Abril e que cumpriu papel importante no jornalismo brasileiro. Segundo Moreira¹¹⁵, fez parte de um contexto histórico de contestação em relação aos costumes e à civilização ocidental de maneira geral. Assim, em consonância com as revoltas estudantis, com os movimentos pela emancipação feminina e das minorias étnicas, com as críticas em relação à pobreza e às condições do chamado “terceiro mundo”, *Realidade* viveu o espírito de seu tempo. Não tinha como principal referência assuntos políticos, focava, por sua vez, nos aspectos comportamentais, levantando diversos assuntos polêmicos como drogas, aborto, pílula, etc. Detinha, assim, um produto de relevância para o mercado editorial de então, tanto pela conjuntura histórica como pela qualidade de seu jornalismo.

Nas várias fases pelas quais passou a revista, a primeira delas, entre 1966-1968, é considerada como o auge¹¹⁶ pois desfrutou de um cenário com alguns espaços em aberto para o tipo de ação questionadora que propunha. Raimundo Pereira, futuro editor de *Opinião e Movimento*, fez parte desse momento como repórter, onde conheceu alguns membros da Ação Popular (AP), Carlos Azevedo e Duarte Pereira, com quem iniciou uma relação próxima e que interferiria em seu trabalho nos alternativos anos depois¹¹⁷. Além disso, a publicação representou, como poucas, a contradição entre adotar uma postura contestadora e de um jornalismo crítico, tendo como alvo o *status quo* e seu conservadorismo e ao mesmo tempo fazer parte desse mesmo *establishment*, já que estava inserida numa empresa capitalista de grande porte. Nessa ainda incipiente indústria cultural que se estruturava no Brasil, *Realidade* conseguiu, mesmo que por um curto espaço de tempo, se diferenciar do jornalismo da grande imprensa e, de certo modo, estar mais próximo da imprensa alternativa.

A imprensa alternativa anterior ao Ato Institucional nº-5, segundo Kucinski¹¹⁸, pode ser dividida em dois breves momentos. O primeiro, do golpe de 1964 até 1966, caracterizado pela crença de que ainda havia margem para a redemocratização do Brasil, entre os exemplos estão jornais como a *Folha da Semana* do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que insistia na resistência democrática como forma de pressionar o regime. Nesse mesma época, porém, também há “[...] o sentimento de desprezo pelo ridículo manifesto dos primeiros tempos do

¹¹⁵ MOREIRA, Roberto Sabato Claudio. A revista Realidade e o processo cultural brasileiro nos anos 60. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.411-430.

¹¹⁶ Ibid. , p.424.

¹¹⁷ BELLUCO, op.cit, p.50.

¹¹⁸ Ibid. .

golpe [...]”¹¹⁹, expressado pelo satírico *Pif-Paf* de Millôr Fernandes, um dos inspiradores de *O Pasquim*. Já o segundo momento, de 1967 e 1968, indica a desilusão em relação à volta imediata da democracia e também a radicalização da resistência, que passava a se entusiasmar com soluções mais rápidas e mais violentas. Encampando o discurso da luta armada, jornais como *Poder Jovem* e *Amanhã* representaram esse momento, que traria repercussões inevitáveis para a esquerda. Digno de nota, também, é o jornal *O Sol*, inicialmente suplemento do *Jornal do Sports*, logo ganhou vida própria, que apesar de curta duração (1967-1968) representou uma experiência importante para essa ainda germinal imprensa alternativa.

Simbolismo muito presente na esquerda brasileira de então, a ideia de que somente a luta armada poderia derrotar a ditadura instaurada e também conduzir o Brasil ao socialismo, se explica por duas razões principais: o influxo que a Revolução Cubana, de 1959, teve na esquerda latino-americana, expressando-se através da tática “foquista”; e o descontentamento, especialmente no período imediato depois do golpe, com as diretrizes seguidas pelo PCB, de aliança com a burguesia nacional. Com a esquerda praticamente na ilegalidade após 1964, salve alguns nomes que participavam do MDB, muitos grupos viram no combate armado a solução para a derrubada do regime. Se já antes do golpe essa possibilidade era aventada, foi no andar da ditadura que ela foi solidificando-se e acabou mobilizando parte importante dos quadros da esquerda brasileira. Entre 1968 e 1974, pelo menos, a luta armada foi a tática principal da chamada “esquerda revolucionária”, ou seja, dos grupos que colocavam-se como críticos ao comunismo soviético e ao já citado PCB, pela sua atuação no pré-golpe que teria sido “reformista”, “pacifista” e “imobilista”.¹²⁰

Dessa maneira, diversas associações, grupos e partidos surgiram tendo como foco a crítica à atuação do “Partidão”. Entre os exemplos estão a Organização Revolucionária Marxista (ORM), de vertente trotskista, ou também conhecida como Polop que dava nome à revista do grupo, em que intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e os irmãos Eder e Emir Sader eram ativos colaboradores; o PC do B fundado como dissidência do PCB em 1962 e que reivindicava o marxismo-leninismo, e posteriormente o maoísmo; ou ainda a AP fundada também em 1962, unia a ideia de uma revolução socialista em conjunto com

¹¹⁹ KUCINSKI, op.cit., p.4.

¹²⁰ “Reformista” por sua diretriz “etapista”, que sustentava que seria necessário uma “etapa intermediária” (a revolução burguesa) para que o Brasil chegasse ao socialismo, por isso a necessidade da esquerda e do operariado em se aliar com a burguesia nacional. “Etapista” diz respeito à defesa da ação política através das instituições legais disponíveis no Estado burguês e o não-apoio às táticas armadas. Já o “Imobilismo” caracteriza a crítica ao que teria sido a falta de reação do partido diante do golpe projetado e executado pela coalização empresarial-militar. Ver: ARAÚJO, op.cit., 2000.

princípios católicos, diretriz explicada pela origem do grupo na Juventude Universitária Católica (JUC) e que também aderiria ao maoísmo, unindo-se ao PC do B na década de 1970. Já na parte final da década de 1960, em 1967, surgiu a Aliança Libertadora Nacional (ALN), com membros originários do PCB, defensor da guerrilha urbana como meio revolucionário e que tinha como principal líder Carlos Marighella.

Entre os exemplos marcantes da imprensa alternativa desse momento está o jornal *Amanhã* (1967)¹²¹. De duração efêmera, apenas seis edições, foi um periódico criado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. A publicação também serviu como uma primeira experiência ao tentar fazer um “jornalismo de frente”¹²², que unia diferentes organizações de esquerda com o objetivo de produzir um veículo de comunicação em comum. O projeto contou com Raimundo Pereira, expulso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)¹²³ e, na época, estudante de Física da universidade paulista. O futuro editor de *Opinião* vivenciou essa proposta que serviria de exemplo para suas próximas realizações na área. Além disso, o jornal acabou demonstrando, pois, algumas características, mesmo que em menor grau, da imprensa alternativa pós-1968: tentativa de um projeto frentista, as dissidências internas, as perseguições e as dificuldades de se manter um jornal fora do círculo empresarial dominante.

No pós AI-5, a sociedade brasileira viveria o auge do autoritarismo ditatorial. Já em 1969, Costa e Silva, com problemas de saúde, foi substituído por uma junta militar (General Aurélio de Lira Tavares, do Exército; Almirante Augusto Rademaker, da Marinha; e o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, da Aeronáutica) após o Vice-Presidente, o civil Pedro Aleixo ser impedido de assumir o cargo e, logo depois, o general Emílio Médici (1969-1974), também apoiado pelos linha-dura e escolhido pela cúpula mandante em eleições indiretas, assumiu a presidência. Nesse primeiro ano, mantendo o congresso fechado até outubro de 1969 e com a vigência do novo Ato, o governo buscou aumentar seu controle sobre a sociedade civil, com atos complementares e decretos-leis, além de cassações e expurgos de oposicionistas. Uma das formas de controle foi a execução da censura, que permitiu ao Estado ampliar e fortalecer a repressão, atingindo pesadamente o setor cultural. Assim, músicas, livros, peças, e, claro, a imprensa, passariam a ser alvos sistemáticos de limitação e proibição.

¹²¹ KUCINSKI, op.cit., p.23-31.

¹²² Participavam a POLOP, a dissidência do PC, dissidência estudantil do PC do B (Ala Vermelha) e alguns jornais trotskistas e independentes (Kucinski, op.cit., p.27).

¹²³ Já no período da Ditadura Empresarial-Militar, o ITA era um centro de excelência das “Ciências Duras” ou “Exatas”, especialmente as engenharias. Considerado o vestibular mais difícil do país, atualmente o Instituto é comandado pela Força Aérea Brasileira e tem vinculação com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

No caso específico dessa, os grandes veículos de comunicação acabariam mostrando-se pouco combativos em relação a essa condição e, apesar de resistências localizadas e de relativo impacto, não houve por parte das grandes empresas jornalísticas uma reação coletiva, que atacasse o abuso do governo de forma eficiente. Exemplo dessa postura foi a chamada “censura interna” que partia dos próprios mandantes desses órgãos e que se caracterizava pela proibição ou prevenção da publicação de determinados assuntos. Além do objetivo de evitar problemas com o governo, não se pode negar que era também uma forma de apoio à ordem vigente, já que pecava pela omissão. Situação que ajudaria a explicar a proliferação dos alternativos nessa época, como forma de resposta ao sufocamento das liberdades, à passividade da grande imprensa e, claro, pela própria vontade política de seus membros.

Ainda no final do ano de 1969, então, com o Executivo como principal poder do Estado: “[...] estava solidamente estabelecido o quadro legal para os anos de ‘milagre econômico’”¹²⁴, que marcaria o governo Médici. Contextualizado com uma política econômica que prezava o desenvolvimento, porém sem preocupação com equidade e distribuição de renda, e com uma série de confluências externas, esse processo econômico com grandes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) , que chegavam a dois dígitos, foi um dos grandes trunfos dos militares e das classes dominantes. Em termos propagandísticos, serviu para que o regime associasse esses aparentes bons resultados à eficácia e à qualidade do governo instaurado e, em termos políticos, como uma forma de cooptação das classes médias e altas, por serem as principais beneficiadas pelas facilidades de consumo, um dos efeitos do incentivo à fabricação de bens-duráveis. Da perspectiva econômica, no entanto, entre as principais consequências que o “milagre” gerara, agravadas pela crise do petróleo de 1973, foram o aumento da concentração de renda e o acréscimo da dívida externa¹²⁵.

Esse interregno foi, assim, de grande oportunidade para a intensificação da propaganda ou da chamada “guerra psicológica” por parte do regime golpista. Como grande mote desse projeto estava o enaltecimento da Nação brasileira, sua superioridade e singularidade perante o mundo. Como afirma Fico¹²⁶, muitos dos elementos utilizados pela

¹²⁴ ALVES, op.cit. p.142.

¹²⁵ Sobre o “milagre econômico”, processo e efeitos na economia e na sociedade brasileira ver: EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos D.. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.209-240 e ALVES, op.cit. p.145-146.

¹²⁶ FICO, op.cit.

Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) E A Assessoria de Relações Públicas (ARP)¹²⁷ eram próprios do imaginário já criado sobre o Brasil. Assim, as ideias do “país do futuro”, do país das “belezas naturais”, de nossa “harmonia racial” seriam fruto de um processo de construção histórica e que teriam permeado os diferentes grupos sociais da sociedade brasileira. Nesse caldo, a utilização pelos militares de diferentes campanhas publicitárias audiovisuais, o uso de sentimentos consensuais como “paz” ou “amor” pelo Brasil, a intensa exploração do Tricampeonato Mundial da Seleção, em 1970, demonstraram a preocupação do governo em associar as supostas qualidades do país a si próprio, esperando maior aceitação ou consenso popular.

A Copa do Mundo de 1970 é um caso importante a ser sublinhado. O selecionado treinado por Zagallo conseguiu um desempenho de muito boa qualidade nos campos mexicanos, trazendo com requintes de glória, a taça Jules Rimet permanentemente para o Brasil. A consagração do “futebol-arte”, muito devido à preparação física do selecionado antes do mundial, serviu como demonstração da singularidade e da potência brasileira perante o mundo e também para como elemento do discurso propagandístico do regime. Esse caso paradigmático também influenciou fortemente a imagem do próprio futebol no Brasil, pois este passou a ser relacionado mais frequentemente, inclusive pela esquerda, com a alienação e manipulação das massas. Assunto que trataremos no decorrer do trabalho.

Durante a fase de maior fechamento do regime é quando surge o fenômeno *O Pasquim* (1969-1991). Fundado por Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius e Jaguar (e com colaborações constantes de Millôr Fernandes, Henfil, Ziraldo, entre outros) o semanário, de perfil humorístico, conseguiu aglutinar a contracultura dos anos 1960, de crítica ao conservadorismo, com a oposição ao regime militar. Acabou, assim, “preenchendo um vazio” pelo fracasso dos movimentos populares e pelo fim da hegemonia cultural das esquerdas, como aponta Kucinski¹²⁸. Tudo isso através de uma organização que eles mesmos classificavam como “patota”, sem hierarquias e com pouca preocupação administrativa. Diferencial que ao invés de impedir o sucesso do jornal, acabou representando seu universo particular e também a propulsão das vendas que, apenas sete meses depois do primeiro número, de junho de 1969, já registrava uma média de 225 mil exemplares; recorde imbatível

¹²⁷ Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) foi uma agência de propaganda criada no governo Médici e que foi a principal responsável pelos diferentes projetos publicitários do governo e que tinha como principal mentor Octávio Costa. A mesma instituição, em 1976, foi transformada em Assessoria de Relações Públicas (ARP), já no governo Geisel. (FICO, op.cit. cap 4).

¹²⁸ KUCINSKI, op.cit. p.154.

na imprensa alternativa brasileira. O efeito do periódico, além da revolução na linguagem e seu impacto cultural, esteve na demonstração de que um jornal fora dos padrões da grande imprensa, sob constante censura e com importante poder de crítica ao governo militar poderia dar certo. Seu significado, portanto, foi também político e acabou representando novos tempos para a imprensa alternativa, que a partir dessa época conseguiu, não obstante, evoluir significativamente em termos nacionais.

Além disso, o semanário acabou influenciando o surgimento de outros jornais do estilo que Kucinski classificou como a “vertente existencial” da imprensa alternativa. Além de *O Pasquim*, exemplos como *Bondinho* (1970-1972), *Ex* (1973-1975) e *Versus* (1975-1977/1979) procuraram uma opção de jornalismo através da contracultura, da experiência vivida, da influência das drogas, da literatura, do questionamento do comportamento e dos costumes, da crítica e mesmo rejeição de qualquer ideologia partidária ou do que acreditavam ser o dogmatismo das esquerdas. Evidente que nem todas operaram sobre os mesmos pressupostos. No caso de *Bondinho e Ex*, projetos compostos pelos ex-integrantes de *Realidade*, seus membros recorreram às drogas como forma de liberdade e crítica, negando a política formal como possibilidade. Como define Narciso Kalili, jornalista de ambos: “Foi ao mesmo tempo alienação e inserção [...]”¹²⁹, ou seja, tanto uma forma de crítica cultural quanto uma forma de se opor ao regime, de reagir àquela situação opressiva. Em termos de conteúdo, os jornais buscavam nos nomes de expressões culturais contestatórias, como Caetano Veloso e Gilberto Gil da Tropicália, os Novos Baianos e seu estilo de vida também alternativo, em Chico Buarque ou em lendas da contracultura como Janis Joplin, com entrevistas e perfis, o modo de exprimir a indignação e a nova consciência jornalística. Diretriz que não impedia trabalhos de cunho político e investigativo; relevante, nesse aspecto, é o papel que *Ex* teve na repercussão da morte de Vladimir Herzog, sendo um dos primeiros jornais a divulgar a investigação que denunciou a farsa de seu suposto suicídio, conseguindo vender cerca de 50 mil exemplares.

Já *Versus*, capitaneado em seus dois primeiros anos por Marcos Faerman, inspirou-se no *new journalism* norte-americano e na temática de uma América Latina tomada por ditaduras. Na “política como metáfora”, primava pelas grandes reportagens e por textos históricos que remetessem ao presente desolador, porém de luta. Assim, autores latino-americanos, literatos e textos de grande qualidade marcaram essa experiência, até, pelo menos, o segundo semestre de 1977, quando a *Liga Operária* (futura *Convergência*

¹²⁹ Ibid. , p.184.

Socialista) foi tomando o jornal para si e transformando-o em plataforma política¹³⁰. A partir do número 8, então, o periódico perdeu seu tom de imprensa inovadora a que se propunha e acabou ficando mais “pesado”, marcado pela politização partidária, no contexto da abertura política.

Num clima de sufocamento da oposição, política e socialmente, esses jornais, cada um com suas próprias palavras, tentaram levantar vozes dissonantes. Nesse contexto que surge *Opinião*, em 1972. Diferente da vertente existencial, o periódico se caracterizaria, principalmente, por se preocupar com o contexto político e econômico brasileiro, ainda que não deixasse de lado os temas “culturais”. Inserido no momento de transição do governo Médici para o governo Geisel e encampando as bandeiras da Frente Democrática, o semanário representou, em conjunto com outros periódicos, esse novo momento da imprensa alternativa e também da esquerda, que vivia o fracasso da luta armada, o início de sua autocrítica e a busca por espaços legais de manifestação e organização.

1.2 - A dinâmica da abertura política e a imprensa alternativa (1974-1978)

Justamente entre os marcos iniciais do governo Geisel, iniciado em março de 1974, está o desmantelamento do último foco de resistência da luta armada, a Guerrilha do Araguaia¹³¹. Encarada como uma operação de guerra pelo Exército, que utilizou sua capacidade bélica de forma ostensiva contra o inimigo, as chances de resistência efetiva dos militantes foram praticamente nulas. Já em 1974 o foco guerrilheiro não mais existia. Apesar de toda a mobilização do governo, ilustração da própria Doutrina de Segurança Nacional e da necessidade de combater o “inimigo interno”, a grande imprensa da época não registrou esse episódio em suas páginas. Somente no final da década e mais posteriormente, nos anos noventa, que o assunto ganhou a atenção da grande imprensa.

¹³⁰ ARAÚJO, Luís Carlos Eblak de. *O Versus e a Imprensa Alternativa: Em busca da identidade latino-americana (1975-1979)*. Dissertação em História (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002, p.75-85.

¹³¹ O foco guerrilheiro foi montado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) a partir do final da década de 1960. Inspirados pela revolução chinesa, acreditavam na eficácia da guerrilha rural e na aliança entre camponeses e operários na formação de um exército popular. Apesar de ter conseguido, com algum sucesso, montar parte da estrutura e de aglutinar um número relativo de militantes (cerca de 69), em 1972 o exército descobriu a base de operações no sul do Pará, às margens do rio Araguaia. Assim, durante dois anos de ofensivas por parte do Estado ditatorial e com o assassinato de quase todos os militantes, o foco foi dizimado no primeiro semestre de 1974. (GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, p.235-244.)

O mandato de Geisel iniciava, dessa maneira, num contexto mais complicado do que seu antecessor. O “milagre econômico” já mostrava seus limites e deficiências, com as taxas de crescimento diminuindo e a visível concentração de renda, além da redução do consumo e a precarização das condições de vida das classes populares. Mesmo o apoio das classes médias conseguido durante a fase “áurea” do regime começava a sofrer abalos. Além disso, parte significativa da elite começou a se reorganizar com o objetivo de tensionar o governo ditatorial, pensando numa transição para a democracia, pois como aponta Alves¹³², o governo militar passava, progressivamente, de aliado a transtorno. No plano interno, a ascensão do grupo “castelista” novamente ao poder transformou a “linha-dura” em opositora e fonte de preocupação para o governo, já que tinha grande influência sobre o aparato repressivo¹³³.

Indicativo desse cenário é o próprio projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, proposto pelo governo e que objetivava fazer a transição para a democracia. Sobre essa intenção, Silva explica:

[...] deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo logo – seu caráter lento –, de mais ao menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra de constitucionalidade.¹³⁴

Em síntese, o propósito dos militares era de conduzir uma transição conservadora, que limitasse a interferência dos setores da esquerda e das classes populares. Ou seja, garantir um Estado de direito elitista, que favorecesse os grupos dominantes e assegurasse o *status* dos militares, sem a possibilidade do que classificavam como “vingança” ou “revanchismo” de quem sofrera com a ilegalidade e com o terrorismo de Estado. O caráter conservador do programa governista se explicita, então, por meio da concepção de que a oposição “[...] seria

¹³² A autora procura entender porque durante o governo Geisel, os setores que antes apoiavam a ditadura comecem a questioná-lo de forma efetiva. De acordo com ela, seriam três os principais fatores. Primeiro, importantes grupos da elite sentiam-se profissionalmente ameaçados pela manutenção dos rígidos controles repressivos e da centralização do poder. Segundo, os integrantes de tais grupos também se sentiam pessoalmente ameaçados pela violência da repressão. Por fim, passaram a considerar o próprio Estado autoritário desnecessário à proteção de seus interesses, e a encará-lo antes como um estorvo do que como um aliado (Alves, op.cit., p.220). Como adendo a essa última razão, cito Renato Lemos, que, a partir da perspectiva marxista argumenta que parte da classe dirigente entendeu que as “metas” do governo ditatorial de retomada do crescimento econômico e “saneamento” do cenário político interno, com a dissolução da esquerda pré-golpe, já estavam cumpridas e, por isso, o governo ditatorial perdia sua função principal. (LEMONS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. In: *Marx e o marxismo*. V.2, n.2 jan/jul 2014, p.132.)

¹³³ SKIDMORE, op.cit., p.315-335.

¹³⁴ SILVA, Francisco C. T.. Crise na ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.243-282; p.262-263.

um estorvo aos seus objetivos”¹³⁵. Estorvo, especialmente por “não entender” a situação política do governo Geisel, que precisava ao mesmo tempo lidar com a oposição civil, empenhada na volta para a democracia, e a “oposição interna”, da linha-dura, que pressionava o governo na perduração do regime e, inclusive, na busca por aprofundá-lo em seus vieses despóticos. Por esse contexto, segmento importante dentro da bibliografia defende que a distensão se difere entre *projeto* de abertura e o *processo* de abertura¹³⁶. Enquanto o primeiro trata da já citada vontade do governo Geisel, o segundo procura se ater ao processo histórico concreto. Segundo Castro, D’Araujo e Soares: “[...] podemos caracterizar a abertura como um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças.”¹³⁷

Este teve em seu cenário diversos atores e contou, principalmente, com a reestruturação da oposição na esfera política e também na sociedade civil. O partido oposicionista, por exemplo, que, até então tivera sua capacidade de ação restringida tanto pelo seu caráter “artificial”, de uma agremiação criada pelo próprio governo e que havia se organizado de cima para baixo, sem uma base forte; quanto pelo próprio contexto autoritário que limitava constantemente qualquer possibilidade de um exercício efetivamente contestatório, começava a agrupar e mobilizar suas forças. Kinzo¹³⁸ localiza na “anticandidatura” de Ulysses Guimarães para presidente um ano antes, em 1973, o início da “reação” emedebista. Conscientes de que não poderiam ganhar as eleições presidenciais, já que esta era decidida por um colégio eleitoral controlado pelo governo, o MDB resolveu lançar, mesmo assim, um desafiante. A campanha do partido, com inúmeros comícios e discursos, buscando um contato mais próximo aos cidadãos e focando na oposição ao regime através de críticas à repressão, conseguiu chamar a atenção para o partido, diminuindo paulatinamente o descrédito que possuía perante a população e perante a esquerda.

Nas eleições de 1974, o governo sofreu um surpreendente revés: a oposição conseguiu importante vitória sobre a ARENA, que esperava, por sua vez, um triunfo tranquilo, assim como fora em 1970 e 1972. A campanha conduzida pelo MDB, com acesso à televisão e ao

¹³⁵ Ibid. , p.263.

¹³⁶ Entre os autores que sustentam essa abordagem estão: ARAUJO, op.cit, 2000; CASTRO, Celso. D’ARAÚJO, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary D. A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1995; KINZO, op.cit, 1988 e SILVA, op.cit, 2009.

¹³⁷ D’ARAÚJO [et al.], op.cit. p.39.

¹³⁸ KINZO, op.cit. 1988, cap.6.

rádio¹³⁹ permitiu que a população acompanhasse e participasse, ainda que de forma limitada, das críticas ao regime instaurado. Concentrando sua campanha em três questões: justiça social, liberdades civis e a desnacionalização da economia¹⁴⁰, o partido opositor logrou um desempenho muito superior ao das eleições anteriores. Um importante fator para explicar a performance emedebista é a transferência do “voto de protesto”; da opção branco/nulo para a opção no partido. O pleito ganhou, assim, ares de “plebiscito”, em que parte importante da população colocou-se contrária à situação político-social do Brasil¹⁴¹.

As eleições subsequentes, de 1976 e 1978, demonstraram bem o funcionamento da dialética entre Estado e Oposição. Com a expressiva e imprevista vitória de 1974, o governo procurou reagir diante do crescimento das forças rivais. Assim, em 1976, o ministro da justiça, Armando Falcão foi o responsável pela “Lei Falcão”, que procurou limitar o acesso à televisão e ao rádio para a disputa eleitoral nesse mesmo ano. Os candidatos, ao invés de terem voz através das propagandas e dos debates, só poderiam ser identificados com o nome e o número pelo qual concorriam. O resultado foi razoavelmente positivo para a ARENA, embora o MDB tenha conseguido controlar majoritariamente as câmaras municipais de 59 das 100 maiores cidades do país. Da mesma forma, o governo se preocupou com as eleições de 1978 quando, ainda em 1977, lançou o que ficou conhecido como “Pacote de Abril”, em que após um impasse com o Legislativo, Geisel fechou a Assembleia e impôs uma série de reformas, sem a anuência da oposição. Entre as medidas estavam a criação dos “senadores biônicos”¹⁴² e a extensão da lei Falcão para as eleições estaduais e federais, não só municipais.

A dinâmica da abertura, portanto, foi um processo complexo marcado por pressões e contrapressões, originadas, inclusive, dentro da própria corporação militar. O aparato de repressão construído pelos governos autoritários chegara a tal dimensão que a cúpula

¹³⁹ O início do projeto de abertura do governo caracterizou-se por esse clima de “liberalização” com a intenção de demonstrar as “intenções” redemocratizantes do governo, mas principalmente porque os militares achavam que a ARENA teria um desempenho superior ao do MDB. Após o resultado, com o governo sofrendo uma derrota sem precedentes, o autoritarismo voltaria com força.

¹⁴⁰ SKIDMORE, op.cit., p.338.

¹⁴¹ Porém, como salienta Kinzo, somente esse deslocamento de votos não explica a performance da oposição. Há que se levar em conta os problemas da ARENA, sua autoconfiança exagerada e sua falta de unidade, pois boa parte dos quadros eram fisiológicos ou disputavam o poder em suas regiões locais à revelia dos interesses partidários, enfraquecendo a agremiação governista. Evidente que é importante ressaltar o “voto de protesto” como eixo explicativo, porém não limitar-se a ele (KINZO, op.cit., 1988, p.161-163).

¹⁴² O nome biônico foi criado pelos humoristas oposicionistas para caracterizar a artificialidade do cargo. Com o objetivo de controlar o parlamento brasileiro, estabelecia que na eleição que elegia dois terços dos senadores (1978), a cada dois senadores, um seria escolhido pelo colégio eleitoral (formado majoritariamente pela Arena), garantindo, assim a maioria como parte do partido situacionista (ALVES, op.cit., 1984, p.194)

mandante, no caso, Geisel e seus assessores, já não conseguia controlar as ações dos grupos linha-dura. Isso explica, em parte, os sucessivos casos de violência que serviram como estopim para mobilizações importantes da sociedade civil e também para mudanças no próprio governo. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura de São Paulo, foi preso para “esclarecimentos” e acabou sendo assassinado em sua cela. Inicialmente, os militares forjaram uma cena em que Herzog teria cometido suicídio, porém logo a farsa foi descoberta. Pouco tempo depois, em janeiro de 1976, Manuel Fiel Filho, operário metalúrgico foi encontrado em sua cela em condições muito parecidas com as de Herzog; outra farsa acabou sendo provada. Esse segundo assassinato culminou na demissão do comandante do II Exército, Ednardo d’Ávila Melo¹⁴³, já que era a hierarquia máxima, portanto responsável pelos crimes cometidos de acordo com a lógica militar. Essas duas mortes, além da chamada “chacina da lapa”¹⁴⁴, provocaram grande repercussão na sociedade civil, exercendo importante pressão sobre o governo militar.

Portanto, os anos 1974-1979 também foram marcados pelo caráter dialético da relação entre Estado e oposição. Segundo Alves:

O período do governo Geisel caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. Por uma lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temos dos setores mais estreitamente identificados com a Doutrina de Segurança Interna.¹⁴⁵

Nesse cenário de avanços e recuos, de ação e reação, a sociedade civil aproveitou o contexto de mobilização e os limitados espaços oficiais para organizar-se e exigir diferentes demandas, todas elas tendo como ponto comum a oposição à ditadura, formando, desse modo, a chamada “Frente Democrática” ou “Frente Progressista”. Assim, além do MDB, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) o ressurgimento das mobilizações e manifestos do movimento estudantil¹⁴⁶, a reorganização do movimento operário e, claro, a imprensa alternativa representaram, em diferentes momentos e formas, meios de resistência perante o contexto

¹⁴³ Sobre a visão de Geisel e as razões da tomada de sua decisão ver: CASTRO, Celso & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.374-379.

¹⁴⁴ Em dezembro de 1976, a partir da delação de um ex-militante do PC do B, Manoel Jover Telles, o Exército teve informações sobre a reunião do Comitê Central do Partido. Na ação criminosa, perderam a vida Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Drummond, além de desarticular em boa medida o partido. (Gorender, op.cit., p.242).

¹⁴⁵ ALVES, op.cit. p.200.

¹⁴⁶ A UNE foi refundada em 1979, após ficar na ilegalidade durante o período ditatorial.

autoritário e a união contra o despotismo ditatorial (mesmo que diferentes projetos e interesses de classe estivessem presentes dentro da própria coalizão).

No entendimento de Alves¹⁴⁷, a OAB e ABI cumpriram relevante papel dentro da política formal. A primeira especialmente na defesa global dos direitos humanos, na denúncia de prisões arbitrárias e das torturas. Além disso, a luta pela revogação do AI-5 e o retorno do *habeas corpus* como direito básico incluía-se nesse processo, já que eram pré-requisitos básicos para o que a instituição entendia como o “Estado Democrático de Direito”. Já a segunda, ao se preocupar com o panorama tocante à imprensa, constituiu-se, já nos primeiros anos da ditadura, como um espaço de debates, cumprindo também um papel pedagógico. Durante o governo Geisel, ainda segunda a autora, foi marcante a pressão exercida pela Associação em relação à censura que afligia alguns grandes jornais, mas principalmente os alternativos, entre eles *Opinião* e *Movimento*.

A Igreja Católica também teve destacado comportamento. Alves¹⁴⁸ salienta a capacidade que a instituição apresentou em superar as barreiras entre a “política formal” e a “política de base”, servindo como conexão entre ambas. A CNBB atuava no primeiro domínio, sobretudo pela força simbólica que os bispos possuíam, servindo como meio de pressão no âmbito político especialmente através da defesa dos direitos humanos. A ligação desta com o movimento de base se mostrou viável pelo trabalho das CEBs, que, com forte penetração nas grandes cidades (principalmente nas comunidades periféricas), possibilitava à população um meio de informação, educação, e proteção perante as arbitrariedades ditatoriais. Através das redes de contatos construídas, as pessoas passaram a ter um efetivo meio de comunicação que, além de ser importante para os debates, reivindicação e criação de líderes comunitários, também viabilizaram o vencimento gradual da chamada “cultura do medo”¹⁴⁹.

Outros dos atores mencionados, o movimento operário e o estudantil tiveram a semelhança de passar pela reorganização de suas bases e pela participação nessa chamada “frente democrática”. O primeiro, com destaque para as grandes mobilizações do ABC paulista, passou a ter atuação constante a partir de 1978, propulsionando lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva e sendo uma das principais forças a criar o que viria ser o Partido dos

¹⁴⁷ Ibid. , p.208-217.

¹⁴⁸ Ibid. , p.200-203.

¹⁴⁹ “Esta organização ao nível das bases é a fonte de influência social e política da Igreja, e também o segredo de sua capacidade de fornecer informação rápida e eficiente à população – mesmo em períodos de severa censura à imprensa e forte repressão [...] Tais atividades foram decisivas na desestruturação dos três principais componentes da cultura do medo: o silêncio, o isolamento das vítimas de uma efetiva estrutura de ajuda e a descrença na eficácia de qualquer ação.” (ALVES, op.cit., 1984, p.202-203),

Trabalhadores (PT), em 1980. Já o segundo, praticamente imobilizado desde 1968, conseguiu a partir desse clima de “liberalização” e crescente radicalização oposicionista fazer comícios e a rearticular-se em termos nacionais tanto através de suas entidades (diretórios acadêmicos e, sobretudo, a União Nacional dos Estudantes) quanto na luta através da “frente”¹⁵⁰. Digno de nota é a força com que correntes dos grupos e partidos de esquerda estavam envolvidos nesse processo¹⁵¹.

Dentre as bandeiras levantadas durante o processo de abertura, a que realmente conseguiu congrega as diferentes forças da oposição foi a da Anistia¹⁵². Reivindicada já no imediato pós-golpe, foi somente após o ano de 1975, que passou a adquirir um caráter nacional. Como marco inicial, teve papel de destaque a fundação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), comandado por Terezinha Zerbini. Nos anos seguintes, os debates e as manifestações sobre o tema se avolumavam, inclusive na imprensa alternativa¹⁵³. O movimento estudantil, na evolução de seu ressurgimento como força política, também viu na “anistia, ampla, geral e irrestrita” um lema importante. Em 1978, foram criados, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que representavam as posições mais à esquerda nessa complexa luta. Especialmente para a esquerda brasileira, então, a bandeira na Anistia foi de grande relevância:

Assim, ao longo dos anos 1977 e 1978, o debate em torno da anistia só fez crescer. As forças de esquerda e da oposição perceberam a capacidade altamente mobilizadora da luta pela anistia, que tinha o poder de congrega as diferentes posições política, segmentos sociais, gerações. E tinha um conteúdo fortemente simbólico de resgate de um passado, de uma história de lutas, de líderes políticos importantes. Ao mesmo tempo, a luta pela anistia focava o “coração da ditadura militar: as prisões políticas, as cassações, os banimentos, a Lei de Segurança Nacional, a tortura. A luta pela anistia revelava-se, assim, para o conjunto da esquerda brasileira, como a luta política essencial contra a ditadura.¹⁵⁴

Porém, dentro da dialética aqui sublinhada, a lei da anistia, de 1979, ficou aquém das pretensões dos setores dos setores progressistas. Como sublinha Alves, após intensas negociações entre Estado e Oposição, o acordo acabou beneficiando os mandatários militares

¹⁵⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.323-353, p.336-337.

¹⁵¹ “Assim, a tendência *Viração*, do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia, espelhava as posições políticas do PC do B; a tendência *Refazendo*, do DCE da Universidade de São Paulo (USP), era o braço estudantil da coligação APML-MR-8, a *Alternativa*, que dirigia o DCE da PUC-RJ, representava a Polop [...] A tendência *Unidade*, em quase todas as universidades do país, representava as posições do PCB.” (Ibid., p.337).

¹⁵² ARAÚJO, op.cit., 2007, p.342-347.

¹⁵³ No item 1.3 é citado o exemplo do jornal *Movimento*.

¹⁵⁴ ARAÚJO, op.cit., 2007, p.344.

que conseguiram perdão incondicional aos integrantes do aparato repressivo que estiveram envolvidos com a tortura. Assim, mesmo que possa ser considerada uma vitória dos setores oposicionistas, já que permitiu a volta de vários líderes e a libertação de presos políticos, foi uma vitória limitada e que acabou sendo um dos símbolos do caráter conservador da transição democrática brasileira.

A retomada do contexto acima é essencial para a compreensão da imprensa alternativa enquanto fenômeno social. Foi justamente nesse período, especificamente entre 1975-1976, como aponta Kucinski¹⁵⁵ que os periódicos alternativos viveram seu apogeu. Pois conseguiram um alcance inédito em termos nacionais: alguns dos jornais estavam disponíveis em diferentes lugares do país, como *Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim*, *Em Tempo*, *Coojornal*¹⁵⁶. Este último é um interessante exemplo, já que estava afastado do eixo Rio-São Paulo e mesmo assim conseguiu importante relevância jornalística país afora. Ademais, chamou a atenção por sua organização cooperativista e a qualidade de seu jornalismo. Além disso, esse período foi um momento de diversificação temática, quando temas como o feminismo, homossexualidade e o movimento negro ganhavam mais espaço.

Convergente com essa curvatura ascendente da imprensa alternativa estava o redirecionamento que a esquerda brasileira, de forma geral, passava a buscar. Em termos políticos a derrocada da luta armada levou importantes setores a se autocriticarem sobre as estratégias adotadas antes de 1974. Como argumenta Araújo¹⁵⁷, passou-se a compreender, dentro da esquerda, que novas formas de luta eram mais adequadas ao momento histórico vivido. Dessa forma, a busca pela legalidade, por espaços abertos e públicos de atuação política passaria a ser o eixo central de resistência do campo da esquerda brasileira, canalizados na luta de coalização pelo fim da ditadura.

A imprensa alternativa, por sua vez, entra como um importante meio para a execução dessa tarefa. Pois ela possibilitava a chance de militantes clandestinos ou ex-militantes de se inserirem numa atividade profissional, além de ser um meio de discussão sobre o contexto sócio-político brasileiro, onde correntes e partidos procuravam redefinir seus programas e ações. Ademais, jornalistas e intelectuais, oposicionistas à ditadura e que, na grande imprensa,

¹⁵⁵ KUCINSKI, op.cit., p.90-91.

¹⁵⁶. Sobre o *Coojornal* ver: ROSA, Susel. *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

¹⁵⁷ ARAÚJO, op.cit. 2000.

encontravam limitado espaço e autonomia, viram nos periódicos alternativos a oportunidade de debate e de maior liberdade, embora ainda limitada, de divulgação de suas ideias.

Dessa maneira, no recorte temporal delimitado no trabalho, 1975 a 1978, tanto *Opinião* (até 1977) como *Movimento* participaram ativamente do processo de abertura política. No entanto, embora ambos possam ser classificados como jornais de esquerda¹⁵⁸, essa definição deve ser dimensionada na sua amplitude e flexibilidade como inserida no próprio contexto político e de defesa da Frente Democrática, que gerava um papel aglutinador por parte desses periódicos (não sem tensões, evidentemente). Além de não serem ligados oficialmente a nenhuma organização ou partido, os dois jornais tinham uma proposta de união e que possibilitava que diversas interpretações aparecessem em suas páginas. Então, eram várias as “esquerdas” que tinham voz, desde a mais ligada ao mundo acadêmico ou ao MDB até a esquerda de ex-militantes, com destaque para os ligados à AP/PC do B por um bom tempo em *Opinião* e por quase toda trajetória de *Movimento*. Ainda, os dois jornais da pesquisa não são o mesmo jornais tanto em seu aspecto programático e temático quanto em termos organizacionais, o que engendra diferenças importantes, como, por exemplo, o viés liberal que muitas vezes o jornal de Gasparian demonstrara, enquanto *Movimento* preconizava uma jornalismo de mais engajamento. Mas não nos adiantemos, pois ambos serão os protagonistas das próximas páginas.

1.3 - *Opinião*

No universo da imprensa alternativa do período, *Opinião* teve um papel de destaque. Kucinski o classifica como “O mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos 70 [...]”¹⁵⁹. De perfil marcadamente intelectual, o periódico representou um espaço importante para intelectuais, militantes e jornalistas como forma de comunicação e de debate. Fundado em 1972, com sua primeira edição no mês de novembro, *Opinião* atuou sob uma conjuntura de transição: enfrentou a segunda metade do governo Médici, anos duros da repressão, do “milagre”, vivenciando também os últimos momentos da esquerda armada; e já a partir de 1974, no contexto do governo Geisel e de início da abertura, acabou participando ativamente da configuração e ascensão da Frente Democrática, sendo, de alguma maneira, o precursor de *Movimento*.

¹⁵⁸ ARAÚJO, op.cit. 2000, p.22.

¹⁵⁹ KUCINSKI, op.cit. p.245.

Esse breve perfil pode ser mais bem compreendido através do fundador do projeto: Fernando Gasparian. Representante da burguesia nacional, Gasparian teve uma trajetória um tanto incomum para alguém de sua classe social. Já quando cursou Engenharia na faculdade Mackenzie, em São Paulo, na década de 1940, esteve envolvido com centros acadêmicos. De boa relação com parte importante da intelectualidade paulista, fazia parte do PSB (Partido Socialista Brasileiro) durante os anos 50, mantendo contato com Antonio Candido, Paulo Emílio Sales Gomes e Cláudio Abramo. Além disso, em 1951, foi presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, trabalhando conjuntamente com Almino Afonso e Rubens Paiva, futuras lideranças do MDB. Na década de 1960, passou a ter papel ativo no campo econômico e político; dono da empresa têxtil América Fabril, também compôs a diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no governo paulista de Carvalho Pinto. Após o golpe, passou a sofrer perseguição e, em 1968, teve seu cargo junto ao Sindicato Têxtil cassado pelo Ministério do Trabalho. Já na fase de recrudescimento do regime, em 1970 filia-se ao MDB e se autoexila em Londres, onde ficaria até 1972, ministrando aulas de economia brasileira em Oxford.¹⁶⁰

A conexão do empresário com esses setores sociais, por sua vez, não cessou com sua ida para a Inglaterra. Daí parte da explicação de sua vontade em retornar ao Brasil e atuar no mercado editorial, já que a escassez ou mesmo inexistência de qualquer voz dissonante perante o *status quo* econômico e político era visível. Essa situação, somada ao desaparecimento/morte de seu amigo Rubens Paiva¹⁶¹, foi o que, segundo Kucinski¹⁶² encorajou de forma definitiva Gasparian a criar o *Opinião*. Assim, no início da década de 1970, a “burguesia em pessoa”, como definiria Raimundo Pereira, envolvia-se com a criação de diversas publicações de cunho liberal e democrático. Como define Bellucco:

A partir de 1972, Gasparian passa então a realizar um trabalho editorial, com forte cunho político, que marcou a vida intelectual brasileira nessa época: além de *Opinião*, *Ensaio de Opinião e Argumento*, publicou e traduziu autores nacionais e estrangeiros das ciências humanas que deram à Paz e Terra um perfil público e acadêmico mais amplo e reconhecido [...] o mecenato editorial de Gasparian por meio dos periódicos proporcionou um suporte fundamental para que esses intelectuais “deixassem de falar grego”, na expressão de Francisco de Oliveira,

¹⁶⁰ Sobre a trajetória de Gasparian, Bellucco faz uma boa retomada. Cf. BELLUCCO, op.cit. p.107-111.

¹⁶¹ Rubens Paiva foi deputado federal eleito em 1962, pelo PTB paulista. Após o golpe de 1964 teve seu mandato cassado e se exilou na Iugoslávia e na França. Volta ao Brasil no final da década de 1960 para ficar com a família. Em janeiro de 1971, por ser suspeito de envolvimento com militantes da esquerda armada, teve sua casa invadida por agentes da repressão do governo, e acabou perdendo a vida devido aos ferimentos causados pelas sessões de tortura das quais foi vítima. Na época foi oficialmente considerado “desaparecido” e só após o final da ditadura as condições de seu assassinato foram esclarecidas. Ver: Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (p.183-190)

¹⁶² KUCINSKI, op.cit. p.250.

indicando [...] uma teia de articulações políticas, editoriais e jornalísticas cujas condições de existência favoreceram a coesão em torno da oposição e determinaram um estilo de produção intelectual fortemente ancorada na discussão sobre a conjuntura do país.¹⁶³

As intenções do empresário passaram a se concretizar com a estruturação do semanário *Opinião*, que tinha sua sede principal na cidade do Rio de Janeiro. Apresentada a Raimundo Pereira por Bernardo Kucinski, a parceria entre o “burguês” e o jornalista seria marcada pela tensão, especialmente em relação à condução do jornal. O fato é que nessa situação inicial, o editor pernambucano viu a chance de se envolver num projeto que saísse da esfera da grande imprensa cuja posição, naquele momento, ele classificava como de “estratégia de adesão” ao governo militar. Após trabalhar na *Folha da Tarde, Realidade e Veja*, Raimundo tentou explorar alguns caminhos diferentes, por isso envolveu-se na redação do jornal *Bondinho* e iniciara as conversas para formar o “jornal dos jornalistas”, de propriedade comum e que teria o nome *Assunto*. Foi em meio a esse planejamento que veio o convite de Gasparian, que acabou sendo aceito pelo jornalista.

A tendência do jornal em privilegiar debates protagonizados por intelectuais tem relação, em muito, com as inspirações que Gasparian teve na realização do projeto. Admirador do *The New Statesman*, veículo de ideias e de debate intelectual, o empresário o teve como referência para montar seu jornal. Já Raimundo, viu no *The Guardian Weekly*, seleção semanal impressa de artigos do *The Guardian*, *Le Monde* e *The New York Times*¹⁶⁴, segundo Kucinski, então um dos mais expressivos semanários do mundo ocidental, o estilo a ser aplicado em *Opinião*. Nesse sentido, ainda, há de se destacar o ambicioso e importante trabalho gráfico no semanário alternativo, que, sob o comando de Elifas Andreato, tornou-se referência na imprensa brasileira, de diagramação elegante, as caricaturas de traço fino de Cássio Loredano e Luís Trimano, o jornal acabou caracterizando-se por seu classicismo, levando Kucinski a qualificar: “OPINIÃO nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a feição clássica com uma linha editorial crítica.”¹⁶⁵

Sobre a linha editorial, o “número zero”, de 23 de outubro de 1972, nos traz alguns trechos que merecem destaque. Por exemplo, quando menciona que o periódico “não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia

¹⁶³ BELLUCCO, op.cit. p.109-110.

¹⁶⁴ *Opinião* publicava artigos do *The New Statesman*, *The Guardian*, ambos da Inglaterra; também do *The New York Review of Books* e do *The Washington Post*, os dois dos Estados Unidos. Além de ser a “edição brasileira” do *Le Monde*, como anunciava seu número 0.

¹⁶⁵ KUCINSKI, op.cit., p.259.

[...]”¹⁶⁶. Essa passagem, logo no primeiro parágrafo da primeira página da edição, indica o viés liberal que o jornal apresentaria em algumas oportunidades. No entanto, logo o texto se posiciona e na página seguinte, é publicada a citação de Raimundo Pereira: “Não temos medo de ter opinião [...] Somos, por exemplo, contra a depredação do ambiente, a exploração do consumidor, o roubo das riquezas nacionais e temos como compromisso a defesa dos direitos do cidadão e das liberdades democráticas”¹⁶⁷. O restante desse texto de apresentação sugere o viés nacionalista, pluralista, democrático e liberal que o jornal adotaria e que seria, constantemente, alvo de disputas, já que seu dono e seu editor-chefe possuíam visões discordantes sobre a realidade sócio-política e mesmo sobre como conduzir a publicação.

Kucinski¹⁶⁸ dá atenção especial para as discordâncias entre ambos. Chama a atenção para a diferença de classe social, que segundo o autor e ex-membro do *Opinião*, acabavam refletindo na redação e no conteúdo do jornal. Assim, o fato de um ter origem numa família de classe média baixa e ter formado-se politicamente nas agitações estudantis dos anos 1960 e o outro pertencer à burguesia, circular no meio intelectual e cultivar hábitos “aristocráticos” geraria um “fosso intransponível” entre eles, tornando a relação apenas formal, sem proximidade maior. Além disso, é notório que Gasparian defendia um ponto de vista liberal e via como essencial a participação dos intelectuais em seu jornal, enquanto Raimundo, com um viés militante, envolvido com membros da AP/PC do B, defendia um “jornal dos jornalistas”. Apesar disso, *a posteriori*, como indica o autor de *Jornalistas e Revolucionários*, Pereira reconheceria a importância dos intelectuais para o periódico¹⁶⁹.

O funcionamento do jornal acontecia em condições deficientes. Não só em termos materiais, como, por exemplo, o baixo salário que jornalistas e colaboradores recebiam¹⁷⁰, mas também em relação à censura¹⁷¹. Antes do lançamento, Gasparian foi conduzido à Polícia Federal para prestar esclarecimentos, com o objetivo de óbvia intimidação. Apenas oito edições de *Opinião* não sofreram censura. A partir do n. 9, de janeiro de 1973, o jornal passaria a ser alvo da censura prévia, situação que, aos poucos, contribuiu para a deterioração do periódico e para sua extinção. Até a edição 24, a censura era feita diretamente da redação, o que possibilitava o diálogo e mesmo a liberação de algumas matérias e textos. A partir

¹⁶⁶ OPINIÃO, n.0, 23/10/1972.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ KUCINSKI, op.cit..

¹⁶⁹ Ibid., p. 255.

¹⁷⁰ KUCINSKI, op.cit., p.263-266.

¹⁷¹ Sobre a censura no jornal ver: MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião x Censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

dessa, os originais passaram a ser mandados para Brasília onde era feita a censura, situação que pretendia dificultar o próprio funcionamento logístico da publicação, já que a devolução das laudas censuradas era feita em cima da hora ou algumas vezes nem devolvidas eram¹⁷².

Dentre os tantos prejuízos, o conteúdo da publicação era seguida e seriamente afetado. Assim, as vendas caíram progressivamente, além de desmotivar e afastar jornalistas e colaboradores. Ainda de acordo com Kucinski, o governo pretendeu e, de certa forma conseguiu, estrangular o jornal, que teria sua última edição em abril de 1977. De forma parecida como que aconteceria com *Movimento*, as vendas de *Opinião* também foram gradualmente caindo, já que o potencial do jornal estava permanentemente restringido.

Segundo Kucinski¹⁷³, as vendas do semanário iniciaram com uma média de 30 mil exemplares, porém, já no primeiro semestre de 1973, teriam caído para cerca de 11 mil. Jamais alcançando o patamar de 100 mil, como chegara a sonhar Gasparian, na inauguração do projeto. Em relação ao público que *Opinião* atingia, Kucinski traz dados a respeito: “Uma pesquisa, feita em fins de 1974, mostrou que 40% dos seus leitores pertenciam à classe A e 42% à classe B. Apenas 18% eram da classe C e nenhum da classe D.”¹⁷⁴ Ainda que os critérios utilizados para definir a categorização de cada classe não estejam disponíveis, é possível que tenhamos uma noção acerca do perfil elitista que o jornal cultivava. Há de se levar em conta, também, que o Brasil da época, em termos de instrução formal, apresentava grandes deficiências, o que também diminuía o universo de leitores aptos e interessados em comprar um jornal mais intelectualizado.

O perfil do jornal visto brevemente até aqui, ajuda a entender quais eram os interlocutores e as temáticas privilegiadas em suas páginas. Bellucco¹⁷⁵ traça um panorama bem feito a esse respeito. Acaba revelando através de sua pesquisa e da atuação dos intelectuais relacionados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)¹⁷⁶, seja como membros efetivos ou como inspiradores/colaboradores, parte do próprio espírito do

¹⁷² Como legalmente a censura não era constitucional, *Opinião*, com o apoio do advogado Adalberto Lúcio Cardoso, entrou com uma ação no Tribunal Federal de Recursos (TFR) que, numa decisão inédita, reconheceu a existência de censura na publicação e proibiu que a polícia federal continuasse com os cortes. Porém, logo após o julgamento, em junho de 1973, o presidente-general Médici impôs, através do AI-5, um mandado de segurança desconsiderando a decisão e implantando novamente a censura no semanário. Mesmo com o desfecho, a postura e a vitória de *Opinião* serviram para o reconhecimento legal de que havia censura por parte do governo, algo que era oficialmente negado. (MACHADO, op.cit. cap.3).

¹⁷³ Ibid. , p.261.

¹⁷⁴ Ibid. .

¹⁷⁵ BELLUCCO, op.cit.

¹⁷⁶ Cebrap é um centro de estudos das humanidades, fundado em 1969 majoritariamente por membros afastados da USP. Entre os principais nomes estavam Octávio Ianni, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Arthur Giannotti, entre outros.

semanário. Além do CEBRAP, outros nomes como Paulo Francis, Darcy Ribeiro, Antonio Candido, Edgar Carone faziam contribuições constantes. Com uma proposta de ser uma plataforma para debates, o jornal carregaria consigo assuntos sobre a conjuntura política e econômica brasileira como seu carro-chefe, porém sem menosprezar outras seções, como a de cultura, por exemplo. Como afirma Araújo:

Mais do que um jornal político, *Opinião* foi um jornal de debate. Nele estão presentes os grandes temas econômicos, sociais e políticos apresentados e discutidos por intelectuais importantes da época. Nele está documentado, talvez mais do que em qualquer outra publicação, o panorama dos principais debates teóricos acerca do Brasil nos anos 1970.¹⁷⁷

Entre os assuntos debatidos, por exemplo, estava a questão do modelo econômico brasileiro. Na conjuntura de “crise do milagre”, já a partir de 1972 quando o “sucesso” econômico brasileiro passa a ser questionado, *Opinião* dá espaço para intelectuais como Celso Furtado, Francisco de Oliveira e Paul Singer apresentarem suas ideias sobre as “contradições do milagre”¹⁷⁸. Assim, entre 1972 e 1976 serão diversas as contribuições desses autores, entre outros, a respeito do modelo brasileiro, sempre procurando analisar a questão de acordo com o desenvolvimento capitalista nacional em relação ao capitalismo internacional, problemática muito presente na época, especialmente nos estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)¹⁷⁹. A partir dessa perspectiva, o modelo político do regime vigente também era criticado, pois tendo o Estado brasileiro papel importante e histórico dentro da economia nacional, a vinculação entre a situação política e econômica era clara, levando esses pesquisadores a tentar entender os porquês e as consequências do planejamento aplicado pelos militares. Em resumo, esse tinha no Estado seu protagonista, porém facilitava a entrada do capital estrangeiro sem se preocupar com qualquer distribuição de renda minimamente igualitária, gerando por um lado a concentração de renda e por outro a precarização das classes populares, de seus direitos e dos serviços públicos a sua disposição.

Desse modo, a questão política também entrava em voga. As seguidas eleições de 1972, 1974 e 1976 participaram da pauta do jornal com bastante destaque. Com a anticandidatura de Ulysses Guimarães em 1973, os bons resultados eleitorais de 1974 e 1976, o MDB surgia como importante elemento no contexto da oposição, pois passou a representar uma ameaça num sistema comandado pela ARENA. A ênfase na crítica ao modelo econômico

¹⁷⁷ ARAÚJO, op.cit. 2000, p.25.

¹⁷⁸ BELLUCCO, op.cit. p.118-120.

¹⁷⁹ É um centro de estudo de humanidade fundado em 1969 por professores e ex-professores da USP que sofreram os atos discricionários do regime ditatorial. Patrocinado pela Fundação Ford, o Centro ainda é atuante e está sediado em São Paulo.

e nas questões da repressão também atraiu outros grupos políticos, principalmente de esquerda, para o partido. Então, o papel emedebista dentro do contexto de oposição, suas possibilidades, seu papel, sua composição, suas possíveis táticas e estratégias, seria um debate que marcaria o semanário. *Opinião* foi, nesse cenário, um defensor da “Frente Democrática”, lutando pela união de forças, que tinha, no MDB, seu principal agente político no âmbito formal. Nesse aspecto, a continuidade entre *Opinião* e *Movimento* mostra-se marcante, pois o segundo, já num momento de ampliação e intensificação do processo de abertura também mostrar-se-ia um defensor da “Frente”, assunto que trabalharemos no próximo subcapítulo.

Ainda que os assuntos políticos e econômicos tivessem clara prioridade dentro das páginas de *Opinião*, isso não significou a ausência de outras temáticas de relevância para o período. Assim, o jornal em sua seção cultural abordava temas como teatro, livros, música, cinema¹⁸⁰, etc., tanto através da simples divulgação, quanto através da crítica e contextualização da produção cultural brasileira de então. Da mesma forma, a crítica aos costumes (de tom também político) era feita a partir da abordagem da temática feminista¹⁸¹, com debates sobre a questão da representação política, do mercado de trabalho, denunciando a desigualdade do gênero feminino nos campos econômicos e políticos.

O envolvimento do jornal com o contexto sócio-político brasileiro, por sua vez, transcendia suas páginas. Característica importante para entender a imprensa alternativa e, nesse caso, o semanário *Opinião*, é o engajamento de seus próprios membros no embate político. Então, as disputas, as tendências, a influência ou não de partidos, a questão classista entre o dono e a redação do jornal, tudo isso também compunha o periódico, acabando por refletir em seu produto final. Por ser esse “espaço de sociabilidade”¹⁸² acabava representando, a sua maneira, um microcosmo daquilo que acontecia na sociedade brasileira, gerando tensões

¹⁸⁰ Sobre o tema específico do “Cinema” há um interessante artigo de Margarida Adamatti em que a autora analisa como os “filmes históricos” apareceram nas páginas de *Opinião* e *Movimento*. Ver: ADAMATTI, Margarida Maria. Crítica de cinema e política: o filme histórico nos jornais alternativos *Opinião* e *Movimento*. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.19, n.36, p.173-198, dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/1591>; Acesso em: 22/04/2016.

¹⁸¹ Sobre o feminismo em *Opinião* e *Movimento* ver: WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Repórter* na década de 1970 no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da mídia alternativa: história & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009, p.31-48.

¹⁸² Além das tensões entre dono do jornal e a redação, havia também celeumas dentro do próprio corpo de membros do jornal. Kucinski aponta, em várias oportunidades em seu livro, o autoritarismo de Raimundo Pereira, que acabava centralizando decisões e mesmo operando a “censura interna” ao cortar textos sem permissão dos autores. Além disso, o autor acusa o editor de se associar secretamente com a AP/PC do B, e, em conjunto com alguns membros oriundos dessa corrente ideológica, transformar a redação em “maoísta”. KUCINSKI, op.cit.

que ajudam a explicar a cisão de 1975, que terminaria com a saída de Raimundo Pereira e de quase toda equipe do jornal para fundar o novo semanário *Movimento*.

As motivações para a divisão, segundo a bibliografia sobre o tema¹⁸³, residem nas diferenças entre o proprietário do jornal, Fernando Gasparian, e a Redação, encabeçada por Raimundo Pereira. Kucinski aponta para um desgaste gradual entre ambos, caracterizada por alguns episódios mais chamativos. Por exemplo, a irritação do empresário, em julho de 1973, em relação a um artigo publicado por Teodomiro Braga ironizando o senador mineiro Magalhães Pinto, dono do Banco Nacional e anunciante do jornal. Em outro incidente, logo após a indicação de Ernesto Geisel para assumir a presidência, Gasparian, convencido de que o general tinha o perfil nacionalista e confiando nas promessas de abertura, sugeriu que fossem publicados dois anúncios gratuitos da Petrobrás, assinalando algum tipo de sinal positivo do jornal em relação ao novo governo. Teve, porém, além de sua ideia vetada pela redação, que ler em *Opinião* um perfil extremamente crítico sobre Geisel que procurava desmistificar sua imagem de “déspota esclarecido”, trazendo em sua trajetória como ministro do Superior Tribunal Eleitoral e como presidente da Petrobrás a perspectiva de um homem autoritário e de poucas preocupações nacionalistas.

O caso final e que levou ao rompimento aconteceu em dezembro de 1974. *Opinião*, ao publicar um conjunto de perfis dos principais deputados federais eleitos naquele ano¹⁸⁴, teceu críticas ao deputado Marcos Tito, que nas eleições teria feito campanha como um dos *autênticos* do MDB¹⁸⁵ (corrente defendida pelo jornal), porém depois de eleito, o político, segundo o periódico, teria negado essa filiação, adotando um perfil mais moderado. Gasparian, amigo íntimo de Tito, não aceitou o que considerou ser uma provocação e, a partir desse momento, a relação dentro do jornal teria ficado insustentável¹⁸⁶.

A consequência imediata foi o rompimento entre Gasparian e a Redação do semanário, que se demitiu coletivamente. Para o novo posto de redator-chefe, o empresário contratou

¹⁸³ KUCINSKI, op.cit. p.273-275

¹⁸⁴ OPINIÃO, n. 110, 13/12/1974, p.11

¹⁸⁵ O grupo chamado de *autênticos* foi uma corrente do MDB que reuniu 23 deputados, eleitos em 1970 e de diferentes correntes ideológicas, que lutavam por um objetivo comum, o de retorno do regime democrático no Brasil. Contrapunham-se aos chamados *moderados*, de perfil mais passivo em relação ao governo ditatorial.

¹⁸⁶ Kucinski, ao explicar o *racha*, salienta que a Redação via-se como autônoma em relação a Gasparian, entre outros motivos, porque entendia seu trabalho como de resistência perante a situação precária e de censura, ou seja, os jornalistas viam o jornal como também de sua propriedade. Situação que demarca um óbvio confronto com o dono da publicação. KUCINSKI, op.cit. p.273-274.

Argemiro Ferreira, jornalista já de vasta experiência na grande imprensa¹⁸⁷ De maneira geral, o novo condutor do jornal tenta dar continuidade ao projeto iniciado em 1972, porém agora com uma equipe diminuída e ainda enfrentando a censura, as dificuldades aumentam cada vez mais. Em junho de 1976, outros dois jornalistas, Ozeas Carvalho e Genilson Cezar assumem o comando do periódico, que, até seu final, em abril de 1977, também teve que enfrentar a tensão entre a equipe de jornalistas e o dono. A seção de cultura, segundo Kucinski¹⁸⁸, exigia autonomia de crítica, algo nem sempre bem aceito por Gasparian. A principal diferença entre o período anterior a março de 1975 e o porvir reside justamente no recrudescimento da censura. Entre os alvos mais constantes estavam os textos de intelectuais, a marca mais reconhecida de *Opinião*, o que mostrava o objetivo de asfixiar o semanário.

De maneira geral, os personagens principais da Frente Democrática continuam a aparecer regularmente no periódico. Ainda que o MDB ganhasse mais destaque por ser o partido oficial da oposição, a Igreja, os movimentos sociais, a ABI e a OAB recebiam significativa atenção. No âmbito dos noticiários, é de destaque o setor internacional, especialmente preocupado com os temas relativos ao imperialismo e às esquerdas. Dessa maneira, foram frequentes os assuntos relativos à interferência das empresas estrangeiras no país, destaque para as denúncias, publicadas em primeira mão pelo jornal, do “escândalo dos remédios” e a política externa dos EUA. Em relação ao segundo assunto, bastante importância é dada para o contexto de Portugal pós-revolucionário, em que a esquerda busca se reunir e tomar o poder; além disso, são abordadas as situações da ex-colônias portuguesas como Moçambique e Angola; de forma semelhante, a Itália aparece seguidamente em sua páginas, também por viver um processo de rearticulação das esquerdas.

Apesar do esforço de seu proprietário, *Opinião*, não conseguiu resistir às seguidas crises internas, à censura implacável e à queda das vendas. Pouco antes do seu final, Gasparian ainda tentaria achar jornalistas para fechar algumas últimas edições. Sem sucesso, o fim do semanário acabou sendo um tanto melancólico. Todavia, as 231 edições do jornal tiveram importância para sua época, pois representaram um projeto ousado e qualificado perante uma imprensa passiva, seja por medo ou, mais comum, por interesses classistas, explicados pela própria estrutura empresarial que já tomava conta dos grandes veículos de comunicação. Dando voz aos intelectuais e buscando um jornalismo engajado, ao se opor de

¹⁸⁷ Iniciou a carreira como crítico de cinema em Minas Gerais no final da década de 1950; quando se muda para o Rio de Janeiro, em 1965, trabalha para O Dia (1965-1966), Correio da Manhã (1967), Jornal do Brasil (1967-1969) e para O Globo (1971-1973), além de outros.

¹⁸⁸ KUCINSKI, op.cit. p.282.

forma contumaz ao regime militar, conseguiu formar uma identidade própria. Além do mais, acabou sendo um tipo de referência para que seus ex-jornalistas produzissem *Movimento*, um periódico de inspiração mais popular, mas claramente devedor da experiência de *Opinião*.

1.4 - *Movimento*

O nascimento do jornal *Movimento* aconteceu através da já citada cisão entre o editor Raimundo Pereira e o dono do *Opinião*, Fernando Gasparian. O gradual desgaste da relação entre os dois, permeado por divergências políticas e mesmo editoriais, acabou sendo um dos propulsores para a criação do “jornal dos jornalistas”, tal qual o desejo do editor pernambucano. Com a sua demissão, acordada em fevereiro de 1975, estava aberta a possibilidade de criação do novo projeto. Para o qual quase toda a equipe de membros e ex-membros de *Opinião* migraria.

Sem alguém que pudesse injetar o capital inicial, coube aos fundadores do novo periódico buscar outras formas para realizar e estruturar suas ideias. Já nas primeiras reuniões, um grupo minoritário, na figura de Júlio César Montenegro, discordou da “centralização” defendida por Raimundo em relação ao poder de veto do editor-chefe (que lia todas as matérias antes da publicação). Como este último vencera a discussão, logo de cara cinco membros deixaram o ainda não criado semanário¹⁸⁹. Além disso, fora decidido a montagem da empresa Edição S/A, que teria sua propriedade compartilhada por diversos acionistas e seria a responsável pela gerência do *Movimento*. O administrador e engenheiro Sérgio Motta, com um passado de militância política e então diretor-presidente da Hidrobrasileira, foi quem capitaneou esse planejamento. A venda das ações acabou sendo positiva, com grande apoio de jornalistas, professores, intelectuais e militantes de esquerda de diversos partidos e tendências, trabalhadores de empresas estatais, etc.. Segundo Azevedo:

Certamente, os acionistas de *Movimento* não tinham esperanças de obter dividendos e lucros de suas ações. Eles estavam conscientes de que colaboravam para um projeto político que por meio do exercício do jornalismo fosse um instrumento de apoio à democratização que a sociedade já fermentava. Assim, *Movimento* nascia com uma ampla base social. Era o “jornal dos jornalistas”, mas era mais do que isso, era um projeto de oposição à ditadura¹⁹⁰.

¹⁸⁹ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011, p.28-29,

¹⁹⁰ *Ibid.*, p.31.

Por mais apologético que esse trecho pareça¹⁹¹, ele acaba resgatando o anseio de parte importante da oposição em participar ativamente da contestação ao regime ditatorial. Criado em julho de 1975, o periódico reverberava o contexto de abertura política e da formação da chamada “Frente Ampla”, “Frente Progressista” ou “Frente Democrática”, sendo esta uma das bases principais sobre o qual se ergueria. Resumidamente, na edição número zero, foram traçados os objetivos que se propunham dar guia à empreitada:

Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.¹⁹²

Assim, o jornal apresentava um cunho frentista¹⁹³ na luta pelas liberdades democráticas; nacionalista, ao contestar o imperialismo e procurar valorizar a cultura brasileira; e também popular, ao pretender dar espaço e voz aos problemas das classes desfavorecidas. Diferenciava-se, dessa maneira, do padrão da grande imprensa e de sua pretensa e idealizada neutralidade. Ao se posicionar e praticar o chamado “jornalismo engajado”, *Movimento* expressava e esclarecia sua atuação política.

Sobre a temática da “Frente”, é interessante a preocupação dos participantes de *Movimento* em organizar-se internamente em consonância com seu programa inicial. Como salienta Sartori¹⁹⁴, o jornal também era um espaço de sociabilidade em que diversas tendências encontravam possibilidade de expressão de suas pautas, ideias e reivindicações. O semanário priorizou uma conformação relativamente democrática e aberta que permitia a participação de diferentes segmentos sociais e, além disso, prezava por várias reuniões e oportunidades de diálogo. De abrangência nacional e com sucursais em diversas cidades¹⁹⁵, a publicação buscava dar espaço para diferentes vozes, ainda que o órgão central funcionasse em São Paulo.

¹⁹¹ Carlos Azevedo, autor do livro, era militante do PC do B e colaborava constantemente com o *Movimento*. Apesar da riqueza e grande qualidade de seu livro, existe nele um compreensível tom apologético.

¹⁹² MOVIMENTO (n.0) *apud* SARTORI, *op.cit.* p.39.

¹⁹³ O termo se refere a uma “Frente Política”, ou seja, a união de diferentes organizações e partidos em nome de algum objetivo comum. Nesse caso, pelo contexto autoritário, o jornal reivindicava a união das esquerdas em oposição à ditadura.

¹⁹⁴ SARTORI, *op.cit.*

¹⁹⁵ O periódico possuía sucursais tanto para trabalho editorial, com equipes de jornalistas, quanto para facilitar as vendas de assinaturas e edições avulsas. Entre as principais estavam: Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas (SP), Salvador, Recife, Belém, Curitiba e Londrina (PR). AZEVEDO, *op.cit.*, cap.4.

Essa prioridade aparente, porém, não impediu conturbações e disputas dentro do semanário. Na bibliografia sobre o tema, possivelmente é Bernardo Kucinski quem tece as críticas mais pesadas. Em seu livro, já no título da seção que trata do periódico o autor demonstra sua posição: *MOVIMENTO: o jornal de Raimundo*. A principal avaliação é de que o jornal teria sofrido pesada influência do grupo AP/PC do B¹⁹⁶, transformando-se em “quase-partido”, especialmente pela ligação de Raimundo Pereira com Duarte Pereira¹⁹⁷ e outros militantes comunistas como Marcos Gomes e Carlos Azevedo. Ligação que se expressava também na defesa por uma “Frente Ampla e Democrática”, um dos itens programáticos do PC do B. Esse “desvio” somado ao autoritarismo do ex-membro de *Realidade* teriam abalado seriamente a convivência, os objetivos e mesmo a democracia dentro da redação. Quadro que, ainda segundo Kucinski, ajuda a entender o a divisão entre seus membros em 1977¹⁹⁸, após o qual, além do próprio escritor, outros membros acabaram saindo de *Movimento*. Se por um lado, a interpretação do autor de *Jornalistas e Revolucionários* evidentemente não pode ser descartada, já que participara ativamente desses episódios e os referendara, ainda que de maneira um tanto parcial, em seu importante livro; por outro, há de se notar que o jornal possuía uma complexidade para além dos *Ensaios Populares* e mesmo para além do próprio periódico, já que estava inserido num contexto de intensa luta política. Entre os vários e relevantes colaboradores, textos e interpretações que passaram por suas páginas, reduzir o órgão como “aparelhado” de um partido me parece uma perspectiva apressada do que fora *Movimento*.

Sobre a estrutura organizativa, os dois principais órgãos eram o *Conselho Editorial*, composto por nove personalidades apontadas como “democráticas”¹⁹⁹ e que teriam como

¹⁹⁶ KUCINSKI, op.cit. p.292-296.

¹⁹⁷ Duarte Pereira, como fora revelado posteriormente, era quem escrevia, secretamente, a seção *Ensaios Populares* que geralmente era publicada de forma anônima ou com a assinatura de Raimundo Pereira. Era encarada como a página editorial do jornal. Kucinski classifica o ex-militante da AP como o “verdadeiro cérebro” do *Movimento* (KUCINSKI, op.cit. p.295). Crítica que entendo como exagerada, já que o jornal não se resumia a esses textos, mas era resultado do trabalho de vários membros e sucursais espalhadas pelo país. Por mais que Raimundo Pereira, sendo o principal editor, tivesse grande influência, o periódico não era de sua propriedade e nem obedecia somente as suas vontades. Concordo, assim, com a interpretação de Hugo Bellucco (Bellucco, op.cit., p.54).

¹⁹⁸ A divisão foi o desfecho de uma contínua disputa entre *tendências* dentro do jornal. Resumidamente, as posições de Raimundo, afinado com o PC do B, chocaram-se com alguns *trotskistas* e *independentes*. Foram inúmeros os incidentes que levaram a esse desfecho, dos quais destaco a polêmica do *Ensaios Populares* e o estopim da alteração de um texto de Kucinski. Para mais, ver: KUCINSKI, op.cit. p.303-325.

¹⁹⁹ Compunham o conselho: Edgar de Godói da Mata Machado, ex-deputado federal; Francisco Buarque de Holanda, compositor; Hermilo Borba Carvalho Filho, romancista, folclorista e professor universitário; José de Alencar Furtado, deputado federal pelo MDB; Fernando Henrique Cardoso, sociólogo; Orlando Villas-Boas, administrador do Parque Nacional do Xingu e Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. (SARTORI, op.cit., 2006, p.38).

funções principais, além de emprestar seus nomes e prestígio ao jornal, participar anualmente da escolha do editor-chefe e decidir e analisar a linha editorial, acompanhando o trabalho dos editores. A outra importante instância era o *Conselho de Redação*²⁰⁰ que seria o “órgão máximo de decisão do jornal”, com a função de: “[...] orientação e aconselhamentos, através da nomeação do editor-geral e dos diretores da Empresa Edição S.A.”²⁰¹ e também “[...] manter a unidade do jornal em torno de seu programa através de reuniões formais bimestrais e orientação e assessoramento dos editores.”²⁰². Além de serem caracterizadas por sua frequência, intensidade e duração, as reuniões, como já lembrado, contavam com a participação de representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil, principalmente aqueles envolvidos da luta política contra o regime empresarial-militar. A participação de “[...] advogados de presos políticos, pessoas ligadas às comunidades de base da Igreja, membros do MDB, operários e camponeses” só reforçava “[...] os propósitos do jornal e evidenciava como a redação servia de espaço de sociabilidade para uma oposição reprimida”²⁰³.

A ligação entre o jornal e a oposição fazia-se presente, evidentemente, no conteúdo publicado semanalmente. Através de alguns autores que o tiveram como objeto de pesquisa, podemos nos aproximar das temáticas que eram priorizadas pela equipe editorial. Bellucco²⁰⁴, em sua tese, faz um importante trabalho sobre parte da intelectualidade que veiculava suas produções tanto no já citado *Opinião* como em *Movimento*. Ligados ao CEBRAP nomes como Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, além de Florestan Fernandes, este apenas próximo do Centro, contribuíram para diferentes debates.

O autor destaca dois deles: primeiro, o papel dos intelectuais perante o contexto político, ou seja, se caberia a esses também participar, refletindo e agindo, da luta pela abertura política²⁰⁵. Assim, foi dada atenção para as reuniões da Sociedade Brasileira para o

²⁰⁰ Formado por Aguinaldo Silva, sub-editor de assuntos locais de *O Globo*; Antonio Carlos Ferreira, jornalista, ex-membro de *Opinião* e com a função de editor-executivo em *Movimento*; Bernardo Kucinski, também ex-*Opinião* e agora editor especial; Elifas Andreato, ex-*Opinião*, como diretor de arte; Fernando Peixoto, ator, como editor de cultura; Francisco de Oliveira, ex-*Opinião*, sociólogo; Francisco Pinto, ex-deputado federal pelo MDB; Jean Claude Bernardet, crítico e roteirista de cinema e ex-professor universitário; Marcos Gomes, ex-*Opinião* como editor de economia; Maurício Azedo, ex-*Opinião* jornalista colaborador na área de esportes; Raimundo Pereira, eleito editor-chefe e Teodomiro Braga, ex-*Opinião* como editor-assistente. (SARTORI, op.cit. 2006, p.38-39).

²⁰¹ Ibid., p.39.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Ibid., p. 41.

²⁰⁴ BELLUCCO, op.cit..

²⁰⁵ Ver BELLUCCO, op.cit. Capítulo 4.

Progresso da Ciência (SBPC) nos anos de 1975 e 1976, como mote de crítica ao elitismo presente das Ciências Humanas e a necessidade de ligar o conhecimento formal à busca de liberdade humana, tese defendida por Francisco de Oliveira²⁰⁶. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, argumentava da necessidade de equilíbrio e de não haver uma “politização excessiva” dos encontros²⁰⁷. Já o segundo assunto, relacionado com o de cima, trata-se da “Questão Democrática”, em que esses intelectuais se dedicaram a pensar a situação política brasileira e sua possível transição para a democracia, visando entender o caráter desta nas suas diferentes possibilidades concretas. Partindo de matrizes teóricas e mesmo perspectivas diferentes²⁰⁸, o debate mostrou-se rico em alternativas, servindo como um valioso panorama para a política e sociedade brasileira de então.

Aquino, em seu importante trabalho sobre a censura em *Movimento* e no *O Estado de São Paulo*²⁰⁹ traça um plano geral sobre o caráter do jornal e também sobre seus temas principais. Ela destaca o interesse do periódico em focar nos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, nas suas condições de vida. Para isso, duas seções ocupavam importante espaço: *Cena Brasileira* e *Gente Brasileira* iluminando, segundo a autora, personagens praticamente anônimos na imprensa liberal e na própria sociedade do modo geral. A intenção, ademais, era a de luta pela melhoria da vida dessas pessoas, condizendo com o programa inicial da publicação.

Por esse viés, ainda, a historiadora entende que a problemática acima era abordada através do ponto de vista do Trabalho. A “classe operária”, assim como aponta Sartori²¹⁰, serve como um dos eixos centrais do periódico tanto nas análises teórico-políticas de mais densidade quanto nas matérias sobre os indivíduos e sujeitos que davam concretude a essa definição por vezes um tanto abstrata. *Movimento*, nesse sentido, não escapava da característica presente em parte significativa da esquerda brasileira (e também mundial) de

²⁰⁶ Ibid., p.166.

²⁰⁷ Ibid., p.179.

²⁰⁸ José Álvaro Moisés e Francisco Weffort, por exemplo, criaram outro centro de estudos o Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC), preocupados na crítica ao estruturalismo teórico e ao legado político marxista-leninista. Suas problematizações, assim, giravam em torno da sociologia dos movimentos populares e sociais; Fernando Henrique Cardoso aproximava-se cada vez mais da postura liberal e conciliatória, criando a dicotomia entre o intelectual e o político, nem sempre resolvidas harmoniosamente; Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes baseados no marxismo, tinham politicamente posições mais à esquerda do restante dos citados, preocupando-se em como a revolução socialista teria ou não possibilidade na democracia que se estruturava

²⁰⁹ AQUINO, op.cit.

²¹⁰ SARTORI, op.cit.

ver na classe trabalhadora o agente principal da Revolução e, no caso específico da ditadura, protagonista necessária no processo de abertura.

Aquino critica, ainda, o uso constante que o semanário faz da ideia de *massas*, revelando o que seria um de seus principais limites:

O termo “massas” apresenta duas faces de uma mesma moeda: contém ao mesmo tempo a indiferenciação e a preocupação com a maioria. De fato, problemáticas que atingem minorias discriminadas (sexuais, raciais, religiosas) não encontravam expressão em *M. [Movimento]*, francamente preocupados com a exploração de largas escalas da população.²¹¹

Essa passagem faz a ponte para entender que o jornal, ao propor-se como defensor de um projeto nacional, ligado fortemente ao panorama político, acabou privilegiando as abordagens política, social e econômica como suas principais diretrizes.

No entanto, de maneira semelhante ao do *Opinião*, suas edições semanais, de alguma maneira, traziam os assuntos culturais em variadas abordagens e temáticas. Assim, os temas de relativos ao cinema, teatro, literatura²¹², ciências humanas, música²¹³ era trabalhados de forma constante pelo semanário. Nomes como Flávio Aguiar, Jean Claude Bernardet, José Miguel Wisnik, Octavio Ianni, Maria Rita Kehl contribuíaam seguidamente com o jornal, enriquecendo as análises e as críticas das áreas das quais eram especialistas. Além disso, na seção *Estórias Brasileiras*, geralmente exibida na página final do jornal, eram publicados textos literários de escritores brasileiros, certamente com a perspectiva de valorizar a cultura nacional.

O trabalho jornalístico do periódico, quase que inevitavelmente, acabou refletindo e expressando seu envolvimento com o contexto da “Frente” e seus diferentes atores. Sartori chama a atenção para o espaço que os Movimentos Sociais ou Movimentos Populares (como classificava o jornal) ocupavam. Três são os mais lembrados: o Movimento do Custo de Vida (surgido em 1973 e a partir de 1977 passou a ser nomeado Movimento Contra a Carestia), a luta sindical do ABC paulista, protagonizada pelos metalúrgicos e a reorganização do movimento estudantil, que, em 1979, teria na refundação da UNE seu grande evento²¹⁴.

Outras duas bandeiras levantadas pelo jornal foram a Constituinte e a Anistia. A primeira referia-se à campanha pela formação de uma Assembleia Constituinte que objetiva-

²¹¹ AQUINO, op.cit. p.127.

²¹² Flávio Aguiar, um dos críticos literários que contribuíaam com o semanário, reuniu parte importante de seu trabalho em *Movimento*. AGUIAR, Flávio. *A Palavra no Purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Jinkings Editores, 1997.

²¹³ Além de estar presente seguidamente em suas páginas, em algumas oportunidades o assunto foi, inclusive, capa do semanário. Como a edição 75 em que Mercedes Sosa, Chico Buarque e Elis Regina aparecem como os principais personagens. (MOVIMENTO, n.75, 06/12/1976).

²¹⁴ SARTORI, op.cit., Cap.2.

se escrever uma nova Carta para o Estado brasileiro. Ainda que essa reivindicação já existisse desde 1964, foi somente num contexto político de relativa liberalização, com um MDB mais sólido e incentivado pelo desmando representado pelo *Pacote de Abril* que ela tomou forma política e de campanha nacional. *Movimento*, entretanto, passava pelos já mencionados problemas dentro de sua equipe. Divisão que acabou facilitando a adesão do jornal à tese da Constituinte, já que os membros que permaneceram encontravam mais afinidade com a Frente Democrática, e com o próprio MDB. Azevedo documenta que a partir da edição 95, de 25 de abril de 1977 até o número 145, de abril de 1978, foram publicadas 39 matérias sobre a Constituinte no intervalo de 50 edições²¹⁵.

A empresa responsável por *Movimento*, a Edição S/A também publicara um caderno especial, de título “Constituinte”, em 1977. Nele é a primeira vez, segundo Azevedo²¹⁶, que o tema Anistia é tratado pelo periódico. Porém, é em 1978 que essa luta ganha de vez as páginas do semanário, levando seus membros até a alterarem o programa, adicionando a defesa da “anistia, ampla, geral e irrestrita” como parte de seus objetivos. Além de capas marcantes e a promoção de importantes debates sobre assunto, também foi lançado outro caderno especial, em abril, dessa vez sobre a Anistia, com 48 páginas e tiragem de cerca de 5 mil exemplares. Além de historiar o conceito, também trazia o desenvolvimento dessa reivindicação desde 1964, sobretudo o cenário atual, em que associações pelos direitos humanos cada vez mais se fortaleciam. Por fim, ainda sobre a publicação, depoimentos e textos de importantes figuras da sociedade civil a notabilizaram ainda mais²¹⁷.

Característica importante para entender a fonte e o próprio jornal é a constante tensão entre certo elitismo de uma publicação feita por e voltada para intelectuais, jornalistas, profissionais liberais e mesmo a classe média/alta esclarecida; e a permanente intenção de escrever sobre as classes populares e também de popularizar-se. Desde o início é notado por seus próprios membros que o jornal não atraía o público de caráter popular, das classes operárias e subalternas. Com temáticas “pesadas” do mundo político e econômico, matérias grandes, de páginas inteiras, letra pequena e mesmo com um tom intelectual, era compreensível que as vendas reservassem-se a uma clientela mais elitizada.

Por essas razões, na tentativa de diminuir a ponte que distanciava esses mundos, a redação criou o suplemento *Assuntos*:

²¹⁵ AZEVEDO, op.cit. p.182.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ Ibid., p.193-195.

[...] na conjuntura de aquecimento das populares, e buscando maior aproximação com os trabalhadores, o projeto da equipe evoluiu para o de um jornal destinado a eles. *Assuntos* começou por ser uma seção, duas páginas centrais de *Movimento* compostas por notas e matérias curtas de fácil leitura, a partir da edição 70, de 1º de novembro de 1976. Tratava de lutas sociais e seus desdobramentos, perfil populares, bastidores da política e notícias econômicas rápidas.²¹⁸

Assim, a tentativa era de se aproximar das classes trabalhadoras, informando e servindo de instrumento para as lutas diárias e classistas. Explicações sobre questões econômicas geralmente tratadas de forma complexa pela imprensa e a aparição contínua das questões relativas aos movimentos sociais (especialmente o Movimento do Custo de Vida) são dois exemplos do conteúdo de *Assuntos*. No entanto, a duração dessa experiência foi efêmera, a dificuldade de uma equipe já sobrecarregada de trabalho em dedicar-se a outro projeto e mesmo as limitações materiais acabaram por não desenvolver todo o potencial que a ideia apresentava. Sem a possibilidade de publicar as edições de forma constante, no final de 1978 o suplemento/jornal deixaria de ser publicado.

O perfil de *Movimento*, por fim, não pode ser completado sem a menção à censura. O jornal foi alvo da censura prévia do governo ditatorial desde seu primeiro número em julho de 1975. Somente três anos depois, em julho de 1978, o periódico teria sua primeira edição livre de qualquer restrição, a de número 154²¹⁹. As consequências para o projeto foram extremamente danosas, já que todo número precisava ter suas matérias, artigos e reportagens aprovadas pelos censores antes de serem publicadas. Entre as principais consequências dessa limitação, de modo parecido com o *Opinião*, estão: o desgaste com jornalistas e colaboradores, já que seus trabalhos eram vetados ou muito alterados; estafamento da equipe do semanário, que precisava trabalhar incessantemente para suprir os percalços; a debilidade estética e das qualidades gráficas do jornal, pois estas também eram seguidamente afetadas e, por último, a deterioração do conteúdo da publicação, que não conseguiu realizar, nesses anos, todo seu potencial, embora o resultado final também fosse de qualidade considerável.

Referência nesse assunto, a pesquisa de Aquino²²⁰ destrincha o perfil da censura em *Movimento*. A partir de um trabalho de fôlego, a historiadora concluiu, em comparação ao *O Estado de São Paulo*, que o caráter da censura no jornal alternativo expressava uma intenção mais profunda do governo militar:

²¹⁸ AZEVEDO, op.cit. p.213.

²¹⁹ Segundo Aquino *Movimento* “[...] conviveu com a censura durante 153 semanas, desde seu lançamento até o momento em que oficialmente ela foi suspensa, quando permanecia sobre *M [Movimento] Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo*. Durante esse período (7 jul. 1975 a 5 jun. 1978), segundo dados do próprio periódico, a censura cortou 3093 artigos na íntegra, 3162 ilustrações e uma média de 4500000 palavras.” (Aquino, op.cit., p.128),

²²⁰ AQUINO, op.cit.

A censura em *M [Movimento]* atingiu, a um só tempo, as matérias que criticavam os pilares do regime e os da própria censura do periódico. Era o projeto político montado pelo Estado autoritário brasileiro pós-64, que estava em questão nas críticas de *M*, independentemente de uma maior ou menor repressão política. A censura que o atingiu ultrapassou as meras dimensões das cisões entre os militares e as querelas palacianas [...] Compreende-se, portanto, que, esteve nos projetos de regime militar, mesmo durante o processo de abertura, destruir essa parcela da imprensa (alternativa) que, essa sim, representava um perigo para seu projeto de continuidade.²²¹

Assim, esse “objetivo maior” da repressão ajuda a explicar o porquê do forte controle sob o semanário. Além disso, a situação também possibilita entender melhor a razão dos temas *Sociais e Políticos* terem sido os principais alvos dos censores²²². Além, claro, de serem temáticas privilegiadas pelo jornal, o que aumentava consideravelmente o número de materiais produzidos. No caso da temática “esportes”, que nos interessa em particular, segundo o trabalho da autora, do total de 148 materiais pesquisados na unidade “Questões Educacionais e Culturais”, apenas 3 são relativas àquela. Dado que serve como indicativo da maior liberdade que o assunto possuía, assim como ajuda a reforçar a hipótese de que ele é visto comumente como de “menos importância”, portanto, sem a necessidade de ser ostensivamente observado pelas instituições censórias²²³.

A trajetória de *Movimento* foi, por conseguinte, marcada por seu intrínseco envolvimento com a luta política no *processo* de abertura. Sua própria existência enquanto jornal só pode ser entendida dentro desse contexto, de oposição ao regime ditatorial estabelecido e a disposição programática de defesa da democracia. Essa conexão se fazia presente não só no conteúdo publicado, mas também na própria organização interna do jornal que, ao abrigar diversos setores sociais e tendências políticas, encarnava o espírito da “frente progressista” ao procurar a unidade dentro da diversidade. A partir desse quadro é que conseguimos, também, nos aproximar das razões que levaram *Movimento* ao fechamento, em 1981. Aquino²²⁴ analisa acertadamente esse processo. A autora o explica através de dois âmbitos: o contexto histórico de transição dos anos 1970 para a década seguinte e a situação interna do semanário.

O primeiro diz respeito, por exemplo, à volta do pluripartidarismo em fins de 1979, situação que acabou dividindo as pretensões anteriormente frentistas, agrupadas institucionalmente no MDB. A partir daí, as diversas tendências passaram a assumir propostas e análises próprias, buscando disputar entre si os espaços anteriormente divididos de forma

²²¹ Ibid., p.194.

²²² Ibid., p.132.

²²³ GASTALDO, op.cit. p.90.

²²⁴ AQUINO, op.cit. p.182-199.

comum. Entre as tantas consequências, além do abalo do próprio programa do periódico, a criação de novos jornais, próprios de cada corrente, acabou enfraquecendo a unidade representada por *Movimento*. Ademais, a pressão sobre o semanário e sobre a imprensa alternativa como um todo não cessara com o fim da censura. Vários atentados, entre 1979 e 1981, em bancas de jornal, comandados pela extrema-direita militar, a “linha-dura”, afetou consideravelmente as vendas, que já não aconteciam em número significativo.

Em relação à situação interna de *Movimento*, o desgaste entre seus participantes também se explica pela mudança do contexto político, particularmente a dissolução da Frente (posição que o jornal seguiu defendendo mesmo com o pluripartidarismo), que acabou dividindo também a própria equipe do jornal, dessa vez, de forma irremediável. Outro motivo de grande importância é a permanente crise financeira sob a qual o jornal operou em praticamente toda sua trajetória, a ponto de Kucinski classificar o desempenho econômico do semanário como “desastre financeiro”²²⁵. Se com a média de vendas girando em torno de 10 a 15 mil exemplares a situação não era a ideal, com a queda brusca do início da década de 1980, ficou praticamente impossível levar o projeto adiante. Desse modo, em novembro de 1981, depois de seis anos, chegava ao fim essa marcante experiência da imprensa nacional.

²²⁵ KUCINSKI, op.cit., p.300.

Capítulo 2 - *Opinião e Movimento*: o futebol brasileiro em perspectiva (1975-1977)

O presente capítulo pretende dar conta de diferentes dimensões do futebol brasileiro abordadas nos jornais alternativos pesquisados. O leitor mais atento talvez sinta a falta do enfoque de alguns assuntos vistos como proeminentes na época aqui tratada, como, por exemplo, a questão da Loteria Esportiva ou do Campeonato Nacional iniciado em 1971 (que era visto com bastante críticas pelo seu calendário e pela quantidade de clubes. A explicação para tal é que não pretendi descrever ou listar cada matéria que os jornais produziram sobre o futebol, mas sim, encontrar padrões discursivos e temáticos nas perspectivas que cada um deles adotou de modo a buscar suas tendências de forma coerente através, especialmente, da repetição ou reforço de algumas ideias principais das editoriais de cada um dos periódicos. Assim, privilegiei algumas temáticas que apareceram não só quantitativa, mas também qualitativamente de forma mais incisiva.

Nesse sentido, também é importante lembrar que a imprensa alternativa não é faz parte da imprensa esportiva, ou seja, não tem como foco o esporte ou o futebol. O futebol está subordinado, em termos de importância, enquanto assunto à política, à economia ou à cultura (arte, literatura, música, etc.). Dessa maneira, é possível entender melhor porque alguns assuntos, comuns para as grandes revistas da imprensa esportiva, praticamente não aparecem nas páginas de *Opinião e Movimento*. O futebol, então, teve enfoques diferentes do padrão estabelecido pelo subcampo do jornalismo esportivo, seja ele impresso, radiofônico ou televisivo. A atenção dos semanários não esteve voltada, portanto, para os resultados em campo, para as análises táticas, para entrevistas de jogadores, técnicos ou dirigentes, mas sim para assuntos específicos. No caso de *Movimento*, por exemplo, Plínio Marcos atuou como colunista. O papel desempenhado pelo autor de *Navalha da Carne* era o de se comunicar, através do futebol, no suplemento *Assuntos*, com a classe trabalhadora. *Opinião*, por sua vez, procurou ora analisar o futebol científica/academicamente ora, e o jornalista ganhador do Prêmio Esso, João Máximo, foi das principais vozes, atentar para a situação do futebol brasileiro de forma mais geral, assim como se contrapor ao que classificamos como *ethos* autoritário que vigia no futebol daquela segunda metade dos anos 1970.

Se por um lado, portanto, é possível, para entender como o futebol foi tratado nos semanários, nos apropriarmos da definição de Toledo²²⁶: “A crônica esportiva especializada consiste numa instância material, tecnológica e simbólica entre *torcedores* e *profissionais* [...]”²²⁷. Afinal, ela cumpre um papel, segundo o autor, de mediadora entre o universo futebolístico estrito, os diretamente envolvidos com o esporte, especialmente técnicos e jogadores, e o público leitor que se informa e, por vezes, forma sua opinião utilizando como referência esse tipo de imprensa. De certa forma, a imprensa alternativa também procura esse papel, já que almeja que suas interpretações, discursos e enfoques também sirvam como referência para o entendimento da sociedade brasileira e de suas diferentes esferas, inclusive, a do esporte. Por outro lado, no entanto, se analisarmos a tipologia dos tipos de cronistas esportivos, proposta pelo mesmo autor, veremos que os alternativos são de difícil encaixe:

[...] [Primeira] aquela que se legitima através de um discurso mais identificado e afinado com o domínio torcedor, incorporando a imponderabilidade e a emoção, comumente atribuídas, por estes próprias *especialistas*, aos torcedores [...] [Segunda] que abriga inúmeros ex-jogadores, ex-treinadores ou ex-técnicos que após as carreiras “dentro de campo” se tornaram comentaristas esportivos, dedica-se, na maior parte de sua prática, às polêmicas estritamente técnicas, consolidando um discurso cujo tom prima por uma análise desapaixonada e distanciada, mais tecnicista, portanto [...] [Terceira] enfatiza os aspectos políticos do futebol profissional, mais atenta e engajada às mudanças institucionais, dialogando diretamente com as elites dirigentes do esporte²²⁸

No quadro proposto pelo autor, somente a terceira se assemelharia ao que a imprensa alternativa publicou em suas páginas sobre o esporte bretão, ou seja, de entendê-lo para além do campo e da bola. Nesse sentido, a imprensa alternativa se preocupa mais em relacionar o futebol com a sociedade em que está inserida, política, econômica e culturalmente, do que dedicar-se somente aos específicos do mundo futebolístico. Por isso é possível argumentar que ela *tensiona* esse subcampo do jornalismo, pois, ainda que não tenha rompido totalmente com ele, visto os personagens e os próprios jornalistas que apareceram em suas publicações, procurou abordar o futebol por lógicas diferentes da que a imprensa esportiva tradicional fazia nos meados da década de 1970 e, por que não, ainda faz.

²²⁶ TOLEDO, Luiz Henrique. *Lógicas no Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP); Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2000.

²²⁷ *Ibid.*, p.173.

²²⁸ *Idem.*

2.1 – Plínio Marcos: a reação do futebol romântico.

Entre as dimensões trabalhadas, os textos de Plínio Marcos tiveram grande relevância para a pesquisa. De aparição relativamente constante nas páginas de *Movimento*, o teatrólogo produziu várias crônicas sobre a situação do futebol brasileiro de meados da década de 1970. Desse modo, esse subcapítulo se dedica a entender o pensamento pliniano sobre o esporte mais popular do país. Para tanto, os dois primeiros itens (2.1.1 e 2.1.2) procuram traçar um panorama do ambiente intelectual com o qual Marcos conviveu e no qual estava inserido. Assim, dedico especialmente atenção às formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e seu papel na construção de determinado “senso comum de esquerda” durante os anos 1960, especialmente. De modo semelhante, procuro compreender o conceito de “Romantismo Revolucionário”, já no segundo item, e como este ajuda a caracterizar boa parte do pensamento de determinada esquerda revolucionária. Se o primeiro tinha influência para a formação do pensamento progressista no país como um todo, o segundo, apesar de mais específico, denota a importância que as ideias românticas, das quais defendo que Plínio se inspirou para escrever sobre futebol, tinham entre a segunda metade da década de 1960 e início da de 1970.

Já o itens 2.1.3 e 2.1.4 dedicam-se especificamente ao teatrólogo santista. O primeiro traça uma breve trajetória da carreira e do escritor, procurando compreender suas obras, fases, temas e preocupações, de modo a captar aproximações e distanciamentos entre o Plínio, escritor do teatro e o Plínio, cronista esportivo. E o segundo, finalmente, se debruça sobre os textos de Plínio publicados em *Movimento*, com o objetivo de compreender como o autor de *Navalha na Carne* interpretou o futebol brasileiro de sua época. Sempre com os preceitos românticos em vista, porém sem perder as especificidades de seu pensamento.

2.1.1 – *Povo e Nação* e a Influência do pensamento do ISEB²²⁹ nos anos 1960.

No Brasil, a partir de 1964, com o golpe civil-militar, as possibilidades da tomada do poder institucional pela esquerda, como desejava o PCB, por exemplo, foram drasticamente interrompidas. A luta pelas reformas estruturais foi derrotada e logo nos primeiros meses do

²²⁹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955, no governo Café Filho, e tinha como objetivo incentivar a pesquisa nas Humanidades, especialmente nas Ciências Sociais. De crescente influência no governo de Juscelino Kubitschek, o Instituto tinha dedicava-se a diversos temas ligados à formação da nação e do Estado brasileiro, especialmente no ponto de vista do desenvolvimentismo dos anos JK.

golpe a ofensiva dos setores reacionários e golpistas mostrou-se de grande intensidade, especialmente através da “Operação Limpeza”. O campo cultural, por sua vez, permaneceu como um lugar de resistência para a esquerda, pelo menos até 1968, ano marcado pela outorga do AI-5 e pelo conseqüente recrudescimento da repressão militar.

Se no plano político, portanto, para a esquerda a derrota foi explícita e extremamente sentida com o início do governo ilegal e ilegítimo, no plano cultural, por sua vez, ela se reverteu em estímulo e em capacidade de dar continuidade e mesmo certo impulso a sua influência ou, como define Roberto Schwarz em seu clássico ensaio, na consolidação de sua “hegemonia cultural”²³⁰. Minha preocupação não é o de analisar se a esquerda detinha mesmo todo esse poder ou não, seja no pré-golpe ou no pós-golpe, mas atentar para a força que duas palavras/ideias ganharam dentro desse universo: *povo* e *nação*. Ambas mostraram-se de grande relevância para os movimentos da esquerda brasileira. Ainda que seja essencial apontar que as utilizações e significações que elas representaram não tenham necessariamente sido as mesmas ou mesmo convergido, são marcantes suas presenças no pensamento na esfera progressista do período.

Renato Ortiz²³¹ identifica no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) uma importante fonte para entendermos o porquê desse prestígio, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, até 1964. Colhendo a herança do período varguista, em que as discussões sobre o Brasil e o povo brasileiro passaram da esfera da “raça” para a “cultura”, sendo Gilberto Freyre um dos protagonistas dessa mudança, o ISEB continuou insistindo na importância de se discutir essa temática, porém em outros termos e com outras preocupações. Interpretando a “cultura” como um “vir a ser”, os isebianos privilegiaram “[...] a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos [...]”²³². De forma mais profunda, portanto, conceberam a “cultura” como meio de transformação socioeconômica. Concepção que influenciou diretamente tanto a popularização de determinado aparato conceitual quanto as obras de diferentes artistas do período.

Essa popularização, vale a pena ressaltar, continuou mesmo após as atividades do grupo de intelectuais, formado no governo Juscelino Kubitschek, terem se encerrado pelo advento do golpe de abril de 1964, especialmente no setor artístico, que nos interessa mais especificamente. Deu-se também à revelia da “função original” do grupo, que era a de ser a

²³⁰ SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

²³¹ ORTIZ, op.cit. 1985.

²³² Ibid., p.46.

“ideologia oficial” do governo desenvolvimentista, comandada por aquela classe intelectual. Com uma evolução relativamente autônoma de qualquer “missão oficial”, esses intelectuais, mesmo com diferenças entre si e em fases diferentes do Instituto, elaboraram certo conjunto de conceitos que acabaram se espalhando pelos setores progressistas e de esquerda no Brasil daqueles anos. Entre esses conceitos, Ortiz destaca “cultura alienada”, “colonialismo” e “autenticidade cultural” como exemplos. A argumentação do sociólogo paulista é de que ao pensar a transformação da realidade brasileira, os intelectuais isebianos tinham que enfrentar obrigatoriamente a questão da superação colonialista, pois este era, segundo o ISEB, um claro entrave ao desenvolvimento da nação brasileira e de seu principal sujeito político, o “povo”.

Propunham, então, o avanço da discussão, buscando modos de resolução desse problema. Atestavam a exploração econômica promovida pelas potências imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, mas também apontavam a força ideológica (cultural) desse domínio que tornava nosso modo de ser “alienado”, pois apenas importariamos nossa consciência do exterior, não possuindo “autenticidade” ou, em outras palavras, independência cultural para guiar o nosso próprio destino. Para além das críticas que esse tipo de interpretação suscitou e ainda suscita, nos é útil lembrar que ela também permite, como destaca o próprio Ortiz, uma dupla operação “[...] o diagnóstico da realidade e, por conseguinte, uma ação política que visa transformá-la.”²³³. Baseado nesse postulado teórico é que os isebianos passaram a ver na cultura um importante meio para a atuação política, pois ao buscar a “desalienação” e a “autenticidade cultural” estavam pretendendo a transformação ideológica, vista como essencial para a transformação social e econômica.

Nesse contexto é que as ideias de *nação* e *povo* ganham bastante relevância. A primeira serve para explicar o movimento de enfrentamento em relação à situação colonial, que só seria possível através da libertação nacional perante os colonizadores/imperialistas. Nota-se, também, que a *nação* serve para desfazer as contradições de classe e de interesses do capitalismo, tornando possível a compreensão de sua sociedade como una e harmônica, formado pela totalidade da *comunidade imaginada*. Raciocínio que acabou encaixando-se no projeto reformista, em disputa na primeira metade da década de 1960 e do qual o ISEB era defensor. Ao não focalizar na luta de classes como chave para o entendimento da superação do “atraso” brasileiro, mas na sua afirmação nacional, os isebianos assinavam seu caráter progressista, porém reformista.

²³³ Ibid., p.58.

A segunda ideia, *povo*, está intimamente conectada com a primeira. O autor de *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, para entender onde o “povo brasileiro” entra no pensamento isebiano, coloca em cena a teoria de Frantz Fanon sobre a necessidade da resposta violenta do oprimido ao opressor, do colonizado ao colonizador para a realização da revolução emancipadora. Vivendo na Argélia, uma sociedade em que o controle político era exercido predominante através da força, o escritor do clássico *Os condenados da terra*, via na violência a única forma possível para libertar a nação argelina do julgo colonialista. Através dessa comparação e do instrumento teórico de Gramsci, de sua “teoria ampliada do Estado” em conjunto com a diferença entre as sociedades “orientais” e “ocidentais” é que Ortiz interpreta a visão isebiana.

Num país de sociedade civil pouco desenvolvida, como o caso da Argélia dos anos 1950, ou seja, em que o poder político não se baseava no “consenso” e sim, como já dito, na “força”, não haveria, se tomarmos como base o aparato gramsciano, a possibilidade de uma revolução não-violenta, pois o estrato intermediário entre a população e a sociedade política, a sociedade civil e seus aparelhos ideológicos, não encontravam-se desenvolvidos suficientemente para isso. O que há é o contato direto, sem mediações e, portanto, violento entre as classes subalternas e as classes dominantes. No caso brasileiro, porém, segundo o ISEB, já existia uma sociedade civil em formação, já existia um “povo brasileiro” minimamente constituído e é nele que se depositavam as expectativas de transformação social por parte do Instituto. O povo, segundo Nelson Werneck Sodré, por exemplo, seria formado pelas partes da alta e da média burguesia, a pequena burguesia, o campesinato, o proletariado e o semiproletariado. Ou seja, uma definição ampla, própria para ajustar-se ao conceito de nação, pois não deixa quase nenhum estrato social de fora, a não serem as oligarquias. Temos, assim, a expectativa de que o “povo brasileiro” seja o protagonista na autonomização e libertação da “nação brasileira”, ou na definição de Daniel Pécaut:

A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentido de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional²³⁴

Os atores políticos, ao quais o ISEB tinha estreita ligação, também são importantes na compreensão dessa ideologia nacionalista que se solidificava. Como aponta Domingos²³⁵ a

²³⁴ PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.99.

²³⁵ DOMINGOS, Charles Sidarta. O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.16, n.29, p.293-313, jul.2009.

partir do início da década de 1950, tendo como referência a campanha “O Petróleo é nosso” e, posteriormente, o suicídio de Vargas, essa diretriz passou a ser central na definição e disputas dos projetos ideológicos. A partir do apelo popular que esses eventos tiveram, além do ISEB, o PCB e a coalisão Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)²³⁶, por exemplo, souberam capitalizar, já no governo João Goulart, parte desses anseios, imprimindo ao nacionalismo, enquanto ideologia, um viés de esquerda e de movimento de massas. Devido a transformações do final da década de 1950, portanto, especialmente com desilusão causada pelo nacional-desenvolvimentismo de JK, esses setores radicalizaram seus postulados, forjando o que o autor define como “nacional-reformismo”, ou seja, o discurso de que era necessário privilegiar as transformações sociais, com mais igualdade entre as classes, para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Segundo o historiador:

Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, torna-se elemento definidor do nacionalismo, posto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado²³⁷.

2.1.2 – Os anos 1960 e início dos 1970: o Romantismo Revolucionário

Diante desse quadro, brevemente pincelado, é possível focalizarmos no que nos interessará diretamente de agora em diante: o mundo artístico brasileiro da década de 1960 e a importância, para esse setor, das ideias de *nação e povo*. Ridenti²³⁸ percebe essa relação como bem próxima e ligada ao momento político nacional, primeiramente de expectativas em relação aos projetos e discussões que a esquerda mobilizava e, no pós-1964, de resistência, num ambiente de repressão e de perseguição aos opositores da ditadura. Nas palavras do sociólogo paulista: “[...] nos anos 60 e início dos 70, nos meios artísticos e intelectualizados de esquerda, era central o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro; buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento [...]”²³⁹. Desse modo, a ligação entre a produção artística, teatro, cinema, música, e o mundo político ou ação política, como sugere o final da citação, fazia-se presente e, mais do que isso, serviu como diretriz para muitos dos artistas do período.

²³⁶ “Grupo que nas legislaturas entre 1956 e 1964 reuniu deputados de vários partidos políticos comprometidos em defender no Congresso Nacional políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro.” (Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn> - acessado em: 24/04/2018)

²³⁷ Ibid., p.303.

²³⁸ RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²³⁹ Ibid., p.11.

Num tempo histórico que favoreceu o desenvolvimento de expressões contestatórias e revolucionárias, a conexão entre o pensamento de esquerda e os setores artísticos foi bastante intensa no Brasil. Iniciativas como o *Cinema Novo*, *Teatro de Arena*, *Teatro Oficina*, os *CPCs* da UNE, e etc. simbolizaram, na prática, esse enlace. O *Cinema Novo* pretendeu-se representar, como define um de seus participantes, Nelson Pereira dos Santos “[...] a descolonização do cinema [...]”, que a partir da influência da literatura e pinturas nacionais buscou “[...] mais essa coisa de reconhecer a verdadeira face do povo brasileiro.”²⁴⁰. Cineastas como Glauber Rocha, diretor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1968), Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman, três dos diretores de *Cinco Vezes Favela* (1962); o segundo também um dos diretores do clássico documentário *Garrincha, a Alegria do Povo* (1962), procuraram trazer para as telas a realidade brasileira “autêntica”. Por isso, problemas como a injustiça social, alienação, as condições materiais das classes populares foram temas recorrentes em seus trabalhos durante os anos sessenta, sempre com o viés crítico, com o objetivo de superar esses mesmos obstáculos, vistos como constituidores do que seria o “verdadeiro” Brasil.

Esse processo, como descreve Cacá Diegues, de “redescobrimto do Brasil” também ocorria, simultaneamente, no teatro nacional. Movimentos como o *Teatro de Arena*, nos nomes de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho, se propuseram de modo semelhante ao comentado acima a pensar a dramaturgia nacional através da própria realidade brasileira, vista, também, pelo viés crítico, identificando os problemas da nossa sociedade para, desse modo, ser um instrumento para sua superação. Segundo Décio de Almeida Prado²⁴¹, o *Teatro de Arena* (1953-1972), como ficaria conhecido, distinguia-se por privilegiar não só o estético, mas principalmente o panorama social, ao qual, segundo seus principais teóricos, o teatro deveria se integrar. Num contexto de polarização política e de disputa entre vários projetos para o país, especialmente no pré-golpe, o *Arena* reivindicou e passou a se preocupar com a vinculação entre o social e o teatro. Nesse cenário que Prado define as três, indissociáveis, principais características desse movimento: “[...] o esquerdismo, o nacionalismo e o populismo (em algumas de suas acepções).”²⁴²

²⁴⁰ SANTOS, Nelson Pereira dos, *apud* RIDENTI, op.cit. 2000, p.90.

²⁴¹ PRADO, Décio de Almeida. *O Moderno Teatro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p.63.

²⁴² *Ibid.*,

Porém, essa relação entre teatro/povo privilegiada pelo *Arena* apresentou alguns limites. O principal deles expressou-se, como crítica Prado, no modo como a conexão entre esses dois elementos aconteceu: de cima para baixo e marcada pelo distanciamento. Assim, não houve o objetivo de se aproximar das camadas populares, numa possível troca de experiências e de saberes ou em fazer um teatro voltado para eles. Característica que restringiu o projeto à retratação do povo de forma idealizada e vanguardista, tanto por não procurar conhecê-lo de forma mais profunda e próxima, desmitificando, inclusive, essa unidade “povo” quanto por se colocar como um suposto representante do que seriam seus “verdadeiros interesses”.

Exemplo análogo ao *Teatro Arena*, porém de menor duração, apenas dois anos (1962-1964) foi o CPC (Centro Popular da Cultura). Ligados à UNE), os CPCs eram grupos de atividades culturais, entre eles o teatro, que buscavam a “conscientização do povo” através da arte. A partir de uma concepção elitista e vanguardista de “cultura popular” e como destaca Ortiz²⁴³, mais à esquerda do ISEB, esses Centros entendiam as camadas populares e suas manifestações culturais como “alienadas” e que, portanto, precisavam passar por um processo de “desalienação”. Privilegiavam, embasados por essa lógica, a Arte Política enquanto a única e verdadeira arte. Assemelhou-se, desse modo, ao projeto do *Arena* na forma de pensar o popular, embora, diferentemente do primeiro, tivesse incentivado a prática da “ida ao povo”, montando diversas apresentações voltadas e apresentadas nas comunidades periféricas, “favelas” ou regiões habitadas pelas classes trabalhadoras. No entanto, mesmo essa diretriz mostrou-se mais como uma tentativa de doutrinação do que propriamente de construir, de baixo para cima, um movimento que valorizasse as experiências e vivências do que chamavam de “povo”.

A breve menção a esses movimentos serve como ilustração para discutirmos a força das ideias *povo* e *nação* nesse meio cultural. Das possíveis chaves interpretativas para a análise dessa discussão, opto por utilizar o conceito de “romantismo revolucionário”, inspirado pelo trabalho de Michael Löwy e Robert Sayre²⁴⁴, além do já citado livro de Marcelo Ridenti²⁴⁵. Este último aplica a definição no estudo do Brasil da década de 1960, e início dos anos 1970, especialmente em relação aos movimentos revolucionários e/ou vanguardistas das mais diversas áreas, musical, teatral, cinematográfica, política, etc.. Antes

²⁴³ ORTIZ, Renato. op.cit., p.68-78.

²⁴⁴ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

²⁴⁵ RIDENTI, op.cit., 2000.

de tratar especificamente desse período, focarei nas contribuições dos primeiros autores, quando definem o Romantismo enquanto fenômeno histórico e sua relação com a política.

O centro da análise de Löwy e Sayre está em sublinhar o denominador comum do Romantismo, que caracteriza suas diferentes expressões: seu caráter anticapitalista. Delimitação elaborada pelo pensamento marxista, especialmente por Lukács, e que ajuda a entender a amplitude e a complexidade do conceito. Complexidade porque a associação do Romantismo ao “reacionarismo” ou “conservadorismo”, apesar de ser recorrente historicamente²⁴⁶, mesmo na crítica marxista, não esgota o fenômeno. Suas formas, em termos históricos, foram de importante variedade e tiveram funções diversas nos diferentes contextos sociais nos quais ele se manifestou.

Sua existência ou não ainda é um problema atual. Dessa maneira, por entender o Romantismo como reação ao capitalismo, Löwy e Sayre o situam temporalmente coadunado a esse sistema econômico-social. Localizam sua gênese não no pós-revolução francesa, no início do século XIX – marco normalmente utilizado – mas no seu período anterior, em meados do século XVIII. Na Inglaterra, com Samuel Richardson, na França com Rousseau e na Alemanha com o movimento *Sturm und Drang* dos anos 1770, cujo principal nome foi Goethe. Ou seja, é no momento de solidificação do capitalismo na Europa que o romantismo, já com feições adultas, surge enquanto movimento.

Assim, justamente por ser uma reação às condições de vida capitalista, o romantismo permanece na contemporaneidade. Entre os exemplos lembrados pelos autores estão os movimentos políticos-culturais da juventude nos anos 60 e 70 e mesmo o movimento ecologista, posterior aos primeiros, que trariam consigo elementos românticos.

A análise se propõe, então, como abrangente, definida historicamente a partir da longa duração. Ou nas palavras dos autores:

[...] nos esforçaremos [...] para definir o romantismo como *Weltanschauung* ou visão de mundo, ou seja, como estrutura mental coletiva específica a certos grupos sociais. Tal estrutura mental pode concretizar-se, expressar-se em domínios culturais diversos: na literatura e nas outras artes, na filosofia e na teologia, no pensamento político, econômico e jurídico, na sociologia e na história etc..²⁴⁷.

²⁴⁶ Os autores citam o exemplo do escritor francês Honoré de Balzac e seu estilo de elementos românticos de crítica ao capitalismo, justamente por seu apego ao passado é que consegue ver a sociedade burguesa de forma crítica (p. 12-15). Além disso, da tipologia elaborada pelos autores, quatro “tipos” são de tom reacionário ou conservador: o *restitucionista*, o *conservador*, o *fascista* e o *resignado* (p.29-30). Sobram outros dois, o *liberal* e o *revolucionário e/ou utópico*, o primeiro de inclinação reformista e o segundo de transformação/revolução social (p.31-33).

²⁴⁷ LÖWY e SAYRE, op.cit.

Assim, a definição do Romantismo como fenômeno histórico, de início, meio e fim e conectado ao capitalismo tem o mérito de ampliar seu alcance e as possibilidades de compreensão. Historicidade que marca, além de sua conotação anticapitalista também seu surgimento em diferentes temporalidades, de contextos e limites próprios. Sua amplitude, ao contrário do que possa parecer, não restringe o entendimento das especificidades e expressões diversas nas quais o romantismo se fez presente. Conforme definem os autores: “O romantismo começa como revolta contra um presente concreto e histórico.”²⁴⁸. Ao aprofundar a análise, dessa revolta: “O que é recusado, aquilo contra o que se revolta, não é um momento presente qualquer, e sim um presente especificamente capitalista e percebido em suas qualidades mais constitutivas.”²⁴⁹.

O caráter dessa revolta demonstra-se na inconformidade com algumas das “características essenciais” que se expressam *globalmente* na sociedade capitalista. Em palavras mais detalhadas: “Trata-se do todo-poderoso [...] valor de troca – do mercado e do dinheiro –, logo, do fenômeno da *reificação*. E em corolário à reificação generalizada, a *fragmentação social*, o isolamento radical do indivíduo na sociedade.”²⁵⁰. A partir da identificação de determinada situação social e posterior indignação, os românticos passam a buscar respostas aos problemas aventados. Na esteira do que afirmam os autores, é justamente esse desajuste entre os desejos, projetos e ideias e o presente vivido que alguns dos principais atributos do romantismo são moldados.

Dentre estes está a experiência da perda. Existe a convicção de que algo precioso se perdeu na modernidade, seja em relação ao indivíduo ou em relação à humanidade. Faltariam “certos valores humanos essenciais” ao real presente, que teriam sido alienados. Daí a recorrência da sensação de *exílio* vivido pelos românticos, pois é constante a percepção de que estão “fora” de seu “verdadeiro” lugar, que estão presos num mundo avesso aos valores que julgam serem os corretos e necessários para a formação e a construção de uma boa sociedade. Estão longe, assim, de sua pátria; a alma humana, símbolo desses valores perdidos, encontra-se desterrada de sua morada; encontra-se, melhor explicitando, expatriada.

Ao mesmo tempo em que se sente a dor do exílio e da sensação de perda de uma genuína “pátria”, há o afã de se reencontrar esse lugar idealizado e longínquo. Como remédio e meio para essa procura está a *nostalgia* por um passado outrora existente. Sobre este,

²⁴⁸ Ibid., p.20.

²⁴⁹ Ibid., p.21.

²⁵⁰ Ibid., p.22.

dissertam os autores: “A característica determinante desse passado é sua *diferença com o presente*: é o período em que as alienações do presente ainda não existiam.”²⁵¹. Em geral, esse passado é mirado no período *pré-capitalista* ou, ao menos, em alguma época em que o sistema capitalista era menos desenvolvido do que no presente. Por isso a força que as visões sobre a Idade Média ganham na Europa, marco temporal que dá origem ao próprio termo “romantismo”, proveniente do *romance* medieval. Outras eras, todavia, também foram lembrados por diferentes romantismos, sociedades primitivas, Grécia Antiga, a Renascença inglesa ou o Antigo Regime francês são alguns dos exemplos. Como síntese das principais propriedades do Romantismo estão, portanto: “Experiência de perda em um presente capitalista, nostalgia do que foi perdido, localizado num passado pré-capitalista, e busca do que foi perdido no presente ou no futuro [...]”²⁵².

Cabe ainda, para encerrarmos as linhas gerais do romantismo anticapitalista, trazer seus valores positivos. Os autores os entendem como “[...] um conjunto de valores *qualitativos* – éticos, sociais, culturais – em oposição ao cálculo racional mercante do valor de troca.”²⁵³. Concentram-se em dois pólos opostos, mas não contraditórios. O primeiro se trata da *subjetividade individual*, seu desenvolvimento enquanto “eu”, na riqueza e complexidade de seu imaginário e de suas afetividades. No entanto, a valorização da esfera individual reside na própria contradição no mundo capitalista. Pois, a mesma sociedade que tornou historicamente possível a individualização de sujeitos “isolados” também os comprime e demonstra a impossibilidade de sua plena realização. Num universo de penúria e pobreza material; de modernização mecanizada e burocrática e focada no egoísmo, os românticos desolavam-se numa afetividade reprimida e/ou revoltavam-se com o banimento da “magia” e da fantasia sob a égide capitalista.

Se a individualidade representa um dos pólos desses valores positivos, o outro pólo, dialeticamente oposto, trata-se da *unidade* ou *totalidade*. Mais especificamente: “Unidade desse mesmo eu em duas totalidades englobantes: por um lado com o universo inteiro, ou com a natureza; por outro com o universo humano, com a coletividade humana.”²⁵⁴. Este momento é de caráter transindividual e apresenta um retorno pensado com nostalgia (ou no caso dos românticos revolucionários de uma recriação com vistas ao futuro); já o primeiro é individual e localizado no mundo moderno. Dessa preocupação com a unidade é que é possível entender

²⁵¹ Ibid., p.22-23.

²⁵² Ibid., p.25.

²⁵³ Ibid..

²⁵⁴ Ibid., p.26.

o apego dos românticos pela natureza, uma vez que nele se evidencia a contradição entre o princípio de dominação e exploração da natureza no capitalismo e a inspiração romântica à integração e à harmonia do homem no universo. De outra forma:

A aspiração à recriação da comunidade humana (considerada sob múltiplas formas: na comunicação autêntica com outrem, na participação do conjunto orgânico de um povo – Volk – e do seu imaginário coletivo expresso nas mitologias e folclores, na harmonia social ou na sociedade futura sem classes etc.) é a contrapartida da recusa da fragmentação da coletividade e do isolamento²⁵⁵

Baseado nessas considerações é que Marcelo Ridenti utiliza o conceito de “romantismo revolucionário” para explicar boa parte do pensamento e da ação política da esquerda brasileira da década de 1960 e início da de 1970. O autor paulista busca a definição de Löwy e Sayre, do livro *Revolta e melancolia, o romantismo na contramão da modernidade*, de 1995, para melhor especificar o conceito. Segundo os autores, o desejo dos românticos revolucionários ou utópicos é o de:

[...] instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida. No entanto, tal situação implica o questionamento radical do sistema econômico baseado no valor de troca, lucro e mecanismo cego do mercado: o capitalismo²⁵⁶²⁵⁷

Voltam-se, então, apenas em parte para o passado. Não notam nele a grande referência ou buscam alimentar o desejo nostálgico por seu retorno. Veem algumas de suas características como exemplos (mesmo que idealizados) para serem aplicados num novo futuro, que as forças transformadoras da história conseguiriam tornar possível. Entre essas características, no caso brasileiro, está a construção do *homem novo* como uma das necessidades colocadas pela esquerda no período. O termo do jovem Marx, recuperado por Che Guevara, foi readaptado ao nosso contexto como símbolo desse novo tempo que viria. Configurava-se pela idealização de um “[...] autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana.”²⁵⁸. Idealização que, apesar das semelhanças com o *Volk* do romantismo alemão oitocentista, especialmente em relação à valorização do povo e da nação e da conexão entre os dois, existem diferenças básicas, como aponta Ridenti:

Em outro contexto, a valorização do *povo* não significava criar utopias anticapitalistas regressivas, mas progressistas; implicava o paradoxo de buscar no passado (as raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma

²⁵⁵ Ibid., p.27.

²⁵⁶ Löwy e Sayre *apud* Ridenti, op. Cit., 1993, p.29.

²⁵⁷ Na tipologia elaborada pelos autores seriam cinco as formas desse romantismo: *jacobino-democrático*, *populista*, *utópico-humanista*, *libertário* ou *anarquista* e o *marxista*.

²⁵⁸ Ridenti, op.cit. 2000, p.24.

revolução nacional modernizante que, no limite, poderia romper as fronteiras do capitalismo²⁵⁹

Ambas particularidades, da preocupação de um futuro revolucionário para o Brasil e de se ter no “povo” o principal protagonista dessa transformação, nos ajudam a entender a importância das ideias de *povo* e *nação* para os movimentos progressistas de então. Em relação aos setores artísticos, Ridenti explana que esses não tinham propriamente um caráter popular, mas que pretendiam ou perseguiam esse caráter, muitas vezes idealizado. Ligados em sua maioria às classes médias urbanas, os exemplos já citados do *Cinema Novo*, CPCs, *Teatro de Arena* engajaram-se, portanto, no principal problema da época, a definição da identidade política e nacional do povo brasileiro.

O emprego do conceito por Ridenti não o exime de limitações e mesmo controvérsias, como o próprio autor admite²⁶⁰. Presente tanto no campo político, especialmente no PCB e nos grupos da luta armada quanto no artístico (teatro, cinema, música, literatura), esse tipo de romantismo dificilmente seria aceito pelos personagens constituidores desses movimentos. No caso dos primeiros, a maioria reivindicava o marxismo-leninismo como base de teoria e ação, ou seja, uma vertente que sempre renegou o romantismo, identificado como passadista e idealista. O que se buscava era “[...] retomar criticamente o legado iluminista pelas lentes do marxismo.”²⁶¹. A pertinência da aplicação do romantismo revolucionário existe, segundo o autor, mesmo com esse aparente antagonismo, pois foi comum a esses movimentos, ainda que com diferenças importantes de perspectivas e objetivos, a ideia de que seria necessário fundir as raízes populares com os anseios iluministas de progresso, dando o colorido dessa forma de pensamento.

Se no espectro político a definição parece perder parte de sua aplicabilidade, no artístico ela ganha mais força, embora também haja fronteiras bem definidas. O fato de o *Cinema Novo*, o *CPC* e o *Teatro de Arena* pretenderem-se como modernos e realistas, reivindicando o ideário iluminista, objetivando desnudar a realidade e demonstrá-la para as camadas populares de forma científica e materialista não pode ser descartado. Em contrapartida, como bem pontua o autor de *O Fantasma da Revolução Brasileira*:

“[...] eles tinham características românticas: propunham a indissociação entre vida e arte; eram nacionalistas, a valorizar o passado histórico e cultural do povo; buscavam raízes populares que serviriam para moldar o futuro de uma nação livre, a

²⁵⁹ Ibid., p.51.

²⁶⁰ Ibid., p.55-58.

²⁶¹ Ibid., p.56.

ser construída – uma utopia autenticamente brasileira, colocando a arte a serviço das causas de contestação da ordem vigente.”²⁶² .

Há, dessa maneira, “sínteses modernas” entre realismo e romantismo, que segundo o autor, podem ser classificadas como romantismo revolucionário.

O objetivo central da análise feita até aqui foi de entender, através de algumas diretrizes, o mundo intelectual brasileiro dos anos 60. Era nesse universo, ou muito próximo dele, como veremos a seguir que Plínio Marcos se desenvolveu como autor de teatro e como cronista. De sua primeira peça, *Barrela*, de 1959, em Santos e sua consagração com *Dois Perdidos Numa Noite Suja*, em 1966 e *Navalha na Carne*, de 1967, quando o escritor já morava em São Paulo, Plínio acabou conhecendo e se envolvendo com boa parte da intelectualidade e personagens citados acima. É digna de nota a proximidade com o CPC e, principalmente, com o *Teatro de Arena* em que chegaria a participar de algumas peças. Apesar dessa proximidade, suas obras teatrais, em termos teóricos e simbólicos, não tinham como referências essas duas experiências da década de 60. O teatrólogo santista era muito mais um *outsider* ou mesmo um “escritor marginal”. Ele não só não partia de alguma matriz teórica específica ou problema explicitamente político para a elaboração de suas obras, como também sua caracterização de “povo” não convergia com as teorizações de Carlos Estevam e de Augusto Boal. Mais preocupado em representar os setores periféricos social e culturalmente, Plínio Marcos destacou-se pela singularidade de seu trabalho teatral tanto pela forma quanto pelo conteúdo e personagens que nele habitavam.

Porém, seus escritos sobre o futebol, já como cronista, não se encaixam perfeitamente em suas produções feitas para os palcos. Somente conseguimos entendê-los de forma mais completa se levarmos em consideração todo o ambiente intelectual, cultural e artístico com qual o autor de *Quando as Máquinas Param* conviveu. Desde as ideias defendidas pelo ISEB até o romantismo revolucionário acabam ecoando em como Plínio examinou o futebol brasileiro em meados da década de 70. Minha opinião é de que era tamanha a força de certo “senso comum” progressista, nos termos que Renato Ortiz cita, nos anos 1960, que ele continuou habitando as formulações e opiniões do teatrólogo, especialmente em relação aos seus escritos sobre o esporte mais popular do país. Fora da órbita do teatro e escrevendo sobre um tema não diretamente ligado ao fazer que o consagrou primeiramente, Marcos revelou outras interpretações sobre o país que vivia e claro, sobre o povo com o qual convivía e de

²⁶² Ibid. , p.57.

que se julgava parte. Antes de chegarmos a elas, no entanto, cabe conhecer a trajetória do autor até sua chegada aos jornais alternativos da década de 1970.

2.1.3 – Plínio Marcos, o repórter de um tempo mau.

Plínio Marcos de Barros nasceu em Santos (SP), no ano de 1935. De família de classe média baixa, passou toda sua juventude e parte da vida adulta no litoral paulista. Porém, mais do que um cidadão santista, Plínio era um cidadão de Macuco, bairro para onde sua família se mudou nos idos de 1941. Lá, segundo Contiero²⁶³, foi onde teve oportunidade de conviver com a diversidade social, a cultura, as experiências e as agruras que uma região habitada pelas camadas populares pode oferecer. Convivência potencializada pela personalidade aventureira e rebelde do futuro teatrólogo, expressada tanto na inaptidão para os bancos escolares (Plínio se formou apenas no primário) quanto no gosto pela “liberdade aventureira” que a rua lhe proporcionava. Nesse clima e espírito que o filho da dona Hermínia tentou, inclusive, se aventurar no futebol, chegando a ser ponta-esquerda da Portuguesa Santista, na categoria juvenil e, quando servira o exército, atuando pelo time dos militares, no início da década de 1950. Porém, a disciplina exigida para um atleta profissional não o seduziu suficientemente.

Logo cedo, na adolescência, Plínio teve a chance de se integrar a uma trupe de circo que passava pela cidade. Ao encarnar o palhaço “Frajola”, o jovem ator ao mesmo tempo em que estreitava de forma paulatina e um tanto desprezível sua relação com o mundo artístico, também sentia que encontrava sua vocação. Foi através desse contato mais próximo com o universo artístico que ele conheceu a intelectual, escritora, poeta, diretora de teatro, ex-militante comunista Patrícia Galvão, a Pagu. O contato e posterior amizade entre os dois possibilitou ao autor o acesso à intelectualidade santista, cidade que se desenvolvia e que tinha uma intensa vida cultural. Entre os nomes do grupo estavam o jornalista Geraldo Ferraz, o poeta Roldão Mendes Rosa, o pintor Nelson Penteadado de Andrade e vários personagens do mundo teatral, Maurício Lanjar, Mirtha Guarani e Gilberto Mendes, pra citar alguns. Nessa mesma época, final da década de 1950, que Marcos lançou sua primeira peça, *Barrela* (1976). Escrita em 1956 e montada apenas em 1959, a obra lhe abriu as portas, de fato, para o mundo do Teatro.

A peça, encenada pela primeira vez num festival de Teatro, em Santos, anteviu alguns dos vários elementos que marcariam a trajetória artística do teatrólogo. Ao contar a história de

²⁶³ CONTIERO, Lucinéia. *Plínio Marcos: uma biografia*. Assis, UNESP (tese de doutorado), 2006. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2007.

sete presidiários confinados em uma mesma cela, enredados nos mais diversos conflitos e violências (sendo o estupro a mais forte delas) e numa linguagem absolutamente crua, repleta de gírias e palavrões, a obra teve apenas uma apresentação, sendo censurada logo em seguida. Nessa obra já aparece, então, de forma marcante, uma das características centrais na obra pliniana: a preocupação do autor em representar personagens populares e, de forma geral, marginalizados. Como ele próprio define, numa metáfora com o futebol, queria contar as histórias dessa gente “[...] que só berra da geral sem nunca influir com o resultado.”²⁶⁴, histórias recolhidas “nas quebradas do mundaréu”, para usar uma de suas expressões características.

Após o insucesso de sua segunda peça, *Chapéu Sobre Paralelepípedo para Alguém Chutar*, Plínio viajou para São Paulo, com o objetivo de construir sua carreira, em 1962. Sem condições financeiras de se manter, o escritor de *Barrela* passou a viver de pequenos bicos e favores, morando em qualquer lugar que lhe dessem ocasião. Foi assim que dividiu pensão com desconhecidos e passou noites em lugares improvisados, como o próprio *Teatro de Arena*. Lugar que Plínio, inclusive, trabalharia entre os anos 1962 e 1965, em funções diversas desde vigia e “faz tudo” até como um dos membros do Teatro Universitário do grupo, momento em que conseguiu que dois de seus textos *Enquanto os navios atracam* e *Os fantoches* fossem montados. Embora sem muita repercussão, ambas encenações acabaram ilustrando a aproximação, ainda que tímida, de Plínio com o *Arena*, dos principais movimentos teatrais de seu tempo e que teria influência, de algum modo, sobre seu trabalho.

O esforço e luta de Plínio para sobreviver e construir sua carreira artística acabou o aproximando da classe teatral paulista. Foi assim que conheceu e casou, em 1963, com a então estudante de filosofia da USP e também atriz Walderez de Barros, em seu nome já de casada. A atriz participava avidamente do teatro estudantil da UNE, materializado nos CPCs, ligação que levou Plínio a entrar em contato com as teorias e a lógica dos Centros Populares de Cultura. Segundo Rafael Freire²⁶⁵, essa influência ficou perceptível na encenação de *Os Fantoches*, com texto alterado da versão original, em 1963. Freire aponta as intenções políticas da peça se sobressaíram sobre as existenciais, que eram, na primeira versão, o principal mote da obra. A ideia da “exploração do homem pelo homem” retraduzida do conceito de mais-valia ganhou o primeiro plano, levando consigo o didatismo que objetivava

²⁶⁴ MARCOS, Plínio *apud* Contiero op.cit., p.86.

²⁶⁵ FREIRE, Rafael de Luna Freire. *Navalha na Tela: Plínio Marcos e o cinema brasileiro* Rio de Janeiro: Tela Brasilis, 2008, p.32

conscientizar as massas. Estilo bem semelhante, por exemplo, ao teatro de Vianinha, expoente do *Arena*, e sua *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*.

O que se demonstra é que Plínio Marcos, desde a influência sofrida em *Fantoches*, na apresentação de 1963 e nos dois textos supracitados, não estava em desarmonia com o Teatro produzido até meados da década. Mesmo que *Barrela* já tivesse trazido alguns dos elementos que viriam a singulariza-lo como autor, as outras peças do santista, escritas depois de 1959, expressavam mais a procura de um caminho e de uma identidade do que ao contrário. Nessa sinuosidade e no contínuo esforço de escrita do autor é que, em 1966, ele daria vida a uma de suas principais obras: *Dois perdidos numa noite suja*. Peça que o levaria ao reconhecimento nacional, tanto pela qualidade como pelos aspectos revolucionários que ela trazia ao teatro brasileiro. A partir daí sim, sua originalidade floresceria e se maturaria. Ou, utilizando uma típica declaração pliniana, ele reencontraria os personagens e o estilo sobre os quais se sentia bem criando: “[...] [escrevia] ‘sobre prostitutas, homossexuais, gigolôs’, [mas, como ressalta, nunca foi puta, bicha ou cafetão. ‘Sei que tem gente desse naipe. E escrevo sobre eles. Eu sou um repórter de um tempo mau. Relato as misérias humanas. Às vezes as grandezas’”²⁶⁶. Desse jeito, não sem algum moralismo, e com essas personagens que Plínio alcançaria o sucesso de crítica e de público.

A datar da estreia de *Dois Perdidos*, o sucesso de crítica e de público de Plínio Marcos se consolidaria em 1967. Depois de uma primeira temporada de apresentação no *Teatro de Arena*, a peça viajaria ao Rio de Janeiro, repetindo o êxito em terras cariocas. No mesmo ano, o autor publica e monta outra peça de grande repercussão e que, embora não do mesmo brilhantismo da do ano anterior, o fortaleceu como um dos principais nomes do teatro nacional. *Navalha na Carne*, ao seguir as diretrizes de *Dois Perdidos*, com personagens marginais, nesse caso um cafetão/explorador/malandro (Vado), uma prostituta, amante de Vado e explorada por ele (Neusa Sueli) e um homossexual (Veludo), vizinho da segunda e que adentra o conflito do casal também obtém importante sucesso de crítica e de público. Novamente a situação conflitiva, as personagens desvalidas, a tensão eminente e a crítica social estão presente nos escritos do teatrólogo santista. Com as duas obras, o autor entra definitivamente para o grupo de grandes autores nacionais, conquistando os principais prêmios do ano de 1967 na categoria autor do ano: Golfinho de Ouro, Molière, da Associação Paulista de Críticos de Teatro, entre outros.

²⁶⁶ CONTIERO, op.cit. p.240.

Vista a trajetória de consolidação do autor em cenário nacional, acredito ser possível delinear uma tipologia e mesmo aprofundar, sem perder o poder de síntese, os momentos e os significados da obra pliniana. Paulo Vieira classifica a obra do autor entre três fases distintas: a primeira, entendida como de “Constatação”, visto que são as peças em que Marcos “constata” o mal na sociedade. Sem uma duração cronológica contínua, ela teria permeado duas décadas, entre 1959 e 1979²⁶⁷. A segunda fase, entre 1970 e 1976, se incluem os musicais escritos pelo autor²⁶⁸. E na terceira e última é a fase que Vieira classifica como de “Proposição”, em que Plínio, através de textos e soluções místicas, propõe resolver o “mal” na sociedade, entre os anos 1978-1989²⁶⁹²⁷⁰.

Em sua primeira fase, a mais marcante, ao “constatar” o mal na sociedade, a intenção do escritor de *Navalha na Carne* era a de trazer ao palco o subproletariado, os marginalizados, figuras como a da prostituta, do presidiário, do cafetão, do homossexual, do “malandro”, de modo que eles fossem representados da forma mais realista e “crua” possível. Seu valor político, dessa maneira, aparecia muito mais na denúncia das condições desumanas nas quais esses sujeitos viviam, dos preconceitos e dificuldades pelas quais passavam, através de diálogos diretos, repletos de coloquialismos e situações violentas e até mesmo cruéis (moral, material e/ou sexualmente) do que de alguma teorização mais acabada ou mesmo encaixada no “padrão culto” de outras correntes de pensamento, como o *Arena* e o *Oficina*, principais vertentes do final da década de 1960.

Estilo que não o impedia de, de alguma maneira, como analisa Rafael de Luna Freire²⁷¹, beber das diferentes fontes disponíveis naquela época. Como já apontado, o rápido contato com o CPC e a proximidade de Plínio com o *Arena*, mais em termos empregatícios do que teatrais, visto que a única peça de Plínio que seria montada realmente, até 1967, pelo corpo principal do teatro foi censurada (*Reportagem de um Tempo Mau*) o influenciaram em sua obra, especialmente na absorção das diretrizes do “teatro político engajado”, mantra

²⁶⁷ As obras que Vieira assinala como pertencem a essa fase são: *Barrela, Os Fantoches, Dois Perdidos numa Noite Suja, Navalha na Carne, Homens de Papel, Oração para um Pé-de-Chinelo, Quando as Máquinas Param, Abajur Lilás e Sob o Signo da Discoteque*.

²⁶⁸ São os musicais: *Balbina de Iansã, Feira Livre, Noel Rosa, o Poeta da Vida e Seus Amores; Chico Viola, o Rei da Voz*.

²⁶⁹ Essa fase compreende os seguintes textos: *Dia Virá* ou *Jesus-Homem; Madame Blavatsky; Balada de um Palhaço; A Mancha Roxa*.

²⁷⁰ As obras que ficam fora dessa tipologia são *Verde Que Te Quero Verde*, de 1968, escrita para a Primeira Feira Paulista de Opinião, projeto do *Arena* e dirigido por Augusto Boal, era um libelo do autor contra a censura, não se enquadrando em qualquer categoria e *Querô*, de 1979, texto híbrido, no sentido de conter dois elementos temáticos diferenciados, os bandidos e os místicos numa mesma obra, sendo categorizado como “texto de passagem”.

²⁷¹ FREIRE, Rafael, op.cit., p.85-98.

seguido por esses grupos. Da mesma forma, era nessa segunda metade da década que o tropicalismo e o teatro *Oficina* se consolidavam como importantes referências artísticas nacionais. Freire os diferencia: enquanto o primeiro grupo pertencia à corrente do Nacional-Popular, de preceitos políticos engajados na conscientização do povo brasileiro, em fazê-lo notar sua própria opressão para que se revolte contra ela e ganhe autenticidade; o segundo propõe uma arte vanguardista, que se opõe a primeira pela busca da “arte pela arte” como cita José Celso Martinez, que argumentava da necessidade de “deseducar” e “provocar” ao invés de se pretender pedagogo do povo. Se transferimos as duas tendências para o plano político temos a primeira mais ligada às ideias do PCB, de cunho reformista e a segunda às proposições da contracultura e da revolta espontânea de seu tempo, de perspectiva mais revolucionária.

A principal semelhança entre a obra de Plínio e o teatro realizado pelo *Arena* estava na preocupação social e política em criticar as injustiças sociais sofridas pelas camadas populares ou, termo mais comum na época, o “povo”. No entanto, o “povo” sobre qual Plínio Marcos falava era mais marginal, desvalido e vivia no submundo da sociedade, um tanto longe da idealização romântica do “trabalhador” ou do “operário”, realizado pelo *Arena* e sua tentativa de “ensinar” essas figuras que eles mesmos projetavam. Da mesma forma, em relação ao *Oficina*, a semelhança que se encontra, como aponta Freire²⁷² está no teor da violência existente no teatro agressivo tanto em um como em outro, embora a obra pliniana possa ser melhor caracterizada pela crueldade, indo para além da agressividade. O que se coloca, entre proximidades e distanciamentos é que Plínio Marcos não pode ser encaixado em qualquer das principais orientações em voga no teatro nacional de então. Singularidade, porém, não imune a outras influências. Fato que ajuda a explicar o sucesso do autor santista, pois conseguiu reunir, numa forma original e impactante boa parte dos anseios de sua época. Como escreve Freire:

[...] mesmo sem apresentar uma posição politicamente explícita ou esteticamente avançada, grosso modo, o teatro de Plínio Marcos ao mesmo tempo também corria ao encontro de todas as tendências, tanto da vanguarda (pelo ineditismo dos temas e da forma com que foram tratados), como do teatro agressivo (pela violência exposta em cena sem pudores) e do teatro engajado (pela exposição da miséria da vida brasileira) [...]²⁷³

Se a primeira fase é da constatação do mal e de crítica ácida em relação às condições das classes marginalizadas brasileiras, a segunda, dos musicais, pode ser considerada como uma busca por Plínio de valorização da cultura popular brasileira. Das obras de destaque

²⁷² Ibid., p.86.

²⁷³ Ibid., p.92

desse momento, *Balbina de Iansã*, escrita em 1970, é, nesse aspecto, representativa. O musical que conta uma história de amor num terreiro candomblé, une o samba (tido como autenticamente brasileiro) e as religiões de matriz africanas tanto como uma forma de “resistência cultural” quanto de “sobrevivência profissional”, como aponta Vieira²⁷⁴. A primeira por ir na direção oposta do que Plínio entendia como “invasão estrangeira” na área cultural, na televisão com filmes, novelas, “enlatados” e na música com o poder da indústria cultural norte-americana aumentando em terras brasileiras.

Em 1976, a peça *Feira Livre* foi lançada por Plínio. Sem trama e nem conflito, representando, em situações atomizadas, o que seria a realidade de uma feira e dos próprios feirantes, em seu dia a dia. Caracterizada pelo tom de comédia, de diálogos baseados em gírias e em ocasiões peculiares vividas por fregueses, transeuntes e feirantes, Plínio utilizou sua experiência como vendedor de rua para retratar o mundo de tantos brasileiros e brasileiras. Embora na superfície da peça apareça a jocosidade e criatividade popular, em suas profundezas, o autor santista permanece “prisioneiro de uma canção” ao não esquecer da violência como permanente no universo do subproletariado e dos marginalizados. Em suas próprias palavras:

Acho a feira um lugar que retrata, como mercado, uma situação limite da sociedade de consumo, onde todas as pessoas estão transando lucro, pechinchando, a maioria das coisas para comer, o que é vital para o ser humano. Apesar do ambiente descontraído, pois na ânsia do lucro as pessoas são sempre simpáticas para envolver o próximo, a violência está presente porque todos estão sob tensão. Ao mesmo tempo há uma agitação, um movimento, e foi isso que eu quis retratar. A estupidez de uma sociedade como a nossa, de consumo, onde os valores como dignidade, amor e fé não contam. O que conta é o poder aquisitivo de cada um.²⁷⁵

Nessa fala, Plínio explicita seu descontentamento e crítica ao mundo capitalista, ou, em suas palavras “sociedade de consumo” que, tendo como principal objetivo o lucro, coloca outros valores, citados pelo autor, como “dignidade, amor e fé” em segundo plano ou na simples desvalorização. São inevitáveis as comparações, a partir desse raciocínio do autor, com as proposições românticas, de caráter anticapitalista e de crítica à modernidade. Principalmente considerando o contexto histórico e mesmo o ambiente ao qual o autor de *Abajur Lilás* pertencia. Em contato permanente com o *Arena* e as ideias formadas por aquele “senso comum” nacional-popular de esquerda da década de 1960, minha opinião é de tudo isso influenciou decisivamente Plínio Marcos em suas concepções sobre o país e a cultura brasileira. Soma-se a isso, o Brasil da primeira metade dos anos 1970, que acelerava o

²⁷⁴ VIEIRA, Paulo, op.cit., p.163.

²⁷⁵ VIEIRA, Paulo. op.cit., p.167.

processo de urbanização e industrialização²⁷⁶, e de pauperização da vida da classe trabalhadora, que não recebia a famigerada parte do “bolo” prometida por Delfim Neto. Portanto, se já na década de 1960, Plínio detinha seu olhar crítico para a situação das classes populares, no contexto ditatorial, esse olhar ganhará em ferocidade e acidez, pois o próprio Plínio sofria as consequências do período repressivo, com a censura e a falta de oportunidades.

Com novos espaços para publicar suas ideias a partir do final dos anos 1960, o que se verá é um Plínio defensor da cultura e do povo brasileiro, ou seja, arduamente nacionalista e anti-imperialista. As crônicas que passa escrever em jornais como o *Última Hora*, em 1968 e também em diversos alternativos durante a década posterior, revelam outra face do autor santista, diferentes de sua primeira fase como teatrólogo, de opiniões mais explícitas e extremamente crítico em relação à situação do país. O futebol, presente desde cedo na vida do autor e também um fenômeno histórico fulcral para a sociedade brasileira, esteve presente em suas reflexões, como veremos a partir de agora.

2.1.4 – Plínio, o cronista esportivo romântico.

A consolidação do nome de Plínio Marcos no teatro brasileiro, em 1967, e a disponibilidade do autor em se aventurar em outras áreas tornaram possível o convite de Samuel Wainer, dono do *Último Hora*, para que ele passasse a escrever uma coluna semanal no periódico. Em formato de crônica, a primeira coluna do autor, de nome “Navalha na Carne” (em referência a uma de suas obras mais famosas) saía todo domingo e era um espaço para o escritor de *Barrela* abordar os mais diversos assuntos. Nesse sentido, é simbólico que sua primeira crônica tenha tido relação com o futebol. Ao se apresentar utiliza termos desse universo para explicar seu modo de escrever: “Claro que toda vez que a gente se inaugura numa nova jogada, tem que escrachar o lance. Dar o plá para curriola se mancar no nosso assunto.”²⁷⁷. Aos poucos foi ambientando-se e, tratando de seguir o conselho de Nelson Rodrigues em não escrever imediatamente crônicas diárias, Marcos continuou no *Última Hora* por alguns anos (até 1975), intercalando-se com diversos periódicos e assumindo outras funções dentro do jornal, como repórter e entrevistador, por exemplo.

²⁷⁶ ORTIZ, op.cit., 1994.

²⁷⁷ MARCOS, Plínio *apud* Contiero, op.cit., p.272.

As temáticas de suas crônicas convergem, em alguns sentidos, com sua obra teatral. Como definem Contreras, Maia e Pinheiro, Plínio trazia em suas crônicas: “[...] o retrato dos excluídos pela sociedade e o repúdio do poder em relação a esse panorama.”²⁷⁸. Mantinha-se o interesse de Marcos pelos “marginalizados”, seus modos de vida e a situação de exclusão social em que viviam. O modo, porém, alterava-se: do texto teatral para o texto da crônica. André Capraro²⁷⁹, em sua pesquisa, nos auxilia no entendimento da natureza da linguagem deste estilo, utilizando-se de Antonio Candido, denota sua tipificação: “[...] a crônica, gênero definido como uma mescla entre literatura, jornalismo, vida social e cotidiana, sem um compromisso mais perene, é um dos poucos gêneros literários tipicamente brasileiros.”²⁸⁰. De caráter eclético, adaptável a outros estilos, ela valoriza a diversidade tanto de formatos quanto de conteúdos, diferenciando-se como um gênero de grande flexibilidade. Maleabilidade que não a impede de possuir algumas características padronizadas, como o seu apego aos acontecimentos do cotidiano. Nascida nos periódicos diários do final do século XIX, ela é filha do tempo da máquina e da velocidade, como aponta Candido. O que se escreve num dia já pode não servir no outro, por isso a necessidade de o cronista estar atento ao seu entorno e também de seu público, capturar o momento, o assunto, a preocupação do dia a dia. De temporalidade efêmera por um lado, já que sua recorrência pode durar apenas vinte e quatro horas, do outro tem sua constância, pois a periodicidade jornalística é o padrão da imprensa moderna.

Ainda na classificação de Capraro, dessa vez inspirada em Ginzburg, o historiador entende a crônica como “literatura de fronteira”, pois é uma “narrativa com pretensões de verdade”²⁸¹. Localizada entre a ficção e realidade, ela possibilita ao historiador acesso interessante, enquanto fonte presente na imprensa, já que extrapola a escrita acadêmica ao mesmo tempo em que tem ligação com a realidade social e histórica. Como escreve o autor:

*A fronteira dá sentido ao ofício do analista da história da literatura. Seleciona gêneros, autores e obras que se aproximam das Ciências Humanas, facilitando a compreensão da dimensão histórica presente no texto, das teses sociológicas apresentadas ou das manifestações crítico-sociais ligadas ao cotidiano. Seria, metaforicamente, como dois caminhos a lugares distintos que, em determinado ponto, cruzam-se, tornando-se, neste tênue espaço, uno. Residindo, desta forma, nesta pequena interseção, o ponto chave para compreensão do todo.*²⁸²

²⁷⁸ CONTRERAS, Javier; MAIA, Fred e PINHEIRO, Vinícius. *Plínio Marcos: a crônica dos que não tem voz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.17.

²⁷⁹ CAPRARO, André. *Identidades Imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileiro do século XX*. 2007, Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR).

²⁸⁰ *Ibid.*, p.28.

²⁸¹ *Ibid.*, p.21.

²⁸² *Ibid.*, p.22.

Por seu caráter fronteiro, veloz e de apego ao cotidiano, a crônica possui menos entraves do que os textos acadêmicos e mesmo do que os romances históricos. Permite, assim, idioma mais solto, sem compromissos com provas, documentações e afins. Transforma-se, à sua maneira, numa linguagem mais simples e acessível, ligando-se muitas vezes ao popular por conseguir normalmente, mesmo com personagens fictícios ou metáforas, levar ao público, de forma explícita, a mensagem da qual é portadora.

Características que certamente ajudam a explicar a relativa fácil adaptação que Plínio teve a esse universo. Acostumado a escrever, em suas peças, de forma direta sobre a realidade de injustiça social e violências sofridas pelas classes populares brasileiras, Marcos não teve muitas dificuldades em habituar-se a esse novo desafio. Entre os temas recorrentes em seus escritos, além da regularidade em que o futebol aparecia, estavam os problemas das grandes cidades, especialmente São Paulo (violência, trânsito, corrupção, etc.), a valorização da cultura e dos artistas brasileiros (parte do sempre presente nacionalismo de Plínio) e, na mesma sinergia, o samba e o carnaval. Todos assuntos misturados ao caráter memorialista de sua narrativa, em que o autor de *Quando As Máquinas Param* agregava ou inspirava-se em suas próprias histórias do passado e/ou do presente para produzir suas crônicas. Expressão maior disso talvez seja a criação da chamada “Barra do Catimbó”, favela fictícia na qual personagens como Nega Bina Calcanhar de Frigideira, Oscar Vaselina, Seu Olegário, Mané Cheio de Peixe, Mãe Begum de Obá, Chupim, Pé de Bixo, Bolinha do Mobral, Azevedo do Apito e etc., davam vida à fecunda imaginação pliniana que, através de seu próprio estilo, procurava representar, a seu modo, as realidades e as vivências das classes desfavorecidas da sociedade brasileira.

Dentre as tantas possibilidades temáticas que Plínio guardava em seu leque, *Movimento* o convidou para escrever, em 1976, sobre futebol. Após ser demitido da revista *Veja*, no início de 1976, em episódio que geraria a saída de Mino Carta da Editora Abril (Mino se recusou a demitir Plínio Marcos mesmo com ordem expressa dos Civita, a intenção seria, segundo os mandatários, fazer um gesto de agrado à ditadura para retirar a censura da revista), as primeiras crônicas que aparecem no jornal alternativo são do mês de abril do mesmo ano. Os onze textos aqui estudados são referentes, portanto, ao intervalo abril/setembro do referido período. Plínio escreve sem regularidade semanal, embora esteja presente em muitas das edições do jornal. Sua coluna era geralmente parte do suplemento *Assuntos*, cujo objetivo era atingir de forma mais direta as classes populares, procurando manter as principais diretrizes editoriais e políticas do semanário. Como já aventado, minha

principal chave-interpretativa para as crônicas futebolísticas de Plínio é de entender o escritor como um cronista esportivo romântico, influenciado fortemente pelas ideias correntes do ambiente intelectual e cultural dos anos 1960, mesmo que já escrevesse no porvir.

Como base para entender a interpretação de Plínio sobre o futebol brasileiro de meados da década de 1970, parto do princípio que o autor o identificava em um processo de transformação negativa. Utilizando-se de uma lógica denunciata (e nesse ponto, converge com a própria imprensa alternativa), critica asperamente vários aspectos do universo futebolístico e, claro, social do país que vivia sob o regime ditatorial. Além de seu alvo preferido, os cartolas, as munções de Plínio também se voltavam seguidamente ao que julgava ser o progressivo afastamento do “povo” brasileiro dos diversos espaços existentes relacionados ao futebol. Esse distanciamento tinha causas claras para Plínio, eram tanto a modernização (urbana e simbólica) pela qual o futebol passava quanto alguns casos exemplificados nas crônicas em que o torcedor era colocado em segundo plano, especialmente pelos dirigentes.

Já na primeira crônica publicada em *Movimento* alguns desses elementos aparecem em destaque. No texto *É Mais Fácil Empilhar Tijolo do que Montar Time*²⁸³, Plínio critica fortemente a construção de “estádios monumentais” na cidade de São Paulo em contrapartida ao que seria a progressiva destruição dos campos de pelada. Em suas palavras:

Vejam, contem, confirmam quantos foram os campinhos no alto do pirambeira ou na beira da vala que desapareceram. Centenas. E pra compensar o fim desses campinhos, os cartolas construíram estádios. Estádios monumentais. Estádios, que no curto entendimento do cartola beócio, faz a alegria da torcida e resulta em votos. E então, nessa catimba, foram sumindo os campinhos de bairros e foram sendo erguidos gigantescos estádios. Mas o São Paulo F.C., que estava caindo pelas tabelas, resolveu erguer o Morumbi pra compensar a ridícula campanha do time. Sabe como é, é muito mais fácil empilhar tijolo do que montar time²⁸⁴

O trecho se mostra significativo, havendo certa complexidade se o notarmos com cuidado. A denúncia é clara e parte de um pressuposto: o fim dos campinhos de pelada. O autor não aponta os motivos, mas é possível fazer a conexão com a urbanização crescente pela qual o Brasil passou a partir da década de 1950, deixando de ser um país eminentemente rural para cada vez mais citadino. Nas metrópoles como o caso de São Paulo, o crescimento se deu de forma exponencial e praticamente sem planejamento, situação que, como Plínio acabou relatando em seus tantos e diversificados textos, trouxe consequências desfavoráveis, especialmente para as classes trabalhadoras. Sem nos preocuparmos se realmente os campos de peladas foram diminuindo ou não, o fato é que o autor nota essa urbanização e a critica.

²⁸³ MOVIMENTO, n.43, 26/04/1976, p.11

²⁸⁴ MOVIMENTO, n.43, 26/04/1976, p.11

Tanto por ser símbolo da origem do nosso “futebol-arte” (o local mítico do aprendizado dos nossos “craques”, ali desenvolvem as habilidades do drible, do improviso, da ginga) quanto por ser o local de lazer de boa parte da população, já que é um lugar, em tese, de acesso público, sem custos e onde o cidadão pode realizar alguma atividade esportiva, ou seja um espaço de “lazer”. Como defende Marcos: “[...] lazer é participar e não assistir ao pagode dos outros.”²⁸⁵.

Convergente com a urbanização e a escassez dos espaços de futebol popular está a construção de estádios. Apesar de a crônica ser direcionada a São Paulo, criticando as sequentes interdições/reformas do Pacaembú (estádio público da cidade) e as construções/reinaugurações do Morumbi (estádio do São Paulo F.C, pronto em 1970), do Canindé (estádio da Portuguesa de Desportos, reinaugurado em 1972) e da reforma do estádio Palestra Itália (do Palmeiras, que teria passado por uma reforma no início da década de 1970), a questão remete à política de construção de estádios, promovida pelo governo empresarial-militar em termos nacionais durante os anos setenta. A desaprovação de Plínio, então, se estende e se direciona a própria ditadura, pois além de ser um tema corrente na época em que escreveu, também deixa pistas ao ironizar os “cartolas” e suas intenções de “comprar votos”, fazendo clara alusão ao envolvimento destes com o poder autoritário instituído.

Diante desse contexto, o que se percebe é que, de forma muito similar às diretrizes básicas do romantismo, Plínio reage com desencantamento à urbanização/modernização dos espaços antes destinados ao que seria o lazer comunitário/bucólico simbolizado pelos campos de pelada. Nota-se dessa maneira o sentimento de perda expressado pelo autor:

Campinhos de bairro são necessários. Dá dó, ao domingos, ver nas ruas de subúrbio e bairros, nas portas de botecos e nas calçadas, trabalhadores batendo bola. É muito triste. E não dá pra entender essa política de reformar toda hora o Pacaembu, de construir estádios e esquecerem o lazer do povo.²⁸⁶

Pesar também manifestado através de certa vitimização do “povo”. Quando Plínio escreve que “Dá dó”, a ideia demonstrada é de uma visão paternalista sobre as classes populares, visão que imputa pouco ou nenhum poder de protagonismo/reação a esses sujeitos. Sofrem as maledicências dos poderosos e sobre elas nada podem fazer a não ser suportar suas consequências. Inevitável a relação com as teorias dos CPCs e do próprio *Teatro de Arena*, já que ambos entendiam o povo de forma também paternalista, mas diferentemente de Plínio nessa crônica, objetivavam “ensiná-lo” para que pudesse agir e reagir às injustiças com as

²⁸⁵ Ibid.,

²⁸⁶ MOVIMENTO, n.43, 26/04/1976, p.11.

quais convivia. Para Plínio o que importa é mais denunciar do que propriamente buscar soluções, ou seja, não tem o objetivo pedagógico para com o povo, mas sim o de atestar sua revolta contra as condições em que este vive.

No constante desejo de demonstrar seu descontentamento ele, Marcos, acaba apontando para a outra face da modernização pela qual o futebol brasileiro atravessava: a simbólica. No texto *Cadê o dinheiro?*²⁸⁷, são vários os elementos citados pelo autor. Se no último trecho de seu texto ele volta a lembrar do fim dos “campos de várzea” que: “[...] continuam acabando. Os campinhos do alto da pirambeira e da beira da vala.”²⁸⁸ é porque logo antes criticou pesadamente as categorias de base de Palmeiras e Corinthians: “E o futebol juvenil nos grandes clubes está praticamente entregue às traças. Andei vendo uns joguinhos dos juvenis do Palmeiras e do Corinthians, e a rapaziada está mal. É tudo na base de esquemas, recuetas e paulada”²⁸⁹. Aqui o que Plínio chama a atenção, ainda que não detalhadamente, é para a forma com que essa modernização simbólica se expressa: a do modo de jogar dos nossos clubes e Seleção. Quando há a contraposição entre o fim dos campos de pelada (local mítico e celeiro de craques brasileiros) com a atual situação das categorias juvenis de dois dos principais times do estado paulista (que está “na base de esquemas, recuetas e paulada”), o autor contrasta o modo “futebol-arte” com o “futebol-força”, colocando-se do lado do primeiro. Na referência de Damo²⁹⁰ é possível situar a divisão que Plínio nos traz. Dentre as características principais do “futebol-arte” estariam elementos como: intuição, natureza, dom, rua, individual, malandro, etc.; já em relação ao “futebol-força”: racional, cultura, aprendizado, clube/escola, coletivo, “caxias”, etc.. Oposições como natureza/cultura, intuição/aprendizado e rua/clube e escola são didáticas ao salientar a simbologia proposta por Marcos de comparação entre o fim dos campos de pelada e o futebol de baixa qualidade dos juvenis dos clubes paulistas. A “modernização” ao invés de valorizar o que seria a origem verdadeira dos craques e do sucesso do nosso futebol (a várzea), salienta a importância dos clubes e do aprendizado (dos “esquemas”) e da força/violência (das “pauladas”). Situação que para o autor de *Balbina de Iansã* ajuda a explicar e a lamentar o estado de coisas do futebol brasileiro de sua época.

²⁸⁷ MOVIMENTO, n.48, 31/05/1976, p.11

²⁸⁸ Ibid.,

²⁸⁹ Ibid.,

²⁹⁰ DAMO, op.cit., 1999, p.91

Esse espírito de reação à modernização identitária/simbólica é notado mais efusivamente na crônica *Só Não Temos o Futebol-Futebol*²⁹¹. Nela o objetivo do autor é ironizar através do humor certo vocabulário analítico que, já na década de 1970, se consagrava dentro da crônica esportiva brasileira.

Lendo notícias, crônicas, reportagens, entrevistas com craques, técnicas [sic] e cartolas, assistindo a teipes pela televisão, ou escutando transmissões de futebol pelo rádio, a toda hora deparo com cronistas, narradores e repórteres bastante conceituados que, sem a mínima cerimônia, falam em futebol-competitivo, futebol-força, futebol-solidário, futebol-colorido, futebol-alegre, futebol-carrossel, futebol-sanfona, futebol-humilde, futebol-espetáculo, máquina de jogar futebol e até já escutei, pálido de espanto, um locutor berrando com todas as forças da sua caixa de catarro, que estava vendo dois times que jogavam o futebol-rocambolé. Por essa luz que me ilumina, até agora só não escutei ninguém dizer que assistimos ou que os clubes jogaram o futebol-futebol²⁹²

Plínio utiliza do exagero para afirmar seu ponto de vista. Na contramão da imprensa esportiva de sua época (que evidentemente precisar valorizar seu ofício e a linguagem técnica é importante nesse sentido), ele condena a linguagem que se pretende rebuscada e “científica”, defendendo que o que precisa ser conhecido sobre futebol é, na verdade, muito simples. Por isso a invenção de outros adjetivos complementares ao “futebol” que certamente não eram utilizados pela imprensa daquele momento (“colorido”, “alegre”, “sanfona”, “humilde”, etc.). Dos sabidamente utilizados como “força”, “carrossel” ou “espetáculo”, é curioso que o autor não cite “futebol-arte” em sua crítica. Talvez ele simplesmente tenha esquecido, claro, mas parece ser significativo que o que ele julga ser o “verdadeiro” futebol ou o “futebol-futebol” tenha similaridades com a definição ocultada, como deixa claro ao contrapor essa classificação com a “máquina de futebol”:

O futebol é maravilhoso, quando é jogado por gente. Gente que cria, que improvisa, que catimba, que dribla, que zoa. A máquina é programada e repetitiva. Não inventa e, mexe-e-vida enguiça. Logo, chamarem um time de máquina deve ser uma tremenda ofensa. O Fluminense, que foi chamado de máquina, devia achar que seus craques eram parafusos. O Rivelino, talvez, uma rolemã e o Paulo César, com seu cabelo acaju, uma molinha de isqueiro²⁹³

A valorização que Plínio faz do “improvisado”, da “catimba”, do “drible” são características conectadas ao estilo brasileiro ou o “futebol-arte”. Vejo como um dos principais motivos da reação/revolta do escritor com a modernização do futebol, nesse caso modernização teórica e linguística, a ideia de que ela está dinamitando a identidade do futebol nacional que, para além das características do jogo em si, Plínio reivindica como sendo popular e pertencente ao povo, mais precisamente, às classes desfavorecidas. A operação inicialmente pretendida por

²⁹¹ MOVIMENTO, n.44, 03/05/1976, p.11.

²⁹² Ibid.,

²⁹³ MOVIMENTO, n.44, 03/05/1976, p.11

Plínio de fazer troça ou ironizar esse jargão que se consolidava naquele período não o impede de acabar, de certa maneira, legitimando esse mesmo tipo de linguagem. Pois ao valorizar a identidade do futebol nacional, ou seja, ao valorizar a tradição de determinada representação sobre o nosso futebol, ele acaba também legitimando o chamado “futebol-arte”.

O enaltecimento do que seria o “futebol-futebol” (ou “arte”) passa também pela desvalorização de seu antagonista histórico, o “futebol-força”:

Porque o futebol-força não é moderno. No passado tivemos vários craques especialistas em futebol-força. Gente que nunca fez careta pra cego. Sordi, beque do Juventus, Eli do Vasco, Biguá do Flamengo, Orlando Maia do XV de Piracicaba [...] Eles sempre consideraram, do gogó do inimigo para baixo, como canela, e do gogó pra cima, joelho. No entanto, só agora esse futebol foi chamado de futebol-força²⁹⁴

Plínio retira dessa visão de futebol o que era, em 1976, um dos principais argumentos de quem defendia sua adoção em terras brasílicas: a modernidade. Desqualificação feita de forma irônica e simplista, pois não pretende realmente discutir os primados do “futebol-força”, mas simplificar a definição de modo a inutilizá-la. Percebe-se novamente o combate de Marcos à modernização do futebol brasileiro, dessa vez, conceitualmente.

A postura de Plínio Marcos até aqui interpretada incide numa reação à dupla “modernização” pela qual o futebol brasileiro passava na metade da década de 1970. A primeira em termos geográficos/urbanísticos, de extinção dos “campos de pelada” em contrapartida à construção de “estádios monumentais” e a segunda em termos teóricos/técnicos com a importância que o “futebol-força” ou a supervalorização dos esquemas táticos vinham ganhando, situação que Plínio também via como uma das responsáveis pela perda de identidade do nosso futebol ou do que ele julgava ser o “futebol-futebol”. Se o autor condenava, então, essa progressiva modernização, nos resta responder a pergunta: o que ele defendia? A resposta está justamente naquilo que essa dupla modernização estava destruindo: as principais características do futebol brasileiro. Se a defesa do autor das peculiaridades do “futebol-arte” (improviso, ginga, rua, intuição, malandragem) já nos dá importante pistas sobre essa defesa, é somente através do binômio povo/nação que conseguimos traçá-la de forma mais completa. A partir disso, ou seja, da argumentação a favor do nacional-popular feita por Plínio Marcos é possível entender seu pensamento sobre o futebol e mesmo sobre a sociedade brasileira de maneira mais satisfatória.

²⁹⁴ Ibid.,

Na crônica *Não é só Peru que Morre na Véspera*²⁹⁵, no contexto da eliminação do Brasil nos jogos Olímpicos de Montreal, em 1976, para a Polônia, Plínio vê a oportunidade de explicar seu nacionalismo. Sobre a derrota, ele escreve:

[...] pra nós, que temos um *profundo amor por nossa Pátria*, é uma angústia dilacerante. Aquela Seleção Brasileira, jogando acanhada, sem imaginação, *completamente desvinculada das raízes do nosso futebol*, criativo, folgado, anárquico ao ponto de os maiores cracões adversários só serem chamados de João, João bobo, que não eram levados a sério pelos nossos jogadores [...] Nosso povo está acanhado, triste, sufocado, ansioso, inseguro do seu futuro, calando mil e uma perguntas que o aflige. Nossa arte não dá respostas, não inquieta, não discute, não alerta. *E nossos atletas são consequência desse estado de coisas [...] futebol é o esporte do povo brasileiro. Nisso somos reis. Ou melhor, éramos.*²⁹⁶

Esse trecho inicia com Plínio anunciando seu profundo amor pelo Brasil. Carinho já explicado anteriormente e que se espalhava por outras áreas, com destaque para a cultural, com o exemplo da preocupação em defender os produtos nacionais da intervenção estrangeira. Nacionalismo que também é marcado, no caso futebolístico, pelo pressuposto de que existe uma forma típica de se praticar esse esporte no Brasil. Lógica que fica clara quando o autor escreve que perdemos por estarmos desvinculados das raízes do nosso futebol. Essas raízes originadas num futebol criativo, folgado e anárquico são exemplificadas através da figura do “João Bobo”, apelido dado ironicamente aos adversários que eram driblados por Garrincha (símbolo máximo do futebol-arte nacional). Há, dessa maneira, verdadeira exaltação de Plínio Marcos à identidade nacional do nosso futebol. Por acreditar ser justamente essa forma de jogar, própria e única do “povo” brasílico, a razão do nosso sucesso dentro de campo, é lógico que no momento em que nos desprendêssemos dela, ou seja, *perdêssemos* nossa principal referência, não teríamos como prosseguir no caminho das vitórias. Sentimento de perda agora claramente ligado à valorização do passado. Há, portanto, a *nostalgia* romântica em Plínio, que diferencia o passado do presente para lamentar o estado de coisas deste último. O exemplo citado pelo autor se faz mais marcante pois remete ao período pré-ditadura (no auge de Garrincha, em 1962, quando conduziu a Seleção ao bicampeonato mundial no Chile). Marcante, pois não seria incomum, se levarmos em consideração apenas os postulados do “futebol-arte”, se Marcos citasse o tricampeonato de 1970, conquistado durante a ditadura e tido como um dos símbolos desse consagrado estilo nacional. A escolha por lembrar do “João Bobo” e não do Tri comandado por Pelé nos dá a pista, confirmada logo depois, de que, para o escritor de *Barrela* há outro responsável pela crise do nosso futebol: a ditadura.

²⁹⁵ MOVIMENTO, n.57, 02/08/1976, p.9.

²⁹⁶ Ibid. (grifos meus).

Ao argumentar que nossos atletas seriam o reflexo do atual estado de coisas e que o povo estaria “acanhado, triste, sufocado, ansioso, inseguro do seu futuro” o alvo é claramente o governo autoritário. Pois é ele, com seus desmandos, com o cerceamento às liberdades individuais, com uma política de precarização das condições de vida da classe trabalhadora que o deixa em situação tão desfavorável. Inevitável para Plínio, visto a forma com que raciocina, que o futebol brasileiro sofra, pois ele é dos emblemas maiores desse mesmo povo, é o nosso esporte por excelência, ele é o nosso reflexo, nossa expressão. Se o povo está infeliz, acanhado e inseguro é natural que o desempenho apresentado em campo seja apenas consequência, já que não é possível desconectar a Seleção de seu povo e de sua nação, tríade que forma um todo orgânico, unívoco, tal a força do futebol como expressão cultural.

Ainda que a ditadura, segundo o autor, seja das principais responsáveis pelo insucesso da Seleção, há pelo menos mais dois culpados lembrados. O primeiro, de forma bem menos relevante, são os atletas quando escreve: “O que faz uma nação chorar, em relação a uma Olimpíada (e se não fizer chorar é mais grave ainda), é a mentalidade medíocre, a falta de fibra, a mentalidade tacanha, a falta de fé, a falta de brio dos atletas que representam a nação.”²⁹⁷. No afã de não poupar ninguém, os jogadores derrotados são lembrados, mas sua culpa é atenuada pelo menos duas vezes durante o curto texto, quando é contextualizada com o contexto vivido pelo “povo”, ou seja, a ditadura, e quando Plínio volta suas munições para os dirigentes.

Perder, já disse, é do esporte, e não teria importância perder da Polônia e, mesmo, perder de todos, se tivéssemos perdido tentando ganhar. Mas, perdemos como perdedores. Perdemos quando a C.B.D. capou a liberdade desses jogadores de se profissionalizarem, perdemos quando o técnico Zizinho alertou que não tínhamos condições, que não estávamos preparados para disputar a Olimpíada por falta de organização, por falta de competência dos dirigentes, sendo punido e afastado, por ter tido a coragem de falar a verdade, como ficou claro agora, quando encaramos a Polônia. Perdemos e perdemos feio. Perdemos porque não se inventam campeões com mentiras. Perdeu o povo brasileiro.

O que gostaria de chamar a atenção é para a última frase citada por Plínio: “Perde o povo brasileiro”. Se, como nos lembra Guedes²⁹⁸ é comum que a imprensa esportiva transforme a seleção brasileira (time de futebol) no Brasil (nação) através de uma operação de reificação, nesse caso, Plínio realiza procedimento similar, mas no lugar da “nação” Brasil o que ele pretende é reivindicar, como já colocado anteriormente, o pertencimento do esporte nacional ao “povo” brasileiro. Por “povo” Plínio não entende todos os habitantes da

²⁹⁷ MOVIMENTO, n.57, 02/08/1976, p.9.

²⁹⁸ GUEDES, Simoni L. *O Brasil no Campo de Futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: Editora da UFF, 1998, p.49.

comunidade imaginada brasileira, mas apenas parte dela. Hipótese sustentada tanto pelo histórico do autor, de preocupação e defesa das classes populares, como pelo próprio tom de suas crônicas escritas em *Movimento*.

Dessa maneira que, de forma muito similar à frase destacada acima, em outro texto ele conclui: “Chega de mumunhas no futebol tricampeão do mundo, que são elas que estão matando a alegria do povo.”²⁹⁹. Por “mumunhas” pode-se entender algo como “artimanhas” e Plínio usa o termo para apontar que a “alegria do povo”, o futebol, está sendo destruído pelos dirigentes e seus interesses pessoais e políticos. Sua preocupação se mostra em outra crônica. Em *Para que Serve a Torcida?*³⁰⁰, Plínio relata e opina que antes de uma partida, no Pacaembu, do time do São Paulo, os dirigentes, além de deixarem os torcedores esperando fora do estádio em meio à chuva, eram os principais responsáveis pelo estado do campo, o qual não resistiu ao mal tempo e à água, tornando impraticável o jogo. Segundo ele: “[...] nem cartola, nem juiz, nem Federação tem respeito pela torcida. Essa, na opinião dos dirigentes, só serve mesmo pra pagar entrada. Depois, quando o público some dos estádios os cartolas chamam que foi a imprensa que espantou a torcida”³⁰¹. Como se não bastasse os cartolas, Plínio também se revolta com Pedro Rocha, jogador veterano do tricolor paulista que teria dito, após ouvir o descontentamento da torcida com toda a situação: “Se é para vaiar, a torcida devia ficar em casa.”³⁰². Ao que Marcos replica:

A maioria dos geraldinos ganha um salário miserável, com o suor do rosto, num trabalho duro, e o dinheiro que pagam no estádio às vezes desequilibra o orçamento [...] Ninguém gosta de vaiar. Se vãoam, é porque se sentem lesados. Mas, numa dessas, o veterano Pedro Rocha perdia o emprego e ia ter que voltar pra sua terra, o Uruguai. Porque seu time, o São Paulo, que já anda caindo pelas tabelas, vivendo mais do aluguel do estádio do que do time de futebol, ia manda-lo embora loguinho³⁰³

Aqui, além da implícita defesa de direito de expressão dos torcedores, Plínio novamente se coloca ao lado das classes trabalhadoras e marginalizados (geraldinos), caracterizando-os com o duro trabalho, o salário miserável e o suor do rosto para notar como são maltratados e desrespeitados pelos dirigentes e, nesse particular caso, também pelo jogador uruguaio (cabe perguntar se fosse um craque brasileiro como o autor reagiria) Pedro Rocha. Na disputa povo x poderosos, enraizada na obra e nas crônicas de Plínio, o autor (sem

²⁹⁹ MOVIMENTO, n.51, 21/06/1976, p.11

³⁰⁰ MOVIMENTO, n.63, 13/09/1976, p.11.

³⁰¹ MOVIMENTO, n.63, 13/09/1976, p.11.

³⁰² Ibid..

³⁰³ Ibid...

resistir à vitimização do primeiro) defende o povo ou, claro, a representação que faz de um de seus objetos preferidos.

O fato é que novamente o “povo” aparece como elemento central na valorização que o autor faz do principal esporte do país. A argumentação, portanto, e que se coaduna com o caráter romântico do Plínio Marcos cronista esportivo é de defender o futebol como *nacional-popular*, especialmente na sua vertente populista, no sentido de identificar a nação brasileira com determinados setores sociais, os “de baixo” e, conseqüentemente, defender o que considera ser sua identidade cultural autêntica que, no caso do futebol, passa pelo resguardo do que seriam as nossas “raízes” ou que se convencionou chamar de “futebol-arte”.

A classificação do Plínio cronista esportivo como romântico se sustenta por algumas características, portanto. Dentre as já explanadas se destaca a necessidade do autor em *reagir* a um determinado estado de coisas do presente. Esse “presente”, além de ser um momento de “crise” do nosso futebol, é composto por dois elementos principais e parcialmente interligados: modernização e ditadura empresarial-militar. O primeiro, marca importante do Romantismo enquanto fenômeno histórico, se apresentou tanto em termos geográficos/urbanos, no fim dos campos de várzea e na construção de estádio quanto em termos simbólicos/identitários, na progressiva desfiguração do estilo nacional de se jogar futebol. Já o segundo, engloba, além do momento político brasileiro que deixa o povo “sufocado”, também toda a oposição que Plínio faz aos “poderosos” que, nesse caso, além dos militares, participam principalmente os dirigentes de futebol ou os “cartolas” de federações (CBD) e de clubes.

Esse sentimento de reação só é possível, em boa medida, pois há a sensação de que a modernidade transformou de forma negativa algo que antes era positivo. Nesse sentido, o nacionalismo-popular de Plínio serve como base de sustentação para sua sensação de *perda*. Alimentando a tradição do “futebol-arte” como natural e a-histórica, incrustada no próprio jeito de jogar do brasileiro, ele nota sua paulatina deformação como a própria deformação da nação e do povo brasileiro. Deformação que é central na explicação da derrota para a Polônia e eliminação da Seleção nas Olimpíadas de 1976. Na sua análise ele relembra o *passado*, de forma saudosista e nostálgica, quando os jogadores brasileiros faziam seus marcadores de “João Bobo”. Nota-se, desse modo, na reação de Plínio contra a modernidade, no seu sentimento de perda e na procura de refúgio num passado idealizado três das características que nos permitem classificá-lo como romântico, embora, como já sublinhamos, seu

pensamento seja um tanto mais sinuoso e complexo, o que não impossibilita de se localizar alguns padrões analíticos.

Uma última discussão necessária vem do provocante artigo escrito por Lovisololo³⁰⁴ em que traz questões muito semelhantes as aqui feitas, porém sobre a obra de Eduardo Galeano, especialmente o livro *Futebol: ao sol e à sombra*. Ao analisar corretamente que o escritor uruguaio analisa o futebol moderno de forma saudosista, infantilizando o jogo e os jogadores, o vendo como vítimas, demonizando o dinheiro e pintando um quadro extremamente desencantador do mundo futebolístico/capitalista, Lovisololo opta, para a definição dessa forma romântica de pensamento, pela classificação “Ideologia da Denúncia” ao invés de “Romantismo”, embora utilize diversas vezes a palavra “romântico” e suas variações. O fato que não a vê como conceito principal.

A defesa da conceituação “romântico”, da minha parte, se dá também pelo seu contexto histórico. Formando-se como autor e agente intelectual na década de 1960 é com boa dose de certeza, pelo círculo com qual convivia e mesmo por suas ideias de defesa das classes populares, que Plínio Marcos tenha sido influenciado por determinado “senso comum” de esquerda, simbolizado pelo ISEB, tão presente e atuante nesse mesmo decênio. Suas ideias sobre a valorização da cultura nacional talvez sejam as mais explicitamente marcadas por essa genealogia. Conexão que não propomos como automática, mas que serve como pano de fundo para entendermos o pensamento de Plínio em relação ao futebol brasileiro. Por isso a necessidade de resgatar o “Romantismo Revolucionário”, também muito presente no pensamento da esquerda brasileira dos anos sessenta. Mesmo que o autor de *Navalha na Carne* estivesse longe desse conceito em sua variação revolucionária, esse ambiente pautado no nacionalismo-popular (primeiramente) e depois na reação à ditadura (pós-golpe) foram importante em sua formação.

O romantismo em Plínio se faz mais explícito, no caso de suas crônicas esportivas, quando escreve para a imprensa alternativa do período. Reagindo contra o estado de coisas do presente ele acaba unindo forças, por dividir esse objetivo comum, com a imprensa oposicionista à ditadura. Proveniente dessa similaridade está a disposição e o objetivo, em ambos, de *denunciar* o presente sociopolítico brasileiro. Porém, essa característica não pode ser a única definidora tanto de um quanto de outro, pois corremos o risco de perder as

³⁰⁴ LOVISOLO, Hugo. Saudoso futebol, futebol querido: a ideologia da denúncia. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo e SOARES, Antonio Jorge. *A Invenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p.77-99.

especificidades históricas dos objetos estudados. Assim como já fiz no primeiro capítulo, ao historicizar a “imprensa alternativa” e justamente propor o conceito “alternativo” como adequado (ao invés de “imprensa denunciata”, por exemplo), também proponho especificar o autor Plínio Marcos (cronista esportivo) como romântico por entender ser essa definição mais completa histórica e analiticamente do que simplesmente ele portar uma “ideologia da denúncia” que, embora não esteja incorreto, vejo como incompleto. Na comunhão de forças entre esse autor e essa imprensa específica, é possível, ainda, argumentar que, dentre as tantas reações que um jornal alternativo ou diversos deles pode propor, a romântica é apenas mais uma delas. Ou seja, o fato de Plínio expressar um forte romantismo não significa que todo o jornal possa ser classificado dessa maneira.

Em relação aos possíveis objetivos de *Movimento* para a publicação das crônicas de Plínio Marcos, algumas razões hipotéticas podem ser elencadas, sem que necessariamente sua ordem seja hierarquicamente relevante. A primeira é de atentar, como já citado, para o espaço reservado para o autor santista dentro do periódico alternativo. A seção *Assuntos* tinha por finalidade se comunicar melhor com as classes trabalhadoras, a partir da análise de que a edição principal do jornal pelos temas, pela linguagem, pelo tamanho dos textos acabava, por vezes, se distanciando do que os editores do jornal julgavam ser os principais interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, o futebol, por ser um elemento sociocultural de reconhecida popularidade no Brasil, ganhou proeminência nesse suplemento. O segundo motivo foi o próprio caráter de Plínio Marcos, um *outsider* do próprio mundo do teatro e que marcou sua carreira tanto por buscar a aproximação temática com as classes populares quanto pelo seu caráter de oposição à ditadura. Desse modo, *Movimento* investiu na revolta de Marcos e na relativa experiência que o autor já possuía na imprensa escrita. Ao estar disposto a escrever sobre futebol sempre criticando o *status quo* da ordem instituída (tanto da sociedade de forma geral quanto do mundo do futebol), certamente a expectativa foi o de levar outros olhares sobre o esporte bretão, de maior amplitude e de crítica, para o público leitor do semanário.

Nesse sentido, o caráter romântico de seus escritos não foi um empecilho. Como analisado, o próprio romantismo tem por característica histórica o elemento de revolta contra o presente concreto. No caso, a oposição à ditadura e a inconformidade com as transformações “modernizantes” pelas quais o futebol brasileiro vinha passando coadunaram-se com os próprios propósitos do semanário alternativo. Dentre esses propósitos, o viés nacional-popular do teatrólogo santista é exemplo cabal. A defesa da cultura e do patrimônio

nacional era uma dos objetivos editoriais de *Movimento* e que ganharam no futebol mais um veículo de difusão. Pois Plínio, ao se contrapor à administração da CBD (marcadamente ligada com a ditadura) e ao que considerava ser a descaracterização do futebol brasileiro pelo “futebol-força”, colocou-se ao lado da defesa do “futebol-arte” também como forma de anteposição ao discurso autoritário vigente no futebol brasileiro daquele tempo. “Futebol-arte”, esse, que era, na visão de Plínio (assim como a Seleção), representação e pertencente ao povo brasileiro, de modo que em seu discurso (que continha boa parte da idealização romântica de povo) o diagnóstico de um povo triste e oprimido pelo contexto político, econômico e social coligou-se também com a falta de identificação com o futebol apresentado pelo escrete nacional.

2.2 O futebol em *Opinião*

Na análise sobre como *Opinião* interpretou o futebol brasileiro na metade da década de 1970, adotei dois focos principais. O primeiro (item 2.2.1), fazendo jus ao perfil intelectualizado do periódico, se preocupa com a publicação pelo jornal da obra *O Futebol no Brasil*, de Anatol Rosenfeld. Texto ainda relativamente desconhecido do público brasileiro, ele assinalou como *Opinião* buscou o viés acadêmico/científico para um melhor entendimento do esporte mais popular do país. Ainda, Rosenfeld, herdeiro das ideias freyreanas, defende, contribuindo, assim, para sua construção, o “estilo brasileiro” de se jogar futebol. Perspectiva que procurei examinar como uma das formas de o jornal se contrapor à ditadura instaurada.

Em relação ao item 2.2.2, identifiquei determinado padrão nas publicações do jornal de tom crítico ou mesmo pessimista, dependendo da perspectiva, sobre, em termos amplos, a qualidade do futebol brasileiro e, em termos mais estritos, sobre o futuro da Seleção Brasileira. Tal teor enquadra-se no contexto da “Crise Simbólica” pela qual o futebol do nosso país estava passando após o desempenho na Copa de 1974. Com a eliminação para a Holanda, o “Carrossel Holandês”, o time de Zagallo serviu como exemplo de como o nosso “futebol-arte” estava em decadência e já não conseguia competir de igual para igual com o resto das grandes potências futebolísticas. A partir disso, questionamentos não só sobre a tradição do nosso futebol, mas também sobre as concepções identitárias do Brasil enquanto país passaram a ser mais comum, especialmente na imprensa esportiva. Como o jornal entrou nesses debates, qual o enfoque e quais as interpretações feitas é o tema deste subcapítulo.

2.2.1 – *Opinião* e a publicação de *O Futebol no Brasil* de Anatol Rosenfeld

Das quatro edições³⁰⁵ de *Opinião* em que o futebol foi tema especial do semanário, em três, o ensaio de Anatol Rosenfeld³⁰⁶ *O Futebol no Brasil*³⁰⁷ esteve presente. O texto, escrito originalmente em alemão e publicado em 1956 no país germânico, ganhou sua versão brasileira apenas em 1974, quando a revista *Argumento* o estampou em suas páginas. Revista com enfoque cultural, em que diversos intelectuais brasileiros divulgaram seus trabalhos. No conselho editorial estavam nomes como Érico Veríssimo, Sérgio Buarque de Holanda, Octávio Paz e o autor aqui privilegiado, Anatol Rosenfeld. A menção é importante, pois a revista foi lançada pela Editora Paz e Terra, que nessa época era de propriedade de Fernando Gasparian, também dono de *Opinião*.

A publicação do texto pelo jornal alternativo é de significativa importância. Apesar de o futebol aparecer enquanto assunto em algumas oportunidades, com relevantes reportagens sobre temas diversos, como a precária estrutura dos campeonatos e dos clubes no país, críticas aos dirigentes esportivos e à CBD, destaque a ídolos como Pelé, Rivelino e Paulo César Lima, entre outros. O ensaio de Rosenfeld, porém, assinala uma perspectiva um tanto incomum do periódico sobre a temática: a preocupação de entendê-lo cientificamente. Das edições analisadas para o presente trabalho, entre os anos 1975-1977, esse prisma apresenta-se como verdadeira exceção. De forma similar, no trabalho de Almeida³⁰⁸, que pesquisou as edições de 1974, também é possível notar que o semanário não dedicou muito espaço a essa perspectiva. O único exemplo encontrado na pesquisa é quando, no afã de explicar a derrota no mundial, vencido pela Alemanha Ocidental, o jornal publicou artigo de uma página do então professor da USP, José Augusto Guilhon de Albuquerque, onde o autor procurou entender a derrota de forma mais profunda do que comumente se vê na imprensa esportiva. O professor produziu interessante análise de conjuntura, contextualizada pela mudança cultural em que, ainda segundo o professor, a *lógica do resultado* ganhava cada vez mais influência no futebol brasileiro.

³⁰⁵ OPINIÃO, n.208, 29/10/1976, p.3 e 4; OPINIÃO, n.209, 05/11/1976, p.4 e 5; OPINIÃO, n.210, 12/11/1976, p.8 e 9.

³⁰⁶ Anatol Rosenfeld foi um ensaísta, crítico de literatura e de teatro, pensador e mais conferencista do que professor regular. Alemão, erradicou-se no Brasil fugindo das perseguições nazistas na década de 1930. Buscou contribuir para o entendimento de diversos elementos socioculturais brasileiros como o racismo, as religiões afro-brasileiras e o futebol.

³⁰⁷ Além de *Opinião*, também utilizei como fonte a seguinte publicação: ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo: Perspectiva; Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Em ambos a versão do texto é a mesma.

³⁰⁸ ALMEIDA, op.cit. p.49-52.

Se dentro do próprio semanário essa perspectiva caracterizou-se por certo ineditismo, é ainda mais expressivo que a mesma constatação possa ser feita no âmbito do campo científico. Giglio e Spaggiari³⁰⁹ ao traçarem o panorama de 1990 a 2009, sobre a produção científica brasileira sobre futebol destacam poucos exemplos anteriores ao recorte temporal dos anos noventa. Na década de 1970, por exemplo, apenas o ensaio de Rosenfeld é lembrado como publicação em periódicos. Já em termos de produção acadêmica, é citado o trabalho de Simoni Guedes, *O Futebol Brasileiro: instituição zero*, de 1977. Precedente a esse decênio, é o trabalho de Mário Filho *O Negro no Futebol Brasileiro* que merece nota dos autores. A conclusão possível, portanto, é que nos anos de 1974 e 1976, quando o texto do professor alemão foi publicado, respectivamente, na revista *Argumento* e no jornal *Opinião*, praticamente não existia qualquer preocupação científica/acadêmica em se entender o futebol brasileiro, mesmo ele já sendo elemento social e cultural de indispensável relevância para qualquer possível interpretação sobre o nosso país.

Indagação interessante a ser feita é o porquê da escolha editorial em prestigiar o futebol em termos científicos. Elenco duas razões principais. A primeira devido ao contexto intelectual desse período, de início da abertura política. Como aponta Pécaut³¹⁰, há, após 1974, um processo de solidificação de determinado “partido intelectual”. A partir do crescimento significativo do ensino superior, por meio de verbas estatais, como um todo e especificamente da área de ciências sociais³¹¹, em que aumentam o número de instituições, de professores e também dos cursos de pós-graduação em doutorado, além das instituições privadas de incentivo como o CEBRAP ou mesmo o vigor apresentado pelas posições da SBPC, demonstram a relativa estabilidade alcançada pelos intelectuais, o que certamente contribuiu para a intensificação de sua relevância social e política nesse período de exceção. A classificação de Pécaut, “partido intelectual”, procura justamente entender a transformação dos intelectuais em “ator coletivo”. Através de suas associações e espaços disponíveis há relativa união desse grupo contra o regime ditatorial. Seja através da divulgação de seus trabalhos críticos em relação às estruturas e à conjuntura da sociedade brasileira, ou através do envolvimento político-institucional direto em que o MDB, também em crescimento nesse intervalo temporal, foi o grande sintetizador. Nesse cenário, *Opinião* mostrou-se meio privilegiado para a difusão dos diferentes debates propostos por essa intelectualidade. Ao dar

³⁰⁹ GIGLIO, Sérgio; SPAGGIARI, Enrico. A Produção das Ciências Sociais Humanas sobre Futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). In: *Revista de História*. São Paulo, n.163, p.293-350, jul./dez. 2010.

³¹⁰ PÉCAUT, op.cit., p.257-312.

³¹¹ Sobre esse crescimento: Ibid. p.263-268.

considerável destaque aos textos dos integrantes do CEBRAP ou às reuniões da SBPC, o jornal fazia jus ao seu perfil de interlocutor da comunidade científica.

Característica que nos leva à segunda razão da publicação do ensaio de Rosenfeld: uma forma encontrada por *Opinião* de se contrapor, através do futebol, à ditadura. Após o rescaldo da Copa de 1970, em que o esporte mais popular do país foi diretamente utilizado pelo governo autoritário como promotor de sua ideologia, num contexto de militarização da CBD e do selecionado nacional e de aparelhamento da estrutura do futebol nacional para ganhos políticos do partido governista, o texto do ensaísta carrega um duplo impacto de enfrentamento a esse panorama. O primeiro por propor entendimento mais complexo do futebol do que simplesmente “ópio do povo”, ou seja, buscar entendê-lo enquanto fenômeno histórico e social. Nesse sentido, coloca-se contra a instrumentalização do esporte pelo governo ditatorial. O segundo impacto é o que perpassa boa parte das publicações dos dois jornais aqui estudados: de disputar a “identidade nacional” do futebol brasileiro à favor de uma visão nacional-popular que se vincule ao “povo” ou, outras palavras, a um projeto de soberania nacional democrático e que, além disso, se diferencie da proposta autoritária e mecânica da ideologia ditatorial. Sobre essa disputa que os próximos parágrafos serão dedicados, visto que a primeira razão perpassará indiretamente toda a análise³¹².

O pressuposto seguido pelo autor em seu ensaio nos é informado logo em seu início, ao pretender realizar: “Uma apresentação concisa de alguns aspectos do futebol como fenômeno social de primeiro plano na vida brasileira [e que] poderia contribuir com alguma coisa para o conhecimento da atual sociedade brasileira”³¹³. O destaque a ser feito sobre essa diretriz é justamente sua marcante similaridade com a reivindicação feita por Roberto DaMatta, em 1982: “É parte do meu entendimento que quando eu ganho uma certa compreensão sociológica do futebol praticado no Brasil, aumento simultaneamente minhas possibilidades de melhor interpretar a sociedade brasileira”³¹⁴. Rosenfeld, já na década de 1950, certamente influenciado pela antropologia de sua época, vislumbrou a importância dos elementos culturais para o melhor entendimento de determinada sociedade. Porém, tanto devido ao campo científico brasileiro estar dando seus primeiros passos na referida década quanto ao próprio desconhecimento do texto do cientista alemão no país, além de certa

³¹² Sobre como a nação é objeto de disputas ver a parte da introdução: *Futebol, nação e imprensa*.

³¹³ OPINIÃO, n.208, 29/10/1976, p.3.

³¹⁴ DAMATTA, op.cit., p.21.

desvalorização do futebol como objeto científico, esse ponto de vista sobre o esporte e a sociedade não teve grande influência sobre os trabalhos acadêmicos/científicos brasileiros.

Se nos utilizarmos da tipologia proposta por Lovisolo³¹⁵, Rosenfeld e DaMatta podem ser enquadrados na perspectiva que tenta aliar o *iluminismo crítico* com o *romantismo* ao propor o entendimento racional e científico do futebol, o que exigiria certo distanciamento por parte do pesquisador em relação ao objeto, porém sem negar o que seriam aspectos positivos desse esporte, valorizados pelos românticos, tais como a emoção e o prazer ou mesmo o sentimento de pertencimento do “povo”, além de admitir certo envolvimento do pesquisador. Apesar de sua grande influência no início dos anos 1980, esse viés teórico ainda era praticamente inédito no Brasil da década anterior. Contexto que acentua a relevância da tradução e publicação do ensaio de Anatol Rosenfeld, pois terminou por simbolizar o (re)descoberta do futebol enquanto fenômeno social e como objeto de análise científica.

O caminho escolhido por Rosenfeld para cumprir seu objetivo é o de explorar, ainda que de forma sucinta, o futebol através de algumas dimensões: histórica, sociológica, antropológica e psicológica. De modo a manter o escopo do trabalho, não analisarei profundamente o texto, pois cada uma dessas dimensões trazem contribuições diversas, além de dialogarem entre si de forma mútua. Proponho, ao invés, focar no que me parece ser uma das sínteses do trabalho: a construção do futebol enquanto símbolo nacional. Inevitavelmente, os diferentes âmbitos mencionados aparecerão na análise, mas sem a preocupação de apontá-las ou explicá-las detalhadamente.

Nesse aspecto, da relação entre o futebol e a nação, torna-se evidente ao leitor a concordância do autor com as ideias freireanas. Ao comparar o desenvolvimento do esporte moderno na América do Norte e na América Latina, Rosenfeld argumenta existir: “[...] uma afinidade difícil de definir da parte latina da América com o jogo de futebol, mais elegante, mais sinuoso e, apesar da decidida virilidade, menos dependente da robustez dos ossos e dos músculos.”³¹⁶. A partir da admissão dessa “afinidade difícil de definir” que Rosenfeld tenta destrinchar o futebol brasileiro, caracterizá-lo especialmente em suas singularidades.

Para tanto, busca em sua história parte da explicação de sua especificidade. Utiliza como uma de suas principais fontes a obra de Mário Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro*, já na década de 1950, livro de grande prestígio e popularidade entre determinado círculo letrado. A explicação do processo de construção do estilo brasileiro passa por três etapas, portanto: o

³¹⁵ LOVISOLO, op.cit., 2011.

³¹⁶ OPINIÃO, n.208, 29/10/2017, p.3.

da inicial elitização do esporte bretão em nossas terras; a sua popularização a partir da década de 1920 (em que a profissionalização é um dos marcos) e, por fim, o papel central que o negro teve nesse processo. Como deixa claro o seguinte trecho em que, após mencionar o elitismo do início do século XX, Rosenfeld explica sua popularização:

Só lentamente enchiam-se também as gerais. ‘Os moleques’ (meninos, sobretudo de cor, das camadas sociais inferiores), que assistiam aos treinos dos ginásios e estudantes, aproveitavam cada bola que saía de campo para, antes de chutá-la de volta experimentar a força de seus pés. Nas famosas ‘peladas’ [...] formaram-se equipes, cujos jogadores adolescentes muitas vezes não tinham mais nada para fazer do que se exercitarem, uma vez que nem iam à escola nem pensavam em trabalhar e que, em consequência disso, desenvolveram logo uma técnica sedutora.³¹⁷

A difusão do futebol entre as classes menos abastadas é abordada tanto em relação ao crescente público que passava a frequentar os estádios quanto em relação ao aumento dos praticantes, em boa parte adolescentes que “não tinham mais nada para fazer” e que, por isso, conseguiram desenvolver uma técnica própria e “sedutora”. Esta última característica, do aprendizado “na rua” ou “na pelada” faz parte do mito construído em torno do “estilo brasileiro” que, entre outros elementos, vê na “intuição” do negro e do pobre algo fundamental para a originalidade do futebol praticado no Brasil, pois transfeririam a capacidade de ultrapassar obstáculos de ordem econômica, material e cultural para o campo de futebol.

Etapa fundamental dessa “democratização” foi o advento do profissionalismo no país, oficializado no ano de 1933. Segundo Rosenfeld, foi essa oportunidade para a inclusão dos negros, “mulatos” e “brancos pobres” no futebol. O autor sedimenta sua argumentação:

Evidenciou-se que nas camadas inferiores, entre os negros, mulatos e brancos pobres, havia um grande número de jogadores de primeira classe, seja porque os ajudava um talento natural, seja porque [...] “não tinham nada a perder” [...] este tornou-se, como a embriaguez do álcool e da dança, um caminho de fuga, certamente um caminho que parecia ir para cima [...] De repente o próprio jogo tornou-se para eles um trabalho, e pôde igualmente relacionar-se com a emancipação dos escravos³¹⁸

Mutuamente conectado à intuição está o “talento natural” desses jogadores. Com habilidades inatas, já possuiriam aptidão própria para a prática do futebol, outro elemento indispensável para explicar o que seria nossa forma de praticar esse esporte. Além disso, ao partir inicialmente da visão estereotipada das ocupações desses segmentos da população, álcool e dança, ambas ligadas ao caráter dionisíaco definido pelo próprio Freyre, o autor demonstra preocupação sociológica ao identificar a “fuga”, possibilitada pelo esporte mais popular do

³¹⁷ OPINIÃO, n.208, 29/10/1976, p.4

³¹⁸ Ibid.

país, para quem, a princípio, teria como destino uma vida social precária e sem perspectiva de ascensão.

Se do ponto de vista de parte das camadas populares o profissionalismo se apresentava como forma eficaz de melhorar a própria vida, sob o olhar mais amplo, da nação, ele passou a representar a integração nacional, pois aglomerava e representava um sentido para a *comunidade imaginada*:

A reputação social do futebol baixou; contudo, havia se tornado o esporte nacional, que como espetáculo envolvia todos os círculos masculinos, inclusive as elites, as quais, nos grandes encontros futebolísticos, se irmanavam às massas em euforia festiva, na circunferência reboante do estádio³¹⁹

O reconhecimento do autor de que o futebol passava a ser o “esporte nacional” do país, ou seja, a prática que, de alguma forma, significava a união dos brasileiros em seu entorno é feito através da relevante palavra “irmanavam”. Relevante, pois logo no decorrer do texto ele amplia seu próprio raciocínio, ao explicar essa integração nacional e a formação do estilo brasileiro com outra chave freireana: a democracia racial. Nas páginas de *O Negro no Futebol Brasileiro*, colhe o exemplo de Friendenreich como espécie de “mito fundador” da mistura de raças que transformaria o futebol nacional em único no mundo. Mais tarde, outros ídolos como Leônidas da Silva e Domingos da Guia passaram a ser vistos como exemplo dessa harmonização promovida pelo esporte, pois eles:

[...] que se tornaram ídolos máximos de todo o povo brasileiro, não só porque foram excelentes jogadores, mas porque neles se encarnava um dos mais altos valores ideológicos do Brasil: o da democracia de raças, por mais difícil que seja, em todos os casos, harmoniza a realidade com essa ideologia³²⁰.

Se no início século XX, o pensamento letrado brasileiro defendia teses racialistas, que se perguntava, por exemplo, se um país “mestiço” como o nosso seria capaz de se desenvolver, reafirmando uma visão negativa em relação à inserção do negro e seus descendentes na sociedade brasileira, o livro de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* veio a mudar essa perspectiva. Para o pesquisador pernambucano, a integração das “três raças”, branca, indígena e negra se dera de forma relativamente harmoniosa e, cada uma dentro de suas possibilidades, contribuía para formar a nação brasileira. Ao entender a categoria “raça” como distante do determinismo biológico, o antropólogo, discípulo de Franz Boas, a desassociou da “cultura”, o que possibilitou notar essas possíveis contribuições dos negros, indígenas e seus respectivos descendentes para o país que se formava. A figura que sintetizaria a consolidação dessa conciliação histórica e cultural entre as raças pode ser

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ OPINIÃO, n.210, 12/11/1976, p.8.

expressada, segundo essa narrativa, pelo futebol: é o “mulato”, nome dado aos descendentes miscigenados de europeus e africanos.

Kern³²¹, ao traçar o debate intelectual sobre a miscigenação e a identidade nacional brasileira, travado durante a década de 1950, nota a tensão existente entre a já praticamente consensual “democracia racial” e os estudos feitos por Florestan Fernandes que, sob o incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) trouxe conclusões que questionaram a “harmonização das relações sociais” em terras brasileiras. Entre elas estava a de que o preconceito racial era amplamente praticado no país e que a população negra não participava de forma efetiva do que seria a “nova” sociedade de classes do país. Essa perspectiva baseava-se em dados socioeconômicos e preocupava-se, portanto, em adentrar a realidade brasileira para depois formular sua teoria sobre ela

A adesão do autor germânico à tese da democracia racial como uma das explicações do “estilo brasileiro” não acontece, porém, de forma plena. Quando menciona que essa ideologia “harmoniza a realidade” nota a ação que a ideia de democracia racial opera na realidade, entendendo-a, assim, como distintas uma da outra. Ao mesmo tempo que salienta a explicação supracitada como eficaz, ou seja, crê que a harmonização das relações raciais no Brasil tornou possível o surgimento de uma singular forma de se jogar futebol, não deixa de apontar certas contradições entre a teoria e realidade.

. Rosenfeld, ao participar direta ou indiretamente desse debate, acaba demonstrando ressalvas, ainda que de forma tímida, sobre a ideologia da democracia racial³²². Ressalvas que não o impedem de concordar com ela em seus pressupostos básicos, já que é através de seu caminho que explica o estilo brasileiro de jogar futebol:

Gilberto Freyre analisou sutilmente essas questões: “De maneira inconfundível formou-se um estilo brasileiro de futebol: e esse estilo é uma nova expressão da nossa mulatice, perito em assimilação, domínio, abrandamento coreográfico, sinuoso e musical de técnicas européias e norte-americanas, que são muito angulosas para o nosso gosto – trate-se de técnicas de jogo ou de arquitetura. Pois nosso tipo de mulatice... é inimigo do formalismo apolíneo, é dionisíaco na sua mobilidade.”³²³

³²¹ KERN, Gustavo. *Ações Afirmativas e Educação: um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS (dissertação de mestrado), 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2012, p.90-108.

³²² Dois anos antes da publicação de *O Futebol no Brasil*, Rosenfeld publicou o ensaio *A Situação das Pessoas de Cor no Brasil* em que pretendeu analisar o panorama histórico, social e cultural dos negros na sociedade brasileira. Essa aceitação hesitante se verifica, por exemplo, no seguinte trecho: “[...] a grande massa das pessoas de cor com forte sangue africano pertence, no entanto, como sempre, e apesar da relação pacífica e até mesmo amigável entre as raças, às camadas mais ‘baixas’ da população e mesmo no âmbito dessas classes lhes são frequentemente atribuídas atividades menos relacionadas e mais mal remuneradas do que as oferecidas aos brancos da mesma classe.” (ROSENFELD, op.cit. 1993, p.19-20).

³²³ Ibid. .

A obra do autor, portanto, ajuda a construir a “tradição inventada” do estilo brasileiro de se jogar futebol. Nota-se essa adesão quando o autor segue a narrativa da chegada do futebol inglês e elitista no Brasil; sua popularização; e, na última etapa, o papel central que o negro teve nesse processo. Ademais, ao valorizar características como “intuição”, “sinuosidade” da nossa “mulatice”, assim como, concordar com o suposto papel dos “campos de rua” e de “pelada” no fundamento do nosso estilo, o autor praticamente transfere a teoria de Filho, em conjunto com Freyre, para seu ensaio.

Mais importante do que notar o papel do ensaísta alemão em reproduzir certa narrativa sobre a forma de se jogar futebol no Brasil, é pensar a razão da publicação de tal texto por um jornal alternativo no contexto de ditadura empresarial-militar. Como já colocado no início deste subcapítulo, o contexto intelectual desse início de período de abertura certamente influenciou o jornal a prestigiar um trabalho praticamente inédito sobre um assunto que, além de sua originalidade em termos científicos, estava, pelo menos desde o governo Médici, explicitamente relacionado com o espaço político brasileiro tanto pela sua utilização na Copa de 1970 quanto pela influência crescente do governo autoritário, em várias dimensões, no esporte mais popular do país.

Caracterizado por ser um jornal que privilegiava o debate intelectual, *Opinião*, segundo a minha hipótese, utilizou da publicação do ensaio para se contrapor à instrumentalização do futebol pelo governo ditatorial. Do ponto de vista simbólico, o tricampeonato ainda mostrava-se vivo na memória da sociedade brasileira e mesmo que em 1976 o afã propagandístico já não fosse o mesmo, a militarização e a utilização político-burocrática do esporte ainda era plena no governo Geisel. A ligação entre ditadura e futebol, então, era relativamente forte. Além disso, a proliferação de determinado *ethos* autoritário no futebol brasileiro durante a ditadura, especialmente nas ocasiões do pós-copa de 1966 e 1974, quando o Brasil saiu derrotado, que questionava pressupostos já consagrados do “futebol-arte” nacional, passou a tensionar essa já consagrada identidade. Quadro que demonstrava a “crise simbólica” pela qual o futebol nacional passava, onde os primados do “futebol-força”, da disciplina, autoridade e militarização ganhava espaço em detrimento do “futebol-arte”, do improvisado, liberdade e intuição.

O ensaio de Anatol Rosenfeld é mais uma das contribuições intelectuais à legitimar a identidade “artística” do nosso futebol. Sua publicação, portanto, é uma forma de o jornal se posicionar contra a ditadura e, especialmente, contra o *ethos* supracitado que tinha como um de seus polos irradiadores o próprio governo comandado pelos militares. Essa contraposição,

no entanto, também possuía suas contradições, pois a ideologia propagandística do governo militar, especificamente durante a Copa de 1970, não negava a tradição do “estilo brasileiro”. Como apontam Marco Antonio Salvador e Antonio Jorge Soares, a partir de Aldo Azevedo³²⁴, não havia incoerência entre as metáforas de progresso e disciplina veiculadas durante a Copa de 1970 com as imagens do “futebol-arte”:

[...] a utilização do futebol como metáfora do progresso do Governo Médici não entrava em contradição com as imagens identitárias do futebol-arte. Ao contrário, nesse período, houve um estreitamento das características nacionais ao estilo de futebol veiculado como único do mundo.³²⁵

O que existiu foi uma fusão de elementos entre determinada tradição identitária e os objetivos do projeto de “segurança-nacional” que, entre outros, pretendia integrar e modernizar o Brasil através de princípios autoritários, tecnocráticos e científicos. O futebol, a partir desse ponto de vista, serviu como condutor privilegiado para os desígnios militares.

Porém, na Copa do Mundo seguinte, a fusão que dera certo nos campos mexicanos entre arte e força não alcançou o mesmo sucesso. Se a tendência que vinha desde 1966, de valorização por determinada parte do universo do futebol brasileiro dos requisitos “científicos” do “futebol-força” em comunhão com a militarização, já estava relativamente consolidada, por outro lado seus opositores ganharam espaço após o insucesso em campos alemães. Com a deflagração da “crise simbólica”, os dois lados que se encontraram de forma efêmera em 1970, são nova e bruscamente separados entre, a *grosso modo*, os partidários da “modernização” (futebol-força) e os da conservação do “estilo brasileiro” (futebol-arte). É neste segundo campo que o jornal *Opinião* se posiciona com a divulgação do texto de Rosenfeld em suas páginas.

Pois além de ser a narrativa identitária com mais peso cultural e mesmo penetração na sociedade brasileira, ela terminou por representar a crença em um Brasil não pautado por diretrizes como “disciplina”, “modernização”, “autoridade”. Numa operação de “esquecimento” da Copa de 1970³²⁶, essa narrativa remete a um tempo anterior à instalação do governo ditatorial. Fora em 1958 e 1962, com Garrincha e Pelé, que o “futebol-arte” alcançara seu ápice, num tempo em que não existia um governo ilegítimo, sem participação popular e que utilizava o terrorismo de Estado como político. A recuperação de um passado, visto como um tempo melhor do que o presente, uma típica operação romântica, mostra-se

³²⁴ AZEVEDO, Aldo Antonio de. *A Relação Estado e Futebol no Brasil*: elementos para sua construção. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

³²⁵ SALVADOR, Marco Antonio & SOARES, Antonio Jorge. *A Memória da Copa de 70*: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. Campinas: Autores Associados, 2009, p.66.

³²⁶ SALVADOR & SOARES, op.cit., 2009.

nessa defesa. O Brasil do “futebol-arte”, de exaltação da qualidade do povo brasileiro não era, segundo o jornal, o Brasil dos militares que restringia e limitava qualquer potencialidade desse mesmo povo. Embora essa demarcação temporal seja significativa, é através da valorização de elementos consagrados do “estilo nacional” que a anteposição contra o *ethos* autoritário se fez mais explícita.

2.2.2 – A “Crise Simbólica” do Futebol Brasileiro

Após o quarto lugar do Brasil em campos alemães, uma série de questionamentos passaram a permear o futebol brasileiro. No âmbito simbólico, o de representações sobre o nosso futebol, o que se colocava em dúvida era justamente a representação mais forte: a do “estilo brasileiro”. Na definição de Gil:

Nesse momento de redefinição de nossas metáforas e representações coletivas de um de nossos símbolos culturais mais populares, o futebol, iniciou-se uma crise em nossas construções sobre o que seria “tipicamente brasileiro”. Nosso estilo anárquico e individualista passou a ser visto como lento, virando alvo de críticas. Não se falava apenas em melhorar o preparo físico, como em 1966: discutiam-se com mais ênfase nossas visões de progresso e atraso.³²⁷

Uma das principais responsáveis por causar essa profunda descrença foi justamente a Holanda, algoz do Brasil no mundial. Com um futebol inovador, baseado no jogo coletivo e tático com movimentações rápidas e precisas, a seleção de Zagallo viu-se como “perdida” em campo. Na citação lembrada pelo próprio Gil, os preparadores físicos Coutinho e Parreira declararam que “não se conseguiria desenhar um gráfico de seu esquema tático”³²⁸.

Esse modo holandês de jogar fez com que diversos dos pressupostos da nossa “tradição” passassem a ser fortemente discutidos. Entre eles, a mais explícita é a de que a capacidade individual dos nossos jogadores, vistos como por si só talentosos, sempre resolveria quando assim fosse necessário. Ao se depararem com um jogo estrategicamente pensado a partir da forte marcação e de saída rápida para o ataque, a arte dos nossos jogadores praticamente desapareceu. Formou-se, assim, o antagonismo, jogo individual x jogo coletivo, em que o primeiro começava a ser visto como sintoma do nosso atraso diante da “modernização” encontrada pelo técnico Rinus Michel e seus comandados.

³²⁷ GIL, Gilson, op.cit., p.106.

³²⁸ JORNAL DO BRASIL, 16/06/1974 *apud* Ibid. , p.105.

Se em 1974, logo após o infortúnio da Seleção, o jornal *Opinião*, como demonstra Almeida³²⁹, advogou favoravelmente ao estilo nacional, um ano depois, as críticas aparecem em tom mais contundente. João Máximo, no texto *Os Mesmos Pecados*³³⁰, ao partir do pressuposto de que o selecionado brasileiro estava numa descendente, buscou explicar as razões para esse quadro de desilusão. O marco temporal se dá logo depois da participação do Brasil na Copa América, disputado no meio do ano de 1975, em que o time treinado por Oswaldo Brandão terminou em terceiro lugar e teve como base de sua formação os times de Minas Gerais, Atlético Mineiro e Cruzeiro. O autor listou alguns pontos que julgava ser as causas desse momento crítico, inaugurado após a eliminação de 1974. Em um deles cita o desconhecimento do selecionado holandês por parte da comissão técnica brasileira como exemplo do “atraso” em que estaríamos. Para tanto, parte da análise da concepção de jogo: “[...] já um tanto ultrapassada do nosso futebol, ainda preso ao 4-3-3 capenga [...] enquanto os europeus, sobretudo os holandeses, já praticavam um futebol mais franco, aberto, veloz, dinâmico e altamente criativo.”³³¹. As noções de “atraso” e “progresso” do nosso futebol são colocadas em pauta para discutir a atual situação da maior encarnação do nosso estilo, a seleção brasileira. A maior surpresa ou, nesse caso, a “modernidade” apresentada pela Holanda foi a de não se encaixar no estereótipo comumente usado, “europeu/futebol-força”. O time de Crujff, caracterizado por sua velocidade, dinamicidade e criatividade foi visto como um passo adiante em termos de concepção de jogo, especialmente para quem se julgava, como o caso brasileiro, o melhor futebol do mundo.

Em seguida, Máximo explicita um tanto mais esse atraso:

Nossa atual comissão técnica (na verdade um mero esboço de comissão técnica) ainda não se atualizou em relação ao que se passa lá fora: não promove viagens de observações para seus integrantes, nem intensifica o intercâmbio com clubes e seleções estrangeiras, nada faz para evitar a repetição de uma surpresa como a que nos pregou a Holanda, ano passado³³²

A necessidade de “atualização” perante o que seriam os avanços ou o desenvolvimento do futebol europeu ficou flagrante depois da Copa da Alemanha. Se em 1958, o que faltava era apenas organização e mesmo ampliação da comissão técnica, ou em 1970, o preparo físico era um dos nossos pontos fracos, agora havia a necessidade, como apontou Gil, de adaptação a uma série de novos pressupostos, já que nosso estilo já não se mostrou suficiente para alcançar vitórias.

³²⁹ ALMEIDA, Guiherme. Op.cit.,

³³⁰ OPINIÃO, n.144, 08/08/1975, p.6.

³³¹ Ibid..

³³² Ibid..

O diagnóstico promovido nessa matéria também revela outro ponto importante de transformação pela qual o futebol brasileiro passava, a crescente importância que a “comissão técnica”, personificada na figura do “técnico”, começava a ganhar. Não à toa, dos cinco pontos colocados por Máximo, o técnico da Seleção, primeiramente Zagallo e depois o atual, de 1975, Oswaldo Brandão, são lembrados tanto pelo fato de no caso do primeiro, durante a Copa, não ter se desvinculado do Flamengo e, por isso, não ter conseguido dedicar todos os seus esforços ao selecionado e também por sua teimosia, que não o permitia “[...] reformular seus conceitos excessivamente acadêmicos sobre o futebol”³³³. Brandão é visto como cometendo os mesmos erros: “Oswaldo Brandão, o técnico que substituiu Zagallo, é tão teimoso e acadêmico quanto seu antecessor, além de não ser *full time* da CBD e de ter vínculo antigo com o Palmeiras.”³³⁴

Durante o texto, o escritor não explica o que entende por “acadêmico”. Se levarmos em consideração o significado comumente utilizado, seria o técnico que prezaria mais a teoria do que a prática. Característica que, apesar de ser vista negativamente pelo jornalista, ganhava cada vez mais relevo nessa época de crescente protagonismo do treinador, pois valores como o estudo, a tática e planejamento, aos poucos, passavam a rivalizar e, por vezes, ultrapassar concepções como o improviso, individualidade e talento. Num esforço de interpretação é possível notar certa contradição no texto, pois ao mesmo tempo que o autor exige atualização da comissão técnica também vê com excessiva criticidade o que considera ser treinadores “acadêmicos”.

Outro problema era o fato de ambos não terem se desvinculado totalmente de seus respectivos clubes. Não era mais concebível a Seleção Brasileira não ter um técnico exclusivo e que se dedicasse totalmente à montagem do time. Cobrança que transpassa o já citado destaque que a figura do treinador passou a ganhar. José Miguel Wisnik lembra, por exemplo, que times históricos como o Brasil de 1958 e o Santos, da década de 1960, não são lembrados pelos seus comandantes, Vicente Feola e Lula, respectivamente, mas sim pelos jogadores e craques que os compunham. Da imagem do treinador que deveria apenas distribuir os coletes e montar o time titular, paulatinamente, e a segunda metade da década de 1970 isso se faz mais nítido, passa-se a valorizar muito mais a função. Lembrando ser esse um período de progressiva racionalização, de enaltecimento de princípios tecnocráticos e mesmo de

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid.

transformação do futebol em produto mercadológico, Wisnik define essa releitura do papel do treinador:

É significativo constatar que o lugar simbólico do treinador mudou de forma decisiva, junto com a intensificação do planejamento [...] A progressiva ascensão e vedetização do técnico, sua emergência protagonística na cena do jogo e fora dele, nas últimas décadas, descreve exatamente a subida do princípio racionalizador para um lugar que se quer dominante e total.³³⁵

Essa progressiva distinção do técnico como figura-chave para o sucesso do escrete nacional se acentua com a percepção, segundo Máximo, de outro problema, a ausência de craques como Pelé, Tostão e Gérson, emblemas do tricampeonato. Comenta o jornalista que a comissão técnica ainda não havia se convencido “[...] de que, sem craques como Pelé, Tostão, Gérson, suportes da vitória em 1970, a seleção teria de apoiar-se mais nos trunfos coletivos do que nos poucos supervalores individuais que lhe restavam.”³³⁶ A crise do “estilo brasileiro” torna-se mais evidente a partir dessa afirmativa, pois uma de suas bases está seriamente danificada. A sensível diminuição dos valores individuais ou “supervalores” que teriam marcado, até então, o futebol brasileiro, mais especialmente, os três títulos mundiais, explícita a profundidade do questionamento pelo qual nosso futebol passava. O jogo mais coletivo, em que a estratégia/tática suplante as carências que as individualidades apresentavam surge, na esteira do já apontado sucesso holandês, como solução para o problema do time brasileiro.

Se o desempenho e a própria utilização da Copa América foram duramente criticados pelo jornal, um ano depois, a situação não havia melhorado muito. Em maio de 1976, portanto quase um ano após o diagnóstico acima comentado, o time brasileiro conquistou o torneio do bicentenário da independência dos Estados Unidos e foi alvo de críticas. Em três jogos, respectivamente, contra Inglaterra, EUA e Itália, o time que contou com Rivelino, já atuando pelo Fluminense, Falcão, do Internacional e Zico, do Flamengo, o primeiro jogador já consagrado e os outros dois ainda no começo de carreira, foi visto com olhos extremamente rigorosos pelo mesmo João Máximo, na matéria *Um Troféu Muito Chinfrim*. Praticamente todo o texto, que ocupa duas colunas inteiras da página, é voltado para argumentação da falta de craques ou jogadores de alto nível do selecionado. Segundo o autor:

Dentro de campo, há uma série de impasses técnicos e táticos que o treinador Osvaldo Brandão ainda não pôde ou não soube contornar. O primeiro deles é a indisfarçável falta de jogadores, em nível de Seleção, para certas posições consideradas chaves: o futebol brasileiro e isso há muito tempo, ressenete-se de craques no meio-campo, no comando do ataque e na ponta-esquerda [...]³³⁷

³³⁵ WISNIK, op.cit. p.129-130.

³³⁶ OPINIÃO, n.144, 08/08/1975, p.6.

³³⁷ OPINIÃO, n.188, 11/06/1976, p.7

Praticamente toda área ofensiva é vista pelo jornalista como órfã de jogadores de excelência, mesmo com jogadores futuramente vistos como unanimidades, como Falcão e Zico. O primeiro, já tricampeão gaúcho e atual campeão brasileiro pelo Internacional é chamado por Máximo de “trivial” e o segundo, referência do rubro-negro carioca, é cobrado por não ter rendido o esperado na seleção brasileira.

A análise de que o Brasil encontrava-se órfão de jogadores de grande qualidade ou “craques” é emblemática para o entendimento da “crise simbólica”. A figura do jogador-exceção, de capacidade individual extraclasses e quase mágica tem papel fundamental na narrativa do “estilo brasileiro”. Se no clássico livro de Mário Filho, como já vimos, Arthur Friedenreich surge como espécie de mito fundador do que seria uma genealogia de grandes jogadores como Domingos da Guia, Leônidas da Silva, Zizinho, Garrincha e Pelé, todos marcados como símbolos da nossa tradição do “futebol-arte”; no período de auge dessa tradição, de 1958 a 1970, foram os dois últimos que sintetizaram o poder individual, de encantamento e de decisão esperados de um craque. Num tempo em que o técnico e o planejamento tático eram vistos como menos importantes, até mesmo, em alguns casos, irrelevantes, era a habilidade desses “supervalores” que era vista como o diferencial das vitórias brasileiras mundo afora.

Representativo nesse sentido é o que um ano após 1970, o maior nome do futebol brasileiro, galvanizador de quase todas as referências ao nosso talento, Pelé, anunciou sua aposentadoria da Seleção Brasileira. Além do jogador de Três Corações, Tostão, por um problema de saúde e Gérson, aposentado em 1974, não participaram do mundial da Alemanha Ocidental, o que mudou de forma importante o escrete que jogou a competição se comparado ao Tri do México. Dos nomes de destaque, apenas Rivelino e Jairzinho estavam presentes, além de Paulo César Lima. É nesse contexto que, em pelo menos três matérias do *Opinião*, quantidade relativamente significativa para um jornal alternativo, que a questão do *ídolo* ou do *craque* apareceu como central. Em duas delas (que serão mais trabalhadas no próximo subcapítulo), Pelé é o personagem central e, na outra, Rivelino, que vestia, até então, a camisa 10 da seleção brasileira.

Em fevereiro de 1975, com a matéria *O Último Grande ídolo*³³⁸, Luiz Carlos Ramos opina sobre a transferência de Rivelino que, após dez anos, saiu do Corinthians para jogar pelo Fluminense, no que foi, na época, a maior transferência da história do futebol brasileiro.

³³⁸ OPINIÃO, n.118, 07/02/1975, p.7

O título da matéria carrega certo tom irônico. A frase é do então presidente do Fluminense, Francisco Horta, na sua explicação do porquê da contratação: “Comprei Rivelino porque ele é o último grande ídolo do futebol brasileiro, o jogador capaz de levar público ao Maracanã [...]”³³⁹. O autor do texto, porém, deixa claro sua discordância sobre essa estima ao ex-jogador corintiano. Após fazer a pergunta-chave que conduz sua opinião: “Ídolo, gênio e líder. Rivelino é mesmo tudo isso?”³⁴⁰, Ramos argumenta em tom bastante crítico sobre as qualidades do meio-campo, especialmente em relação aos dois últimos adjetivos. No primeiro, no entanto, sobre sua idolatria no Corinthians, ele vê características positivas:

Ídolo, sim, há mais de 10 anos [...] Rivelino era o único jogador capaz de fazer a torcida acreditar que seu time seria campeão. O drible fácil, o chute forte, a vibração, o passe preciso, o gol: era sempre a esperança, o responsável pela repetição da frase dos torcedores a cada início de campeonato – ‘este ano, vai’ [...]”³⁴¹

Principal jogador do clube do Parque São Jorge³⁴², o “Reizinho”, como era chamado, foi a referência do time em parte importante do período da “seca” corintiana, em que entre 1954 e 1977, o clube não ganhou sequer um título. Por muito tempo, “Riva” personificou a esperança do torcedor alvinegro, fazendo justiça à classificação de “ídolo”, que como Franco Júnior explica, significa a “representação material de entidade imaterial”³⁴³, figura com poderes divinos e dotado de capacidades especiais e que, por isso, merece o amor de seus torcedores ou, nesse caso, fiéis (idolatria).

Se algumas das virtudes de Rivelino são reconhecidas pelo jornalista e, em parte, ajudam a entender sua idolatria no Corinthians, ele vê também claros limites no jogador. Um deles, por exemplo, é sua capacidade de decisão ou, como categoriza o autor, sua “genialidade”:

Gênio, Rivelino jamais chegou a ser. Naquela Seleção Brasileira que conquistou o tricampeonato mundial no México, em 70, ele teve de aceitar a camisa 11, como simples auxiliar num meio-campo e ataque de verdadeiros gênios. Já mostrava um excelente futebol, mas não podia ser comparado aos seus principais companheiros de time – Pelé, Gérson, Tostão, Jairzinho. E essa limitação ficou demonstrada na última Copa do Mundo, na Alemanha, em que, sem Pelé, Gérson e Tostão, e com Jairzinho já em decadência, Rivelino deveria assumir a condição de gênio e decidir as partidas, como se o futebol brasileiro não estivesse vivendo uma crise, como se aquela péssima Comissão Técnica não existisse³⁴⁴.

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ Ibid.

³⁴² O Parque São Jorge é o nome da sede social oficial do S. C. Corinthians Paulista. Local cujo estádio o clube paulista mandou seus jogos por muitos anos.

³⁴³ FRANCO JÚNIOR, op.cit. p.260-261.

³⁴⁴ OPINIÃO, n.118, 07/02/1975, p.7

Nesse trecho é possível notar a distinção operada pelo autor entre “ídolo” e “gênio”. O primeiro vem de sua relação com a torcida enquanto principal jogador de um clube que, por mais que fosse dos mais populares do país, possuía universo mais restrito se comparado ao alcance simbólico da *comunidade imaginada nacional*. Já a ideia de “gênio” é utilizada tendo como referência sua atuação dentro de campo, particularmente pela Seleção. Para assim ser considerado, além de reconhecida capacidade técnica, seria necessária a virtude de chamar a responsabilidade das partidas, comandar o time e, num momento de dificuldade, decidi-las. Esta segunda distinção é negada pelo autor que utiliza o próprio histórico do jogador e do escrete nacional para sustentar sua opinião. Além de comparar Rivelino, tal como fez João Máximo, com Pelé, Tostão e Gérson somado de Jairzinho, chama a atenção a cobrança feita ao atleta de que mesmo com o contexto totalmente desfavorável, com o futebol brasileiro vivendo uma crise e atuando num time de péssima comissão técnica, caberia a ele a tarefa de determinar o que seria o destino final e vencedor da esquadra brasileira.

No jornal *Movimento*, Rivelino também ganhou destaque. Praticamente dois anos depois da publicação do artigo em *Opinião*, o então jogador do Fluminense foi lembrado na capa do alternativo comandado por Raimundo Peireira³⁴⁵. Na matéria *Apenas um Supercraque?*³⁴⁶, o jornalista Maurício Azedo adotou tom menos crítico em relação ao jogador, procurando ressaltar algumas de suas qualidades e menos o que seriam seus defeitos. Como a própria capa da edição já deixa claro, um dos objetivos da reportagem é justamente de comprar “Riva” com Pelé, perguntando se o primeiro seria ou não seu sucessor. Logo na introdução do texto, após descrever o carinho dos fãs com o camisa 10 do tricolor carioca em uma excursão pelo nordeste brasileiro, Azedo escreve:

Rivelino sucedeu a Pelé como o grande ídolo do futebol brasileiro? A julgar pela estima, pela curiosidade e pelos pedidos de autógrafos dos torcedores, não há dúvida. Mas também não há dúvida de que ele é no mínimo um ídolo controvertido. Depois de o **Reizinho, O Garoto do Parque**, Rivelino continua sendo um supercraque, considerado pelo técnico Claudio Coutinho como o melhor jogador do mundo em atividade. Esses elogios ele provavelmente aceita, mas recusa o título e sobretudo as tarefas do ídolo [...]³⁴⁷

A procura do “sucessor” de Pelé desagua novamente em Rivelino. Apesar da análise um tanto otimista de que não haveria dúvidas sobre essa sucessão, pelo menos em termos de amor do público, o autor deixa espaço para questionamentos, já que o próprio Rivelino não se sentiria à vontade com as exigências que normalmente um ídolo é submetido.

³⁴⁵ Ver Anexo A.

³⁴⁶ MOVIMENTO, n.128, 12/12/1977, p.10.

³⁴⁷ Ibid.

Entre essas exigências está, por exemplo, a capacidade de decidir partidas. Se na matéria de *Opinião*, o autor usou o termo “gênio”, em *Movimento*, Azedo agrupa no conceito de “ídolo” essa mesma competência, ao salientar que ele: “[...] tem de ser também um ser quase mágico, capaz de operar milagres, descobrir no espaço do campo e no limite dos 90 minutos de jogo a saída para a redenção que cada vitória representa.”³⁴⁸. No Corinthians, ainda segundo o autor, essa responsabilidade acabou pesando para o camisa 10, pois se nas vitórias ele era louvado, nas derrotas a culpa recaía quase que totalmente em seus ombros. O exemplo derradeiro teria sido a final do paulista de 1974, em que o “Reizinho” foi visto como principal culpado pela derrota contra o Palmeiras. Situação que abreviou sua saída de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Já no Fluminense, as exigências teriam diminuído. No tricolor carioca, Rivelino não seria mais o “ídolo”, de quem tudo se espera: “Ao contrário do que acontecia no Coríntians [sic], onde era objeto de adoração apaixonada pela *Fiel*, no Fluminense, Rivelino deixou de ser o ídolo para se tornar simplesmente o supercraque [...]”³⁴⁹. Esse decréscimo de patamar não teria sido um problema para o atleta, que, segundo o jornalista, mais maduro, com 32 anos, estaria lidando melhor com suas potências e limites. Porém, se houve certa redução de expectativas no time das laranjeiras, na Seleção, isso não seria tão evidente, pois faltando cerca de 7 meses para a Copa do Mundo, ele era visto como uma das principais referências do time de Coutinho:

Mas o pouco em que se modificou foi fundamental: não é ídolo, não deseja ser, não se comporta como tal, nem faz esforço para cultivar tal imagem. Hoje ele quer ser apenas um entre onze, mesmo na Seleção Brasileira, da qual, ainda que não o desejasse, será o capitão, o guia, a voz, a mão e o cérebro³⁵⁰

A diferença marcante e também reveladora, nesse caso, é que se no clube o papel de Rivelino teria sido relativizado, na Seleção ele ainda era visto como principal protagonista. Certamente essa discrepância é explicada pelos distintos aparatos simbólicos que, apesar de semelhantes, não são os mesmos entre *clube* e *seleção nacional*. A modalidade de pertencimento de um e de outro diferem. Enquanto a primeira, além de estar inserida dentro de uma *comunidade imaginada* nacional, se pauta, geralmente, por relações locais, regionalizadas, constituídas historicamente por identidades coletivas próprias e caracterizadas de acordo com a “tradição inventada” de cada clube³⁵¹; a segunda, da seleção nacional, além

³⁴⁸ Ibid.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ Ver especialmente o capítulo 2 da dissertação de: DAMO, Arlei Sander. *Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores.*

de englobar maior número de pessoas, possui outros ritos e outra constituição histórica e simbólica, pois pretende-se como síntese da unidade nacional e não somente de determinado local ou regionalidade, marco do associativismo representado pelos clubes. Assim, não soa absurdo que no texto, Maurício Azedo classifique o zagueiro Edinho como ídolo do Fluminense e, em contrapartida, Rivelino não, pois o primeiro, segundo o jornalista, é o emblema da raça, de tempo de clube e que “joga como um torcedor”, características próprias do que a torcida tricolor valorizaria no seu ídolo; já o segundo, apesar de indiscutivelmente talentoso, ao não ter esse apelo identitário com a torcida, não poderia ser considerado como tal.

Na Seleção, porém, além de já ser tricampeão mundial e ter jogador duas Copas do Mundo, ou seja, ter um histórico importante, Rivelino era visto como parte da já referida genealogia de craques, especialmente após a aposentadoria de Pelé. Nele se encarnavam as esperanças e a tradição do “futebol-arte” brasileiro, onde o camisa dez, além de tecnicamente brilhante teria que ser também decisivo. Justamente nessa questão é que a *crise simbólica* apareceu mais explicitamente nos jornais alternativos. Na primeira, o craque foi visto como insuficiente e sua capacidade aquém do necessário, na segunda, mesmo com um tom mais equilibrado, a hesitação perante o protagonismo de Rivelino também ficou evidente. Ou seja, o futebol brasileiro já não teria uma referência como tivera nos últimos 20 anos. O jogador-exceção, herdeiro do talento e com um já destinado papel de herói, no qual as expectativas e o diferencial do nosso estilo se afirmava não existe mais, pois aquele(s) que deveria(m) assumir esse papel, não parecem ser capazes ou mesmo querer assumi-lo.

Desde o diagnóstico construído por Máximo, no jornal *Opinião*, de atraso da Seleção em relação ao futebol jogador, principalmente, na Europa, pela Holanda até as análises feitas por ambos jornais sobre Rivelino, nota-se a *crise simbólica* pela qual passávamos. Nesse sentido, os semanários alternativos não diferiram muito da grande imprensa. Resguardando-se a uma crítica, nos termos de Toledo³⁵², mais técnica do que política ou social, ambos acabaram assemelhando-se a certo *modus operandi* da grande imprensa em relação à crônica esportiva. Ao identificar essa *crise*, portanto, os jornais seguiram determinadas regras já colocadas pelo campo jornalístico e pelo subcampo do jornalismo esportivo, demonstrando, de certa maneira, alguns dos limites da imprensa alternativa que, sem necessariamente perder

Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

³⁵² TOLEDO, op.cit.

seu viés contestador, também precisava, por vezes, enquadrar-se minimamente na linguagem do campo jornalístico hegemônico.

2.3 - A Reação ao *Ethos* Autoritário

A “crise simbólica” do futebol brasileiro apareceu, em ambos jornais, a partir da análise de questões referentes às quatro linhas, desde a questão tática, da necessidade de “modernização” até o questionamento sobre a falta de craques no futebol brasileiro. Porém, o diagnóstico do que classificamos de “crise” não limitou-se a essa esfera. Ela mostrou-se, em ambos os jornais, mais ampla e de maior alcance, invadindo as dimensões do político e do social. Num contexto de cerceamento de liberdades, de imposição de determinados códigos comportamentais e de procura sobre definições do que o Brasil e o brasileiro deveriam ou não ser, o futebol, insígnia da nossa cultura, também participou desse cenário de disputas.

Para a análise de como o futebol serviu de veículo para a expressão desse contexto histórico nos jornais *Movimento* e *Opinião*, utilizarei como premissa a existência de um *ethos* autoritário na sociedade brasileira dos tempos ditatoriais, mas especialmente no universo futebolístico. Couto³⁵³ utiliza esse conceito primeiramente para identificar de que forma certos padrões autoritários passaram a influenciar o futebol brasileiro e, depois, busca entender como foi, ainda que em casos isolados, a reação a esse mesmo padrão. Inspirado em seu trabalho, procurarei compreender também como esse *ethos* apareceu nas páginas dos dois semanários de esquerda.

A constituição desse *ethos* se deu de diversas formas. A militarização do futebol brasileiro através da ocupação pelo governo militar das principais entidades reguladoras do esporte (na qual a CBD é um exemplo) aumentou, progressivamente, o espaço e o poder de determinado pensamento tecnocrático no nosso futebol. Com essa “invasão” como classifica Couto, diversas práticas sociais autoritárias passaram a ganhar legitimidade dentro da seleção brasileira e também nos clubes brasileiros, especialmente em relação às questões comportamentais e de disciplina. A Seleção, emblema e padrão do nosso futebol, tornou-se, ao olhos dos defensores dessas práticas, e a Copa de 1970 foi simbólica nesse sentido, um

³⁵³ COUTO, op.cit., p.169-171.

modelo a ser seguido, especialmente através do realce do preparo físico e da qualidade de sua militarizada comissão técnica. O jogador de futebol, alvo principal dessas práticas, aos poucos, passava a ser cobrado que se transformasse em “atleta de futebol”. Para tanto, diversas medidas de cunho autoritário começavam a ser balizadoras não só das rotinas de trabalhos dos grandes clubes e da Seleção, mas também nas tentativas de controle da vida pessoal dos jogadores brasileiros. Esse *ethos*, no entanto, não era somente artifício do governo ditatorial, outros setores da sociedade os apoiavam e o endossava, nas palavras de Euclides Couto:

Paralelamente à especialização dos profissionais ligados ao futebol, o crescente enrijecimento das regras disciplinares, que invadiam a rotina de trabalho e até a vida privada do jogador, encontrava respaldo nos discursos oficiais e, sobretudo, em grande parte da imprensa, legitimando, de fato, a cristalização do *ethos* autoritário no futebol brasileiro³⁵⁴

2.3.1 - O futebol como prática contestadora: o “atleta-cidadão”

A postura de ambos os jornais em relação ao futebol se deu através de um viés crítico e de valorização de suas possibilidades contestadoras. Esse prisma fica visível quando focalizada a questão dos direitos dos jogadores de futebol. Tal como lembra Florenzano³⁵⁵, o contexto ditatorial impulsionou o controle por parte das classes dominantes e seus apoiadores de diversos domínios da sociedade, onde puderam difundir sua forma de pensamento. Impor às classes subalternas conceitos como apatia e obediência tornou-se importante forma de consolidar determinado *status quo*. No futebol, juntamente com esse projeto de poder, os princípios da modernização, de valorização da preparação física e disciplina, serviram como bases para o sufocamento das liberdades dos jogadores de futebol. Dialogando diretamente com os pressupostos do *ethos* autoritário, o autor de *Democracia Corinthiana* argumenta:

[...] o processo da modernização do futebol brasileiro, deflagrado em meados dos anos 60, revelava como um de seus vetores principais a expropriação do saber do jogador, provendo-o cada vez mais de velocidade, força muscular e resistência física, ao mesmo tempo em que se lhe subtraía a atividade do pensamento.³⁵⁶

Se o contexto ditatorial permitiu o avanço e a progressiva solidificação desses princípios autoritários, o imaginário social sobre o jogador de futebol, existente antes de 1964,

³⁵⁴ COUTO, op.cit., p.170.

³⁵⁵ FLORENZANO, op.cit.

³⁵⁶ Ibid., p.21.

é causa importante para entender esse processo. Não à toa, Franco Júnior classifica a intenção de transformar o jogadores de futebol em *atleta-soldado*³⁵⁷, disciplinados e preparados para obedecer às ordens de um cadeia hierárquica bem definida.

Utilizando a metáfora do *morro* e do *asfalto* para situar a trajetória de muitos que concretizam o sonho de se tornarem profissionais, Florenzano nota que o jogador vive “[...] no mesmo movimento, a passagem de uma condição infra-humana, na qual se reivindica ser reconhecido como gente, para uma condição sobre-humana, na qual, já não é mais possível sê-lo.”³⁵⁸. Complementado o raciocínio, o antropólogo destaca o paradoxo pelo qual estão envoltos:

De *animal a divindade*, mas sem jamais passar pela condição de cidadão, o caminho trilhado pelo jogador de futebol encontra-se envolto pelo paradoxo [...]. Ou a onipotência de uma divindade à qual tudo e todos devem se submeter, ou a impotência de um “animal” ao qual só resta cumprir ordens, do qual só se espera obediência às determinações dos especialistas que o cercam e o mantêm imobilizado numa identidade domesticada e numa posição subalterna dentro de uma estratégia de poder³⁵⁹

Situado em extremos, é negado ao jogador a possibilidade de fazer-se enquanto cidadão. Num universo em que sua capacidade física é a exigência principal, a condição de ser pensante é negada. Sua função é servir os que mandam na sociedade e nas estruturas do futebol. Não lhes é atribuída a faculdade de questionar, não são vistos como habilitados a intervir num meio do qual, ironicamente, são os protagonistas. Num contexto opressivo e em que as chagas sociais fazem-se presentes, aqueles que são negros e de origem pobre tendem a sofrer mais com o cerceamento de sua autonomia e valorização enquanto ser humano e cidadão.

Porém, alguns sujeitos não se conformaram com esse contexto que esperava dos jogadores submissão e comportamento passivo. Nomes como Afonsinho, Paulo César Lima e Reinaldo apareceram como contestadores e com capacidade de intervenção nos assuntos políticos, sociais e culturais. A imprensa alternativa, como veremos, não só repercutiu como também foi agente desse processo. Buscou inserir-se nos diferentes debates, se posicionando e não negando o futebol enquanto meio de expressão política.

Desses debates, a questão do “Passe Livre” coaduna a luta por direitos, nesse caso, trabalhistas, com o futebol. Dispositivo legal que regulava a relação de trabalho entre jogador de futebol e clube, a “lei do passe” instituiu que após cinco anos de contrato com o mesmo clube, o jogador ficaria vinculado ao mesmo até que estivesse com 32 anos de idade. Antes de completar o quinquênio, o atleta só poderia se transferir para outra agremiação caso o clube

³⁵⁷ FRANCO JÚNIOR, op.cit., p.142

³⁵⁸ FLORENZANO, op.cit., p.22.

³⁵⁹ Ibid.

detentor do seu “passe” o liberasse em troca de alguma compensação monetária. Em resumo, mesmo que houvesse algum diálogo com o jogador envolvido na negociação, a decisão final sobre o destino do jogador era do clube. Como aponta Couto³⁶⁰ a lei era vista por alguns setores da sociedade como um tipo de escravidão moderna do jogador de futebol. O historiador busca nas palavras do jornalista Carlos Lacerda, em artigo publicado na PLACAR, de 03/04/1970, a expressão da inconformidade perante essa regulamentação:

É preciso uma campanha abolicionista para acabar com o passe. É preciso dar ao jogador a oportunidade de vencer profissionalmente, sem ser tratado como menor de idade mental, como incapaz perante a lei, à mercê dessa exploração, que é sinal de atraso e de desprezo pela dignidade do trabalho – e pela própria dignidade humana³⁶¹

Mesmo alguém notoriamente conservador como Lacerda se antepõe favoravelmente ao fim da Lei do Passe³⁶². Depois de ter seu jornal *Tribuna da Imprensa* fechado, em 1968, o jornalista passou a utilizar diversos meios para atacar a ordem instituída no país. Dentre eles, o futebol apareceu como ambiente privilegiado, pois os assuntos referentes ao âmbito esportivo não enfrentavam a mesma vigilância que outros campos como o político e o econômico, por exemplo. Ao indignar-se com a situação do trabalhador/jogador e sua exploração por seus patrões/clubes, Lacerda não se restringe ao universo futebolístico, mas a todo um cenário em que as classes detentoras do poder utilizavam os meios a sua disposição para solidificar seu domínio arbitrário e autoritário.

O contexto da escrita do jornalista é o de deflagração de uma disputa que tomaria repercussão nacional e serviria como marco da luta dos jogadores de futebol por seus direitos: a conquista do “Passe Livre” por Afonsinho perante o Botafogo. Meio-campo de talento, Afonso Celso Garcia Reis apareceu como promessa no Botafogo de meados dos anos 60. Não tinha muitas chances de ser titular pois seu concorrente na posição era Gérson, o “Canhotinha de Ouro”, personagem de destaque do tricampeonato em 1970. Porém, quando este foi transferido para o São Paulo, ainda antes do tri, em 1969, Afonsinho pensou ser essa a oportunidade para solidificar sua titularidade. Não foi o que aconteceu, mesmo sendo visto por parte da imprensa como natural substituto, o técnico Zagallo preferia escalar outros dois jogadores. Tendo a certeza de que era perseguido pelo treinador, Afonsinho não aceitou o

³⁶⁰Couto, op.cit., p.206-208.

³⁶¹LACERDA, Carlos *apud* COUTO, op.cit., p.207.

³⁶² A razão de sua postura relaciona-se diretamente com sua oposição à ditadura. Apoiador do golpe em 1964, Lacerda pretendia utilizar o que seria um rápido governo militar para “restaurar” a democracia para facilitar suas ambições políticas, especialmente porque objetivava, assim como os militares propunham, enfraquecer o governo João Goulart e a própria esquerda. Porém, quando notou que o governo, aos poucos, institucionalizava-se e não apresentava qualquer sinal de que deixaria o poder, tornou-se ferrenho opositor da ditadura.

banco de reservas e, após conversas com os dirigentes, foi emprestado, no início de 1970, para o Olaria, onde disputou o campeonato carioca do mesmo ano.

Destaque da competição, foi reintegrado ao clube de General Severiano³⁶³, em agosto. Após viajar pela Europa no que classificou como “turismo cultural”³⁶⁴, o meio-campo voltou para o Brasil e para os treinamentos com cabelo e barba crescidos, num visual comum para época, mas que foi considerado “rebelde” para o técnico, agora, campeão do mundo, Zagallo. Por essa razão foi afastado dos treinamentos até que aparecesse com a aparência “adequada”. Se já não havia qualquer harmonia ou afinidade entre ambos, essa atitude do técnico botafoguense foi o suficiente para que Afonsinho assumisse a postura “rebelde” por justamente não aceitar o que considerou uma arbitrariedade da comissão técnica do time da estrela solitária. Em suas palavras, numa entrevista dada a Euclides Couto:

Eu não queria provocar ninguém. Era só uma questão de moda. Era uma influência daquela época de 68, daquilo tudo, eu era estudante e me assumia rebelde mesmo. Eu era um jovem da época. Só que quando Zagallo me proibiu de treinar, eu mantive minha palavra. Aquilo virou uma atitude de rebeldia e passou a ser dentro do futebol uma proposta interessante³⁶⁵

Sem nenhum dos dois lados dispostos a ceder, os dirigentes do Botafogo decidiram romper o contrato com Afonsinho, afirmando que seu comportamento feria o código disciplinar do clube³⁶⁶. Situação que tornava o atleta impossibilitado de seguir com sua carreira, pois segundo a Lei do Passe, ele não poderia mais vincular-se a nenhum clube de futebol profissional. Sem opções, o meio-campo e seu pai não se contentaram a ir somente para a justiça, começaram uma campanha para que o Passe Livre fosse concedido a Afonsinho. Entrevistas para grandes jornais e para os alternativos, declarações de apoio por parte de personalidades como Chico Buarque, Gilberto Gil e Sérgio Ricardo fizeram com que a celeuma tomasse dimensões nacionais. Num contexto de perda de direitos em toda a sociedade e de repressão desenfreada, a postura de Afonsinho em não aceitar os desmandos da diretoria botafoguense e lutar pelo que seria uma conquista inédita no futebol brasileiro, elevou sua representatividade: de jogador de futebol para insígnia da luta contra a ordem vigente e seus comandantes. Representou a sublevação de uma classe historicamente impossibilitada de adquirir cidadania, pois estava presa a um imaginário e a uma realidade social, ilustrado por Florenzano, que os descartava enquanto sujeitos política e socialmente

³⁶³ O Estádio General Severiano, localizado no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro, era o estádio cujo proprietário Botafogo de Futebol e Regatas mandava seus jogos, especialmente antes da construção do Maracanã. Em 1974 teve sua última partida realizada, após o clube perder a posse do terreno e do estádio.

³⁶⁴ COUTO, op.cit., p.201.

³⁶⁵ Entrevista concedida por Afonsinho (13/09/2007) *apud* COUTO, op.cit., p.201.

³⁶⁶ COUTO, op.cit., p.208.

ativos. Em março de 1971, depois de mais de um ano de andamento, Afonsinho conseguiu o direito de escolher o lugar em que quisesse trabalhar³⁶⁷.

O jogador teria a oportunidade de atuar por times como Vasco da Gama, Santos e Flamengo, mas não prolongou muito sua carreira dentro dos campos, preferiu exercer a medicina, campo que atuou por cerca de trinta anos, até se aposentar. Mas o fato é que conseguiu marcar seu nome enquanto símbolo de rebeldia e contestação. Isso ajuda a explicar a razão de que, mesmo quatro anos depois da finalização legal do caso, o jornal *Movimento* ter dedicado uma das páginas de sua seção *Assuntos* para ouvir o que o jogador tinha a dizer sobre a situação do jogador de futebol no Brasil. Com o título *Passe Livre*³⁶⁸, o texto que se propõe como uma entrevista é, na verdade, uma junção das declarações do jogador. Além disso, não menciona diretamente a disputa do Passe Livre, procura analisar de forma geral quais são os problemas que o jogador brasileiro vem passando e como a relação de trabalho entre ele e seus empregadores se dá. Segundo Afonsinho, é o primeiro que é o mais prejudicado da relação:

O clima do profissionalismo que vigora, desse sistema de interesse por dinheiro, funciona em cima de uma danada falta de liberdade pro homem, pro jogador. Em termos ideais, acho que o cara devia jogar futebol e desenvolver outras potencialidades suas, desenvolver suas possibilidades, se realizar como gente, por inteiro³⁶⁹

A fala do jogador focaliza o tema “alienação no futebol” não através do prisma normalmente utilizado, em que a preocupação são as “massas manipuladas”, mas sim dos efeitos que a alienação causa nos próprios jogadores de futebol. No momento em que eles precisam dedicar suas vidas ao esporte, sem qualquer incentivo familiar ou dos clubes em emancipá-los através da preparação intelectual e crítica, esses atletas não conseguem desenvolver outras potencialidades que não às ligadas a sua profissão. A interpretação de Afonsinho deixa transparecer sua semelhança com a significação marxista do conceito de “alienação” em que o trabalhador, despojado dos meios de produção e do produto do seu trabalho, não consegue desenvolver sua consciência de forma plena, pois a função que o fundamenta e o diferencia na natureza enquanto ser humano, o próprio trabalho, lhe é alienado (afastado) por seus exploradores que o obrigam a vender sua força de trabalho. Situação que gera a consequência

³⁶⁷ Sobre o histórico da regulamentação do jogador profissional de futebol, indico a dissertação de SOARES, José Acosta. *Direito de imagem e direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional*. São Paulo, PUC, 2007. Dissertação (Mestrado em Direito), 2007.

³⁶⁸ MOVIMENTO, n.24,15/12/1975, p.11

³⁶⁹ Ibid.

de separar aquilo que deveria ser uno e harmônico: a *práxis*. Ou como diria o filósofo Leandro Konder: “A consciência divorciada da prática marca, no homem, a *alienação*”³⁷⁰

Crítico aos mandatários do futebol, Afonsinho argumenta sobre como esses conseguem garantir seus rendimentos utilizando os mais diversos expedientes:

Agora, existe uma realidade palpável e tal, que o futebol-profissão, é a indústria do futebol mesmo, querendo o homem com (sic) uma máquina de jogar bola [...] Por exemplo, os instrumentos de medo e de eliminação do relacionamento humano, em favor de um relacionamento interesseiro [...] Os caras que investem cruzeiros nessa indústria são os que ativam os instrumentos de medo, de repressão, de concentração.³⁷¹

O jogador chama a atenção, em sua análise, para a privação da liberdade do jogador. Se no primeiro trecho, ele nota essa limitação como estrutural na relação entre empregado/patrão, no segundo cita algumas das formas em que ela acontece: através dos instrumentos “medo, repressão, de concentração”.

Do ponto de vista do jornal, a entrevista de Afonsinho revela alguns dos embates encampados pelo periódico em relação ao futebol. Dois deles, sempre relacionados com o contexto histórico e de oposição à ditadura e relacionados entre si, são a privação da liberdade dos jogadores e a expectativa/cobrança para que estes combatam essa privação e lutem por seus direitos. Na matéria *A Seleção Encarcerada*³⁷², de dois anos depois da entrevista de Afonsinho, o semanário volta suas lentes para a administração da CBD e o modo como ela vem conduzindo a relação com os jogadores da Seleção. Com os jogadores concentrados para uma série de amistosos, a confederação publicou o que chamou de “Regulamento do Atleta, Seus Direitos e Obrigações”, um documento que estipulava 31 regras que os jogadores, no momento em que fossem convocados, teriam que seguir. O jornal se coloca radicalmente contra o regulamento, pois ele prova “[...] que os dirigentes desportivos não apenas cultivam como estimulam a minoridade intelectual e afetiva dos jogadores.”³⁷³. Ainda segundo *Movimento*, não há qualquer reconhecimento dos direitos dos jogadores, apenas deveres: “De ponta a ponta o ‘Regulamento’ só fala em ‘não fazer’, ‘acatar’, ‘cumprir’, ‘respeitar’, ‘não permanecer’, num total imperativo que coloca a Comissão Técnica da CBD como senhora de barão e cutelo sobre os jogadores.”³⁷⁴

³⁷⁰ KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação*: contribuição para um estado do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.65.

³⁷¹ Ibid.

³⁷² MOVIMENTO n.99, 23/05/1977, p.5.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Ibid.

Além da óbvia arbitrariedade dos cartolas da CBD, o jornal se preocupa com os efeitos da mesma. Coloca-se contra esse autoritarismo, pois observa as consequências negativas que ele traz para os jogadores, de cerceamento de suas liberdades. Entre as restrições estão desde a preocupação com a aparência dos convocados, que deveriam: “[...] apresentar-se sempre barbeados, com os cabelos cortados e penteados”³⁷⁵. De claros traços moralistas e autoritários, também há incidência sobre a vida pessoal dos atletas:

O extenso rol do pode-não-pode da CBD estabelece também que o jogador deve “observar regime de vida compatível com a sua condição de atleta convocado, preservando sua melhor forma física e técnica”; “só participar dos divertimentos permitidos”; “não fumar nos vestiários antes ou no intervalo das partidas”³⁷⁶

Se hoje esta última regra soaria perfeitamente compreensível, na época ela tinha outra denotação, já que não era incomum que jogadores fumassem durante os intervalos. Gérson, tricampeão do mundo, foi um dos nomes lembrados pelo periódico por ter esse hábito.

Não somente a preocupação com os aspectos pessoais e morais se fazem presentes. Há também a intenção de se proibir a liberdade de expressão dos jogadores:

Já o inciso XXVIII impõe-lhe “não fazer, de público, reivindicações, principalmente de ordem financeira, ou reparos que possam afetar a tranquilidade do grupo da Seleção ou que revelem insatisfação com atos ou decisões internas, de interesse exclusivo da Seleção”.³⁷⁷

O “Regulamento”, portanto, pretende normalizar o comportamento dos jogadores enquanto estiverem servindo o selecionado nacional. Ele tem evidente relação com o *ethos* autoritário que vigia naquele período. Procurava-se controlar todas as possíveis ações dos atletas, sem dar qualquer contrapartida em termos de direitos. Serve, desse modo, como bom exemplo do que tanto Franco Júnior quanto Florenzano classificaram como uma das principais ideias de clubes, dirigentes e técnicos daquela época: de forjar o “atleta-solado”, que estaria sempre disposto a obedecer seu comandantes, seguir a disciplina imposta e não contestar quaisquer ordens.

Outro aspecto do Regulamento denunciado e criticado pelo jornal é ilustrativo dos novos tempos que o futebol passava a viver. A CBD teve o cuidado também em proibir os atletas de ter qualquer rendimento com publicidade durante o período em que estiverem sob às ordens da confederação:

Pelo inciso XI do extenso artigo 2º o jogador é obrigado a ‘não fazer durante o período em que estiver servindo à Seleção, qualquer tipo de propaganda comercial *mesmo a título gratuito ou beneficente*, sem autorização por escrito do presidente da Comissão Técnica ou do chefe da delegação’³⁷⁸

³⁷⁵ Regulamento do Atleta, Seus Direitos e Obrigações *apud* MOVIMENTO, n.99, 23/05/1977, p.5

³⁷⁶ Movimento, n.99, 23/05/1977, p.5.

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Ibid.

Marco da “modernização” do futebol mundial, o meados da década de 1970, aos poucos, assistiu a transformação do esporte. Transferência de jogadores, contratos publicitários, direitos de transmissão, todos envolvendo grandes somas de dinheiro, transformaram o perfil do futebol: ele tornou-se, na era do futebol-espetáculo, mercadoria de grande valor. A CBD atenta a isso pretendia, e essa é a denúncia do jornal, capitalizar esse potencial apenas para si ao colocar sob sua esfera a decisão sobre os contratos dos jogadores e com quem estes poderiam trabalhar e tirar rendimentos. Na mesma linha, era intenção da entidade obrigar os jogadores a utilizar o material esportivo patrocinado pela Adidas, empresa de marketing esportivo. Segundo o jornal, a negociação previa que “Em troca do material, a CBD comprometeu-se a obrigar os jogadores da Seleção a exibirem a marca Adidas [...]”³⁷⁹.

Se por um lado boa parte da reportagem se preocupa em denunciar o autoritarismo perpetrado pela CBD, por outro o periódico valoriza os sujeitos que não se adequam a essas imposições. Nem a ameaça do dirigente Mozart Di Giorgio, de que quem não concordar com as novas regras seria “[...] sumariamente desligado da Seleção”, pareceu assustar alguns jogadores, segundo *Movimento*:

Esta semana, quando a Seleção novamente se reunir para a fase final das eliminatórias da Copa do Mundo de 78, os jogadores terão de assinar um compromisso de submissão ao “Regulamento” [...] Os que se rebelarem (Marinho já anunciou que não vai cortar os cabelos; Zico informou que tem uma firma própria para discutir seus contratos de publicidade e não vai abrir mão deles; Carlos Alberto Torres, até há pouco capitão da Seleção, declarou que o assunto tem de ser discutido entre a Comissão Técnica e os jogadores) encontrarão pela frente a ameaça já feita claramente por Mozart Di Giorgio e que em bom português pode ser entendida como uma variação do velho ou dá ou desce³⁸⁰

Não só o jornal cita os que, de formas e por motivos próprios, prometem não subjugar sua autonomia perante a hierarquia da Confederação de Desportos, mas como destaca suas imagens na própria matéria, já que a foto de cada um dos que declararam seu desconforto (Marinho, Zico e Carlos Alberto Torres) foi publicada em espaço importante da página cinco que dá espaço ao texto³⁸¹.

O padrão das duas matérias até aqui analisadas, ambas de *Movimento*, a entrevista de Afonsinho e o autoritarismo da CBD na relação com os jogadores, tem o elemento comum de buscar valorizar o atleta enquanto cidadão, alguém capaz de opiniões críticas, de lutar pelos seus direitos e enfrentar as diferentes formas de autoritarismo que vigiam naquele período. Essa linha de ação também foi percebida em *Opinião*. Na matéria *Uma Mercadoria em*

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ Ver ANEXO B.

*Jogo*³⁸², o jornal repercute o projeto de lei que acabaria por se tornar, em 02/09/1976, a lei nº6.354, que regulamentava a profissão de jogador de futebol. Mais do que atentar detalhadamente para o projeto, a meia página dedicada à questão tem o objetivo de cobrar a ação/opinião da classe dos jogadores sobre tal fundamental temática:

Transcorridas mais de duas semanas desde a divulgação do projeto de lei regulamentando a profissão de jogador de futebol, até o momento não foi apresentada pelos atletas nenhuma proposta que reformule ou altere os dispositivos do texto elaborado pelo governo. Elogiado por alguns jogadores que estiveram presentes em Brasília quando o presidente o enviou ao Congresso, o projeto traz alguns benefícios importantes, mas deixa margem a amplas interpretações e mesmo não modifica no essencial a estrutura do futebol³⁸³

A preocupação do semanário é justamente com a aparente concordância dos atletas que são os reais interessados no projeto. Se alguns dos benefícios são reconhecidos tais como os trinta dias de férias, a responsabilidade do clube em disponibilizar ambiente saudável e higiênico para o atleta ou mesmo a previsão de punição para o empregador (clube) que atrasar salários³⁸⁴, o argumento principal é que pouco se altera, em termos estruturais, o futebol brasileiro.

A principal dessas não-alterações destacada pelo jornal é a própria “lei do passe”:

A chamada “lei do passe”, por exemplo, responsável por uma relação profissional quase escravagista entre clube e jogador, permanece no projeto praticamente a mesma. A empresa continua tendo sobre o trabalhador um poder especial de controle que o reduz a uma espécie de mercadoria³⁸⁵

Em outras palavras, o chamado “passe”, ou segundo o artigo 11 da referida lei: “[...] a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.”³⁸⁶, mantinha o empregado vinculado ao clube mesmo depois do término do contrato, numa situação que restringia sua liberdade profissional visto que dependia do empregador a última decisão sobre o seu destino.

Era justamente a respeito dessa relação desigual entre empregador e empregado que se originava o questionamento sobre o que seria a “apatia” dos jogadores e de suas, ainda praticamente inexistentes, associações. Mesmo reconhecendo alguns sujeitos como ativos politicamente o jornalista não deixa de cobrar a classe por mais mobilização:

Jogadores como Dudu [...] do Palmeiras, atual treinador e presidente do sindicato de jogadores de São Paulo, Paulo César Carpegiani, do Internacional, presidente da associação gaúcha [...] entre outros, têm combatido por uma conscientização dos

³⁸² OPINIÃO, n.190, 25/06/1976, p.7

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Lei nº6.354, de 02/09/1976. Link: http://www.direitodesportivo.com.br/Legislacao/relacao_traba.htm (acessado em 17/10/2017)

³⁸⁵ OPINIÃO, n.190, 25/06/1976, p.7.

³⁸⁶ Lei nº6.354, de 02/09/1976, op.cit.

jogadores, mas parece que ainda falta muito para um estágio satisfatório. Mas se não agirem com uma certa rapidez, os futebolistas poderão se encontrar daqui a alguns meses diante de uma lei que codifica toda a sua atividade profissional e para a qual não deram sua indispensável opinião³⁸⁷

A reivindicação promovida por *Opinião* é a da necessidade de mobilização e conscientização por parte da classe dos jogadores em relação aos seus próprios direitos, nesse caso, trabalhistas. Vista como “indispensável” a opinião dos atletas, ela certamente ecoa para a classe trabalhadora como um todo. Num momento de retomada vagarosa e contraditória da capacidade de mobilização da classe operária brasileira, é compreensível a cobrança do jornal alternativo aos futebolistas, pois seria um ganho na batalha ideológica empreendida em suas páginas, se estes pudessem servir como exemplo de união e de luta, tão esperadas pela esquerda daquela segunda metade dos anos setenta.

Se na época em que a lei era apenas um projeto, as dúvidas sobre seus benefícios preocupavam *Opinião*, cerca de mais de um ano depois novamente a lei aparece nas laudas alternativas. *Movimento* ressoa a situação dos jogadores pós-regulamentação entrevistando o então meio-campo do Vasco da Gama, Zé Mário, que também elegera-se presidente da recém-fundada Associação Profissional dos Atletas de Futebol (APAF). Com o título “*Muita Coisa Vai Mudar*”³⁸⁸, a breve entrevista foca em assuntos similares ao tratados pelo jornal de Gasparian um ano antes, porém dando voz a um representante da classe em questão. Quando perguntado por Edilberto Veras sobre os objetivos da fundação da APAF, o meio-campo explanou:

“A função principal da APAF é reivindicar o que a lei nos dá mas a maioria dos clubes não dão, como o 13º salário, o PIS, o Fundo de Garantia. Nós reivindicamos agora, e conseguimos, as férias de 30 dias estipuladas por lei que estavam querendo passar por cima. Eu acredito que no Rio, com a criação da APAF, vai mudar muita coisa especialmente na relação entre jogador e clube que deixar muito a desejar.”³⁸⁹

A situação do jogador brasileiro aparentemente não mudara muito com a nova lei. As garantias legais não eram praticadas por todos os clubes, levando os jogadores cariocas a se mobilizarem. A inexistência de uma associação nacional de futebolistas mostrava o enfraquecimento da classe em termos reivindicatórios. Na própria entrevista é informado que não existe tal entidade porque era necessário pelo menos que cinco estados possuíssem associações oficiais de jogadores de futebol, o que não era uma realidade no momento.

³⁸⁷ OPINIÃO, n.190, 25/06/1976 p.7

³⁸⁸ MOVIMENTO, n.126, 29/11/1977, p.9.

³⁸⁹Ibid. .

Além dos direitos trabalhistas sendo desrespeitados, novamente a temática sobre o “passe” aparece. Zé Mário posiciona-se como contrário a ela ao comentar especificamente sobre a regulamentação da profissão:

“Bem, pra quem não tinha uma profissão regulamentada a lei foi uma grande coisa. Mas eu acredito que muita coisa ali tem de ser mudada. Por exemplo, o passe. O jogador depois de 10 anos de clube ganha passe livre. Ele, com 32 anos, é a mesma coisa que mandar embora, porque no Brasil onde se joga todo o dia quarta e domingo, o jogador depois de 28 anos já estava iniciando a curva descendente. Então com 32, com o passe na mão, você vai para onde? [...] porque quem fez essas leis não tem a vivência do futebol. Um técnico, um jogador dar uma opinião isso não foi feito [...]”³⁹⁰

A crítica do atleta é justamente sobre como o “passe” prejudica o jogador na relação com seu empregador. Praticamente retira qualquer liberdade de decisão e de negociação do atleta, já que será o clube que dará a última palavra. Sendo possível, como o caso de Afonsinho ilustrou, que o jogador não possa mais nem exercer sua profissão caso haja o rompimento do contrato. Apesar de reconhecer o avanço de ter sua profissão legalmente regulamentada, predomina na fala de Zé Mário o viés negativo da “lei do passe”.

Nesse subcapítulo, portanto, demonstrei como os jornais *Movimento* e *Opinião*, interpretaram a posição e a significação do jogador de futebol na sociedade. Apesar da distância temporal entre algumas matérias e de diferenças entre os dois semanários, foi possível notar determinado padrão: de defesa da liberdade dos jogadores de futebol enquanto trabalhadores e sujeitos políticos e também certa cobrança/expectativa para que esses mesmos sujeitos levantassem-se contra o sistema que os mantinha oprimidos e que, devido ao *ethos* autoritário, cada vez mais se recrudescia. Nas reportagens e artigos analisados, ambos os jornais privilegiaram a voz dos jogadores sobre sua própria realidade. Assim, tanto Afonsinho como Zé Mário tiveram relativo destaque, adotando tom crítico e demonstrando consciência especialmente sobre os problemas que a classe enfrentava.

Entre as razões de os periódicos terem adotado essa postura a principal hipótese é de que ao notarem que o futebol é elemento central da cultura popular brasileira, ambos resolveram utilizá-lo como veículo para a difusão de suas lutas ideológicas e também na denúncia dos problemas da sociedade brasileira. Mesmo que o destaque em termos de relevância editorial não tenha sido grande, visto o foco mais político/tradicional de ambos os jornais, quando a questão do “jogador de futebol” apareceu, o viés que prevaleceu foi o de entendê-los enquanto cidadãos, sujeitos ativos e com capacidade de mobilização.

³⁹⁰ Ibid.

No entanto, esse enfoque não impedia os jornais de reconhecerem a classe futebolista como historicamente pouco mobilizada e um tanto apática em relação à luta por seus direitos. Justamente por essa interpretação é que em algumas oportunidades o tom das matérias era de cobrança e de expectativa para que houvesse, por parte da classe, mais sintonia e atitudes concretas para a transformação de sua situação enquanto classe trabalhadora. Nesse sentido, é fundamental relacionar a perspectiva dos periódicos com a o contexto histórico em que atuavam, da ditadura empresarial-militar. A defesa da liberdade cidadã e profissional dos futebolistas é uma expressão das outras lutas do jornal, em outros setores, especialmente no campo político e social. A exaltação do “atleta-cidadão” é a vontade de parte da imprensa alternativa em criar exemplos internos ao futebol para que também sejam referência para a sociedade, de modo que o esporte seja encarado também através de suas possibilidades de cidadania e de atuação política concreta.

2.3.2 - Paulo César Lima: rebeldia necessária

A referida cristalização do *ethos* autoritário pela imprensa se deu num contexto, como chama atenção Couto³⁹¹, de complexificação e ampliação da indústria midiática brasileira a partir dos anos 1960. Com seu crescimento, diferentes nichos jornalísticos, entre eles o esportivo, ganharam mais espaço e influência, expressas também na diversificação das abordagens temáticas. Assim, não somente os acontecimentos de dentro de campo eram vistos como relevantes, mas tudo que envolvia o universo futebolístico e seus personagens. A cobertura jornalística passou a se preocupar mais detalhadamente com questões táticas, de preparação física e psicológica, além da própria vida pessoal dos jogadores, os protagonistas dessa inaugural era do espetáculo em que praticamente tudo tornava-se, aos poucos, passível de ser veiculado e noticiado.

Essa dilatação dos espaços da cobertura esportiva foi uma das razões para a difusão de ideias com diferentes vieses autoritários. Numa sociedade em que parte relevante do imaginário social tem histórico moralista e conservador, o contexto ditatorial serviu para valorizar esses elementos de forma mais explícita. Dessa maneira, no momento em que a vida pessoal dos jogadores virou notícia, ela foi interpretada e significada por parte da imprensa através dessas lentes moralistas e autoritárias. Um dos produtos que essas interpretações gerou

³⁹¹ COUTO, op.cit., p.191-200.

foi a construção do que ficou conhecido como *jogador-problema*, um tipo ideal que serve para classificar os jogadores que, de alguma forma, não se adequam a certas regras estabelecidas por treinadores, dirigentes, clubes ou mesmo que destoam em termos comportamentais do que se espera social e simbolicamente de um jogador de futebol.

Paulo César Lima, ou Paulo César “Caju”, foi um desses jogadores que a partir do final da década de 1960 foi estigmatizado com esse estereótipo. Paulo César apareceu no futebol pelo Botafogo, na segunda metade dos anos sessenta e, numa rápida ascensão, foi convocado para a Seleção, chegando a ser tricampeão do mundo em 1970, no México. De estilo e personalidade fortes, logo foi visado por parte da imprensa e do público pelas suas vestimentas, pelos lugares que frequentava e pelo que seriam as “polêmicas” que se envolvia, além claro, de ser negro e de origem pobre. Couto³⁹² cita dois exemplos de quando Paulo César apareceu como *jogador-problema* na grande imprensa. O primeiro em 1971, quando, após um desentendimento com o ídolo do Botafogo e então diretor, Nilton Santos, declarou que iria sair do clube e o segundo aconteceu na preparação para a Copa do Mundo de 1974. Mesmo com boas atuações, Paulo César foi sonoramente vaiado pelo público presente na vitória por 4 x 0 sobre o Haiti, em que ele fizera dois gols. O historiador, após análise dos dois casos em que o ponta-esquerda foi pintado como “vilão” ou “merecedor” do próprio sofrimento, argumenta sobre as razões dessa má vontade e dessa estereotipização sobre o atleta carioca:

Apesar de contabilizar boas atuações em campo, sua vida pessoal tornara-se exemplo negativo para a “juventude do país”. A boemia, a malandragem e o descompromisso com o trabalho [...] se mostravam anacrônicos em tempos de autoritarismo. Naquele contexto, Paulo César [sic] destoava do padrão social imposto para o jogador de futebol [...] Percebido como uma ameaça aos valores morais que se solidificavam na sociedade brasileira a partir do modelo autoritário de governo, Paulo César carregava consigo não apenas a representatividade individual do “mau-caráter”, da preguiça e da malandragem, mas também a marca social de uma categoria que passava a ser estigmatizada socialmente³⁹³

O rótulo carimbado no jogador carioca já estava praticamente consolidado na crônica esportiva na metade dos anos 1970. Mesmo que muitos não concordassem, o *jogador-problema* se impunha como assunto e pauta jornalística. Por isso, nas duas matérias de mais relevo que apareceram durante a pesquisa, uma em *Opinião* e outra em *Movimento*, sobre Paulo César, em ambas os jornalistas partem do pressuposto de que a discussão sobre seu comportamento e atitudes está colocada. Procuram, assim, se posicionar sobre a questão.

³⁹² No livro *Da Ditadura à Ditadura* (Couto, op.cit.), Euclides Couto dedica um subcapítulo ao caso de Paulo César. Meu objetivo é partir de algumas conclusões do autor para entender como os jornais alternativos se posicionaram sobre tudo que envolveu o jogador, por isso o livro será citado várias vezes.

³⁹³ COUTO, op.cit., p.194.

Em *Opinião*, a matéria *Paulo César, um Rapaz Mal Comportado?*³⁹⁴, João Máximo traça um breve contexto sobre essa “má vontade” de parte da imprensa e do público para com o jogador. Aos poucos, no entanto, demonstra ser seu julgamento favorável ao atleta. Ao comentar algumas das atitudes de Paulo César, entre elas, a “denúncia” de um dirigente do Flamengo de que sócios teriam o visto beijando efusivamente uma mulher loira no estacionamento, o autor desfila fina ironia para posicionar-se perante o debate:

Namoradas brancas beijadas à luz do dia, camisas esporte de cores berrantes, calças justas sob medida, carro esporte com buzina estridente, cabelo ligeiramente pintado de acaju, o gosto pelo *som*, curtido nos inferninhos da zona sul (ainda que sem bebida alcoólica, fumo e outros embalos do gênero) – estes têm disso os maiores pecados de Paulo César. Pecados, enfim, que fazem o seu comportamento tão censurável³⁹⁵

Ao listar o que seriam alguns dos traços comportamentais do ponta-esquerda, traços, inclusive, muito bem aceitos quando praticados como diversão dos membros da elite, o autor pretende justamente desmistificar o *jogador-problema*, pois normaliza seu comportamento, visto, pela linguagem empregada, como comum e aceitável.

Na busca de entender a razão das constantes censuras sofridas pelo jogador, Máximo o classifica como o “anti-bom moço”. Pelo seu comportamento “exótico”, “espalhafotoso” e sua imagem de “malandro” ele destoava de certo modelo de “bom comportamento” em que a discrição, a valorização da família, as atitudes e falas comedidas seriam características importantes. Todas elas sedimentadas no discurso do *ethos* autoritário que pretendia, a *grosso modo*, conservar as posições sociais e culturais das classes subalternas. Por não se adaptar a esse conjunto regras, logo percebeu-se que Paulo ia na contramão da principal referência como jogador e ídolo daquele período: Pelé, o “bom moço” por excelência. A comparação nasce por algumas razões: pelo fato de Paulo César ser visto como craque tendo, inclusive, capacidade para ser um dos sucessores do camisa dez santista, mas também por ser negro e de origem pobre. Explana Máximo:

Sempre que um jogador de futebol parece ‘sair da linha’ – e sobretudo quando este jogador é negro – começam a surgir as inevitáveis comparações com Pelé [...] Em outras palavras, enquanto Pelé sempre agiu exatamente como as pessoas esperavam que ele agisse, Paulo César fazia de seu comportamento um modo, ainda que deformado, de se afirmar num mundo que sempre o hostilizou³⁹⁶

A contraposição a Pelé (que também aparece no caso de Reinaldo e que será trabalhado no terceiro capítulo) e o claro viés favorável do jornalista ao lado de Paulo César são sintomas tanto da importância do primeiro enquanto figura pública e esportiva quanto da defesa do

³⁹⁴ OPINIÃO, n.136, 13/06/1975, p.11.

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ Ibid.

jornal das figuras contestadoras e vistas como rebeldes num universo de pouca mobilização e, em geral, conformado com sua situação, como a classe dos jogadores de futebol brasileiros historicamente se mostrou.

Certamente não por coincidência uma semana antes o mesmo João Máximo escreveu um artigo sobre a ida de Pelé para o Cosmos, time de Nova York, que ofereceu um contrato milionário ao tricampeão do mundo. No texto, o jornalista critica, entre outros, esse mesmo “bom-mocismo” do atleta:

Desde que se tornou um nome nacional e, mais do que isso, internacional, Pelé passou a fazer da opinião pública a sua própria consciência, certo de que dependia fundamentalmente dela para ser, enquanto desejasse, o rei do futebol [...] Em toda sua carreira de ídolo, iniciada há quase 20 anos, jamais fez ou disse algo que não contribuísse para torná-lo, aos olhos de todos, um exemplo de bom filho, bom marido, bom pai, bom amigo, bom moço, enfim, sem falar, é claro, no Pelé bom patriota, sempre dispostos a dar tudo pelo Brasil.³⁹⁷

O autor constrói determinada imagem de Pelé focalizando no que seriam sua apatia e conformidade perante certo *status quo* e suas regras comportamentais. Submisso à opinião pública (grande imprensa, empresas e a publicidade em geral), Pelé foi lembrado por fugir de debates e declarações sobre temas que pudessem, de alguma forma, comprometer seu “bom mocismo” e, por que não, seus contratos publicitários. Desse modo, assuntos como política, um dos mais caros para os jornais alternativos, pouco apareceram nas entrevistas do “rei do futebol”. Numa época de progressiva abertura política em que a arena pública aos poucos se revitalizava, os jornais de esquerda procuravam angariar mais adeptos para os embates que julgavam necessários, tais como o combate à censura e mesmo questões mais amplas como o racismo, por exemplo. Nesse sentido que a figura de Paulo César é vista como um bom exemplo, já que ele parecia enfrentar, não sem malefícios pessoais, aquilo que Pelé tão frequentemente se recusara a fazê-lo, assumir o papel de jogador contestador, insatisfeito com sua condição subalterna e com os problemas do futebol e da sociedade brasileira.

Por fim, João Máximo conclui o artigo com um claro posicionamento ao lado de Paulo César. Valoriza seu contexto social e a capacidade do atleta em enfrentar adversidades.

E todos esses revezes aparentes, da sutileza dos dirigentes à fúria dos torcedores, nada mais têm feito do que temperar suas vitórias. Quase rico, quase realizado, Paulo César continua seguindo em frente, apesar de tudo. Como quem diz: “Se os deuses do futebol insistem em me amaldiçoar, pior para os deuses”.³⁹⁸

Em *Movimento*, dois anos depois, em 07/02/1977, a abordagem na matéria *Por Que Paulo César não está na Seleção?*³⁹⁹ é muito semelhante à empregada pelo *Opinião*, embora

³⁹⁷ OPINIÃO, n.135, 06/06/1975, p.7.

³⁹⁸ OPINIÃO, n.136, 13/06/1975, p.11.

³⁹⁹ MOVIMENTO, n.84, 07/02/1977 p.10.

com diferenças importantes. Uma delas é sobre a caracterização da figura de Paulo César, se o jornal de Gasparian é mais claro em sua defesa do atleta e praticamente o isenta de críticas, em *Movimento* (a autoria da matéria é creditada à sigla S.B apenas) suas atitudes são vistas com ressalvas:

A entrevista de Paulo Cesar ao JB [Jornal no Brasil] é surpreendente porque repõe as coisas no lugar e mostra que o jogador apesar de todo o seu desvio ideológico (o exibicionismo; a tentativa de se igualar ao que há de mais nocivo na sociedade, ou seja aos muito ricos) tem aspirações interessantes. Agora, vai jogar no Saint Germain de Paris (“Adoro Paris”) e quer fazer um curso de Letras na Sorbonne⁴⁰⁰

Não há a absolvição completa do jornal em relação ao ponta-esquerda. Não cancelam totalmente sua rebeldia porque ela ainda é vista como limitada, já que não radicalmente transformadora⁴⁰¹. O “desvio” de Paulo César é o de querer afirmar sua posição social e ser aceito dentro das elites seja pelas roupas que veste, nas atitudes que tem ou nos lugares que frequenta. Por aparentemente não pretender reestruturar todo o sistema que exclui os negros e os pobres dessas benesses, mas penas inseri-los no mesmo, ele é entendido não como o “tipo-ideal” de rebelde, ainda que sua importância não seja negada. Neste sentido, o periódico valoriza a opinião do jogador, pois numa classe estigmatizada pela conformidade ou mesmo pela falta de liberdade, Paulo César é visto como um personagem diferenciado. Assim, sua fala sobre Pelé e a questão racial ganha importante destaque:

Paulo Cesar se diz vítima de preconceito racial e, nesse ponto, fala de um assunto que a grande maioria de seus colegas sempre evitou: o bomocismo de Pelé [...] “Não crítico ninguém, mas se eu fosse ele, teria sido diferente. A verdade é que Pelé nunca contribuiu para afirmar a raça negra. Isso é que me irrita, o negro brasileiro se acovarda, se omite, não luta por nada.”⁴⁰²

A anteposição entre Pelé e Paulo César aqui é intensificada através da voz deste último. Dentre as atitudes listadas na matéria e que valeram certa repreensão por parte do jornal (“se igualar ao que há de mais nocivo”), a de falar sobre e lutar contra o racismo é que faz com que o periódico de esquerda valorize o jogador. Nesse sentido, ecoa no texto certo “espírito do tempo” quando as lutas identitárias⁴⁰³ passam a ser pauta presente no campo progressista de esquerda. Questionar, nesse caso, o racismo ganha cada vez mais relevo enquanto ato político e necessário para uma sociedade mais justa e igualitária.

O comum em ambos os jornais é a defesa, ainda que de maneiras e graus diferentes, de Paulo César Lima e do que ele representava nos idos dos anos 1970. Em meio a um ambiente

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ O que será feito de forma diferente com Reinaldo, centroavante do Atlético Mineiro, em 1978 quando, antes do mundial da Argentina, o jogador deu importante entrevista ao periódico. Ver item 3.1.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ ARAÚJO, Maria Paula; op.cit.

autoritário em termos não só futebolísticos como também sociais, ele era uma pessoa pública que se opunha a esse quadro, demonstrando inconformidade com as tentativas de regulação e censura de atitudes e comportamentos que seriam “destoantes”. Dessa maneira, os dois jornais alternativos encontraram semelhanças entre a proposta editoriais de ambos, de oposição à ditadura, contrários à censura e defensores das liberdades democráticas, com a postura de Paulo César. Os três, de algumas forma, enfrentavam contextos arbitrários e sofriam as consequências por posicionarem-se firmemente contra essas mesmas arbitrariedades.

O cenário, entre os anos 1975 e 1977, também ajuda a entender a argumentação dos periódicos. Iniciava-se o período da abertura em que, aos poucos, num processo de avanços e retrocessos, a arena pública buscava se revitalizar enquanto espaço de debate. Entre as lutas mais imediatas que essa arena sediava, a de liberdade de expressão, ou seja, pelo fim da censura é de grande importância para ambos os jornais. Nos dois, os cortes governamentais de páginas, matérias e edições inteiras, interferiam diretamente na qualidade e mesmo na possibilidade de existência de suas editorias. O posicionamento favorável ao jogador se explica também porque suas atitudes e declarações representam a liberdade de se expressar num meio autoritário que buscava sufocar/censurar qualquer tipo de rebeldia contra seus padrões impostos.

Outro significado importante da forma como o *jogador-problema* Paulo César apareceu em ambos os jornais é a pista que os periódicos deixaram sobre como interpretavam o futebol brasileiro nesse momento histórico. A inferência mais explícita é a de que ele foi entendido como forma de possível de manifestação política/contestadora. No debate da época sobre se o futebol seria alienante ou não e como a esquerda brasileira do período da abertura se posicionou (tratarei melhor dessa temática no último capítulo), se nota que ao trazer a pauta da rebeldia de Paulo César e a forma como ele é tratado, há uma predisposição dos jornais em não encarar o futebol como “ópio do povo”. Tendência que se afirma através do conteúdo dessas reportagens, onde as atitudes e falas do jogador, especialmente as mais críticas, são valorizadas positivamente. Diante da visão de que o futebol serviria apenas como manipulação das massas ou que os jogadores de futebol seriam todos passivos e acríticos, os jornais demonstraram que nesse esporte também podia germinar a potência crítica e rebelde. Embora essas matérias não excluam a possibilidade de o futebol contribuir para a possível alienação de seus personagens e do público que o acompanha, elas explicitam o poder, nesse caso, através de um jogador negro, de personalidade forte e de declarações que criticam o racismo e os estereótipos sobre os jogadores de futebol, que o futebol também pode produzir

criticidade e reflexões sobre a sociedade brasileira, não podendo ser reduzido a mero produto alienante.

Capítulo 3: A Copa de 1978 em *Movimento*.

Nesse capítulo, o jornal *Movimento* é a fonte/objeto principal. Apesar de *Opinião* também aparecer, elegi o jornal carioca como centro da análise porque era o único ainda em atividade no ano de 1978. A Copa do Mundo, por ter importante dimensão simbólica, especialmente para o Brasil, acaba sendo um momento privilegiado para o estudo da sociedade brasileira.

Assim, no primeiro item foco em como o semanário *Movimento* construiu o seu herói para a competição, Reinaldo. Seguindo uma tradição praticamente estabelecida na imprensa esportiva nacional, o jornal alternativo viu no camisa nove atleticano alguém não só capaz de fazer a diferença dentro de campo, com sua técnica e poder de decisão, mas principalmente um jogador de postura politizada e com coragem de enfrentar o ambiente autoritário imposto pela ditadura daqueles tempos.

No segundo item (3.2), novamente a figura de Plínio Marcos aparece. Já em meio à Copa, o teatrólogo santista foi chamado pelo periódico para opinar sobre o desempenho da Seleção em gramados platinos. Mantendo sua postura romântica e nacionalista/popular, Marcos foi muito crítico com o time treinado por Cláudio Coutinho, um de seus alvos preferidos, inclusive. Entre as críticas estava justamente o fato de o treinador ter desfigurado a Seleção ao prezar mais por questões táticas e físicas do que respeitar a tradição do “estilo brasileiro”. Nessa mesma toada é que o semanário publica um texto de Mané Garrincha, um dos maiores símbolos dessa mesma tradição. Atitude um tanto singular e que, por isso, mereceu uma análise especial.

Finalmente, no subcapítulo 3.3, trato da temática “alienação no futebol”. Num momento em que as ditaduras do cone-sul americano tentavam utilizar o futebol como meio de propagação ou mesmo sustentação de seus regimes, a questão sobre ele contribuir ou não para a alienação das pessoas era um assunto de relevância para a época. Não à toa que em ambos os periódicos ela é debatida em matérias especiais, demonstrado justamente essa importância. Além disso, é digno de destaque como essa questão também perpassa várias dos enfoques dados pelos periódicos ao futebol. Por isso, reservei um espaço relativamente grande para abordar esse significativo tópico.

3.1 - Reinaldo como tipo-ideal: o “craque cidadão”.

José Reinaldo de Lima, ou simplesmente, Reinaldo tinha apenas 21 anos recém completados no semestre que antecedeu a Copa do Mundo da Argentina, em 1978. Estrela em ascensão no Atlético Mineiro, já era visto como *craque* pelos torcedores e pela imprensa especializada. Não era para menos, no campeonato brasileiro de 1977, fazendo parte do time que contava com Toninho Cerezo e Paulo Isodoro, foi artilheiro com 28 gols e protagonista no vice-campeonato invicto do galo mineiro. Resultado de certa melancolia tanto pelo fato de o time não ter sido realmente batido quanto por não ter contado, em campo, com sua maior esperança de gols na partida final contra o São Paulo. Situação que, segundo o próprio atacante, foi consequência de suas posições políticas de oposição à ditadura vigente: “Eu tinha sido expulso na primeira fase e ‘eles’ seguraram pra me punir no momento mais importante”⁴⁰⁴. Se a teoria do jogador procede ou não, deixo para o leitor curioso ir atrás. O fato que mais nos importa aqui é a premissa: de que ele incomodou quem estava no poder. Incomodou sim, e o jornal *Movimento* teve papel importante nesse processo.

Já nesse início de 1978, Reinaldo mostrava-se um jogador de comportamento politizado. Exemplo pertinente está no gesto que fazia a cada gol que marcava: erguia o braço e fechava o punho em referência a Tommie Smith e John Carlos, atletas norte-americanos dos 200m rasos que, nas Olimpíadas de 1968, protestaram contra a segregação racial nos Estados Unidos no *podium*, em meio à cerimônia de recebimento de medalhas. Em entrevista ao historiador Euclides Couto⁴⁰⁵, Reinaldo admitiu a inspiração que passaria a caracterizá-lo tanto para imensa torcida que admirava suas jogadas quanto para os agentes da repressão. Não foi à toa, portanto, que o jornal *Movimento* viu no atleticano um entrevistado em potencial, especialmente naquele ano de Copa do Mundo, evento que, além de atrair destacada atenção da imprensa brasileira, também seria na Argentina, país envolto na pesada repressão de um regime ditatorial.

Na edição de número 140, de início de março de 1978⁴⁰⁶ o craque atleticano foi o destaque da capa do semanário⁴⁰⁷. Com o título *Reinaldo (o goleador do Atlético), Bom de Bola (é o artilheiro do Campeonato Nacional) e Bom de Cuca (diz que o povo sabe votar e defende a constituinte)*, a edição continha uma entrevista com o jogador que causaria

⁴⁰⁴ PLACAR, n.5 (coleção de aniversário: os grandes esquadrões), junho de 2005, p.20.

⁴⁰⁵ COUTO, op.cit, p.222.

⁴⁰⁶ MOVIMENTO, n.140, 06/03/1978.

⁴⁰⁷ Ver Anexo C.

importante repercussão naquele ano. O formato escolhido para a publicação não foi o usual. Ao invés do clássico “pergunta e resposta”, o texto procurava articular a narrativa do jornalista com as falas de Reinaldo, como demonstrado nesse trecho em que o jogador opina sobre a necessidade da classe de atletas de futebol buscar a união em associações:

Reinaldo acha que a classe deveria ser representada junto às entidades de futebol através de entidades associativas “para que o jogador tenha controle sobre seus destinos e interesses, porque geralmente os dirigentes atuam emocionalmente e nem sempre racionalmente, prejudicando o futebol e submetendo os jogadores a jornadas estafantes que só interessam ao clube”⁴⁰⁸.

A mistura entre a voz do narrador (jornalista) e a de Reinaldo, em que a primeira se coordena hierarquicamente à segunda já nos explicita um dos objetivos do próprio jornal: de utilizar a entrevista para fins políticos específicos seja em temáticas próprias do mundo da bola, como a dos direitos trabalhistas dos jogadores, seja para questões mais amplas, como a luta pela Constituinte e pela Anistia, centrais para a esquerda daquele momento que lutava pela redemocratização do país.

Em relação ao conteúdo da fala do jogador, ela dialoga diretamente com duas questões: a de Afonsinho e também com o já citado decreto-lei nº 6.354, de setembro de 1976 que classifica o atleta, pela primeira vez, parcialmente como trabalhador/empregado. O exemplo citado por Reinaldo de que os “cartolas” submetem os jogadores a jornadas estafantes de trabalho demonstra que para o atletismo mesmo com a regulamentação da relação patrão/empregado ainda o elo frágil era o segundo, pois não tinha seus direitos preservados. A reivindicação, muito similar às falas de Afonsinho e Zé Mário no capítulo anterior, é a da formação de entidades associativas que combatessem essa situação a favor dos atletas. Numa outra passagem da entrevista:

Reinaldo diz que prefere uma associação, como a AGAP ou a Fugap, “que lute por meus interesses e interfira nos clubes do que um empresário, porque este só sabe sugar e incentivar o individualismo entre os jogadores, que em vez de lutarem em conjunto preferem ficar cada um pensando apenas em si. Para mim a saída individualista não é a melhor saída. Mas acontece que os jogadores são desunidos e os que se interessam por associação são os que menos precisam.”⁴⁰⁹

A importância das associações, além do meio possível para a obtenção de direitos, é o de derrotar o que seria o individualismo dos jogadores de futebol, nesse caso, também estimulado por empresários. O que se nota primeiramente é a reverberação de determinado imaginário sobre os atletas (especialmente os de algum renome) de que estes seriam individualistas, pois somente pensariam em si mesmos e em seus ganhos materiais. Como

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ MOVIMENTO, n.140, 06/03/1978, p.9.

contraposição a isso, a matriz coletivista, de estímulo à formação de associações/sindicatos, que possam “mudar a cabeça” desses trabalhadores ou, numa palavra muito utilizada pelo próprio jornal, “conscientizá-los”. Há, nesse sentido, determinado padrão entre as matérias já estudadas e a entrevista de Reinaldo. Se por um lado o periódico se insurge contra o autoritarismo sofrido pelos atletas (como a “Lei do Passe”), por outra deixa transparecer sua expectativas/cobrança de que os jogadores se mobilizassem contra sua própria situação subalterna.

Esse viés mais crítico perante a classe dos jogadores aparece em outra matéria, para além da fala de Reinaldo. Na edição 134: *Jogando com os Direitos*⁴¹⁰, o jornalista Celso Kinjô, em janeiro do mesmo ano, portanto dois meses antes da capa com Reinaldo, adota uma postura ambígua entre a defesa dos direitos dos jogadores e a crítica de como estes se comportam ao usufruírem dos mesmos. O argumento central parte do artigo 25 da lei supracitada que torna direito os trinta dias de férias dos jogadores, mas com o “recesso obrigatório das atividades de futebol”. Segundo o jornalista, os atletas não estariam obedecendo à última parte da legislação ao participarem de jogos festivos, “peladas” e outras do gênero. Nesse trecho, a postura é extremamente crítica:

Na verdade, a regulamentação da profissão veio premiar uma categoria em que poucos lutam conscientemente para conquistar seus direitos. Quando muito – e isso irá acontecer com frequência neste ano de Copa do Mundo – os craques da Seleção estarão em Brasília, fazendo reivindicações diversas, numa atitude que reflete o baixo estágio de consciência do nosso jogador, eternamente dependente de uma estrutura paternalista – seja no clube, seja no universo da sua profissão. Aparentemente, a condição de ídolo popular, que é ou que pensa vir a ser, lhe dá condições de respirar uma falsa atmosfera de poder absoluto.⁴¹¹

Novamente, agora de forma mais explícita, se reforça a ideia de que os jogadores brasileiros são despolitizados em relação à luta como classe. Se em parte do trecho, assim como no restante do artigo, Kinjô reconhece as dificuldades estruturais de se levar adiante a reivindicações classistas e mesmo a união de seus membros, visto os limites impostos por dirigentes, clubes, federações, legislação e etc.; em outra parte ele tece críticas pesadas ao comportamento desses atletas, quase sempre em tom moralista. As explicações para tal postura podem ser variadas. A mais provável, no entanto, é o de incitar que a classe trabalhadora como um todo se mobilizasse para conquistar e assegurar seus direitos. Ou seja, quando o autor salienta que os direitos foram espécie de prêmios a uma classe pouco aguerrida, além de deixar transparecer certo preconceito, também ilustra o contexto histórico

⁴¹⁰ MOVIMENTO, n.134, 23/01/1978. p.11.

⁴¹¹ Ibid.

de reorganização das esquerdas e do movimento operário, onde qualidades como iniciativa, união e luta estavam sendo extremamente valorizadas. Em resumo, o escritor não pretende falar apenas dos jogadores, mas também de toda a classe trabalhadora, cuja maior insígnia, daquele terço final de década, eram os metalúrgicos do ABC.

A visão de que o jogador de futebol é pouco consciente liga-se, de alguma forma, ao preconceito de que estes não possuem aptidões intelectuais, restringindo sua capacidade apenas às habilidades futebolísticas. Ideia presente no imaginário social contemporâneo, mas mais intenso na época da ditadura. Nesse sentido, é marcante a similaridade entre o trecho citado e a já citada ideia de Florenzano⁴¹² de que os jogadores de futebol dificilmente eram vistos como cidadãos, já que, antes da fama e do sucesso, eram caracterizados pela impotência de um animal e, depois de reconhecidos como *ídolos*, passavam à “divindade”. Duas identidades de extremidades opostas, mas que serviam, ainda segundo o autor, para a domesticação do jogador enquanto ser humano com capacidade de pensamento autônomo. Dessa forma, entre esses extremos, entre o animal e o divino, simplesmente não haveria lugar para o cidadão. Justamente nesse intermeio que a figura e a entrevista de Reinaldo, assim como os exemplos citados de Afonso e Paulo César Lima, ganham relevo: pois o que se propõe, tanto por parte do jornal quanto do jogador, é de rever esse paradoxo ao colocar no centro do palco o que classifiquei como “atleta-cidadão”.

A construção desse símbolo faz-se mais clara com a contraposição, já encontrada similarmente no caso de Paulo Cezar Lima, entre Reinaldo e Pelé:

Afirmando que Pelé se perdeu no meio de seus assessores e por isto não tem opinião própria, “pois no futebol é muito difícil preservar a personalidade”, Reinaldo, ao contrário de Pelé, acha que o povo brasileiro está preparado ‘como sempre esteve’ para votar. “Eles fizeram o povo se afastar da política mas é claro que o povo tem maturidade para votar. Isso já foi demonstrado diversas vezes no passado e não é possível que quem já votou uma vez vá ficar imaturo depois de velho. Está na hora de aproximar todo mundo das decisões políticas. O povo tem sua opinião e essa opinião deve ser respeitada”.⁴¹³

Aqui, o jornal se baseia em uma especulada fala de Pelé de que “O brasileiro não estaria preparado para votar”⁴¹⁴. Verdadeira ou não, a sentença notabilizou-se e tornou-se como se fosse, de fato, a opinião do jogador. O semanário, portanto, contrapõe Pelé a Reinaldo. O primeiro como referência futebolística, mas como despolitizado, figura que fazia o jogo da ditadura ao ser complacente e descreditar os pressupostos democráticos. Nessa

⁴¹² FLORENZANO, op.cit. p.22.

⁴¹³ MOVIMENTO, n.140, 06/03/1978, p.9.

⁴¹⁴ Não consegui encontrar o contexto ou veículo de imprensa em que Pelé teria falado essa frase (Nota do autor).

caracterização, é sintomática outra matéria do jornal, no número 147, que tem como um de seus artigos: *Por Que Não Pelé Para Biônico?*. Na matéria de mais de meia página, após o jornalista Teodomiro Braga fazer uma longa crítica aos senadores biônicos, sugere ironicamente, no final, que o astro fosse parte do partido governista, a ARENA: “Afinal, Pelé é mineiro e sem dúvida, pelas declarações políticas que fez recentemente o maior jogador do Ocidente certamente iria se dar muito bem no maior partido do Ocidente”⁴¹⁵.

Reinaldo, por sua vez, aparece como um jogador com opinião política formada e consciente, pois está em sintonia com as reivindicações políticas progressistas, ecoadas também por *Movimento*. Ao comparar seus apontamentos com o de Pelé, o objetivo é justamente o de sublinhar a importância de seus postulados, pois se o maior jogador do mundo é alienado da situação política brasileira, o mérito de Reinaldo aumentava, aparecendo, desse modo, no sentido político, um degrau acima do “Rei do Futebol”. Surge, assim, como uma referência para a esquerda, pois além de parecer ter a capacidade de liderança para uma classe de trabalhadores historicamente desunida e pouco politizada, também se projetava como um meio de ligação entre o povo brasileiro e a sua conscientização política, já que despontava como ídolo no maior esporte do país.

Por isso o afã do periódico em trazer à tona as temáticas mais sensíveis para a esquerda daquele momento: a formação de uma assembleia constituinte e também a Anistia. Publica o semanário:

Ao comentar o problema da anistia, o artilheiro do Campeonato Nacional além de defende-la diz que “ela vai acontecer mais cedo ou mais tarde porque em tudo deve haver oposição, pois é assim que surgem novas ideias e caminhos diferentes”. Também concordando com a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para eleger os colaboradores de uma nova Constituição. Reinaldo acrescenta que “em tudo o povo tem que ter participação. Nós temos que depositar confiança em quem votamos para sermos retribuídos de algum forma, nem que as futuras gerações sejam beneficiadas”.⁴¹⁶

Sublinho a intenção do *Movimento*, pois ela fica evidente ao não dar voz ao jogador de forma completa. Na frase, “concordando com a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte” a impressão, devido à forma com a frase foi construída, é que essa vontade é muito mais do jornal do que do próprio atleta, que apenas teve o trabalho de “concordar” para depois sim ter sua opinião sobre a importância da participação popular citada.

⁴¹⁵ MOVIMENTO, n.147, 24/04/1978, p.3.

⁴¹⁶ MOVIMENTO, n.140, 06/03/1978, p.9.

A entrevista, rica em significados, também acabou servindo para enfatizar o desacordo do jornal com o que classificamos como o *ethos* autoritário que invadia diferentes setores sociais com o fim de padronizar os comportamentos, tornando-os consonantes com a ordem vigente. Além de sua publicação já ser em si um ato de inconformidade com o autoritarismo, a repercussão causada pela mesma será tema de constantes matérias do periódico. Em 03/04/78, o número 144, portanto um mês após, traz o artigo *Por Que Querem Afastar Reinaldo?*⁴¹⁷, em que questiona a razão de Heleno Nunes, presidente da CBD, querer cortar o jogador do elenco da Seleção devido a falta de condições físicas do atleta. Teodomiro Braga e Aloísio Moraes discordam:

Para muita gente, o principal motivo da investida de Heleno Nunes contra Reinaldo foram as recentes declarações do jogador a Movimento – declarações estas que ele confirmou depois ao ser entrevistado pelo *Jornal do Brasil* – defendendo a anistia, a Constituinte e o direito do povo eleger seus representantes e participar das decisões políticas⁴¹⁸

A posição do jornal alternativo é de denúncia e desacordo com o que julga ser um ato de perseguição política por parte do presidente da CBD. Hipótese defendida não só pelas declarações do jogador, divergentes das diretrizes do regime instaurado, mas também por Heleno Nunes ser parte do conselho do Clube de Regatas Vasco da Gama e ter interesse na convocação de Roberto Dinamite, ídolo vascaíno e atacante, assim como Reinaldo.

A celeuma se amplia, pois como o jornal faz questão de citar, outros nomes de relevo da sociedade civil brasileira entraram na discussão de forma favorável ao centroavante atleticano. O jornalista Roberto Drummond, do Estado de Minas, o goleiro Raul, na época atuando pelo Cruzeiro, o vereador emedebista Almir Guimarães são alguns dos nomes lembrados. Mas o destaque fica por conta da fala de Tostão:

“É evidente que os dirigentes da seleção não gostaram da entrevista do Reinaldo, mas maioria do povo é a favor do que ele disse e certamente gostou. Não tem cabimento cortar o Reinaldo pelo fato de ele ter emitido suas opiniões. O Heleno Nunes é também conselheiro do Vasco, assim como é da Arena, e é claro que ele tem suas preferências para fazer suas jogadas políticas. Isso é muito ruim para o futebol”. Afirmando-se também favorável à anistia, à Constituinte e às eleições diretas completou Tostão: “Todo mundo está esperando modificações concretas no sentido de que o país seja realmente democrático. A democracia plena é o desejo de todas as pessoas de bom senso”.⁴¹⁹

Tostão, já em sua época considerado um grande jogador e tricampeão do mundo, fez coro à indignação a uma possível não-convocação de Reinaldo para o mundial que se avizinhava. Sua fala é significativa porque expõe uma série de componentes para explicar o

⁴¹⁷ MOVIMENTO, n.144, 03/04/1978, p.5.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Ibid.

antagonismo em relação ao atletismo. Além da já citada intenção em ajudar o Vasco, Nunes é membro da ARENA, portanto intimamente ligado ao governo ditatorial. O alvo da acusação é também as relações promíscuas entre o mundo do futebol e o mundo político.

Não à toa, na edição posterior da supracitada, outra matéria recuperaria o assunto, agora justamente criticando a referida relação. Na matéria *Se Jogador é Para Jogar Futebol, Então o que é que os Cartolas Estão Fazendo na Política?*⁴²⁰, Celso Kinjô utiliza o caso de Reinaldo para argumentar:

A tentativa do presidente da CBD – Heleno Nunes – de cortar o jogador Reinaldo da seleção brasileira deixou claro, mais uma vez, que no mundo do futebol, os cartolas não gostam de jogadores que têm e expressam suas opiniões sobre política. Não foram poucos cartolas que, nesta polêmica provocada pelo caso Reinaldo, manifestaram-se a favor de que o jogador se limite a jogar futebol, deixando de lado a política. De outro lado, no entanto, apesar desta ojeriza à participação do jogador na política, os cartolas usam e abusam do futebol como trampolim para a política, a começar pelo próprio Heleno Nunes [...] ⁴²¹

Os exemplos citados pela matéria, de Oswaldo Teixeira Duarte, presidente da Portuguesa e vereador pela ARENA em São Paulo, Paulo Maracajá, do Bahia e Lauro Moraes, da Ponte Preta, ambos também da ARENA, servem para ilustrar a utilização do futebol para benefícios políticos.

Mais interessante para os objetivos aqui desenvolvidos, no entanto, é a relativa mudança de postura do próprio Celso Kinjô a respeito da conscientização dos jogadores de futebol. Autor da matéria que criticava a postura de alguns atletas que não saberiam “lidar” com seus próprios direitos, ele adota tom mais ameno quando constata, quatro meses depois que: “O uso abusivo dos ídolos, que assim se transformam em inocentes úteis dos seus presumidos padrões, tem diminuído nos últimos anos. Tendo melhor nível e maior consciência de seu valor juntos às massas, o craque já se recusa a servir de escada para o cartola”⁴²². A mudança de opinião contextualiza-se imediatamente com a entrevista de Reinaldo. Ainda que siga salientando o fato de que boa parte da classe dos atletas ainda mostrava-se como “inocente útil” ou, em outras palavras, ingênua e alienada, o autor praticamente se obriga a reconhecer certa quebra de paradigma. Num momento em que as liberdades políticas e de manifestação estavam sob censura, Reinaldo surge como símbolo de coragem e exemplo ao romper com o silêncio. Rompimento que ganha mais força não só pela questão cidadã, mas também por representar uma categoria vista como passiva e submissa diante das opressões que sofre.

⁴²⁰ MOVIMENTO, n.145, 10/04/1978, p.20.

⁴²¹ MOVIMENTO, n.145, 10/04/1978, p.5.

⁴²² Ibid.

Em contraste ao “atleta-animal”, de Florenzano, ou o “atleta-soldado” de Franco Júnior⁴²³ surgia o “atleta-cidadão”, representado por nomes como Afonsinho, Tostão e, claro, Reinaldo. Precisamente analisados por Euclides Couto⁴²⁴, esses casos demonstram importante resistência e reação desses sujeitos perante o *ethos* autoritário vigente no futebol brasileiro de então. Dentre as várias formas possíveis de se resistir, esses três chamam a atenção por atuarem diretamente na arena social, seja pela luta por direitos trabalhistas, como Afonsinho, seja com voz ativa em relação aos mais diversos temas futebolísticos e/ou sociais, como a relação patrão/empregado, a necessidade de participação dos jogadores nas decisões, a importância da Constituinte e da anistia, e assim por diante. Nessa linha que Florenzano, ao retomar historicamente esse processo dicotômico entre autoritarismo e suas resistências, enfatiza, em tom antropológico, a construção desses “novos sujeitos”:

[...] os novos sujeitos não aceitavam mais que as autoridades civis e militares, os jornalistas esportivos, os dirigentes ou os integrantes da comissão técnica lhes determinassem o que caberia ou não fazer! Eles próprios se encarregavam agora de descobrir as possíveis combinações explosivas do futebol com outras práticas culturais, a interlocução fecunda com outros atores sociais, ampliando o campo de atuação, elaborando as experiências de luta e potenciando as ações empreendidas em busca da afirmação de uma identidade diversa daquela consagrada pela representação dominante acerca do ser-atleta.⁴²⁵

Nesse contexto, que o autor entende como propício para o surgimento de Sócrates e da Democracia Corintiana anos depois, é que o jornal *Movimento* identifica em Reinaldo uma figura importante, num ano de Copa do Mundo, para servir como mediação entre a proposta do periódico e seus leitores, particularmente aqueles também torcedores. Chama a atenção um semanário que, até então, não dedicava tanto espaço para os assuntos do futebol, nesse primeiro semestre ter aumentado sensivelmente o mesmo. Claro, em ano de Copa do Mundo, é normal que isso aconteça, mas acredito que o fator Reinaldo tenha tido papel preponderante, pois através dele vários dos posicionamentos do periódico, como as já citadas bandeiras da Constituinte e da anistia e outras, mais implícitas, como a necessidade de “conscientização” da classe trabalhadora puderam ser reafirmados. Outra dessas diretrizes também apareceu, e merece atenção especial: a postura nacionalista do jornal.

O jornal colocava-se: “[...] contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo [...]”⁴²⁶. Nessa demarcação nacionalista, especialmente na divulgação dos “reais valores artísticos e culturais do povo” é

⁴²³ FRANCO JÚNIOR, op.cit. p.142.

⁴²⁴ COUTO, op.cit.

⁴²⁵ FLORENZANO, op.cit. p.122-123.

⁴²⁶ MOVIMENTO, (n.0) *apud* SARTORI, op.cit., p.39

onde se inscreve certa benevolência e mesmo posição favorável do periódico em relação ao futebol, especialmente quando entendido como esporte popular. Se a iniciativa de promover a figura de Reinaldo como “atleta-cidadão” já deixa importantes pistas sobre essa inclinação, é na defesa dele como jogador de futebol, de suas habilidades dentro do campo, que se fará mais claro o reconhecimento positivo, por parte do jornal, do esporte mais popular do país.

Além da predisposição nacionalista do jornal em apoiar o futebol devido ao seu apelo identitário, é importante levar em consideração que Reinaldo já era visto, nesse primeiro semestre de 1978, como um jogador de grande talento. Não é demasiado concluir que o impacto e relevância das manifestações do atleta dependem simetricamente de sua posição enquanto jogador da Seleção e, também, enquanto *craque*, de reconhecida capacidade técnica e de decisão. Esta última faceta também acaba sendo enaltecida pelo jornal, demonstrando que o mesmo não rompe totalmente com a tradição instituída do “estilo brasileiro” de se jogar futebol, já que, a seu modo e com seus objetivos, também dá relevância aos atributos técnicos do craque. Na mesma edição da significativa definição, “Bom de bola, Bom de cuca”, Maurício Azedo, na matéria *A Trajetória do Ídolo: a Tênuê Linha que Separa a Glória e a Tragédia dos Grandes Ídolos* escreve sobre o atacante:

Aos 21 anos, Reinaldo do Atlético inicia com a Seleção Brasileira de 1978 uma trajetória já percorrida por dezenas de outros craques que, como ele, tiveram o prodigioso dom de eletrizar as multidões fanatizadas pelo futebol com sua espantosa facilidade de fazer gols. É a preexistência de Pelé, mineiro como ele, que cria generalizada expectativa de explosão de Reinaldo nesta Copa do Mundo, à qual ele chega como o esperado artilheiro⁴²⁷

Esse trecho é significativo porque novamente Pelé aparece como comparação, dessa vez pelas qualidades e semelhanças dentro de campo. Aqui, Reinaldo é elogiado como jogador de futebol, como filho de uma genealogia de craques brasileiros que possuem a capacidade de mobilizar e de “eletrizar as multidões”. O individualismo, a qualidade excepcional do nove atleticano, a procedência mineira e, porque não, o fato de Reinaldo ser negro permitem relações com as características do futebol-arte. Reinaldo, então, desponta para o jornal não só como referência política, mas também futebolística.

Essa duas faces sugeridas pelas matérias de *Movimento* coadunam-se na matéria da edição 153: *É em Reinaldo que Está a Esperança de Todos*⁴²⁸. O objetivo do autor é trazer avaliações da comissão técnica, de cronistas e jornalistas de maneira sucinta sobre a expectativa positiva que o atacante mineiro gerava para o início da competição. Nela, agora

⁴²⁷ MOVIMENTO, n. 140, 06/03/1978, p.9

⁴²⁸ MOVIMENTO, n.153, 05/06/1978, p.12.

de maneira mais explícita, Reinaldo é valorizado como possível sucessor de Pelé dentro dos gramados: “Num recente programa de televisão (“Bate-Bola”, Rede Globo), especialistas em futebol previram a volta do jogador ao Brasil, assumindo o trono que foi de Pelé e hoje, talvez seja ocupado por Rivelino”⁴²⁹. Se anteriormente, Pelé é lembrado pelo seu lado negativo, despolitizado e bem adaptado ao *status quo*, justamente para reforçar o mérito de Reinaldo, sua politização e postura opositora à ditadura, agora Pelé é recuperado por seu lado positivo, sempre segundo o jornal, por seu talento indiscutível como o melhor jogador de futebol de todos os tempos. A referência inevitável ao histórico camisa dez santista serve, através desse claro/escuro, para que o jornal construa seu próprio herói, seu tipo-ideal de jogador, que transcende o “atleta-cidadão”, o *craque-cidadão*: Reinaldo.

Essa construção é reforçada pela matéria que, além de valorizar o próprio jornal, já que três meses atrás a entrevista dada pelo jogador causou enorme repercussão, chegando ao ponto de ser cogitado o corte do atleticano pelo presidente da CBD, também chama a atenção para a politização e bravura do jogador. Após citar o que teria sido um elogio de Coutinho ao atacante atleticano, a matéria salienta, no mesmo parágrafo, o valor cidadão e técnico de Reinaldo:

Há poucas semanas, como se sabe, Reinaldo foi quase afastado da seleção pelo presidente da CBD, Heleno Nunes, por haver concedido entrevista a **Movimento** onde contestava Pelé e afirmava que o povo sempre esteve apto para votar. Apesar das pressões que sofreu Reinaldo conseguiu impor seu futebol e agora, para frustração de Heleno Nunes, é apontado como a esperança do selecionado brasileiro, ofuscando até mesmo o brilho de Zico e Rivelino. Artilheiro do último Campeonato Nacional, com 28 gols, Reinaldo impressionou tanto ao técnico Cláudio Coutinho que ele chegou a dizer, quando o jogador ainda apresentava problemas físicos, que o levaria à Argentina de qualquer jeito “nem que seja para escalá-lo por apenas 30 minutos em cada jogo”⁴³⁰

A representação que o jornal constrói da figura de Reinaldo é, portanto, a do *craque-cidadão*. Parte da imprensa alternativa do período, o jornal tinha como característica notória a oposição ao regime empresarial-ditatorial. Essa oposição, no entanto, não limitava-se ao âmbito político-institucional, pretendo abranger outras esferas, inclusive a cultural, da qual o futebol fazia parte. Demarcação que permite posicionar a ambição do jornal, de compreender e influenciar a *totalidade* da vida social, embora o domínio político ainda fosse preponderante. Em outras palavras, de inspiração gramsciniana, *Movimento* participava da “batalha das ideias” naquela limitada sociedade civil, lutando pela *hegemonia* ou, em termos restritos, lutando por influenciar decisivamente, sempre à esquerda, o *consenso* existente

⁴²⁹ Ibid.

⁴³⁰ Ibid.

sobre os mais diversos temas. O que se focaliza aqui não é se o jornal e mesmo a imprensa alternativa conseguiram efetivamente lograr seus objetivos, mas sim como e por que esses objetivos existiam, sendo essenciais para a compreensão da própria razão desse tipo de imprensa.

Em meio a esse contexto, também definido por disputas específicas, que o jornal se posiciona. Diante do caráter programático do periódico a favor da classe trabalhadora e pelas liberdades democráticas, é que a entrevista feita com Reinaldo enfoca no jogador de futebol como trabalhador, tanto por ser explorado por seus “patrões” como pela necessidade que sua classe tem de se unir e lutar por seus direitos. Da mesma forma, o atleta é chamado a opinar sobre temas da conjuntura e importantes para a esquerda, como a Constituinte e a questão da Anistia, duas bandeiras ardorosamente defendidas pelo periódico. Enquadramento que, ao enfrentar e contrariar a ideia de atleta-animal ou atleta-soldado, dependendo da perspectiva adotada, forja a figura do “atleta-cidadão”, capaz de ter opinião política própria e balizada. Nesse enquadramento, a figura de Pelé é utilizada como não-exemplo ou como referência negativa para que a de Reinaldo se afirme como positiva.

Em sentido similar, o nacionalismo defendido pelo periódico, em conjunto com sua pretensão de se aproximar das classes populares também servem como explicação para entender esse processo. Se a própria escolha de se privilegiar o futebol como assunto já demonstra a inclinação do semanário em valorizar o esporte enquanto símbolo da cultura nacional/popular brasileira, é o enaltecimento dos atributos técnicos do centroavante que completam essa operação. Pois eles indicam a adesão parcial do semanário à “tradição inventada” do estilo brasileiro de futebol, também conhecido como “futebol-arte”. Ao depositar em Reinaldo as esperanças de um bom desempenho da Seleção, assim como vislumbrar no craque o sucessor de Pelé, agora em seu viés positivo, de maior jogador da história e representante máximo da geração de ouro do esporte nacional, essa adesão é confirmada. Dessa maneira que a representação do *craque-cidadão* ou *ídolo-cidadão* é sacramentada, quando ambos os adjetivos da definição unem-se na figura do “Rei”, como a torcida atleticana o chamava.

Movimento, nesse primeiro semestre de 1978, edificou, de seu modo, seu próprio *herói* da Copa do Mundo que se avizinhava. Recuperou e participou, assim, de longa tradição da imprensa, principalmente esportiva, brasileira. Seja com Leônidas, em 1938, com Garrincha, em 1962, com Pelé, de 1958 a 1970, e, posteriormente, com Romário, em 1994 e Ronaldo, em

1998 e 2002, o fato é que a Copa do Mundo, pelo seu poder simbólico, é o momento propício para o estabelecimento de heróis e de vilões. Segundo Guedes;

Neste tempo [...] vive-se a experiência da identificação nacional, incorporada no desempenho do selecionado e em cada detalhe que o cerca. No campo de jogo, nestes períodos, produz-se e reproduz-se o “Brasil”, bem como alguns dos seus *heróis* e *vilões*, em geral, provisórios. Isto porque esta temporalidade própria das Copas do Mundo, com ciclos suspensos em relação ao viver do cotidiano, aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante.⁴³¹

A autora utiliza como exemplo de seu estudo, o caso de Romário, em 1994. Há algumas similaridades com o caso aqui analisado. Romário, segundo a historiadora, que utilizou fontes da “grande imprensa” para seu trabalho, descenderia de uma longa linhagem de jogadores classificados como *rebeldes*. Dentre os nomes citados dessa genealogia, há a lembrança de Reinaldo, porém, faz apenas breve tipologia sobre essa categoria. Divide entre os *hedonistas*, que utilizariam o corpo de forma desregrada e desaprovada por técnicos e dirigentes, em “noitadas”, “farras”, “mulheres”, etc. e os *profissionais* que se veem envolvidos, disputando e/ou denunciando, os jogos de poder que caracterizam o mundo do futebol. São vistos, muitas vezes, como lideranças nas lutas por direitos, por exemplo. E é justamente em épocas de Copa do Mundo que esse tipo de categoria pode ganhar mais relevo e carga simbólica.

Tal é a atração desse torneio no imaginário nacional que mesmo um jornal sem seção de esportes, sendo até mesmo um tanto alheio à temática e de forte viés político-social não conseguiu escapar de seu campo magnético. Porém, ao ser atraído para ele, não se submeteu aos ditames comuns do campo jornalístico, mais especificamente ao subcampo do jornalismo esportivo. Procurou tensionar seu formato, seus códigos e mesmo suas ênfases. Argumento que tensionou porque não rompeu totalmente com ele. O exemplo de Reinaldo é ilustrativo nesse sentido. Ao construir, durante o primeiro semestre, a imagem do *craque-cidadão*, o jornal certamente enfrentou alguns dos regulamentos centrais do jornalismo esportivo. Quando deu espaço para um dos destaques do futebol brasileiro falar sobre direitos trabalhistas e assuntos políticos, quebrou com o paradigma construído por décadas por grande parte da imprensa esportiva, do jogador alienado e/ou incapaz, que só “pensa com os pés”. Essa quebra se amplia em profundidade no momento que o jornal não só deu espaço, como edificou parte importante de sua cobertura na lapidação de seu herói. O que era para o *status quo* e sua imprensa rebeldia perigosa, para o jornal alternativo é o próprio sentido de sua

⁴³¹ GUEDES, Simone. O salvador da pátria. Considerações em torno da imagem do jogador Romário na Copa do Mundo de 1994. In: GUEDES, Simoni. *O Brasil no Campo de Futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói; EDUFF, 1998, p.61-78.

existência, pois é ele também um rebelde. Nesse encaixe, entre o jogador rebelde e o jornal rebelde, num momento único como é a Copa do Mundo, é que reside o porquê de Reinaldo ter ganhado tanta atenção por parte de *Movimento*. Porém, ao mesmo tempo em que este racha as paredes do campo, não o destrói, pois ainda sim precisa de seus códigos e de seu *modus operandi*, daí outra parte da explicação, já vicejada no trecho emprestado de Simoni Guedes, de o periódico se apropriar do padrão razoavelmente instituído dentro do campo jornalístico esportivo, de criação de heróis e/ou vilões. Ou seja, consegue tensionar e mesmo alterar parte importante dos padrões estabelecidos no referido campo, mas ainda depende (e é compreensível que dependa), de determinados códigos já existentes até mesmo para que essa tensão tenha algum sentido ou efeito em seus leitores.

3.2 – Plínio Marcos, “meia-volta, volver”

Durante a competição, o jornal praticamente não se preocupou em fazer análises ou trazer opiniões sobre o desempenho da Seleção dentro dos gramados argentinos. Característica reveladora, no sentido de diferenciar a cobertura esportiva de *Movimento* do padrão já historicamente estabelecido dentro do campo do jornalismo esportivo. No entanto, esse silêncio não foi total. Em pelo menos três textos, dois de Plínio Marcos e um de Garrincha, o jornal acabou, ainda que parcialmente, se rendendo à tradição da imprensa esportiva. Aquiescência que não deve ser explicada através de uma suposta valorização de seus pressupostos, mas sim por ela atender aos objetivos políticos/ideológicos do próprio jornal: de denúncia à ditadura vigente.

A escolha de Plínio Marcos provavelmente faz jus aos mesmos motivos apontados no capítulo anterior. Além de já ser um colaborador para assuntos de esporte do jornal, embora não fixo⁴³², o escritor de *Navalha na Carne* era conhecido como alguém de linguagem acessível às classes populares e com um histórico de críticas ao panorama do futebol brasileiro daqueles tempos. Nessa perspectiva, que o texto *Seleção, Meia Volta, Volver* foi publicado na edição 154 do jornal. O primeiro parágrafo já é revelador e sintético sobre o tom adotado pelo autor:

Independentemente do resultado do jogo de domingo, que decidiu o destino da seleção na Copa, os métodos empregados pelo técnico Cláudio Coutinho e pelos cartolas da CBD foram definitivamente repudiados. Submetida às esdrúxulas e além disso importadas táticas de Coutinho e sufocada pelo regime autoritário imposto

⁴³² Em 1977, por exemplo, Marcos praticamente não publicou textos no jornal.

pelos diretores da CBD, a seleção não poderia apresentar outro resultado: os jogadores se tornaram ridículos robôs que vagam em campo apáticos e acovardados⁴³³

Apesar de aparentar, após uma primeira leitura, que o time brasileiro já tivesse sido eliminado, na verdade o Brasil tinha acabado de se classificar para a segunda fase do torneio⁴³⁴. A data da publicação é de dois dias antes do primeiro jogo da nova fase, entre Brasil x Peru. A razão para tamanha ferocidade por parte do autor certamente passa pelo não reconhecimento da Seleção, atuante em campos argentinos, como a representante legítima do futebol e, mais além, do povo brasileiro. Entendo esse motivo como basilar, pois dará sustentação ao restante da argumentação do autor. É a partir dele que, sob seu viés romântico e *nacional-popular*, Plínio Marcos procurará, de forma gradativa, os culpados por tal situação. Novamente reagindo ao quadro modernizador pelo qual o futebol passava, o autor lança um verdadeiro *processo de culpabilização*. Além do técnico Coutinho, “cartolas” e suas instituições e até mesmo o governo ditatorial serão lembrados.

Já no trecho citado, o nome que mais chama a atenção é do treinador do selecionado, Cláudio Coutinho. Nascido em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, no ano de 1939, logo quando criança a família mudou-se para o Rio de Janeiro, cidade em que o jovem moraria até a vida adulta. Ingressou na Escola Militar, onde chegou à patente de capitão. Interessado avidamente por esportes também foi graduado na Escola de Educação Física do Exército. A partir daí, compôs a comissão técnica da seleção brasileira na Copa de 1970 como preparador físico e, em 1974, ocupou a função de coordenador técnico. De íntimo envolvimento com a CBD, foi o treinador escolhido para as Olimpíadas de 1976, logo depois de Zizinho ser demitido semanas antes da competição iniciar. Após o quarto lugar, volta ao Brasil como treinador do Flamengo, posição que só deixou quando assumiu, em fevereiro de 1977, o comando da Seleção principal, que se preparava para a Copa do Mundo, a ser realizada no ano posterior.

Coutinho, então, acabou se tornando o maior símbolo desse período de *modernização* do futebol brasileiro. Egresso e participante do mundo acadêmico, o capitão notabilizou-se por querer divulgar e aplicar o que seriam “métodos científicos” ao esporte brasileiro. Sincronizado com a lógica do *ethos* autoritário do período, defendia a importância da tática, da disciplina, da preparação física e da teoria para o alcance do sucesso dentro dos gramados.

⁴³³ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.9.

⁴³⁴ A fórmula de disputa da Copa do Mundo de 1978 não era a mesma que a atual. A primeira fase contava com 16 times, divididos em 4 grupos de 4 e, após todos se enfrentarem, os dois primeiros de cada classificavam-se para a segunda fase. Nesta, os 8 times restantes foram separados em 2 grupos de quatro em que apenas o campeão de cada grupo iria para final, enquanto os segundos colocados disputariam o terceiro lugar.

Poliglota, o treinador era visto pelos partidários dessas “inovações” como um “jovem estudioso”⁴³⁵ e, portanto, o remédio modernizador para o “atraso” que caracterizava o futebol nacional, especialmente depois de 1974. O “atraso” do qual falavam e acusavam o futebol brasileiro era, em outras palavras, a própria tradição do “futebol-arte”, em que as qualidades valorizadas, como já bem explorado durante o presente trabalho, poderiam ser definidas como a antítese do modelo “europeu”. Assim, por exemplo, ao invés do protagonismo do talento e da “arte” do jogador, preconizava-se o técnico como figura de autoridade, demarcando esse momento histórico de paulatino enaltecimento do “princípio racionalizador”⁴³⁶.

O texto de Plínio Marcos é, agora mais explicitamente, a retomada de suas ideias contra o processo modernizante pelo qual o futebol brasileiro estaria atravessando. Coerente com seus escritos de dois anos antes, o autor agora tem seu alvo, Coutinho, mais claro, justamente por seu peso simbólico. Ao representar o extremo de tudo que o escritor repudiava, suas opiniões evidentemente aparecem mais radicais. Desse modo que, após preparar o terreno, escrevendo: “O Cláudio Coutinho é fruto da faculdade de educação física. Ele e sua comissão técnica. Lá, eles receberam rudimentos de cultura erudita e estudaram todas as teorias existentes sobre futebol”⁴³⁷. Plínio potencializa a crítica:

O Coutinho reuniu os jogadores por ele selecionados e, apoiado nas suas teorias, riscou táticas e esquemas no quadro negro e foi dando explicações. Porém (e sempre tem porém), o treinador que fala cinco ou seis idiomas não fala a língua do povo brasileiro. O Coutinho falava e os jogadores não conseguiam entender o que ele queria. Mas, os rudimentos de cultura erudita do treinamento impediam que ele percebesse isso. Para ele, tudo era evidente⁴³⁸.

O primeiro elemento lembrado negativamente pelo autor é o academicismo/elitismo do treinador. A díade se sustenta, pois num país em que a educação superior era privilégio para poucos, ter diploma ou, como no caso de Coutinho, ter acesso a universidades estrangeiras, era sinal de uma origem social abastada. Provém daí a desconexão do técnico não somente com seus jogadores, mas com o povo. Mais uma vez há a transmutação da Seleção, ou dos atletas que vestem a camisa amarela, em *povo*. No entanto, apesar de a crítica parecer apenas remeter ao bacharelismo de Coutinho e sua distância da cultura popular brasileira, também é possível, novamente, aventar para determinada visão paternalista que Plínio tem do que seria o “povo” brasileiro. Independente se sua análise estaria correta ou não, é interessante notar como ele vê os jogadores brasileiros, ao mesmo tempo parte e representantes desse mesmo “povo”, como incapazes de absorver o que seriam os

⁴³⁵ Especialmente parte da imprensa esportiva. Ver: GIL, Gilson, op.cit., p.107.

⁴³⁶ WISNIK, op.cit. p.130.

⁴³⁷ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.9.

⁴³⁸ Ibid.

conhecimentos acadêmicos da comissão técnica da CBD. Dessa forma, ao mesmo tempo que condena certo elitismo, Plínio não deixa de idealizar os jogadores, profissionais e com vasta experiência, como vítimas passivas, inaptas em se apropriar de novos conhecimentos sobre o futebol.

A postura de Plínio reverbera também a inadequação do autor ao mundo da educação formal. Depois de abandonar a escola antes de completar o ensino fundamental ou, em sua época, o ginásio, nunca fez questão de retornar às classes e às aulas. Opção que não o impediu de seguir a carreira artística, mas que seguidamente ele via-se confrontado, já que existia cobrança ora implícita, ora explícita de seus pares para que se apropriasse do conhecimento erudito. Se são vários os relatos de que Plínio procurou sim estudar, ler, debater sobre esse saber, é notável que certo “ranço” sobre essa inadaptação tenha permanecido em suas opiniões e mesmo nas escolhas dos temas que abordou durante sua vida profissional. *Antiintellectualismo* que acaba sendo projetado, por Plínio, na imagem que este faz do povo brasileiro. Este seria detentor de outros saberes, dos quais a elite ainda permaneceria distante:

Por essas e outras é que se diz que o estudante brasileiro deve com urgência sair de dentro da faculdade e ir conviver com o povão. Conviver e não ir querer ser o mestre. Apenas conviver com o povão para aprender pelo menos sua linguagem para servi-lo. Pelo menos para entender que esse povão tem sua cultura, tem uma arte que tem que se respeitada e preservada para que ele, povão, recupere sua dignidade e possa participar da sua história e influir no próprio destino⁴³⁹.

Nesse excerto, nota-se que o autor utiliza a figura de Coutinho para ampliar o alvo de sua crítica. Essa ampliação não pretende atingir somente o setor conservador ou de direita, detentores do poder naquele momento, ela acaba se direcionando, propositalmente ou não, à esquerda da década anterior. As ideias de “vanguarda” que teriam a missão de ser pedagoga das classes populares ou de “conscientizá-las” para seu fim revolucionário eram o prisma da esquerda de então. Seja com o ISEB ou mesmo com o CPC, existia a visão preponderantemente paternalista (reiterada, muitas vezes, pelo próprio Plínio em seus escritos sobre futebol) ou, no viés mais radical, de entender o povo como não sendo detentor de qualquer saber válido. O ponto de vista de Plínio também converge com certa inquietação de alguns intelectuais do final da década de 1970 em criticar seus colegas do passado. Dentre as críticas acusatórias, o distanciamento ou idealização da elite em relação ao que seria o povo ou, mesmo, o “povão”, é a que mais se destaca. No entanto, novamente Marcos escorrega na ambiguidade. Apesar de, pela primeira vez nos escritos até então analisados, valorizar o saber popular e suas capacidades, ainda sim coloca-o como dependente de determinada elite, pois

⁴³⁹ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.9.

somente se essa fosse “conviver com o povão” é que ele poderia recuperar sua dignidade e ter seu papel enquanto sujeito histórico reconhecido. Em suma, mesmo quando valoriza positivamente as capacidades desse “povo”, ainda sim não consegue deixar sua visão paternalista totalmente de lado.

A reação nacionalista-popular e romântica de Plínio também se expressa na proteção que este faz (novamente) da representação do “futebol-arte”. Para tanto, é sintomático que ele procure desqualificar os primados do “futebol-moderno”. Dentre as maneiras encontradas está a de ecoar determinado *sensu comum* difundido pelos, assim como ele, partidários do “estilo brasileiro”. Por isso, advoga que as ideias exógenas ao futebol brasileiro não teriam como ser aplicadas aqui por não levarem em conta a própria realidade da sociedade e, mais precisamente, do povo brasileiro. Como exemplo, estão os métodos de preparação física praticados pela comissão técnica comandada por Claudio Coutinho: “Vai daí que a ginástica que ele faz não pode ser feita por um garoto que nasceu nas favelas brasileiras e só comeu até ser contratado por um clube, ferrão de caranguejo que apanhou no mangue onde também pegou sem querer mil e um vermes”⁴⁴⁰. Essa tese, de que os jogadores brasileiros não teriam adequada formação nutricional ou, em outras palavras, passariam fome quando jovens e, por isso, não poderiam ser exigidos, quando profissionais, a pesadas cargas de treinamentos sob a pena de lesões e/ou inaptidão física/biológica, era recorrente durante a década de 1960 e mesmo na de 1970, quando o embate sobre a modernização mobilizava as mais diversas perspectivas.⁴⁴¹

Além da preparação física, os princípios táticos adotados pelo treinador também se mostraram ineficientes. Segundo o autor de *Barrela*:

E as táticas que lhes [aos jogadores] eram ministradas em monótonas aulas iam, na mesma medida em que a ginástica estraçalhava seus músculos, estraçalhando sua imaginação. Na ânsia de se aplicar taticamente dentro dos esquemas táticos, o nosso jogador se inibia em se manifestar espontaneamente. Aí, o jogador foi desvinculado do seu talento inato e sucumbindo no sufoco da cultura erudita que os sábios doutores saídos da faculdade lhes impunha.⁴⁴²

Fica clara a crença de Plínio na representação tradicional da identidade nacional do futebol brasileiro. Além de depreciar os efeitos da preparação física da Seleção (esquecendo-se da Seleção de 1970, por exemplo), o autor direciona seu descontentamento também para a

⁴⁴⁰ Ibid.

⁴⁴¹ No livro *Na Bôca do Túnel*, que reúne escritos de vários treinadores e preparadores físicos, alguns autores defendem a tese de que o biotipo do brasileiro seria inferior ao europeu pela sua alimentação e estrutura familiar precária. Entre eles estão: Evaristo de Macedo (p.79-82), Orlando Fantoni (p.140-143). Ver: SALDANHA, João; PIMENTA, Adhemar; CHIROL, Admildo. at. al. *Na Bôca do Túnel*. Rio de Janeiro: Livraria Editora, 1968.

⁴⁴² Ibid.

questão tática. Entende que a supervalorização desta implicou na atrofia do talento *típico* dos nossos jogadores. Legitima a idealização do jogador brasileiro, portador do *dom* e do *talento*, porém somente efetivos quando expressos de forma espontânea, na intuição da sabedoria popular. O conhecimento estranho a esse saber, próprio das academias ou da influência estrangeira, apenas serviria para desfigurar essa espontaneidade e essa intuição.

Se a progressiva asfixia comandada por Coutinho do que seria a própria natureza do futebol nacional é culpada importante pelo fraco desempenho na Copa, também outros culpados são apontados pelo autor de *Dois Perdidos numa Noite Suja*. Nesse caso, a CBD e seu autoritarismo:

Isso tudo, acrescentado ao regime autoritário imposto pelos diretores do selecionado, onde a mínima discordância dos métodos empregados pela comissão técnica era considerada contestação, fez com que os jogadores se transformassem em meras massas de manobra de técnicos frios que baniam do selecionado quem não entendesse suas teorias que, no entendimento deles, lhes dariam o título.⁴⁴³

A postura do escritor enfrenta diretamente o *ethos* autoritário daqueles tempos. A repressão à opinião dos jogadores, coordenada pela Confederação, também coibia parte importante de certa tradição do futebol aqui praticado⁴⁴⁴: de autonomia dos jogadores. Bem analisada por Florenzano⁴⁴⁵, essa “cultura democrática”, como classificada pelo autor, caracterizava-se por relativa liberdade desses nos treinamentos, nos diálogos com o treinador, na administração do time dentro de campo, e etc.. Como maior exemplo dessa forma de organização, o antropólogo cita o Santos da década de 1960, em que o técnico Lula tinha seu comando praticamente dividido com os atletas e também a Seleção de 1970, especialmente no período de João Saldanha, que abria espaço e incentivava essa verdadeira co-gestão.

Além da defesa explícita dessas “práticas de liberdade”, esse último excerto é um claro recado ao próprio governo autoritário. Se trocarmos algumas palavras, o mesmo poderia ser dito do panorama político brasileiro. Mesmo que a relação já pareça evidente, Marcos faz questão de escrever, no final de seu texto: “A seleção da CBD 78 é o reflexo do Brasil de hoje, envolvido no obscurantismo de um regime autoritário e de técnicas desprovidas de humanismo”⁴⁴⁶. O não reconhecimento do time de Coutinho como representante legítimo do povo brasileiro (“Seleção da CBD”), problema, a princípio, apenas identitário, se relaciona, em *Movimento*, agora na voz de Plínio, intimamente com a conjuntura política nacional. Ao

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ No mesmo tom e escrito em meio a essa turbulência de críticas está o texto de Joel Rufino dos Santos. Ver: SANTOS, Joel Rufino dos. Na CBD até papagaio bate continência. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.5, nov/19778, p.119-129.

⁴⁴⁵ FLORENZANO, op.cit., p.72-91.

⁴⁴⁶ Ibid.

sublinhar o autoritarismo e a falta do que chama de “humanismo”, há também o contraste com o tipo de projeto político defendido pelo jornal alternativo: nacionalista, de valorização das liberdades democráticas e de cidadania. Nota-se, ao menos em parte, o porquê de o desempenho do escrete canarinho ter ganhado mais relevo na editoria do jornal.

Nesse *processo de culpabilização* elaborado pelo autor de *Balbina de Iansã*, comissão técnica, CBD e governo ditatorial são lembrados como os responsáveis pelo mal desempenho do selecionado em campos argentinos. Ao solidificar a interpretação de Guedes, de que a Copa do Mundo é um bom momento para a pesquisa científica, pois tem o poder de “[...] atualizar tudo que divide a sociedade brasileira.”⁴⁴⁷, esse texto auxilia na interpretação de que futebol enquanto esporte não é condenado nem pelo autor, nem pelo próprio jornal. As acusações procuram não só aqueles que estão impondo um projeto de nação alheio à luta política do semanário e da esquerda daquele momento, mas também, de forma interconectada, quem está deformando um dos elementos centrais no que se entende por “cultura popular” brasileira. Ao invés do apontamento simplista de que esse esporte “alienaria” as massas, sendo a Seleção no mundial talvez o principal desses momentos, notamos sua valorização, ainda que de forma crítica e complexa, no jornal alternativo.

Essa valorização do futebol, enquanto esporte, mais especificamente, do futebol enquanto símbolo da cultura popular nacional torna-se mais evidente com a escolha de publicar, na mesma página do texto de Plínio Marcos, um artigo da maior insígnia do “futebol-arte”: Garrincha. De título “*Para mim Polivalente é a Bolsa de Carregar o meu Material*”, o texto, montado a partir de um depoimento dado ao jornalista Márcio Bueno, é, como indica o próprio título, quase um anexo às críticas elaboradas por Plínio Marcos. O eterno camisa sete também volta suas avaliações contra o selecionado, mais particularmente, a comissão técnica. Para tanto, assume lado nessa *luta simbólica*, o da alteridade em relação ao “estilo europeu”. Um dos aspectos levantados pelo atleta é justamente o talento inato do jogador brasileiro:

Este negócio de Espanha não existe. Este negócio de França, que não sei o quê, porque a Suécia, porque a Áustria... ih, rapaz, não pode. Não é porque a gente é brasileiro, que a gente tem coração grande não, mas a gente é 10 vezes melhores que eles. É só jogar dois minutos de futebol que a gente ganha deles⁴⁴⁸

A anteposição feita de forma didática baseia-se no nacionalismo expressado pelo ex-botafoguense; na valorização do *dom* do jogador brasileiro e na conseqüente desvalorização do futebol praticado na Europa através da padronização dos adversários, como se Espanha,

⁴⁴⁷ GUEDES, op.cit. 1998, p.54.

⁴⁴⁸ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.9.

França, Suécia e Áustria (certamente não por acaso, todos times que Garrincha enfrentou em mundiais) fossem todos iguais, e também através da demarcação da superioridade do nosso futebol, que venceria os habitantes do “velho mundo” no momento em que assim desejasse. Esse último ponto chama a atenção, é como se, para Garrincha, ele ainda estivesse na ponta-direita e seu adversários, europeus de cintura quadrada e sem qualquer ginga, fossem todos “Joãos Bobos”, aos quais, como diz a lenda, sempre driblou sem tomar qualquer conhecimento.

Na continuação do texto, o ídolo botafoguense converge com a opinião de Plínio ao associar a insatisfatória performance do selecionado brasileiro à supervalorização da tática:

No meu tempo a gente sabia onde jogar. Se era ponta direita, jogava na ponta direita, se era lateral jogava na lateral. Então eles tinham mais respeito pelo jogador. Hoje aparece este negócio de polivalente, eu não entendo o que é isso. Pra mim, polivalente é a minha bolsa de carregar o meu material. Overlapping pode ser o sapato que eu vou calçar amanhã, ou qualquer coisa deste tipo, porque pra mim isto não existe, gente boa, mas não existe mesmo [...] futebol é simples [...] Por que é muito fácil também a pessoa não jogar e ficar inventando coisa, sei lá⁴⁴⁹

Agora mais explicitamente, a comissão técnica torna-se o alvo. A referência temporal, de enaltecimento *nostálgico* do passado (“no meu tempo”), comparando com o “hoje”, além de ecoar certo romantismo, também posiciona Garrincha como contrário ao processo de modernização do futebol nacional. Para expressar tal oposição, o ex-jogador ironiza dois dos termos mais utilizados por Coutinho e também insistentemente reproduzidos pela imprensa, *polivalente*⁴⁵⁰ e *overlapping*⁴⁵¹. Ao dizer que não entende o que essas palavras significam, novamente o autor propõe desvalorizar os pressupostos do “futebol moderno”, tão anunciados pela comissão técnica da Seleção. Seguindo o próprio raciocínio, Garrincha defende a “simplicidade” do futebol, ou seja, reatualiza o mito (inclusive de si próprio) do jogador talentoso por natureza e do técnico cujo único objetivo é não atrapalhar a expressão dessa arte.

Outro ponto a ser analisado com mais cuidado é a intenção do jornal em publicar esse texto. Como já citado, é relevante que ele tenha sido colocado exatamente logo depois do artigo de Plínio Marcos, na parte de baixo da página⁴⁵². Se o teatrólogo sustentava que uma das principais causas para a desfiguração da Seleção dentro de campo era a falta de capacidade de Coutinho, acadêmico e elitista, em se fazer entender pelos jogadores, ou, mais

⁴⁴⁹ Ibid.

⁴⁵⁰ Se diz do jogador que pode cumprir várias funções táticas diferentes durante a mesma partida.

⁴⁵¹ Palavra inglesa que corresponde à jogada em que o atleta toca a bola para um colega de time posicionado na lateral e corre para recebê-la dentro da área.

⁴⁵² Ver Anexo D.

precisamente, pelo próprio povo brasileiro, é sintomático (e improvável fruto do acaso) que logo depois apareça Garrincha, encarnação simbólica do “povo” brasileiro, dizendo que “não entendia” completamente o jargão utilizado pelos modernizadores do futebol. O jornal serve-se e alimenta determinada imagem construída sobre o ídolo alvinegro. Ao comentar a obra *Estrela Solitária*, biografia escrita por Ruy Castro⁴⁵³, Thiago Bartolo e Antonio Soares caracterizam bem essa representação:

Garrincha seria a tradução e a encarnação do jogo bonito (*beautiful game*). Sua imagem é a do atleta que não valoriza esquemas táticos ou treinamentos físicos. Seu sucesso dentro dos campos de futebol é narrado como expressão de um dom antes as adversidades enfrentadas. Castro escreve uma bela e consistente história sobre a trajetória de Garrincha, que, nas sombras da narrativa, revela a construção # hegemônica e homogeneizadora da identidade do futebol brasileiro⁴⁵⁴

Ou seja, dezessete anos antes da publicação da biografia, o jornal *Movimento* já ajudava, servindo-se das próprias palavras do jogador, a construir essa imagem de Garrincha como “síntese” da identidade nacional do nosso futebol.

A forte simbologia emanada por Garrincha como jogador só se completa com a associação entre antigo camisa sete da Seleção⁴⁵⁵ e o *povo* brasileiro. José Sérgio Leite Lopes⁴⁵⁶ nos traz importantes contribuições nesse sentido. Primeiramente, chama a atenção para o fato de Garrincha ser, em termos públicos, um homem lacônico, de poucas ou nenhuma palavra. O autor lembra que na época de sua morte, em janeiro de 1983, os jornais publicaram artigos, entrevistas e análises de jornalistas, amigos e ex-companheiros do atleta e praticamente nada que envolvesse sua opinião ou sua voz. Marca histórica que valoriza ainda mais a simbologia do artigo presente nas páginas de *Movimento*. Jogador de poucas palavras, teve, no entanto, muitos intérpretes e discursos proferidos sobre sua figura. Essa “super-representação” baseia-se ora nos momentos de ápice de sua carreira (como em 1958 e em 1962, no bicampeonato mundial) ora em sua derrocada um tanto melancólica, nos seus problemas com álcool, com a super-exploração que teria sofrido de dirigentes (construindo, assim, a imagem de “ingênuo”) ou mesmo nas lendas sobre sua capacidade sexual

⁴⁵³ CASTRO, RUY. *Estrela Solitária*: um brasileiro chamado Garrincha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁵⁴ BARTHOLO, Tiago L. & SOARES, Antonio. Mané Garrincha como síntese da identidade do futebol brasileiro. In: HELAS, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G; *Futebol, Jornalismo e Ciências Sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.53-76, p.55.

⁴⁵⁵ O camisa sete, nessa época, atuava, em geral, na ponta-direita. Como característica, tinha a velocidade, o poder do drible, a capacidade de cruzamento e, em casos como o de Garrincha, a capacidade de marcar gols.

⁴⁵⁶ LOPES, José Sérgio Leite. “A morte da alegria do povo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.20, a. 7. Setembro de 1992. Acesso online: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_09.htm. Acesso dia: 06/02/2017

quantitativa e qualitativamente. Dois momentos não-excludentes e que serviram para seu biógrafo, Ruy Castro, arquitetar a muito bem escrita narrativa de seu livro.

Nesse sentido, o epíteto *Alegria do Povo*, eternizado pelo filme de 1962, realizado por Joaquim Pedro de Andrade, integrante do Cinema Novo, movimento que procurava entender/representar o drama social e mesmo a nacionalidade-popular brasileira, serve como referencial importante. Além de sua origem social, numa pequena cidade operária (Pau Grande), em que praticamente todos habitantes trabalhavam para a empresa têxtil América Fabril, sua origem étnica, de ascendência indígena e negra, servem como elementos importantes na aproximação do bicampeão mundial com parte importante do *povo* brasileiro. Soma-se a isso, como também nos lembra Leite Lopes, o modo como o jogador lidou com a carreira profissional. O autor compara, em relação a esse assunto, o ídolo alvi-negro a Pelé. Enquanto este sempre teve preocupação em projetar determinada imagem de profissionalismo e de retidão através de emblemas como família, esforço, treinamento, e, com mais intensidade no final de sua carreira, na capacidade de lucrar economicamente com sua imagem; Garrincha mostrou-se a par desse mundo, pouco interessado em se envolver com negócios alheios ao futebol ou mesmo na publicidade de sua imagem e, em contrapartida, tanto seus problemas pessoais e familiares quanto a divulgação dos lazeres que cultivava, marcados pela vida simples, pelo gosto por bebidas alcoólicas ou pelo sexo ganharam relevância para defini-lo para o grande público. Há, também nesse sentido, certa aproximação dessa imagem Garrincha com as classes populares, nos lazeres que valorizava e na reprodução do que ser uma “vida simples”, sem importar-se, por exemplo, em extrair o máximo que pudesse, em termos financeiros, de seu trabalho.

Esse conjunto de aproximações, aqui apenas aventadas, nos auxiliam a entender as razões do periódico para a publicação do artigo de Garrincha. Não somente procuraram ilustrar e reforçar a opinião de seu comentador, Plínio Marcos, de que Coutinho, CBD e ditadura estariam, para usar uma expressão típica do autor “matando a alegria do povo” e, desse modo, também reforçar a oposição do jornal à conjuntura citada; mas também por tudo que a figura do ídolo do Botafogo representa em termos nacionalistas e populares. Numa junção que não pode ser desfeita, ele ao mesmo tempo significa o “futebol-arte” brasílico, o *dom* do drible, da intuição, da aversão a esquemas e teorias prontas, e significa o *povo* pela origem social e étnica, pelo histórico de vida e o modo como lidou com sua carreira profissional, especialmente quando comparado a Pelé, talvez seu único rival em talento e em simbologia no final da década de 1950 e durante a década de 1960. Ao invés da condenação

do futebol como elemento da cultura popular, há, na verdade, sua valorização, nesse caso, no enaltecimento de sua maior figura. Esse aparecimento de Garrincha entende-se, por fim, como objetivo de o jornal *Movimento* se aproximar do mundo das classes populares (num processo sinuoso e complexo, é verdade) por meio do que julga ser parte importante de suas referências e de seus códigos.

Ambos os textos foram publicados durante a competição, momento que, em tese, o processo de culpabilização dificilmente é o centro das análises, já que este é mais visível, também geralmente, depois da eliminação do selecionado. A esse respeito, com a suspeita vitória da Argentina sobre o Peru por 6 a 0, fazendo com o que o time de Cesar Menotti fosse à final contra a Holanda de Johan Crujff, e a sequente desclassificação do Brasil por saldo de gols, o jornal publicou apenas um artigo. Novamente de Plínio Marcos, de título *Estão Matando a Última Alegria*⁴⁵⁷, o texto, ao procurar as razões para o insucesso do escrete, é muito parecido com o anterior, escrito duas edições antes e comentado acima. Similaridade que acabou revelando a própria deslegitimidade da Seleção para o jornal, que, por isso, já estava eliminada, ao menos simbolicamente. O alvo fundamental desse novo-velho texto é outra vez Coutinho e o que seria sua incapacidade de entender o jogador e a própria tradição vencedora do futebol brasileiro.

Além de Cláudio Coutinho, CBD e ditadura também são lembrados. Novamente, solidifica-se o processo de culpabilização como forma de denúncia e, nesse caso, como manifestação política. Resumo do mesmo são os dois últimos parágrafos do texto, em que Plínio, após atacar e desqualificar o treinador durante os outros seis, escreve:

É a hora de se fazer um inquérito na CBD. Do jeito que está, vão acabar com o futebol, a única alegria do povão lesado que só berra da geral sem nunca influir no resultado. Povão que já não pode comer. Primeiro, porque com o salário que ganha, não dá pra pegar um gordurame. Depois, porque devido á incompetência dos detentores do poder, se ataca de peixe engole maré vermelha; se ataca de verdura, come veneno; se calça o estômago com um sanduba de mortadela, engole peste suína. Vai daí que não vai bem.⁴⁵⁸

Plínio consegue, no mesmo parágrafo, ir da CBD ao “detentores do poder” para explicar a situação do que chama de “povão”. Novamente parece ecoar certa visão paternalista e fatalista, em que esses sujeitos não teriam capacidade de ação perante seus infortúnios. Apesar disso, é possível sintetizar, através dessa passagem, boa parte do raciocínio elaborado neste subcapítulo, especialmente se retomarmos a chave do *processo de culpabilização* em que o autor de *Navalha na Carne* busca os culpados pela mal desempenho

⁴⁵⁷ MOVIMENTO, n.156, 26/06/1978, p.10.

⁴⁵⁸ Ibid.

do escrete nacional no mundial da Argentina. Desde a concepção e objetivo do jornal em defender o futebol enquanto expressão da “cultura popular” brasileira ou, em termos romantizados, a “única alegria do povão” até a forma com que isso é feito, e nesse caso com as particularidade de Plínio, sem deixar, nem por um instante, de lembrar dos problemas do futebol brasileiro tanto dentro quanto fora de campo.

Mais do que isso, é notório como Plínio relaciona ambas as dimensões. Na primeira, a de dentro do campo, o principal alvo foi Claudio Coutinho e sua “modernização” do futebol brasileiro, compreendida pelo seu viés negativo, como responsável pela descaracterização do estilo brasileiro, o “futebol-arte” e também das próprias virtudes do “povo” brasileiro. Tal modernização, concepção exógena ao nosso futebol e fruto do elitismo academicista de Coutinho, seria, além de tudo, incompreensível para os jogadores que, por possuírem a linguagem própria desse mesmo “povo”, não seriam capazes ou aptos a absorverem tais conhecimentos. Nesse sentido, foi simbólica a publicação da entrevista de Garrincha, por sintetizar, através da representatividade do bicampeão mundial os próprios argumentos de Plínio Marcos. Mas os responsáveis maiores pela crise da Seleção estariam fora dos gramados. No contexto ditatorial, a CBD juntamente com o governo militar seriam os principais culpados pela escolha de uma comissão técnica militarizada e que, além do desrespeito à tradição do futebol brasileiro, sufocava a liberdade dos jogadores em dentro e fora do campo, matando, assim, a “alegria do povo”.

3.3 – Futebol, *ópio do povo*?

Antes de adentrar nas especificidades da análise, é importante traçar alguns aspectos gerais. A discussão se o jornal *Movimento e Opinião*, enquanto unidades em si, defendem ou não a posição que o futebol é alienante deve ser complexificada. Inicialmente é importante rememorar uma das diferenças fundamentais entre a imprensa *liberal* e a *alternativa*: a questão da opinião. Enquanto a primeira, no Brasil, especialmente depois da década de 1950⁴⁵⁹, passou a defender mais assiduamente o discurso da imparcialidade e da objetividade, afirmando separar a notícia da opinião; a segunda assume o discurso de posicionamento político claro, sem a separação que a primeira prega. Essa dessemelhança, evidentemente, deve ser levada em consideração se quisermos entender o modo como certo periódico se

⁴⁵⁹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Simmus, 1990.

comporta sobre determinada temática. No entanto, ela, como já demonstrado em parte importante da bibliografia, não deve ser tomada como verdade, pois assumiríamos sérios riscos ao acreditar, por exemplo, que é possível separar a notícia da opinião, ou em outros termos, ser imparcial sem deixar que a subjetividade do jornalista ou as pré-determinações da empresa, a decisão sobre o que noticiar ou não e com qual ênfase, entre outros, não afetem o modo com as informações cheguem ao leitor.

Adotar a postura teórica de interpretar todo conteúdo do jornal, inclusive as notícias, como sinal da inclinação ideológica do periódico (e não apenas os “editoriais”) torna possível que sejamos mais precisos se quisermos entender como respectivo órgão de imprensa se posicionou sobre algum assunto específico. Dessa maneira, a questão da “alienação” e “futebol”, e como aparecem nos dois jornais, não deve ser abordada apenas a partir das opiniões diretas publicadas pelos semanários, ou seja, nas oportunidades em que a temática foi tema específico de suas páginas. Mas sim, buscar através da análise do maior número de matérias possíveis em que o futebol foi o centro, a apreciação dos periódicos. Por isso, optei por organizar esse subcapítulo da seguinte forma: retomar e sintetizar as discussões privilegiadas nesse trabalho, especialmente duas delas, mas com enfoque na temática sobre a alienação. O objetivo, portanto, é o de, do enfoque em termos qualitativos e quantitativos, chegar a alguma conclusão sobre como ambos os jornais se posicionaram.

O debate se o futebol serviria peremptoriamente para que as classes dominantes controlassem as “massas” e, assim, conseguissem manter seu poder intacto era presente no Brasil dos anos 1970. O exemplo da Copa de 1970, em que a ligação propagandística entre governo ditatorial e o selecionado brasileiro se fez presente, assim como a pretensão da junta militar argentina em transformar o mundial de 1978 numa exaltação do país e do próprio regime, serviram como fatos desencadeadores da discussão como veremos nos próximos parágrafos.

No entanto, não é incomum encontrar na bibliografia sobre o futebol alguns autores que adotam a defesa do esporte como *ópio do povo*. Dentre os pioneiros no estudo e na defesa desse postulado, está um ex-jogador de futebol alemão e sociólogo, Gerhard Vinnai⁴⁶⁰ em estudo de 1970, publicado em espanhol pela primeira vez em 1974. Sua tese principal, inspirada da escola de Frankfurt⁴⁶¹, é a de relacionar o futebol como parte da engrenagem do

⁴⁶⁰ VINNAI, Gerhard. *El Fútbol como Ideología*. México: siglo veintiuno, 1978.

⁴⁶¹ A ideia de que a indústria cultural faz do “lazer” ou da “diversão” mais uma meio para a continuação da dominação capitalista é chave para Adorno e Horkheimer: “A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de

mundo capitalista, cumprindo a função de “[...] cimentar o princípio imperativo da realidade”⁴⁶², ou seja de ser apenas uma válvula de escape para a continuação da exploração do trabalho. A lógica utilizada pelo autor é a de que com o desenvolvimento da indústria cultural e do entretenimento, o que comumente se entende por “lazer”, e o futebol seria parte dela, funcionaria apenas como forma de distensão que objetivaria controlar a diversão e as escolhas do trabalhador em seu tempo de descanso. Dentre as formas com que esse controle se daria está a capacidade de o futebol reproduzir o próprio mundo laboral em seus princípios básicos como, por exemplo, a adestração do “corpo e da alma” do jogador perante sua progressiva transformação em máquina através do treinamento. Processo que teria a função de adequar o jogador aos rigorosos preceitos técnicos e táticos, fazendo-o, paulatinamente, perder sua autonomia em detrimento do jogo coletivo. Ao aparecer como se fosse apenas mais uma “fábrica” para o espectador, este deixa se dominar sem resistência, pois, já acostumado a obedecer às exigências de seus locais de trabalho, seu espírito já estaria adaptado aos mecanismos de controle do capital, sobrando quase ou nenhum espaço para o desenvolvimento de seu pensamento crítico.

Roberto Ramos, em seu *Futebol: Ideologia do Poder*⁴⁶³, de 1984, segue linha similar a de Vinnai. Também baseado na ideia frankfurtiana de que o desenvolvimento capitalista e da indústria cultural permitiu o controle mais sofisticado do tempo de lazer dos trabalhadores. Citando Horkheimer e Adorno, o autor argumenta: “A falta de liberdade do trabalho alienado se estende aos estádios do futebol. Nestes locais, os homens sentem livres. No entanto eles não estão conscientes de suas carências.”⁴⁶⁴. O autor, dessa maneira, analisa o futebol enquanto parte de uma engrenagem alienante do mundo capitalista. Tem como tese principal que o futebol serve como veículo para a manutenção da estrutura de poder do capitalismo principalmente através mistificação da realidade de exploração, o que termina por legitimar o próprio sistema.

novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação de mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.” (p.106) ou ainda, sobre o poder de resignação que o “lazer” teria nas pessoas: “Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação.” (p.112). In: ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar. Edição Digital, 2014.

⁴⁶² VINNAI, op.cit. p.22 (tradução do autor)

⁴⁶³ RAMOS, Roberto. *Futebol: Ideologia do Poder*, Petrópolis: Vozes, 1984.

⁴⁶⁴ Ibid., p.29.

A partir da compreensão unidimensional do futebol, Ramos também se preocupa em elencar exemplos, desde Hitler até Médici, dos usos políticos do futebol, vendo somente a faceta de propaganda ideológica de regimes autoritários, não analisando-o mais complexamente enquanto fenômeno histórico. Da mesma forma empreende estudo pouco profundo sobre como os meios de comunicação teriam papel na formação do “ópio das massas”, argumentado que:

Os meios de comunicação fetichizam o futebol. Atribuem-lhe auto-suficiência, um valor em si, intrínseco. Absolutizam-no. Justificam sua popularidade como motivada pelo poder mágico de envolver as pessoas. Com isso, tentam explicar as exaustivas coberturas futebolísticas.⁴⁶⁵

Linha de argumentação que, apesar de publicada apenas em 1984, já repercutia e fazia parte do debate da imprensa alternativa nos anos 1970, como veremos adiante.

Mais contemporâneo, porém não menos crítico ao futebol, é o intelectual argentino, Juan José Sebreli. Em seu livro⁴⁶⁶, *La Era del Fútbol*, um estudo de razoável fôlego e que pretende analisar o esporte através de várias óticas: dos torcedores, dos meios de comunicação, do erotismo, da política e etc., o autor mantém um viés de constante crítica, privilegiando os aspectos de dominação e controle que o futebol permite a quem comanda a sociedade capitalista. Também herdeiro do aparato conceitual frankfurtiano, Sebreli focaliza como o futebol, ao estar inserido no sistema capitalista, age como forma de espelho deste, refletindo, inclusive, as formas de alienar as “massas”:

A manipulação, a sugestão e o controle das massas pelo futebol são exercidos pela sociedade em forma difusa através de inúmeros canais: a escola, as associações dos bairros, as grandes empresas, os sindicatos e ainda a influência cara a cara exercida por amigos, pela família, por vizinhos, pelos companheiros de trabalho e estudo. Não obstante, em uma sociedade que tende à concentração econômica, a difusão da ideologia do futebol é monopolizada e centralizada principalmente pelos meios de comunicação de massa⁴⁶⁷

Apesar de reconhecer a complexidade do debate, o autor pende decisivamente para o entendimento do futebol enquanto *ópio do povo*. Além do problema de atentar para apenas determinados aspectos do esporte que parecem concordar com a opinião já pressuposta, o autor, em mais uma semelhança com a bibliografia sobre o tema, pouco ou praticamente não atenta para quando o futebol serve como resistência a opressões e autoritarismos. Justamente deste último ponto é que a imprensa alternativa parece partir, viés que torna a questão da alienação do futebol um tanto mais intrincada e, por isso, mais fecunda para o entendimento dos dois objetos aqui estudados.

⁴⁶⁵ Ibid., p.34.

⁴⁶⁶ SEBRELI, Juan José. *La Era del Fútbol*. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998.

⁴⁶⁷ Ibid. p.267-268. (tradução do autor)

3.3.1 – O futebol também é contestação.

Durante a demonstração e a análise das diferentes dimensões de como o futebol apareceu nas páginas dos dois jornais alternativos, foi possível chegar a, pelo menos, uma conclusão de relativa solidez: ambos não trataram o futebol simplesmente como “ópio do povo”. Tanto pela importância dada ao tema quanto pelos enfoques privilegiados pelas respectivas editorias, ficou evidenciado que o esporte mais popular do país foi compreendido de forma complexa, para além do que seria sua função “alienante” e “manipuladora das massas”. O que não significa que não tenha havido o debate sobre a questão ou mesmo que, por vezes as teses sobre o “ópio” não tenham tangenciado algumas opiniões, artigos e reportagens. Nessa tensão, porém, a tese de que o futebol é parte da sociedade e, portanto, elemento complexo, claramente prevaleceu nas notícias, nas opiniões e nos enfoques de ambos os jornais.

Dessa maneira, cabe identificar mais especificamente como essa questão foi tratada pelos semanários. Se, durante o trabalho, algumas delineações já foram feitas, agora é o momento de ordená-las e sintetizá-las. A interpretação que defendo é de que o futebol foi visto por ambos os jornais como elemento de relevância para a definição e compreensão da sociedade brasileira. Através dessa premissa, é possível entender porque esse esporte apareceu nas páginas de ambos como parte da luta político-ideológica empreendida pelas duas redações. Ao invés de notá-lo como descartável ou denunciá-lo como um mal social, obstáculo às lutas populares e contestatórias, os periódicos encararam o futebol, e essa é a ideia chave do capítulo, como um veículo capaz de levar para seus leitores as diferentes, e nem sempre unívocas, mensagens e ideias propostas por *Opinião* e *Movimento*.

Há, desse modo, convergência entre a disposição dos jornais e o aparato teórico de Antonio Gramsci. O pensador sardo, ao defender que não é possível separar o que chama de “filosofia” da política, argumentando sobre a relação entre elas enquanto formadores das concepções sobre o mundo e a sociedade, dá munções para a crença de que a *cultura* também é uma forma de luta política e de transformação social. A partir dessa mesma premissa que o italiano defende que todo ser humano é intelectual, ou seja, defende que mesmo o conhecimento do *senso comum* é um tipo de concepção válida, ainda que por vezes incorreta, para a compreensão do mundo. Seu objetivo é salientar que o enfrentamento ideológico (ou a chamada “guerra de posições”) através, por exemplo, da imprensa, nos países de sociedade

civil relativamente desenvolvida, é uma forma de se disputar um dos meios essenciais para o alcance, pelas classes subalternas, do poder: o consenso do restante ou da grande maioria da coletividade. Complementam-se, portanto, a ideia de que é necessário persuadir as pessoas da necessidade da mudança econômica-social estrutural e que elas seriam capazes de se convencerem disso. A transformação da sociedade capitalista passaria, desse modo, também pela transformação das concepções de mundo que não só fazem parte desse sistema, mas que o constituem enquanto tal. Conhecer suas estruturas, suas formas de exploração, de opressão e de domínio, propondo, ao mesmo tempo, formas de superá-los em nome de uma nova organização social socialista/comunista, era visto como trincheira decisiva na ideia de revolução gramsciana.

Não intenciono conectar automaticamente o pensamento de Gramsci sobre a “guerra de posições” e a forma como o assunto “futebol” manifestou-se nos periódicos alternativos. Mas recuperar a primeira, adaptando-a para o contexto brasileiro daquele meados dos anos 1970. Num cenário em que a ordem ditatorial se impunha, sufocando liberdades coletivas e individuais e, em nome da “modernização”, estabelecia uma política-econômica elitista e excludente, a imprensa alternativa tentava interpretar a conjuntura e a própria sociedade brasileira, colocando-se contrária a esse projeto de nação instaurado a força em 1964. Ainda que de forma um tanto dispersa, espaçada e, inclusive, com limitações físicas, esses órgãos jornalísticos objetivavam disputar o *consenso* sobre esse projeto de nação. Utilizando-se dos campos político, econômico e cultural denunciavam os problemas do contexto social brasileiro e propunham debates e soluções, quase que invariavelmente seguida pelas diretrizes do pensamento de esquerda, espectro, por excelência, de combate à ditadura. O que se explícita, portanto, é a “guerra de posições” entre a ordem (governo) vigente e a imprensa alternativa que, mesmo com a assimetria entre as duas forças, não torna menos interessante ou menos necessária a análise de como esses jornais contestadores pensavam o Brasil daquele momento.

A utilização do futebol enquanto veículo para a propagação dos combates promovidos pelo jornais ganhou diferentes dimensões durante o período analisado. Ou seja, ela não foi feita da mesma forma, com a mesma linguagem ou com os mesmos objetivos. Diferenças que não afetaram ou colocaram em risco o principal objetivo dos periódicos: o de combate à ditadura. Para ilustrar a argumentação, comentarei brevemente dois exemplos dessa concepção *positiva* sobre o futebol, de meio possível para lutas sociopolíticas: os escritos de

Plínio Marcos em *Movimento* e a valorização, por ambos os jornais, dos personagens futebolísticos contestatórios ou chamados de “rebeldes”.

As crônicas de Plínio Marcos, de caráter romântico e nacional-popular, já partem do pressuposto da importância do futebol para a cultura popular brasileira. As críticas, de viés denunciante, que o autor de *Navalha na Carne* fez não envolvem o esporte em si, mas o estado em que ele se encontrava nos idos dos anos 1970. Seus ataques incluem desde os dirigentes do futebol, os cartolas, até o contexto social/cultural que procura “modernizar” o futebol brasileiro. O objetivo de *Movimento*, que publicou as crônicas do autor durante o ano de 1976 e também em algumas outras oportunidades (como na Copa de 1978) foi de se comunicar sobre futebol com a classe trabalhadora. Como analisado, quase todas as produções do teatrólogo paulista saíram no suplemento *Assuntos*, o qual objetivava disponibilizar textos mais acessíveis a uma camada da população ainda pouco habituada a textos grandes e de mais densidade. Plínio, então, foi entendido como alguém capaz de atingir esse público visto o talento do autor para textos mais diretos e de linguagem vista como não tão rebuscada, além de seu gosto por temáticas tidas como de interesse dessa mesma camada da população como o futebol e o carnaval, por exemplo.

Ao escrever sobre futebol, no entanto, ficou explícito o prisma romântico adotado pelo autor. Ou seja, sua crítica/revolta, elementos fundantes no romantismo, se deu através da valorização do passado (anti-modernização), do que seria a “cultura popular” ou o “povo” e do nacionalismo. Utilizando essas chaves é que a pretendida comunicação com as classes trabalhadoras (que certamente teve alcance limitado) foi estabelecida. Dessa forma, Plínio colocou-se contrário a pelo menos dois tipos de modernização, simbolicamente relacionados entre si: o fim dos chamados “campos de pelada”, identificando como causa a crescente urbanização das grandes cidades e também a modernização do futebol brasileiro que, aos poucos, vinha perdendo suas características identitárias que o constituiriam enquanto *nação/povo* (mitologia que vê no “campo de pelada” o local de criação dessas características): a improvisação, a “malandragem”, a alegria, o drible, a criatividade, a individualidade, a “magia”. Ao assinalar as perdas que o nosso futebol vinha sofrendo, ele, ao mesmo tempo, legitimava determinada representação sobre o mesmo, ou seja, o “futebol-arte”. Refugiando-se no passado e na tradição de um estilo, condenava os tempos atuais por estarem modificando a identidade básica não só de um esporte, mas de um povo, já que, em sua batalha ideológica, reivindicava e conectava a *nação* brasileira ao *povo* brasileiro.

Marilena Chauí⁴⁶⁸ aponta nessa comunhão entre *nação* e *povo* uma das origens do romantismo enquanto escola de pensamento. Na Alemanha invadida pelo império napoleônico, levanta-se estética e politicamente a reação romântica. Na primeira forma, ele é uma resposta ao “racionalismo ilustrado”, a revolta da tradição contra o progresso das luzes. Na segunda, é a “afirmação da identidade nacional contra um invasor estrangeiro”. Nessa reação busca o que seria a “cultura popular natural”, não afetada pelo mundo moderno e, portanto, superior a esse. Idealiza-se, assim, o que seria uma “totalidade orgânica” que a modernidade corrompeu ou tenta corromper. Esse povo romântico, nas palavras de Chauí; “[...] sensível, simples, iletrado, comunitário, instintivo, emotivo, irracional, puro, natural, enraizado na tradição”⁴⁶⁹ é de marcante similaridade com a concepção de Plínio Marcos no contexto brasileiro, que nota o povo, quando escreve sobre futebol, como vítima, puro e incapaz de qualquer reação, já que, simples e iletrado, sucumbe aos desmandos das classes dominantes. Seria esse povo, no entanto, o “verdadeiro” ou o “natural” detentor da tradição do futebol brasileiro, por isso, a impossibilidade de distingui-los.

No entanto, se o romantismo, na maioria de suas vertentes, tem um viés conservador e mesmo reacionário, no caso de Plínio Marcos e seus escritos futebolísticos, esse caráter deve ser relativizado. O autor não se insurge contra uma ordem progressista/humanista ou sequer contra uma ordem democrática-liberal, mas sim num cenário de ditadura e de opressão de liberdade básicas. Ao denunciar o estado de coisas do futebol brasileiro, denuncia conjuntamente o governo ditatorial e seus desmandos. Por mais que lhe falte profundidade nos textos, muito devido à própria linguagem da crônica, fica claro que sente a *perda* de elementos básicos da nossa identidade popular-nacional no período pós-1964. Mesmo num passado idealizado, esse marco temporal, quando feito, é localizado anterior à ditadura.

Do ponto de vista do jornal, a crítica de Plínio Marcos tem a serventia, além da já citada pretendida comunicação com as classes populares, de *denunciar* um determinado estado de coisas. No caso do futebol, das más administrações dos cartolas, do mau tratamento recebido pelos torcedores, do mau desempenho da Seleção, da desfiguração do que seria o “futebol do povo”. Não há a preocupação em *propor* soluções razoáveis, debater com profundidade ou mesmo conectar o esporte às lutas do presente político brasileiro, mas sim gerar algum tipo de indignação na classe trabalhadora, alvo principal das crônicas de Marcos.

⁴⁶⁸ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p.19.

Indignação de potencialidade limitada, pois pela própria forma como o autor caracteriza o *povo*, purista e vitimista, não é possível notá-lo como capaz de revoltar-se contra o que seriam seus opressores e responsáveis pela deterioração do que seria um de seus principais prazeres, o futebol. Ao partir de uma visão de que a Cultura Popular seria “autêntica” e a-histórica, o autor não rompe com determinada visão idealizada sobre o *povo*, ao contrário acaba estimulando-a. Interpretação que retira desse mesmo povo a possibilidade de ser sujeito histórico atuante, já que sua existência é condicionada a um imaginário fixo e imutável.

Se nos textos do teatrólogo santista, a forma de revolta encontrada foi romântica e de caráter denunciante, quando os jornais abordaram, em diversas matérias e reportagens, a classe dos jogadores de futebol, outro tipo de contestação foi valorizada. Ao invés de revolta pouco propositiva ou somente incriminatória, os jornais procuraram significar a figura do jogador de futebol como potencialmente contestadora. Partindo da premissa que a classe de jogadores de futebol era historicamente desunida e desmobilizada, a significação empreendida pelos dois periódicos foi de justamente tentar mudar esse quadro. Assim, nomes de relevo daquela época como Afonsinho, Paulo Cezar Lima e Reinaldo aparecem em suas páginas sob a perspectiva de que para além de jogadores, eram também cidadãos com capacidade de atuação política, ou seja, sujeitos *rebeldes* num universo que era mais acostumado a obedecer do que a contestar. Há, assim, o objetivo de desmontar o paradoxo proposto por José Paulo Florenzano, ao promover a figura do jogador de futebol enquanto cidadão. Humanizá-lo através de sua ação cidadã, fazendo, ao menos parcialmente e em casos específicos, que deixe de ser visto apenas ou como animal ou como divindade.

Num contexto em que o *ethos* autoritário já solidificava regras, métodos e padrões comportamentais que objetivavam disciplinar e ordenar a vida do jogador dentro e fora do campo, *Opinião* e *Movimento* colocaram-se contrário a esse avanço reacionário. Afonsinho, por exemplo, apareceu no segundo, em dezembro de 1975, comentando sobre a condição alienante e também opressiva vivenciada pelos jogadores de futebol. Já um emblema da luta por direitos, o primeiro futebolista a conquistar o “Passe Livre” no Brasil, ganhou voz e espaço para condenar os comandantes do futebol que utilizavam dos mais diversos meios para garantir seus lucros como o “medo” e a “concentração”. Nas entrelinhas das palavras do meio-campo, vemos a expectativa de alguns dirigentes em formar o chamado “atleta-soldado”, disciplinado e incapaz de contrariar a cadeia de comando composta por comissões técnicas, diretores, presidentes e etc. Uma das insígnias dessa formulação, o “Regulamento do Atleta, seus Direitos e Obrigações”, documento promovido pela CBD em meados de 1977, foi

combatido por *Movimento* em maio do mesmo ano. A perspectiva de controle da vida intra e extra campo do jogador, a não especificação de seus direitos, apenas dos deveres, não foi bem aceita pelo semanário, já que as normas foram vistas como mais uma tentativa de paternalizar o futebolista e deixá-lo permanentemente incapaz.

A identificação e ilustração do *ethos* autoritário vigente não era visto com passividade dos jornais. Característica que diferencia, em geral, essa abordagem da de Plínio Marcos. Se o autor santista entendia o “povo” como incapaz de se revoltar, as matérias de ambos os jornais notavam o jogador de futebol como capazes, mesmo com ressalvas. Dentro de uma interpretação livre, se no primeiro caso o que predomina é a visão romântica de povo, na segunda, é possível relacioná-la com a marxista gramsciniana, que entendia o “povo” na perspectiva da luta de classes⁴⁷⁰, ou seja, como classe trabalhadora historicamente explorada e excluída e, para além disso, concebia a luta cultural como uma das possibilidades de alteração desse estado subalterno. A intenção é a de disputar a hegemonia, ou o *consenso* sobre a sociedade, objetivo que só é possível através da formulação de *contra-hegemonias* ou *hegemonias alternativas*. No exemplo específico, se a visão hegemônica é de que os jogadores de futebol são trabalhadores alienados, é importante buscar visões alternativas, que os demonstrem como sujeitos conscientes, aptos a defender seus direitos, conquistar outros e contestar seus opressores. Sua relevância cultural e simbólica influenciariam, se vistos dessa forma, a opinião e mesmo o entendimento do que é “ser jogador” para o público em geral.

Dois exemplos chamam a atenção nesse sentido: o de Paulo Cezar Lima e de Reinaldo. Enquanto o primeiro é valorizado, mais por *Opinião* do que por *Movimento*, por sua rebeldia comportamental e até mesmo estética, de enfrentar os padrões esperados não só de um jogador de futebol, mas também de um jogador de futebol negro; o segundo é visto, por *Movimento*, num contexto de Copa do Mundo, como o “tipo-ideal”, *craque-cidadão*. Não só o atleticano era referência dentro de campo, como também o era fora dele, com suas ideias, opiniões e a disposição em enfrentar o aparato repressivo. Além disso, nos dois casos, a figura de Pelé aparece como referencial. Em termos cidadãos e de comportamento, o maior jogador do século XX, é exemplo negativo pelo que seria sua passividade ou por suas opiniões favoráveis à ditadura. A despeito da representatividade e poder simbólico que possui, estaria mais preocupado em passar a imagem de “bom moço” e de se adequar ao *status quo* para não perder as benesses que essas posturas lhe permitem usufruir. Em tempos de reabertura política, onde setores progressistas buscavam mobilizar a opinião pública contra a ditadura e à

⁴⁷⁰ CHAUI op.cit., 1987, p.23-25.

favor de bandeiras como a constituinte e anistia, Pelé foi visto como inimigo e não aliado nessa luta, por isso a necessidade de contrapô-lo, de buscar os jogadores que seriam *alternativas* ao magistral camisa dez. Justamente por esta última característica é que seu nome apareceu de forma positiva, pelo menos em *Movimento*. Pela intenção de valorizar também os atributos técnicos de Reinaldo, o jornal não se rogou em compará-lo ao tricampeão do mundo, buscando sua representação positiva na tradição do futebol-arte brasileiro como forma de enaltecer o “herói” atleticano.

A partir desses exemplos, de Plínio Marcos e da valorização dos jogadores contestadores, é possível concluir que o futebol foi entendido pelos dois jornais como parte da sociedade brasileira e não alheio a ela. Esse prisma apareceu claramente, inclusive, em *Opinião*, quando publicou o ensaio de Anatol Rosenfeld, *O Futebol no Brasil*, em que o autor defende que o estudo do esporte mais popular do país poderia “[...] contribuir com alguma coisa para o conhecimento da atual sociedade brasileira”⁴⁷¹. Como já atestado anteriormente, Roberto DaMatta também utiliza a mesma premissa para o entendimento do futebol, ao vislumbrar que ao analisa-lo cientificamente é possível aumentar “[...] simultaneamente minhas possibilidades de melhor interpretar a sociedade brasileira.”⁴⁷².

Os dois jornais, comprometidos na luta contra a ditadura, conectaram o futebol as suas lutas, buscando que ele fosse também um mecanismo para o melhor entendimento da sociedade brasileira e pela sua transformação. Na revolta/denúncia de Plínio Marcos, o objetivo foi de se comunicar com a classe trabalhadora utilizando um de seus assuntos preferidos, o futebol. Da mesma forma, ao chamar a atenção para as posturas contestatórias de nomes de relevo do esporte, Afonsinho, Paulo Cezar e Reinaldo, houve a tentativa de quebra de paradigma sobre a passividade e desmobilização dos jogadores de futebol. Vistos pela esquerda em geral, como alienados, os exemplos e os enfoques dados a esses três jogadores particularmente, buscou provar o contrário: que eles tinham consciência social e política e eram sujeitos pensantes. O objetivo, portanto, foi entrar na batalha ideológica contra a ditadura com o futebol como aliado. Nesse processo, o próprio futebol, elemento polissêmico por excelência⁴⁷³, foi sendo ressignificado como veículo de luta pelas liberdades democráticas.

⁴⁷¹ OPINIÃO, n.208, 29/10/1976, p.3.

⁴⁷² DAMATTA, op.cit. p.21.

⁴⁷³ FLORENZANO, op.cit., p.28.

3.3.2 – O debate sobre a Alienação

Além da análise de exemplos da cobertura esportiva dos dois jornais, também é possível refletir sobre o tema “futebol, o ópio do povo” através dos debates em que o assunto foi diretamente o tema principal. Tanto *Opinião* quanto *Movimento* dedicaram, em pelo menos uma oportunidade, páginas cujo foco foi o de responder a pergunta se o futebol era ou não um instrumento de manipulação das massas. Em ambas, o formato foi parecido. No caso de *Opinião*⁴⁷⁴, três jornalistas esportivos foram convidados a responder a pergunta: João Máximo, Duarte Gralheiro e o ex-técnico da Seleção, João Saldanha. Já em *Movimento*⁴⁷⁵, os convidados foram o sociólogo Chico de Oliveira e o jornalista esportivo Roberto Drummond. Neste último caso, optei por acrescentar breve análise sobre algumas reportagens da cobertura do semanário sobre a Copa do Mundo de 1978, transcendendo, assim, apenas o debate sobre a questão da alienação.

Opinião

Em *Opinião*, os jornalistas procuram responder à pergunta que o próprio título coloca: *Futebol Brasileiro: Alegria do Povo ou Alienação Total?*. Tanto pela escolha editorial do jornal como pelos próprios convidados, o viés adotado nas três respostas foi a de privilegiar a relação da imprensa com o que seria ou não alienação do futebol. João Máximo, que ganhou o maior espaço dos três, é categórico em afirmar que o jornalismo esportivo brasileiro da época contribuía para a situação alienante do esporte:

A imprensa esportiva brasileira e eu incluo aí o rádio (se quiserem tomá-lo como parte da imprensa) é responsável pela alienação a que o futebol leva o Brasil, porque há um círculo vicioso aí. Eles promovem o espetáculo, este espetáculo se transforma numa coisa rentável, passa-se a vender mais jornal e, vendendo mais jornal, o cronista esportivo que promoveu este espetáculo automaticamente tem seu emprego assegurado e seu salário garantido.⁴⁷⁶

Máximo vê o campo jornalístico como um dos principais, se não o principal responsável, pela relação negativa entre futebol e sociedade. Mesmo sem ainda explicar o que entende exatamente por essa “alienação”, já é possível notar que o autor a conecta às relações capitalistas, em que o mercado é o balizador do produto jornalístico. A relação conceitual entre a opinião do jornalista e as teses, de origem frankfurtiana, defensoras do futebol

⁴⁷⁴ OPINIÃO, n.230, 01/04/1977, p.8 e 9

⁴⁷⁵ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.10 e 11

⁴⁷⁶ OPINIÃO, n.230, 01/04/1977, p.8

enquanto “ópio”, fica evidente. O plano de fundo é o mesmo, de entender o jornalismo enquanto indústria e, portanto, que visa principalmente o lucro. Dessa maneira, mesmo que as notícias diárias sobre o esporte sejam de padrão limitado, de modo a cuidar apenas do futebol enquanto “valor em si”, como salientado por Roberto Ramos, ou seja, do dia a dia dos clubes, dos esquemas táticos, das partidas, dos desempenhos dos jogadores, etc., o que importa é se a empresa está obtendo proventos e não se o produto jornalístico contribui para a compreensão da realidade de forma mais crítica e profunda.

Mais adiante, o jornalista elege um alvo principal como culpado, numa (auto) crítica com sua própria profissão:

Uma das coisas que eu acho é que o repórter e o redator esportivo deviam ter uma visão menos estreita do futebol. Futebol é muito mais do que um simples esporte. No Brasil pelo menos. Ele entra no terreno do social, na área da psicologia, na área da economia. Por isso, acho que primeiramente devia-se aparelhar os repórteres para fazer algo mais do que um simples relatório do que acontece nos clubes⁴⁷⁷

A partir desse trecho, nos é possível compreender melhor a opinião do autor. Por “alienação”, o autor compreende o isolamento do futebol do restante da sociedade, ou seja, a partir do momento em que o esporte torna-se um “valor em si mesmo”, onde os discursos elaborados sobre o futebol o constroem como um universo próprio e independente de outras relações sociais, culturais, econômicas, o esporte mais popular do país se tornaria um entretenimento que não permite aos leitores refletir sobre o seu mundo e sua realidade, mas somente alienar-se dela. Ao relacioná-lo com o campo econômico, psicológico, social, a reivindicação do jornalista é de complexificar a interpretação que se tem do esporte dentro da imprensa esportiva. O despreparo do repórter, alvo principal de Máximo, existiria porque não é cobrado dele qualquer qualificação para entender seu objeto de trabalho com mais profundidade. Submetidos à lógica do campo econômico, de vender e lucrar, os jornais esportivos e os empregados precisam apenas cumprir as exigências mínimas para atingir os objetivos rentáveis de suas respectivas empresas.

A inconformidade de Máximo em relação ao subcampo do jornalismo esportivo não é fatalista, pois admite e vislumbra a possibilidade de mudanças dessa indústria. A própria carreira do autor, vencedor do prêmio Esso em 1967, com a matéria *O Futebol Brasileiro: o Longo Caminho da Fome à Fama*, pelo *Jornal do Brasil*, em que o jornalista se preocupa em contar a história dos jogadores que não atingem o sucesso e acabam vivendo na precariedade, já demonstrava a possibilidade de o futebol ser visto de forma mais ampla enquanto fenômeno social. No próprio *Opinião*, a preocupação do autor em criticar a CBD e seus cartolas ou de

⁴⁷⁷ Ibid.

valorizar a postura rebelde de Paulo César Lima (ver capítulo 2), destoava de determinado padrão criticado pelo próprio Máximo acima. Se esses exemplos não são suficientes para a quebra de paradigma e das regras do campo do jornalismo esportivo, ao menos demonstram que não é possível entendê-lo de forma simples ou uniformizá-lo como algo monolítico.

Se João Máximo demonstrou-se insatisfeito com o universo da imprensa esportiva e especialmente com seus colegas repórteres e cronistas, o outro jornalista entrevistado, Duarte Galheiro (editor do *Jornal do Sports* na época), apesar de reconhecer o papel do jornalismo na engrenagem capitalista, teve postura mais passiva diante da lógica do campo. Já partindo do pressuposto de que a imprensa é “[...] um reflexo do nosso sistema social [...] [e de que] Ela está estruturada com todos os outros segmentos da sociedade.”⁴⁷⁸, o autor conclui sua ideia:

[...] se você analisar esta questão do ponto de vista do esquema atual da sociedade, que é uma sociedade capitalista, e na qual o jornalismo é um produto de empresa – e se você não tiver empresa você não tem jornal – então, analisando do ângulo da empresa, eu entendo que o jornalismo não pode ser feito de outra maneira.⁴⁷⁹

Galheiro, portanto, não se dirige especificamente ao futebol, mas sim ao campo do jornalismo esportivo. Mesmo sem mencionar diretamente sua opinião, é possível concluir, porém, que ele concorda que a imprensa esportiva cumpre certo papel alienante, pois, como na acusação que as teses sobre o “ópio” fazem ao futebol, esse segmento do jornalismo apenas reproduziria o universo do futebol em si mesmo, sem qualquer visão mais ampla e que o conecte à realidade exploradora engendrada pelo capitalismo.

Mais detalhadamente, o jornalista vê a relação entre o campo econômico e o campo jornalismo como imposição, em que este último precisa se adequar às regras mercadológicas:

Então, dentro da estrutura atual da sociedade, uma empresa tem que se fortalecer. Para se fortalecer, tem que vender mais. Para vender mais, tem que corresponder aos padrões vigentes. Se você fizer de outra maneira, você vende menos. Outros jornais podem, através de suas críticas, ocasionalmente destruir uma equipe, contribuir para criar problemas para algum clube, o que leva a torcida a fugir dos estádios. O *Jornal do Sports* não pode, pois isso se refletiria negativamente nas suas vendas.⁴⁸⁰

Nesse trecho, Galheiro intensifica sua defesa do ponto de vista empresarial. Ao invés de criticar a influência do campo econômico ou mesmo de como a indústria cultural opera, opta não só por não criticá-lo como concordar, inclusive, com o jornalismo (mesmo dentro dos limites das regras do jornalismo esportivo) acrítico, já que nem os times poderiam ser alvo de juízos mais contundentes.

⁴⁷⁸ OPINIÃO, n.230, 01/04/1977, p.9.

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ Ibid.

As opiniões de ambos os jornalistas são sintomáticas do próprio estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, por conseguinte, das indústrias culturais do país. Segundo Virginia Fonseca⁴⁸¹, é a partir de 1964, numa associação entre capitalismo tardio nacional, associado e dependente do capitalismo internacional, e o papel exercido pelo regime empresarial-militar a partir de 1964, que o Brasil conseguiu formatar um mercado produtor de bens culturais, solidificando, assim, suas indústrias culturais⁴⁸². No âmbito econômico, a entrada do país na etapa do capitalismo monopolista, de forma tardia, foi o que possibilitou as condições de concentração de capital e de acesso ao capital bancário necessárias para a estruturação desse novo tipo de mercado cultural. De forma conjunta, o projeto de nação autoritário, empreendido pelo regime empresarial-militar, foi o instrumento político que coordenou essa transformação econômica baseada na chamada Doutrina de Segurança Nacional.

Renato Ortiz⁴⁸³ aponta que a ditadura instalada em 1964 adotou a cultura, ou a “indústria cultural”, como um segmento fundamental para cumprir seus objetivos ideológicos. Entre as várias faces do autoritarismo, uma delas era a de: “[...] garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos.”⁴⁸⁴. A eliminação de qualquer diversidade visava a garantir e que o projeto autoritário de nação autoritário fosse cumprido. Dessa maneira, as censuras, as perseguições, o cerceamento das liberdades, as prisões e as torturas foram meios de deter qualquer divergência ou projeto alternativo que não dos militares mancomunados com a burguesia nacional e internacional. Assim, ao mesmo tempo que o capitalismo monopolista tardio brasileiro permitia novas formatações para a indústria, estas eram controladas pelo Estado de modo a garantir a execução do projeto empresarial-militar.

⁴⁸¹ FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

⁴⁸² A autora entende por indústria cultural: “[...] o conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas tecnicamente e do capital centralizado, que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala, empregando métodos marcados por um alto grau de divisão do trabalho, baseados em fórmulas, e visando à rentabilidade econômica.” (p.66). Da mesma forma, ela crítica o conceito unívoco de “Indústria Cultural”, adotando-o no plural, “Indústrias Culturais”, pois: “Cada indústria (cinema, imprensa, rádio, TV) obedece a uma lógica particular, o que inviabiliza a operacionalização do conceito genérico ‘indústria cultural’” (p.69). In: FONSECA, op.cit.

⁴⁸³ ORTIZ, op.cit., 1994.

⁴⁸⁴ Ibid., p.115.

No texto de Máximo, é possível entender essa faceta do cenário sociopolítico brasileiro, especialmente da relação entre o futebol, símbolo da identidade nacional, e o governo ditatorial:

Então, há toda uma descarga política em cima do futebol, isso não é de agora, isso sempre aconteceu. E enaltecer a seleção brasileira, promover o espetáculo de maneira otimista, falar bem do Brasil, mostrar que o futebol brasileiro é um reflexo do que é o Brasil, um Brasil Grande, um Brasil que ‘vai para frente’, é um quase imperativo. Evidentemente que o repórter esportivo que tem uma visão mais realista, menos oba-oba, não é bem visto. Ele é considerado um mau patriota, etc e tal, e pode até enfrentar pequenos problemas⁴⁸⁵

Para além do aspecto estrutural da imprensa esportiva, de submissão ou de dependência em relação ao campo econômico, o próprio contexto histórico de meados dos anos 1970 contribuía para um jornalismo, segundo Máximo, alienante, dessa vez, pelo seu viés ufanista e de valorização do governo ditatorial. O trecho, portanto, desvela a crítica do jornalista ao que considera ser a adesão de parte importante da imprensa esportiva ao projeto de nação autoritário implantado desde 1964.

Se a questão da contribuição da imprensa para o que seria a alienação do futebol foi a condutora dos textos de Máximo e Gralheiro, João Saldanha preferiu a discussão sobre a utilização política do futebol. Numa linguagem mais livre e direta, o ex-técnico da Seleção, procurou defender o futebol das acusações de que serviria para a manipulação das massas. A partir de uma análise não muito profunda, a argumentação é de que o contexto político não sofre necessariamente influência decisiva do futebol. A prova seria de que mesmo em momentos vitoriosos do futebol de determinados países, o âmbito político teve seu próprio desenvolvimento:

Há governantes que pensam que o futebol lhes dá algum prestígio. O Mussolini, por exemplo, ganhou duas Copas do Mundo e foi pendurado numa bomba de gasolina. O João Goulart ganhou a Copa de 1962 e em 1964 puseram ele para fora. Cassaram o Juscelino depois dele ter ganho a Copa de 1958. Eu não creio, ao contrário do que dizem, que a Arena tenha ganho as eleições de 1970 em cima da vitória do Brasil na Copa⁴⁸⁶

A menção à Copa do Mundo é significativa. Em países como Itália e Brasil, onde o esporte tem grande relevância simbólica, é comum que o governante tente usufruir, de diferentes maneiras e intensidade, do possível capital político que um título dessa envergadura pode trazer. Mas mesmo que o nome de um regime ou de um político seja associado a esse momento, segundo Saldanha, isso não é suficiente para garantir a continuidade ou a estabilidade política do governo.

⁴⁸⁵ OPINIÃO, n.230, 01/04/1977, p.8

⁴⁸⁶ OPINIÃO, n.230, 01/04/1977, p.9.

Sua defesa do futebol segue quando visualiza os frequentadores do estádios, valorizando a liberdade de expressão que esses espaços possibilitam:

O torcedor de estádio é o pobre, é eminentemente popular. Eu me lembro que quando o prefeito que construiu o Maracanã, Mendes de Moraes, foi ao estádio, e quando anunciaram lá a sua presença, a torcida gritou: “Água! Água!”. Ele foi derrotado mais tarde nas eleições. Quando tem um minuto de silêncio eles começam a vaiar, eles querem é jogo, bater bumbo. Eu acho que é falsa a teoria de que o futebol leva o torcedor a se alienar de seus problemas [...] Eles acham que dando esportes estão distraindo o público. É claro que o esporte é uma diversão, mas os problemas existenciais fundamentais, o cara chega em casa e vai senti-los, indo ou não ao futebol.⁴⁸⁷

Na luta pela significação do futebol, na utilização de sua polissemia, Saldanha se refere ao espaço ritual do estádio como de resistência do povo e não de aceitação passiva do que seriam as condições precárias de vida da população em geral. Assim como, acredita que os problemas fundamentais dessa mesma população não são esquecidos facilmente só por causa de uma diversão. A caracterização do “povo” pelo jornalista não pretende subestimá-lo, mas entendê-lo de forma mais complexa. Com o poder de questionar, acredita ser esse povo formado por sujeitos históricos atuantes e não meramente marionetes dos governantes.

Da mesma forma que vê a possível “alienação” de forma mais complexa do que a simples manipulação do povo, atenta para que a falta de acesso do “povo” a um capital cultural mais elevado não é culpa do futebol, mas de um panorama social mais amplo: “No Brasil o torcedor está fora da vida cultural porque ela é inacessível a ele, como a qualquer outro pobre. O futebol não é culpado disto.”⁴⁸⁸. Saldanha não nega que o povo em geral desconhece a realidade de exploração do sistema capitalista ou mesmo a origem estruturais das condições precárias de vida. Entende, portanto, que existe alienação, mas que o futebol não é o principal culpado disso. Novamente, ao invés de compreender o futebol como uma das causas da instalação/manutenção da ditadura e a deterioração da vida dos mais pobres, João prefere ampliar a lente, trazendo à tona, ainda que de forma simplista, a realidade social do brasileiro e brasileira mais pobre.

Já um personagem histórico do futebol brasileiro, treinador e comentarista de sucesso, Saldanha também era notório comunista. Características que certamente o tornavam atraente convidado para os jornais alternativos. Com sua carreira baseada no futebol, seria surpresa se ele não defendesse o esporte que o tornou conhecido nacionalmente. De qualquer forma, porém, é significativo que alguém com ideias de esquerda e opositor à ditadura, faça defesa

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ Ibid.

tão enfática dum esporte que, na época, era tão marcadamente associado com o regime autoritário.

Opinião, como já apontávamos anteriormente, foi um jornal que se caracterizou por privilegiar o debate em suas páginas. Na temática proposta, da relação entre futebol e alienação, foram justamente essas características que delinearam a reportagem. Ao privilegiar três nomes de algum destaque da imprensa esportiva, além do já citado capital simbólico, importante para a credibilidade (qualidade prezada pelo campo jornalístico) da matéria, destaco a divergência de opiniões entre os convidados. João Máximo, jornalista que buscava tensionar as regras do próprio campo com matérias e opiniões de relativa amplitude, de marca social, para além das notícias das quatro linhas; foi extremamente crítico com a imprensa esportiva, colocando-a como uma das principais culpadas pelo que seria o estado alienante do futebol brasileiro. Numa conjuntura ditatorial e ufanista, isso se agravaria, visto o poder do autoritarismo em extirpar qualquer pensamento divergente do projeto de nação empresarial-militar.

Mesmo assim, porém, Máximo via possibilidades de a crônica esportiva ampliar e aprofundar sua visão sobre futebol enquanto fenômeno social. Gralheiro, por sua vez, adotou postura mais passiva diante do que considerou o papel do jornalismo esportivo na mediação entre o universo futebolístico e o público. Editor do *Jornal dos Sports*, defendeu a visão empresarial e mercadológica da indústria cultural jornalística. Apesar de reconhecer o contexto capitalista e, assim, a forma com que o campo jornalístico se insere nele, não vislumbrou qualquer possibilidade de alterar esse estado. Raciocínio que, se voltarmos para a pergunta se o futebol era o “ópio do povo” ou não, deixou transparecer a concordância com as teses frankfurtianas de que a indústria cultural atua sim no entorpecimento de seu público, servindo apenas como mais uma engrenagem, ainda que mascarada de lazer, para a continuidade do sistema e a manutenção do *status quo*. João Saldanha, último dos textos, foi o único que defendeu o futebol de qualquer possível acusação de manipulador de massas. Já reconhecido no campo jornalístico esportivo como uma de suas principais referências, Saldanha adotou a postura de atenuar ou praticamente retirar qualquer influência decisiva do futebol no campo político. Sem necessariamente negar o uso político que o esporte permite, preferiu chamar a atenção para outros problemas sociais que, em sua visão, explicam melhor o desconhecimento do povo de sua realidade, como, por exemplo, a falta de acesso ao campo cultural como um todo e não só ao futebol. João, portanto, se aproximou mais das teorias que

aproximam o futebol da sociedade, entende-o em sua complexidade, do que simplesmente um meio para a manipulação das “massas”.

Movimento

Em *Movimento*⁴⁸⁹, o formato da matéria sobre futebol e alienação foi similar ao de *Opinião*. Dois convidados, o sociólogo Chico de Oliveira e o jornalista mineiro Roberto Drummond dissertaram sobre a temática. A conjuntura em que a publicação foi feita, porém, difere entre os periódicos alternativos. *Movimento* publica a matéria em meio a Copa do Mundo de 1978, na Argentina. Se já no período antecedente ao mundial, o jornal já demonstrara o caráter denunciante que faria do mundial, durante a competição, essa tendência se acentuou. Não à toa, todas as matérias relativas à Copa tinham um selo de caveira, inspirado no próprio símbolo oficial do campeonato. A cobertura, especialmente logo antes do início da competição e especialmente durante, ocupou importantes espaços do jornal, inclusive algumas capas de edições, algo incomum no jornal alternativo, o futebol ganhar esse tipo de atenção.

Na edição 152⁴⁹⁰, a capa ganhou o título *Copa Armada*⁴⁹¹, em que o mastro da bandeira (esta, uma camisa de futebol com o “símbolo” da Copa satirizado por *Movimento*) é formado por duas armas e, além disso, uma cerca de arame farpado as protege como forma de complementar a imagem violenta e ditatorial da capa. Das quatro matérias específicas sobre a competição, duas chamam especial atenção. A primeira: *Argentina: A Crise e a Grande Festa do Futebol*⁴⁹², buscou elaborar uma análise da crise socioeconômica pela qual a Argentina vivia, e coloca que o objetivo da realização do mundial era o de amainar as críticas e aumentar a popularidade do governo. Mas, dentro do quadro pessimista que os analistas traçam (Carlos Alberto Gabetta no texto principal e Bernard Cassen no texto sobre a Copa), as intenções da junta militar poderiam não sair como o esperado:

A junta militar prossegue, não sem inquietação, os preparativos de uma manifestação que irá, em junho, mobilizar a opinião internacional: a copa do mundo de futebol. Este evento, que, como os jogos olímpicos de Berlim em 1936 para o Reich, deveriam, segundo os generais de Buenos Aires, servir de reforço ao regime, corre o risco de fazer sair o tiro pela culatra. Além de que, no plano técnico, a organização não parece ainda pronta, e será difícil ocultar a milhares de jornalistas

⁴⁸⁹ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.10 e 11.

⁴⁹⁰ MOVIMENTO, n.152, 29/05/1978.

⁴⁹¹ Ver Anexo E.

⁴⁹² Ibid., p.12.

vindos do mundo inteiro – mesmo que exclusivamente animados pela febre futebolística – a realidade de um país ocupado por suas próprias Forças Armadas⁴⁹³

A impressão que esse trecho deslinda, portanto, é de que as declaradas intenções do governo em propagandear para o mundo a Argentina do regime militar imposto em 1976, estaria sob o risco de ter efeito contrário.

Na mesma edição, a matéria: *A Copa Armada – As Seleções Chegam à Argentina Preocupadas com o Futebol e a Segurança*⁴⁹⁴ cita as mobilizações internacionais contra a realização do mundial e à favor dos direitos humanos. São lembrados os casos do jogador alemão Paul Breitner e do filósofo francês Jean Paul Sartre. Se por um lado é possível vislumbrar o reconhecimento da luta contra a ditadura argentina, por outro os limites também aparecem:

A partir daí, atendendo a um pedido do Comitê de Boicote ao Mundial, Breitner procurou os jogadores alemães, seus companheiros de idêntica competição em 74, pedindo que eles assinassem um documento contra o regime argentino [...] Sentindo as dificuldades em convencer seus companheiros a participar do movimento assinando o documento, Breitner pediu então que os alemães se recusem a apertar as mãos das autoridades argentinas no jogo do dia 1º de junho próximo, abertura do campeonato [...]⁴⁹⁵.

Ou seja, num universo de mais ou menos trinta jogadores, tamanho médio de um selecionado antes da Copa, apenas Breitner foi lembrado por ter se mobilizado para construir uma manifestação coletiva e contundente da seleção alemã ocidental. Iniciativa que não obteve sucesso e que desembocou numa promessa simbólica, mas pouco efetiva de “não apertar as mãos” das autoridades argentinas. Destaco também a menção ao Comitê de Boicote a Copa da Argentina (COBA)⁴⁹⁶, que teria instruído o jogador a mobilizar seus companheiros. Além de Breitner, o outro jogador citado pela matéria é o craque francês Michel Platini. Conterrâneo dos membros do país mais atuante dentro do comitê, o jogador declarou: “[...] Se alguma coisa puder ser feita pelos direitos humanos e pela democracia, nós o faremos.”⁴⁹⁷. Mas, logo em seguida lamentou o pouco contado que os atletas teriam com as autoridades durante a Copa do Mundo.

Essa impressão otimista em relação à resistência à Copa do Mundo de 1978 ganhou cores mais fortes na edição seguinte em que, na Capa, a manchete anunciava: *A Copa Foi*

⁴⁹³ Ibid.

⁴⁹⁴ Ibid., p.11.

⁴⁹⁵ Ibid.

⁴⁹⁶ Foi um Comitê fundado no final de 1977, na França. Setores da esquerda francesa eram seus principais membros, entre eles, o filósofo Jean Paul Sartre. Por ser formado por espectros políticos diferentes, nem sempre as ações foram uniformes, mas entre os objetivos comum do Comitê estava a denúncia da violação dos direitos humanos e utilização política da competição pelo regime autoritário de Videla. A principal reivindicação do grupo era a não realização do mundial. Ver: MAGALHÃES, Livia, op.cit., 2013, p.163-171.

⁴⁹⁷ MOVIMENTO, n.152, 29/05/1978, p.11.

*uma Má Idéia de Videla*⁴⁹⁸. Na reportagem de duas páginas⁴⁹⁹, o semanário destacou, além dos movimentos contrários à competição a forte operação de segurança do governo. Além de citar as Mães da Praça de Maio, o jornalista T.D destaca as mobilizações no continente europeu:

Nas vésperas da abertura da Copa, milhares de pessoas foram às ruas nas cidades francesas de Paris, Nancy e Dijon, num último esforço de boicote à realização da competição na Argentina campanha que mobilizou quase toda a Europa [...] Em Colmar, uma pequena cidade francesa junto à fronteira com a Alemanha, até o final da Copa os sinos dos três templos protestantes deverão tocar todas as quintas-feiras, durante 15 minutos, como fórmula de lembrar “a realidade de um povo sofrido e amordaçado como o argentino”⁵⁰⁰

Esse trecho é significativo, pois novamente há certa dubiedade implícita. É notória a vontade do jornalista e do jornal em salientar os possíveis movimentos de resistência à Copa e à ditadura argentina, mas ao mesmo tempo é possível notar os claros limites e dimensão desses mesmos movimentos. No momento em que o jornalista escreve que “quase toda a Europa” está se manifestando à favor do boicote ou contra o mundial, há uma clara supervalorização desse poder contestatório. Tal como a notícia sobre o jogador Breitner mostrou, pouquíssimos jogadores e nenhuma Seleção ou emissora de TV, por exemplo, colocou-se decisivamente em oposição à realização do torneio. Além disso, se quase todo continente está em ação porque destacar uma pequena cidade francesa e seus sinos? Exemplos que demonstram mais a vontade e expectativa de resistência do jornal do que ela de fato estar acontecendo de forma eficaz ou mesmo que pudesse alterar o rumo da competição. Como a própria história demonstrou, fora algumas ações isoladas, o mundial correu relativamente sem perturbações que colocassem em risco sua realização.

O superdimensionamento das resistências ao mundial teve como complemento, em *Movimento*, a denúncia da exploração política do esporte e do terrorismo de Estado praticado pelos agentes das forças armadas do país. Na já citada edição 152, por exemplo, a matéria *Esporte e Exploração Política*⁵⁰¹ contextualiza a competição de 1978 com outros momentos em que regimes autoritários, como o mundial de 1934 da Itália, utilizaram o futebol como propaganda. Assim como, não exime as confederações mundiais, Comitê Olímpico Internacional (COI) e FIFA, de conseguirem benefícios econômicos e políticos com esse tipo de apoio. Três edições depois, já em meio à competição, a reportagem *6 Campos de*

⁴⁹⁸ MOVIMENTO, n.153, 05/06/1978.

⁴⁹⁹ Ibid., p.10-11.

⁵⁰⁰ Ibid., p.10.

⁵⁰¹ MOVIMENTO, n.152, 29/05/1978, p.13.

*Futebol, 60 de Concentração*⁵⁰², denúncia as ações ilegais e terroristas da ditadura argentina. Apenas dois elementos da matéria fazem referência ao mundial de 1978, o título, que procura fazer a relação entre os campos de futebol e os de concentração, e a foto da reportagem⁵⁰³ que mostra militares em frente a uma faixa da “El Mundial 78”. O foco da matéria é a denúncia/descrição dos sequestros perpetrados pelo Estado argentino e como era a rotina dos campos de concentração durante a ditadura:

Nos campos, homens e mulheres vivem em condições sub humanas: olhos constantemente vendados com tiras de borracha ou pano, ou capuzes. A maior parte do tempo têm mãos e pés atados ou acorrentados. Os “perigosos” são permanentemente acorrentados a postes, junto ao próprio excremento. Não existe higiene alguma.⁵⁰⁴

A denúncia das atrocidades cometidas pelo regime ditatorial argentino durante o mundial de 1978 acaba por exemplificar o importante papel desempenhado pela imprensa alternativa, nesse caso, brasileira, do período. A matéria feita em meio à ditadura antecipa informações que seriam registradas no clássico livro *Nunca Mais* de Ernesto Sábato⁵⁰⁵, minuciosa compilação sobre as violências cometidas pelo governo de Videla.

Essa breve menção à cobertura feita pelo jornal da Copa de 1978 se relaciona com a discussão sobre o futebol e alienação porque ela a complexifica. Ou seja, se, como já chamei a atenção, o padrão dos dois jornais foi o de salientar as possibilidades contestatórias do futebol, sua face mais rebelde e potencialmente transformadora, isso não quer dizer que sua(s) outra(s) facetas, nesse caso, de contribuir com regimes autoritários ou mesmo com o *status quo* capitalista não aparecesse nas páginas alternativas. Nesse sentido, é marcante que quando a temática foi a relação entre política institucional (regime argentino) e futebol, a postura adotada foi de denúncia dessa mesma relação. Ao chamar a atenção para os movimentos de resistência e mesmo superdimensionar seu valor, há, nas entrelinhas, o julgamento de que devido à ameaça da propaganda positiva que o futebol forneceria à junta militar, era necessário lutar contra o uso político do esporte. Da mesma forma, a preocupação em expor os campos de concentração é a preocupação do jornal em se posicionar contrariamente a essas violações dos direitos humanos que eram seguidamente negadas pelos agentes do governo argentino.

Mesmo com essa forma de se posicionar, contrária ao uso político do futebol, não há, nessas matérias, a condenação do esporte em si como alienante. Não há simplificação de ver

⁵⁰² MOVIMENTO, n.155, 19/06/1978, p.16.

⁵⁰³ Ver Anexo F

⁵⁰⁴ MOVIMENTO, n.155, 19/06/1978, p.16.

⁵⁰⁵ *Nunca Mais*: informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1984. Sobre os campos de concentração ver as páginas 41-60.

alguma ligação intrínseca entre o futebol e a “manipulação das massas” de forma a condená-lo eternamente. Se essa conclusão é possível a partir da análise das matérias/notícias citadas, ela também ganha relevo na análise dos textos que a tratavam diretamente. Por isso, a importância de coloca-las sob as nossas lentes e buscar nelas, em meio ao turbilhão que foi junho de 1978, como a questão foi debatida no jornal alternativo.

Chico de Oliveira, então assíduo colaborador de *Movimento*, adota postura contrária às teses de que o futebol seria o “ópio do povo”. Baseando-se na conjuntura brasileira do período de abertura, defende, de forma mais sofisticada que João Saldanha, que o futebol não exerce necessariamente papel decisivo no processo político do país:

[...] o futebol não se está convertendo em “ópio do povo”? Não estarão utilizando o futebol com finalidades políticas? Por trás um receio: e se a Seleção Brasileira – recuso-me a dizer “se o Brasil” – ganhar a Copa isto não correrá simpatias para o Governo, ele mesmo debilitado e periclitante, não levará votos para a Arena, este simulacro de partido que, ao nível das classes dominantes, como mostrou sua Convenção de São Paulo, é também capaz de fazer circo? Minha resposta é um claro *não*. A esta altura da jogada – em se tratando de matéria sobre futebol – tanto o destino deste Governo quanto do seu simulacro de partido já estão selados. Não acredito nisso: acredito e vejo, entrando-me pelos olhos da cara, os movimentos populares, as greves, a insatisfação geral que corre o país de ponta a ponta, como os sinais de que este regime, pelo menos na sua forma atual, chegou ao fim. Espernear ainda pode, mais ou menos como a galinha que se mata pra o almoço, que fica ainda estrebuchando por algum tempo até a total paralisação.⁵⁰⁶

Ao analisar a conjuntura dos tempos de abertura, de remobilização e renovação das forças sociais no cenário sociopolítico, Oliveira coloca o futebol em segundo ou terceiro plano. Diante da discussão, um tanto simplista, se o resultado da Copa do Mundo influenciaria ou não os rumos políticos do país, o sociólogo preza pela análise social um tanto mais complexa a fim de dimensionar até que ponto essa tese de senso comum teria ou não fundamento. O contexto histórico de crise econômica, de reabilitação paulatina da oposição, de mobilização de movimentos sociais e das lutas pela volta da democracia e da Anistia, mostravam-se mais decisivas do que qualquer resultado em campos argentinos.

Além de dimensionar a importância política do futebol, Chico também utiliza seu espaço para colocar-se contra o *ethos* autoritário vigente no período:

[...]o técnico, de poucas glórias no terreno do próprio futebol, é um capitão. Tem um assessor que é major. Mas a militarização não se expressa nisso: é toda a organização da seleção, o sufoco sobre os jogadores, a disciplina de caserna das concentrações, a ameaça de exclusão do elenco para aqueles que tem opiniões próprias a respeito da política – O Reinaldo esteve a ponto de ser excluído somente porque falou alguma coisa sobre as condições de vida do povo [...]⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.10.

⁵⁰⁷ Ibid.

Em consonância com a própria editoria do jornal, Oliveira coloca-se contrário à influência dos militares no futebol, assim como o cerceamento de liberdade de manifestação e expressão. Num contexto ditatorial, do qual o sociólogo era reconhecido opositor, o futebol também torna-se uma trincheira de combate e denúncia da situação autoritária pela qual o Brasil passava. Novamente, na polissemia própria do fenômeno histórico futebol, há a sua utilização a favor da resistência e não de contribuição para o *status quo* vigente.

Na finalização do texto, o autor adere à linha de interpretação que entende o futebol de forma complexa:

Enfim, para encerrar a conversa as relações entre o futebol e a política são tão complexas como qualquer outra relação entre arte e política, por exemplo; não dá para exercícios de dialética vulgar. E eu, embora goste de futebol, não tenho condições para uma dissertação mais sofisticada sobre essa relação. O que me conforta é ver que, com Seleção ou sem Seleção, com êxito ou sem êxito na Copa do Mundo, o amadurecimento popular já deu às costas a esse tipo de manipulação⁵⁰⁸.

A linha interpretativa de que a relação entre futebol e sociedade é mais complexa é defendida por Oliveira de forma explícita, portanto. A comparação com Anatol Rosenfeld faz sentido novamente. Os dois autores defenderam a linha que viria ser hegemônica nos estudos acadêmicos sobre futebol a partir dos anos 1980 e com mais intensidade na década de 1990. De qualquer maneira, é significativo notar certo amadurecimento teórico por parte de nomes importantes do estudo das humanidades no Brasil. No caso de Francisco de Oliveira, que na época já havia publicado o livro *A Razão Dualista*, era um autor marxista, portanto ligado à esquerda, mas que, ao abordar o estudo da sociedade como totalidade, não vilipendiou a importância sociocultural do futebol. Respeito que o leva, inclusive, a admitir a sua impossibilidade de aprofundar a análise sobre o tema, visto seu distanciamento da mesma.

O outro convidado a expressar sua opinião sobre a relação entre futebol e a “manipulação das massas” foi Roberto Drummond, jornalista de Minas Gerais e também colaborador de *Movimento*. O texto do jornalista, de linguagem mais leve, porém de tom mais acusatório que o de Oliveira, não se contenta em defender o futebol das acusações de manipulação, tem como alvo principal a própria esquerda:

As esquerdas brasileiras sempre reagiram, diante de uma paixão popular (sim, porque é uma inegável paixão popular) como o futebol, com chavões e lugares comuns do tipo ópio do povo, pão e circo, etc [...] parece que foi um exército comandado por Pelé e formado por jogadores de futebol que derrubou o governo João Goulart em 64 e utilizando como armas (em vez de tanques, canhões, etc.) chuteiras e gols, acabou com toda liberdade que nós tínhamos⁵⁰⁹

⁵⁰⁸ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.11.

⁵⁰⁹ Ibid.

A partir da nomeação do que seriam “as esquerdas” mesmo sem especificar ou exemplificar o que entendia por esse conceito, o autor critica a postura “anti-futebol” desses setores. A argumentação de Drummond é muito semelhante a de João Saldanha: de valorização do futebol enquanto elemento popular, assim como o objetivo de dimensionar o que seria seu papel no âmbito da macro política institucional ao ironizar os ataques sofridos pelo esporte bretão.

Num ponto de vista mais detalhado, é possível notar no discurso do jornalista certa contraposição entre “as esquerdas” e o conteúdo do seu texto. Ao escrever para um jornal declaradamente de esquerda, da imprensa alternativa, e também se posicionar no espectro esquerdista, o autor parece simbolizar a renovação, não linear, pela qual a esquerda brasileira passava. Araújo⁵¹⁰ caracteriza a mudança de perspectiva na esquerda pós luta armada. Com o fracasso da tática que visava a derrubada pela força da ditadura, outros meios de luta, também favorecidos pelo própria conjuntura do governo Geisel, foram sendo valorizados. Nas entrelinhas do texto do jornalista, é possível vislumbrar a associação entre preconceito com o futebol e as organizações da luta armada. Ao nomear “as esquerdas”, o autor coloca-se como fora desse grupo, apesar de ser reconhecidamente de esquerda. Além disso, já passados oitos anos da Copa de 1970, tempo de maior sincronia entre futebol e ditadura e também tempo de maior ação da tática guerrilheira, o que se busca é um revisionismo das ideias vigentes do período. Uma delas, portanto, é justamente a ideia unidimensional de que o futebol serviria apenas para o benefício dos regimes ditatoriais, nesse caso, burgueses. Por se contrapor a essa posição, é possível entender a proposição do autor: “Acusam a direita de usar o futebol, é verdade. Pergunta: por que a esquerda não usa também?”.⁵¹¹ Ou seja, mais uma vez a ideia de que o esporte mais popular do país permite outros usos que não somente pela ordem vigente, é colocada na imprensa alternativa.

Em consonância com outro dos autores aqui analisados, Drummond argumenta que mesmo a possível influência/relação do governo empresarial-militar com o futebol, não estava sendo suficiente para deter o processo histórico de remobilização das forças sociais:

A greve dos metalúrgicos de São Paulo, tão bem organizada e que, certamente, entrará na história dos Trabalhadores do Brasil, aconteceu e foi vitoriosa, quando as televisões, as rádios e os jornais, davam grande espaço à Copa do Mundo, que estava nas vésperas de começar. Mas o futebol não desviou a atenção dos metalúrgicos de São Paulo, simplesmente porque os metalúrgicos de São Paulo sabiam o que queriam e quanto alguém sabe o que quer nada pode ser ópio⁵¹²

⁵¹⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, op.cit.

⁵¹¹ MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.11.

⁵¹² Ibid.

O exemplo do movimento operário dos metalúrgicos do ABC, do final da década de 1970, além de ser experiência marcante para a esquerda do período, serviu de exemplo para o autor que, novamente propõe dimensionar a influência do futebol, nesse caso, no fazer-se da classe trabalhadora enquanto tal.

Diferentemente de *Opinião*, que publicou textos que se contrapunham entre si, *Movimento* optou pela recusa mais explícita de associar o futebol ao jargão “ópio do povo”. Se essa linha condiz com boa parte da cobertura feita pelo semanário durante a Copa, ou seja, de valorização da dimensão de resistência do futebol ou mesmo o elogio dele enquanto símbolo da “cultura popular” também não levou que o jornal negasse, no caso argentino, a associação entre a junta militar e o a Copa do Mundo de 1978. Mesmo com multidimensionalidade possível dentro de qualquer jornal, a conclusão a que cheguei foi de que havia clara pendência de *Movimento* em entender o futebol como meio de transmissão das pautas mais importantes para o periódico, relacionadas com a própria esquerda brasileira, daquele momento. Sem perder sua criticidade e mesmo a denúncia das utilizações políticas do futebol como propaganda ditatorial, o jornal se posicionou, se fôssemos classificar sua tendência, muito mais para defesa do futebol enquanto fenômeno social complexo e legítimo do que um rótulo simplista de “manipulador das massas.”.

Considerações Finais

Dos caminhos possíveis para as considerações finais, adoto como principal referência o fato de os dois jornais alternativos terem tido o compromisso histórico de lutar contra a ditadura empresarial-militar (1964-1985). Num contexto de supressão das liberdades democráticas básicas e de terrorismo de Estado, ambos os semanários serviram como veículo de luta contra esse panorama. Com isso em vista, o presente trabalho partiu do pressuposto, não sem criticidade, de que o conteúdo jornalístico de *Opinião* e *Movimento* foi marcado por se contrapor ideologicamente ao governo golpista que comandava o país em meados da década de 1970.

A partir disso, coube indagar como o futebol apareceu em suas páginas durante o intervalo 1975 a 1978. A conclusão a que cheguei é de que ele foi tratado de forma complexa, ou seja, os jornais o notaram como elemento histórico-social que refletiu a própria sociedade em que estava inserido. Isto posto, também ficou claro o viés de valorização do futebol enquanto veículo de difusão (e aqui o prisma gramsciano da “batalha das ideias” foi fundamental) de algumas das principais ideias editoriais dos periódicos, especialmente de combate à ditadura e seus discursos. Portanto, no debate sobre a alienação, os jornais não entenderam o futebol como “ópio do povo”, mas sim como fenômeno complexo e que permitia múltiplos significados. O que levou os dois órgãos jornalísticos a explorarem a seu favor essa maleabilidade.

Dentre as formas que esse combate tomou, o de contraposição ao chamado *ethos* autoritário talvez tenha sido o mais ilustrativo. Destaco a importância que jogadores considerados “rebeldes” tiveram nas páginas alternativas. Afonsinho, Paulo César Lima e Reinaldo apareceram como sujeitos históricos atuantes e dispostos a desafiar a ordem vigente, que se expressava no já referido *ethos*. O primeiro, símbolo da luta pelo Passe Livre, ganhou voz em *Movimento* e questionou tanto a situação alienante do jogador brasileiro quanto o sistema autoritário a que este, cada vez mais, era submetido. Na mesma toada, já num período posterior, o mesmo jornal criticou pesadamente o chamado “Regulamento do Atleta, seu Direitos e Obrigações” em que a CBD procurava, segundo o periódico, suprimir as liberdades dos atletas sem dar qualquer contrapartida em termos de direitos.

Num quadro mais amplo, esses direitos também estavam em debate na lei que regulamentou a profissão de jogador de futebol, em 1976. Em ambos os jornais, notou-se,

primeiro, a disposição em se denunciar à situação precária do jogador de futebol brasileiro e, em segundo, a cobrança para que a classe se unisse através de suas entidades para lutar contra a perda ou a não conquista de direitos, simbolizadas pela referida lei. Não à toa, nos dois periódicos, a questão dos sindicatos dos jogadores foi abordada como questionamento sobre a união dos atletas. Assunto coerente com o cenário social em que a classe trabalhadora buscava se reabilitar enquanto sujeito coletivo, com destaque para os metalúrgicos do ABC, depois de sufocamento de suas entidades desde o começo da ditadura. Então, o reflexo das lutas que a esquerda promovia como reação ao governo ditatorial, no período da abertura, se refletiram também no universo futebolístico.

Paulo César Lima representou essas lutas no campo do comportamento e do racismo. Visto como *jogador-problema* foi defendido pelos dois periódicos, ainda que com reservas por *Movimento*. A perseguição que se fazia ao jogador, especialmente pelo seu comportamento fora de campo, suas roupas, os lugares que frequentava, quem namorava ou não, foi condenada pelos jornais. Foram valorizadas, por outro lado, as opiniões do jogador, especificamente em relação ao racismo no futebol e como o negro deve(ria) se comportar diante dele. Neste ponto, Pelé foi lembrado como exemplo negativo, de passividade perante a questão do negro brasileiro. Viés que também apareceu quando Reinaldo ganhou destaque em *Movimento* no ano da Copa do Mundo de 1978. O jogador, exaltado por defender a união das entidades associativas dos jogadores, por colocar-se a favor das bandeiras da anistia e da constituinte e também por defender, ao contrário do que Pelé teria feito, o direito e o preparo do povo em votar.

Sintetizei essa perspectiva de denúncia/cobrança por um lado e de valorização da voz desses jogadores por outro com a definição “atleta-cidadão”. Numa época em que o jogador de futebol era visto ou como *animal* ou como *divindade*, mas nunca como cidadão, os jornais alternativos buscaram enaltecer justamente a participação cidadã desses atletas. Em contrapartida, havia a vontade do(s) poder(es) instituídos em forjar, através de métodos e controles autoritários, o “atleta-soldado” que fosse serviente e passivo perante os ditames de dirigentes e comissão técnica. Nessa disputa, portanto, chamar a atenção para a postura de enfretamento dos jogadores citados foi uma forma de se colocar contrário à perda de direitos da classe trabalhadora dos jogadores, ao moralismo de persegui-los fora das quatro linhas e à supressão da liberdade de expressão desses cidadãos representantes, simbolicamente, dos próprios cidadãos brasileiros.

Dentro do panorama de combate à ditadura e ao *ethos* autoritário do período, o nacionalismo também serviu como importante arma. Se as formas e os argumentos nem sempre foram os mesmos foi possível, no entanto, encontrar determinado padrão de defesa dos jornais do “estilo brasileiro” de se jogar futebol. A interpretação que adotei teve como base a conceituação de Marilena Chauí em que a autora atenta para a nação enquanto objeto de disputa, em que diferentes atores com seus discursos, buscam falar *sobre* ela, *para* ela, entendendo-se como sendo *da* nação e, assim, pretendem *dizê-la*. Ou seja, ao invés da compreensão harmoniosa sobre quais são as representações e as identidades que formam o que é o Brasil e o que é ser brasileiro, temos um quadro histórico complexo de disputas políticas, sociais e simbólicas.

Num contexto em que o governo ditatorial difundia a ideologia nacionalista com lentes autoritárias, através do “Brasil Grande” ou do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, o futebol também foi influenciado. O conceito “*ethos* autoritário” serviu, entre outros, para explicar a disseminação de práticas autoritárias pelos clubes e pela própria seleção brasileira. Dessa forma, o aumento da vigilância sobre as vidas dos jogadores, a valorização das concentrações, a militarização da Seleção pela CBD (órgão intimamente ligado com a ditadura) assim como a importância estratégica que a preparação física assumia, marcou o período. Tudo isso acabou desembocando, e a preparação para a Copa de 1978 foi o evento sintetizador, num crescente enaltecimento dos predicados do “futebol-força”, forma de se jogar vista como a antítese do “futebol-arte”, identidade consagrada do futebol brasileiro. Nesse cenário, os dois jornais alternativos colocaram-se como críticos a esse enaltecimento do “futebol-força” e favoráveis ao chamado “futebol-arte”. Postura que, além de mostrar a defesa da “tradição do futebol brasileiro” também serviu para marcar a posição dos jornais contra essas práticas autoritárias representadas pelo próprio governo ditatorial e sua ligação próxima ao futebol. Reinaldo, por exemplo, não teve sua figura enaltecida somente por seus posicionamentos políticos, mas também por sua qualidade dentro de campo. Seu valor como figura rebelde e contrária ao governo repressor foi dimensionado na mesma medida em que o centroavante atleticano foi visto como um herdeiro dos que eram considerados grandes nomes do “estilo brasileiro”. Foi, assim, forjado por *Movimento* como seu herói na Copa ou, como classifiquei, o *craque-cidadão*.

Nessa luta contra o *ethos* autoritário e favorável a nossa identidade futebolística, Plínio Marcos foi das vozes mais incisivas. Com seu viés romântico, herança do ambiente e do tempo que formou seu teatro e suas concepções sobre a sociedade brasileira, de revolta contra

determinado presente concreto, o teatrólogo santista criticou a “modernização” do futebol brasileiro especialmente por julgar que ela estava descaracterizando o “estilo brasileiro”, formado nos campos de pelada e que valorizavam a individualidade e o talento do nosso jogador. Não à toa, Marcos conecta o auge e mesmo a existência dessa forma de jogar ao período anterior à ditadura, antes de 1964. Ou seja, acaba esquecendo em suas crônicas de citar o time tricampeão do mundo em 1970. Já na Copa de 1978, o autor de *Navalha na Carne* personificou essa “modernização” na figura de Claudio Coutinho, treinador da Seleção. Condenando o elitismo, os “métodos europeus” e a preparação física excessiva que a comissão técnica estaria empregando. Marcos elegeu o militar como um dos principais culpados pelo desempenho da “Seleção da CBD” em campos argentinos. Nesse sentido, a aparição de Garrincha também criticando Coutinho serviu como símbolo de qual lado *Movimento* se posicionou, pois o ex-craque do Botafogo era a verdadeira encarnação do “estilo brasileiro”.

Porém, não somente o técnico foi lembrado. Marcos delineou certa “hierarquia” da culpabilização ao lembrar tanto da CBD como do governo ditatorial. A principal razão para essa lembrança foi o autoritarismo com que ambos controlavam a Seleção, sufocando a liberdade e a própria inventividade do jogador brasileiro, características primevas do “futebol-arte”. Ademais, Plínio terminou por associar o fraco desempenho do esporte nacional com o próprio “estado” do povo brasileiro, triste e vitimado por um governo que suprimia sua autonomia e precarizava sua vida. Aliás, a visão paternalista do autor em relação ao que julgava ser o “povo” brasileiro também foi marcante o que, seguidamente, levou-o a apenas denunciar o presente que condenava e não propor alternativas para a solução dos problemas que tanto criticava. Ainda sobre a questão do “povo”, destaco a união forjada por Marcos dos elementos Seleção/povo/nação. Operação que fortaleceu a representatividade do futebol enquanto definidor da identidade nacional brasileira. Não era somente um time de futebol, mas um símbolo do contexto histórico que o Brasil vivia.

No jornal *Opinião* também foi possível notar esse padrão de defesa do “estilo brasileiro”. O periódico, especialmente com as opiniões de João Máximo, além de diagnosticar o que classifiquei como “crise simbólica”, momento em que, após a derrota de 1974, a identidade nacional/futebolística brasileira passava a ser questionada, também se posicionou perante essa disputa. A análise de que a comissão técnica brasileira estaria “atrasada” em relação ao futebol europeu e de que já não tínhamos “craques” como antigamente revelou a cobrança da necessidade de uma reatualização do futebol brasileiro

para que voltasse a exibir seu futebol e voltasse a obter bons resultados. Essa suposta falta de craques também se ilustrou na preocupação dos dois jornais, mais *Opinião* do que *Movimento*, em questionar se Rivelino seria mesmo o sucessor de Pelé, com capacidade para conduzir a Seleção em Copas do Mundo.

Se por um lado *Opinião* seguiu a linha mais comum do campo do jornalismo esportivo ao, por exemplo, atentar para o desempenho e as perspectivas da Seleção dentro de campo, por outro buscou uma abordagem mais densa sobre o assunto futebol com a publicação do texto *O Futebol no Brasil* de Anatol Rosenfeld. Numa postura relativamente pioneira, de publicar um texto com pretensões científicas sobre o futebol, *Opinião* novamente endossou a defesa da tradição inventada sobre o futebol praticado no Brasil. Rosenfeld, partindo da narrativa do clássico de Mário Filho juntamente com as ideias fundamentais de Gilberto Freyre, traçou uma perspectiva de enaltecimento do que seria a “originalidade” do nosso futebol. Com a popularização do esporte, em meados da década de 1920 e com a inserção do negro, consagrada com a profissionalização, na década de 1930, o futebol seria uma das melhores representações da democracia racial no país. Ou seja, a compreensão que a nação brasileira seria forjada através da convivência harmoniosa das “três raças”, branca, negra e indígena. Dessa singularidade histórica é que teria nascido o também singular “estilo brasileiro” que serviu para distinguir o país do restante do mundo, tornando-se, assim, elemento nacionalista por excelência. Do ponto de vista do jornal, além de fazer jus ao perfil mais intelectualizado, também ficou claro a reprodução de determinada narrativa de exaltação do “estilo brasileiro”.

A partir da análise de ambos os jornais foi possível concluir, como já aventado nessa mesma seção, que o futebol ganhou tratamento complexo como fenômeno histórico-social. Por esse viés, portanto, defendo que os periódicos alternativos não entenderam o esporte bretão somente como “ópio do povo” ou “alienante”. Sob outro viés, quando o tema foi debatido diretamente em suas páginas, houve diversidade nas opiniões dos debatedores. Enquanto alguns, como João Máximo, criticaram a alienação que o futebol produz, outros como João Saldanha e Francisco Xavier procuraram olhar mais criticamente para essa afirmativa, contextualizando, cada um a sua maneira, a importância dessa prática esportiva para os rumos econômicos, políticos e sociais de um país. Nesse sentido, a Copa do Mundo de 1978 também ganhou olhares atentos da editoria de *Movimento* que, novamente, sem cair no discurso um tanto raso de acusação do futebol como agente maléfico, não escondeu os objetivos que o governo argentino pretendia alcançar, de melhorar sua imagem perante o

mundo, de legitimar o próprio governo e mesmo de esconder os crimes que cometiam, e como o futebol estava servindo para sua consecução.

Então, o futebol foi um assunto relativamente constante em dois dos principais jornais alternativos do período da ditadura empresarial-militar. Objeto que permitiu diversas significações e interpretações. Perspectiva que não nos impediu de localizar o padrão da utilização desse esporte como ferramenta para a execução dos objetivos editoriais dos jornais, como o de combate ao governo ditatorial, a defesa das liberdades democráticas e mesmo o nacionalismo, sempre visto em perspectiva contrária ao do imperialismo. Nesse sentido, espero que pesquisa aqui construída possa auxiliar e mesmo servir como exemplo de como o futebol, e outros elementos que constituem a formação histórica, cultural e popular da sociedade brasileira, permitem também a politização e uma visão mais crítica sobre o mundo em que vivemos. É uma forma, assim, de aproximar nosso cotidiano da participação política. Duas dimensões que precisam se unir para, dessa forma, a transformação social deixar de ser potência e virar realidade.

Referências

Fontes Primárias:

Jornal *Opinião*

- Opinião*, Rio de Janeiro, n.0, 23/10/1972.
Opinião, Rio de Janeiro, n. 110, 13/12/1974.
Opinião, Rio de Janeiro, n.118, 07/02/1975, p.7
Opinião, Rio de Janeiro, n.135, 06/06/1975, p.7.
Opinião, Rio de Janeiro, n.136, 13/06/1975, p.11
Opinião, Rio de Janeiro, n.144, 08/08/1975, p.6.
Opinião, Rio de Janeiro, n.188, 11/06/1976, p.7
Opinião, Rio de Janeiro, n.190, 25/06/1976, p.7
Opinião, Rio de Janeiro, n.208, 29/10/1976, p.3 e 4;
Opinião, Rio de Janeiro, n.209, 05/11/1976, p.4 e 5;
Opinião, Rio de Janeiro, n.210, 12/11/1976, p.8 e 9.
Opinião, Rio de Janeiro, n.230, 01/04/1977, p.8 e 9.

Jornal *Movimento*

- Movimento*, São Paulo, n.24,15/12/1975, p.11.
Movimento, São Paulo, n.43, 26/04/1976, p.11
Movimento, São Paulo, n.44, 03/05/1976, p.11.
Movimento, São Paulo, n.48, 31/05/1976, p.11.
Movimento, São Paulo, n.51, 21/06/1976, p.11
Movimento, São Paulo, n.57, 02/08/1976, p.9.
Movimento, São Paulo, n.63, 13/09/1976, p.11
Movimento, São Paulo, n.84, 07/02/1977 p.10.
Movimento, São Paulo, n.99, 23/05/1977, p.5.
Movimento, São Paulo, n.126, 29/11/1977, p.9.
Movimento, São Paulo, n.128, 12/12/1977, p.10.
Movimento, São Paulo, n.134, 23/01/1978. p.11.
Movimento, São Paulo, n.140, 06/03/1978, p.9.
Movimento, São Paulo, n.142, 20/03/1978, p.20

Movimento, São Paulo, n.145, 10/04/1978, p.5 e p.20.

Movimento, São Paulo, n.147, 24/04/1978, p.3.

Movimento, São Paulo, n.152, 29/05/1978, p.11 e p.13.

Movimento, São Paulo, n.153, 05/06/1978, p.12.

Movimento, São Paulo, n.154, 12/06/1978, p.9-11.

Movimento, São Paulo, n.155, 19/06/1978, p.16.

Movimento, São Paulo, n.156, 26/06/1978, p.10.

Revistas:

Placar, n.5 (coleção de aniversário: os grandes esquadrões), junho de 2005, p.20.

Sites (endereços eletrônicos):

www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital

www.direitodesportivo.com.br

www.fgv.br/cpdoc

Bibliográficas

ADAMATTI, Margarida Maria. Crítica de cinema e política: o filme histórico nos jornais alternativos *Opinião* e *Movimento*. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.19, n.36, p.173-198, dez. 2012. Disponível em:

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar. Edição Digital, 2014.

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002

AGUIAR, Flávio. *A Palavra no Purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Jinkings Editores, 1997.

_____. *Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: DE LUCA, Tania & MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.233-247.

ALMEIDA, Guilherme Kichel de. *Futebol, imprensa alternativa e ditadura: a copa do mundo de 1974 nas páginas do jornal Opinião*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANTUNES, Fátima. “*Com o brasileiro não há quem possa: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues*”. São Paulo: editora UNESP, 2004.

AQUINO, Maria Aparecia de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Luís Carlos Eblak de. *O Versus e a Imprensa Alternativa: Em busca da identidade latino-americana (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

_____. *Lutas democráticas contra a ditadura*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.323-353.

AZEVEDO, Aldo Antonio de. *A Relação Estado e Futebol no Brasil: elementos para sua construção*. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARTHOLO, Tiago L. & SOARES, Antonio. *Mané Garrincha como Síntese da Identidade do Futebol Brasileiro*. IN: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G; *Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.53-76.

BELLUCO, Hugo Alexandre. *Ciências sociais e pensamento político: o grupo da USP e a frente democrática a partir dos semanários Opinião e Movimento (1972-1981)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

BORGES, Luiz Henrique. *Do complexo de vira-latas ao homem genial: o futebol como elemento constitutivo da identidade brasileira nas crônicas de Nelson Rodrigues, João*

Saldanha e Armando Nogueira. Brasília, UnB, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História - Programa de Pós-Graduação, UnB Brasília, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus, 1986.

CAPELATO, Maria. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPRARO, André. *Identidades Imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX*. 2007, Tese (Doutorado em Historia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR)

CASTRO, Celso. D'ARAUJO, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary D. *A volta aos quartéis : a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1995;

CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHATTERJEE, Partha. *La Nación em Tiempo Heterogéneo y Outros Estudios Subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008

CONTIERO, Lucinéia. *Plínio Marcos: uma biografia*. Assis, UNESP (tese de doutorado), 2006. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2007.

CONTRERAS, Javier; MAIA, Fred e PINHEIRO, Vinícius. *Plínio Marcos: a crônica dos que não tem voz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.17

COUTINHO, Nelson Carlos. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Euclides de Freitas. *Da Ditadura à Ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

DA MATTA, Roberto. BAETA NEVES, Luiz Felipe, GUEDES, Simoni Lahud e VOGEL, Arno. *O Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, Arlei. Ah! Eu sou gaúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, nº23, 1999, p.87-117.

_____. *Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998

_____. OLIVEN, Ruben. *Fútbol y Cultura*. Bogotá: grupo editorial Norma, 2001.

EARP, Fábio Sá e PRADO, Luiz Carlos D. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.209-240.

FERREIRA, Jairo. O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo. In: *Revista Fronteiras*. Vol. IV, n.1, junho de 2002, Unisinos.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In FESTA, Regina e LINS, Carlos Eduardo da. (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p.16.

FICO, Carlos.. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

FILHO, Raul Millet. Cenário e Personagens de uma Arte Popular: futebol brasileiro, hegemonia, narradores e sociedade civil, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2009.

FRAGA, Gerson W. “A Derrota do Jeca” na Imprensa Brasileiro: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. Porto Alegre: UFRGS (tese de doutorado), 2009. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

_____. *Branços e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, UFRGS, 2004, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREIRE, Rafael de Luna Freire. *Navalha na Tela: Plínio Marcos e o cinema brasileiro* Rio de Janeiro: Tela Brasilis, 2008

GASTALDO, Édison. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras. In: GASTALDO, Édison, e GUEDES, Simoni L. (Org.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e Identidade Nacional*. Niterói: Intertexto, 2006, p.87-101.

GELLNER, Ernerst. *Nações e nacionalismos: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIGLIO, Sérgio; SPAGGIARIA, Enrico. A Produção das Ciências Sociais Humanas sobre Futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). In: Revista de História. São Paulo, n.163, p.293-350, jul./dez. 2010.

GIL, Gilson. O drama do “Futebol-arte”: o debate sobre a seleção nos anos 70. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9, n.25, 1994, p.100-109.

GÓES, Camila. Existe um Pensamento Político Subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2014

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v2.: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. In: *Anos 90: revista do programa de pós graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.13, jul/2000, p. 21-50.

GUEDES, Simoni. L. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: editora da UFF, 1998.

_____. *O Futebol Brasileiro: instituição zero*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: PPGAS, UFRJ, 1977.

_____. Simone. O salvador da pátria. Considerações em torno da imagem do jogador Romário na Copa do Mundo de 1994. In: GUEDES, Simoni. *O Brasil no Campo de Futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói; EDUFF, 1998, p.61-78.

HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do *Jornal dos Sports* entre 1930 e 1980. In: *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE MOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. In: *Marx e o marxismo*. V.2, n.2 jan/jul 2014, p.132.

LOVISOLO, Hugo. Saudoso futebol, futebol querido: a ideologia da denúncia. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo e SOARES, Antonio Jorge. *A Invenção do País do Futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p.77-99

LOVISOLO, Hugo. Sociologia do esporte (futebol): conversões argumentativas. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G; *Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.11-31

_____, & SOARES, Antonio J. G; Futebol: a construção histórica do estilo nacional. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G; *Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.33-51.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, José Sérgio Leite. “A morte da alegria do povo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.20, a. 7. Setembro de 1992. Acesso online: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_09.htm.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: contexto, 2014, p.111-153.

KERN, Gustavo. Ações Afirmativas e Educação: um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil. Porto Alegre: UFRGS (dissertação de mestrado), 2012,.Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2012

KINZO, Maria D'alva Gil. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*; São Paulo: Página Aberta; 1991, p.23-31

MAGALHÃES, Livia. *Trece jugadores em campo: médios de comunicación, dictaduras militares y mundiales de fútbol em Brasil y Argentina*. Dissertação (Mestrado). UNSAM, Buenos Aires, 2008.

_____. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: UFF (tese de doutorado), 2013. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião x Censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*. Ano XIII, n.27, 2012/2, p.39-53

MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v,4, n.1, p.54-77, jan-jun. 2010.

MOREIRA, Roberto Sabato Claudio. A Revista Realidade e o processo cultural brasileiro nos anos 60. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.411-430.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.) *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.119-143.

Nunca Mais: informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1984.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

PEREIRA, Raimundo. Vive a imprensa alternativa. Vive a imprensa alternativa!... In: FESTA. Regina & SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Palinas, 1986, p.53-79.

PETERSEN, Sílvia & LOVATO, Bárbara. *Introdução ao Estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013

RAMOS, Roberto. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, André. *Os Donos do Espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

ROSA, Susel. *Exemplar, Pato Macho e Coojournal: trajetórias alternativas*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

ROSENFELD, Anatol. Negro, Macumba e Futebol. São Paulo: Perspectiva; Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SALDANHA, João; PIMENTA, Adhemar; CHIROL, Admildo. at. al. *Na Bôca do Túnel*. Rio de Janeiro: Livraria Editora, 1968.

SALVADOR, Marco Antonio & SOARES, Antonio Jorge. *A Memória da Copa de 70: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História Política do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Na CBD até papagaio bate continência. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.5, nov/1978, p.119-129.

SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2006.

SEBRELI, Juan José. *La Era del Fútbol*. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998.

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Simmus, 1990.

SILVA, Francisco C. T. Crise na ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.243-282; p.262-263.

SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha: uma vida em jogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

SOARES, José Acosta. *Direito de imagem e direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional*. São Paulo, PUC, 2007. Dissertação (Mestrado em Direito), 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

STYCER, Mauricio. *História do Lance! Projeto e prática do jornalismo esportivo*. São Paulo: Alameda, 2009

TOLEDO, Luiz Henrique de. *A Gazeta Esportiva e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX*. In: *O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p.52-79.

TOSTÃO. *A Perfeição não Existe*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

_____. *Lógicas no Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP); Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2000.

VIEIRA, Paulo. *Plínio Marcos: entre a flor e o mal*. Petrópolis: Editora Fumo, 1994.

VINNAI, Gerhard. *El Fútbol como Ideologia*. Ciudad del México, Siglo Veintiuno. 1978.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Repórter* na década de 1970 no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da mídia alternativa: história & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.



O questionamento sobre se Rivaldo seria ou não o substituto de Pelé (MOVIMENTO - n.128, 12/12/1977).

ANEXO B

Futebol

A seleção encarcerada

Além de submetê-los a um regulamento típico de colégio interno, a CBD quer transformar os jogadores da Seleção Brasileira em garotos-propaganda

Maurício Azedo

Momentos antes do jogo América 1 x Flamengo 0, no Rio, há dias, o técnico Elia de Fátima Lima (Tim) contava para um grupo de repórteres, numa conversa off the record, as dificuldades que encontra durante a semana para escalar sua equipe. O jogador Fulano estava com problemas porque a mulher se encontra grávida; Beltrano se queixava de que a mulher estava doente; Siciliano que o filho dormia mal, etc. etc. Cigarrinho de palha entre os dedos, Tim chamava a atenção para a insuficiente maturidade do jogador de futebol; ele geralmente magnifica problemas que o trabalhador comum tira de letra, sem interromper suas atividades normais.

Esses rapazes - dizia Tim com a sua vivência de 40 anos de futebol, vinte como jogador, vinte como técnico - têm uma socialização muito deficiente. Com 17-18 anos, tornam-se profissionais, passam a ter os nomes citados na imprensa, rádio e televisão, alguns ficam ricos, mas são poucos os que amadurecem como pessoas. O treinador de futebol tem que ser mais do que um orientador técnico, um verdadeiro preceptor.

Tim propôs o tema mas não pôde aprofundá-lo: pouco depois desse registro despediu-se dos repórteres e foi juntar-se a seus jogadores, no vestiário. E a questão ficou no ar: além da socialização insuficiente, que outros fatores concorrem para as inseguranças, os medos, vaidades e as distorções que marcam a vida do jogador de futebol profissional?

O papel dos cartolas

Através de um ato baixado no dia 11 deste mês com a assinatura de seu presidente, Helene Nunes, a Confederação Brasileira de Futebol (CBD) baixou uma prova de que os dirigentes desportivos não apenas cultivam como estimulam a minoridade intelectual e afetiva dos jogadores. A pretexto de regular o comportamento dos profissionais convocados para a Seleção Brasileira, a CBD baixou um extenso "Regulamento do Atleta. Seus Direitos e Obrigações", no qual alinha 31 obrigações a que os jogadores ficam sujeitos a partir do momento em que são incluídos na lista de convocados, mas sem lhes reconhecer um único direito. De ponta a ponta, o "Regulamento" só fala em "não fazer", "acatar", "cumprir", "respeitar", "não permanecer" num local imperativo que coloca a Comissão Técnica da CBD como senhora de barão e cunho sobre os jogadores.

Passando uma verdadeira cartilha de inferioridade aos jogadores - que constituem, afinal, a nata do futebol brasileiro, tanto do ponto de vista técnico como presumivelmente de consciência profissional -, o "Regulamento" começa por impor normas até para a aparência pessoal dos atletas, destituindo-os do mínimo de privacidade nesse aspecto. Assim que for convocado, ele terá de "apresentar-se sempre barbeado, com cabelos cortados e penteados", dentro de padrões que a própria CBD estipulará. Assim, o lateral-esquerdo Francisco das Chagas Marinho terá de renunciar aos cabelos longos que usa, sob pena de ser afastado da Seleção, embora seja considerado um dos maiores jogadores de futebol do País.

O extenso rol do pode-não-pode da CBD estabelece também que o jogador deve "observar regime de vida compatível com a sua condição de atleta convocado, preservando sua melhor forma física e técnica"; "não participar dos divertimentos permitidos"; "não fumar nos vestiários, antes ou no intervalo das partidas" (item que em 1970 teria desclassificado Gerson Lumanite inveterado e apesar disso uma das maiores figuras do tri-



Carlos Alberto



Marinho



Zico

campeonato mundial de futebol); "usar o telefone da concentração ou dos hotéis apenas para comunicação com seus familiares, mesmo assim para os casos de absoluta necessidade e com duração restrita".

Além de normas de comportamento, o "Regulamento" estabelece um regime de rotina para os jogadores. O inciso XVI do artigo 2º - que sozinho contém 26 proibições - obriga a "não tecer comentários ou dar entrevistas sobre assuntos de ordem interna da Seleção ou que digam respeito a particularidades da organização desportiva de países visitados, ou entidades adversárias". Já o inciso XXVIII impõe-lhe "não fazer, de público, reivindicações, principalmente de ordem financeira, ou repaços que possam afetar a tranquilidade do grupo da Seleção ou que revelem insatisfação com atos ou decisões internas, de interesse exclusivo da Seleção". E acrescenta: "As reivindicações, ou os repaços, devem ser feitos direta e particularmente à direção da Comissão Técnica, através do capitão da equipe, como elemento de ligação entre a direção e os atletas".

O "Regulamento" estabelece também que serão multados ou desligados do grupo da Seleção "os atletas que forem penalizados durante os jogos, com cartão vermelho, amarelo ou com advertência verbal constante da súmula, por motivo de reclamação, gestos, atitudes antidesportivas ou outro fato que caracterize irresponsabilidade desportiva". As sanções serão impostas "por decisão do Presidente da Comissão Técnica, por sua proposta ou em concordância com o chefe da delegação, caso a Seleção esteja em atividade fora da sede da Confederação".

Só a CBD pode faturar?

Como se não bastassem as múltiplas e variadas obrigações impostas aos jogadores, o "Regulamento" deixa de rédeas sobre o disciplinamento dos responsáveis pela Comissão Técnica, ao dispor que, como diz o 6º e último artigo, "os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo diretor do Departamento de Futebol ou pelo chefe da delegação, conforme o caso". Em suma: a CBD não se satisfaz com a minuciosa casuística enunciada no "Regulamento" e ainda deixou margem para batizar ao sabor do caso novos proibições.

De cambulhada com essas imposições, a CBD encaminhou no meio do "Regulamento" um dispositivo que transforma os jogadores em objeto passivo dos negócios a serem por eles consumados - Pelo inciso XI do extenso artigo 2º, o jogador é obrigado a "não fazer, durante o período

em que estiver servindo à Seleção, qualquer tipo de propaganda comercial, mesmo a título gratuito ou beneficente, sem autorização por escrito do presidente da Comissão Técnica ou do chefe da delegação".

Isso significa que doravante o prestígio dos jogadores da Seleção, individual ou coletivamente, será apropriado para fins de faturamento pela CBD, que viola ou suprime uma série de direitos trabalhistas e liberdades individuais dos jogadores. Entre as leis abusivamente derogadas pela CBD está a Lei de Regulamentação do Atleta Profissional de Futebol, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo no Governo Geisel, a qual estabelece em seu artigo 9º que "do contrato de trabalho do atleta, celebrado por escrito, deverá constar", além de nomes das partes, prazo, modo e forma de remuneração, "menção de conhecerem os contratantes os códigos e regulamentos técnicos, estatutos técnicos, estatutos e normas disciplinares da entidade a que estiverem vinculadas e filiadas"; a contratos de trabalho em vigor, portanto, a CBD incorpora disposições e obrigações que dela não constavam na época de sua celebração. Mas ainda: a CBD derroga disposição do Código Civil que consagra a liberdade de contratar e a garantia constitucional, incluída entre os direitos individuais, de que ninguém é obrigado a fazer ou não fazer senão em virtude da lei.

Uma imoralidade

Mais grave é que o inciso XII, completando a limitação prevista no anterior, estabelece como dever do jogador "apresentar-se sempre bem trajado e usar, quando lhe for determinado, o uniforme ou a indumentária escolhida e fornecida pela CBD para treinos, jogos, viagens ou participação em atos oficiais, mesmo que contendo propaganda comercial, contratada pela CBD, ficando o atleta responsável por sua devolução".

Do lado da violência, pois tudo será imposto coercitivamente - Quem não concordar com isso será sumariamente desligado da Seleção, como ocorreu com Netzer na Seleção Alemã -, disse o Superintendente da CBD, Mozart Di Giorgio, a CBD pretende praticar também uma imoralidade, de vez que a propaganda comercial que fará, substituindo-se os jogadores, terá como meio de divulgação os jornais, revistas e a televisão, que não receberam um centavo para difundir a imagem e a marca Adidas. Quando os jogadores estiverem treinando e jogando, as câmeras dos fotógrafos e as câmaras dos cinegrafistas estarão fo-

calizando as três listras brancas ou a inscrição Adidas de camisas, chutiras e outras peças do material esportivo, sem veiculado em imprensa e TV sem nenhuma remuneração do fabricante. Em outras palavras: a CBD vai tirar castanhas do fogo com as mãos alheias.

Sem direito ao próprio corpo

A Adidas tem um contrato com a CBD, a qual fornece material esportivo desde a Copa do Mundo de 1974, através de um generoso crédito de 1 milhão e 300 mil cruzeiros. Em troca do material, a CBD compromete-se a obrigá-los os jogadores da Seleção a exhibir a marca Adidas, que disputa com outra multinacional de origem alemã, a Puma, o domínio do mercado mundial da especialidade. Para a empresa, a difusão de sua marca transcende o campo meramente esportivo; ela tem interesse em desenvolver as vendas também de blusas, calças e tênis no mercado mais vasto das pessoas que se impressionam com a chamada moda jovem, esportiva, da qual é uma das grandes fabricantes.

Já no princípio do ano, quando a Seleção Brasileira se concentrou no Embu, São Paulo, a CBD havia tentado impor aos jogadores a propaganda da Adidas, mas a manobra falhou porque não havia nenhuma disposição expressa que os obrigasse a fazer isso. Além da resistência dos jogadores que tinham contrato pessoal com a Adidas, como Biveline e Marinho, a CBD se defrontou com os protestos de vários outros jogadores, que passaram a utilizar pelo avesso as camisas com a inscrição do fabricante, pois nada haviam recebido para veicular a marca.

Esta semana, quando a Seleção novamente se reuniu para a fase final das eliminatórias da Copa do Mundo de 78, os jogadores terão de assinar um compromisso de submissão ao "Regulamento", elaborado pelos advogados Carlos Osório e Aníbal Pelon, especialistas em leis e regulamentos esportivos. Os que se rebelarem (Marinho já anunciou que não vai cortar os cabelos; Zico informou que tem uma firma própria para discutir seus contratos de publicidade e não vai abrir mão dela; Carlos Alberto Torres, até há pouco capitão da Seleção, declarou que o assunto tem de ser discutido entre a Comissão Técnica e os jogadores) encaráo pela frente a ameaça já feita claramente por Mozart Di Giorgio e em bom português pode ser entendida como uma variação do velho ou dá ou desce.

MOVIMENTO 23/5/77

5

O destaque das imagens dos atletas que não concordaram com o "Regulamento" imposto pela CBD. Da esquerda para a direita: Carlos Alberto Torres, Marinho Chagas e Zico. (MOVIMENTO, n.99, 23/05/1977)

ANEXO C



Capa da entrevista de Reinaldo para o jornal Movimento (MOVIMENTO, n.140, 06/03/1978).

SELEÇÃO

MEIA VOLTA, VOLVER

Independente do resultado do jogo de domingo, que decidiu o destino da seleção na Copa, os métodos empregados pelo técnico Cláudio Coutinho e pelos cartolas da CBD foram definitivamente repudiados. Submetida às esdrúxulas e além disso importadas táticas de Coutinho e sufocada pelo regime autoritário imposto pelos diretores da CBD, a seleção não poderia apresentar outro resultado; os jogadores se tornaram ridículos robôs que vagam em campo apáticos e acovardados

Plínio Marcos



O lho a seleção brasileira de futebol dando vexame na Argentina, depois de ter sido gesto uma fortuna em treinos, alojamentos, viagens, comida, aparelhos, filmes, eslaides, salários milionários, mordomias absurdas com cartolas amigos do Almirante Helene Nunes, e me ponho a pensar que toda essa mistificação é fruto do ensino elitista que a rapaziada aprende nas faculdades do nosso país.

Me explicou o Cláudio Coutinho é frutu da faculdade de educação física. Ele e sua comissão técnica. Lá, eles receberam rudimentos de cultura erudita e estudaram todas as teorias existentes sobre futebol. Al, se sentiram formados. Fizeram rápidos estágios e entraram na vida profissional. Com pistóles, padrinhos influentes, arrumaram os melhores empregos. E naturalmente foram aplicar o que aprenderam.

O Coutinho reuniu os jogadores por ele selecionados e, apoiado nas suas teorias, riscou táticas e esquemas no quadro negro e foi dando explicações. Porém (e sempre tem porém), o treinador que fala cinco ou seis idiomas não fala a língua do povo brasileiro. O Coutinho falava e os jogadores não conseguiam entender o que ele queria. Mas, os rudimentos de cultura erudita do treinamento impediam que ele percebesse isso. Para ele, tudo era evidente. Dava a ginástica que fez Bekenbauer campeão do mundo, as táticas inglesas e o processo de riscar o campo com flechinhas, como um grande mestre inglês, e o resultado poderia ser um só: o título mundial.

O Beckenbauer desde que nasceu, foi tratado com gemada de ovo de avestruz, salsichão de carne de bifeito - a mingau de aveia. Vai daí que a ginástica que ele faz não pode ser feita por um garoto que nasceu nas favelas brasileiras e só comeu,



até ser contratado por um clube, ferrão de caranquejo que apunhou no mangue onde também pegou sem querer mil e um vermes. E a ginástica dos membros da Comissão Técnica do Cláudio Coutinho foi sendo ministrada e nossos jogadores foram se estourando. Amaral, Gil, Reinado, Zé Maria, Nunes, Rivelino, em vez de ficarem cada vez mais fortalecidos, ficaram contundidos. E todos iam tendo suas cargas musculares aumentadas tanto e em tão pouco tempo, que perdiam a agilidade e a habilidade. E as táticas que lhes eram ministradas em monótonas aulas iam, na mesma medida em que a ginástica estracalhava seus músculos, estracalhando sua imaginação. Na ânsia de se aplicar taticamente dentro dos esquemas táticos, o nosso jogador se inibia em se manifestar espontaneamente. Al, o jogador foi desvinculado do seu talento inato e sucumbindo no sulco da cultura erudita que os sábios doutores saíram da faculdade de lhes impunham.

Isso tudo, acrescentado ao regime autoritário imposto pelos diretores do sele-

cionado, onde a mínima discordância dos métodos empregados pela comissão técnica era considerada contestação, fez com que os jogadores se transformassem em meras massas de manobra de técnicos frios que baniam do selecionado quem não entendesse suas teorias que, no entendimento deles, lhes dariam o título.

O resultado dessa distorção toda está se vendo lá na Argentina. Nossos jogadores impedidos de se manifestarem e

querendo aplicar táticas que não assimilaram direito, se tornam ridículos robôs sem imaginação. Vagam pelo campo apáticos, acovardados. Estão desvinculados da sua cultura e não sabem como progredir.

Lembro-me agora do pedreiro do metrô carioca que certa manhã advertiu o engenheiro que o concreto estava estalando e que portanto a obra ia cair. Foi despedido. De tarde, no mesmo dia, a obra caiu. O engenheiro não podia acreditar que aquele homem que não foi na faculdade soubesse mais do que ele. Assim como o engenheiro é o Cláudio Coutinho. Ele estuda

futebol nos livros e não admite que o jogador que mal sabe ler e assinar o nome saiba mais do que ele. Assim são todos os estudantes brasileiros. Eles só reconhecem a cultura erudita. Não aceitam a cultura popular. Vivem no tempo de estudantes trancados nas faculdades e quando chegam na vida profissional, não sabem se comunicar com seu povo.

O exemplo de Coutinho está aí mesmo para quem quiser ver ou puder ver. Alano exemplar que foi o dia inteiro na escola falando com mestres e colegas nos termos dos livros e em vários idiomas. Agora dá brilhantes entrevistas em qualquer lugar do mundo, mas não consegue se comunicar com seus comandados.

Por essas e outras é que se diz que o estudante brasileiro deve com urgência sair de dentro da faculdade e ir conviver com o povo. Conviver e não ir querer ser o mestre. Apenas conviver com o povo para aprender pelo menos sua linguagem, para servi-lo. Pelo menos para entender que esse povo tem sua cultura, tem uma arte que tem que ser respeitada e preservada para que ele, povo, recupere sua dignidade e possa participar da sua história e influir no próprio destino.

O jogador brasileiro que está disputando a Copa do Mundo está impedido de se manifestar espontaneamente. Isso porque a comissão técnica não respeita e não admite sua sabedoria popular. E se nós não nos libertarmos integralmente uma pessoa, não podemos amá-la. E se o Coutinho não ama seus jogadores, não consegue o milagre para o êxito de uma equipe que é a união dos seus componentes.

A seleção da C.B.D. 78 é o reflexo do Brasil de hoje, envolvido no obscurantismo de um regime autoritário e de técnicas desprovidas de humanismo.

“Para mim polivalente é a bolsa de carregar o meu material”

“E overlapping pode ser o sapato que eu vou calçar amanhã”, diz Garrinha neste artigo exclusivo a MOVIMENTO sobre a seleção montada a partir de um depoimento a Márcio Bueno, logo após o jogo entre o Brasil e a Espanha



Márcio Bueno

Quer fabricar um craque, isto não basta. Pegar um jogador, rolar uma bola no campo e dizer assim: eu vou fazer deste cara o maior jogador do mundo. Mentira, não vai fazer coisa nenhuma. Se não não der para o negócio, não deu. Agora, nascer craque só escolher. O que ele fala, o que ele faz, isto é bagagem, não interesse. Nós estamos agora jogando em uma Copa do Mundo e o Paulo César e o Marinho estão no Botafogo e o Flamengo. E isto é certo era ter levado os dois, porque eles jogam, sabem jogar, e não raspados. pronto. O resto é conversa, gente boa. Ficar dizendo que o Marinho falou, que o Paulo César recusou, isto não existe, não pode penetrar no futebol.

Pôxa, se tem dois grandes jogadores como este Marinho e como o Paulo César, não tinha dúvida, gente boa. Este negócio de Espanha, não existe. Este negócio de França, que não sei o quê, porque é justiça, porque a Austria... lá, rapaz, não pode. Não é porque a gente é brasileiro, que a gente tem coração grande não, mas a gente é 10 vezes melhores que

eles. É só jogar dois minutos de futebol que a gente ganha deles. Agora, querer misturar tudo, botar lateral na ponta direita, não sei o quê mais, aí nós vamos virar japonês pior do que eles ainda. Al fica todo mundo japonês, japonês mesmo. E, eles ainda vão ficar ridículo da gente.

No meu tempo a gente sabia onde jogar. Se era ponta direita, jogava na ponta direita, se era lateral jogava na lateral. Então eles tinham mais respeito pelo jogador. Hoje aparece este negócio de polivalente, eu não entendo o que é isso. Pra mim polivalente é a minha bolsa de carregar o meu material. Overlapping pode ser o sapato que eu vou calçar amanhã, ou qualquer coisa deste tipo, porque pra mim isto não existe, gente boa, mas não existe mesmo. Isto não pode existir no futebol. Futebol é simples, gente, pelo amor de Deus. Será que eles não sabem que o futebol é simples, ou nunca jogaram. Porque é muito fácil também a pessoa não jogar e ficar inventando coisa, sei lá.

E eu acho que a gente devia ir para o campo sabendo que vai jogar assim e assim. E só saber o jogador que tem e pronto, já sabe o jogo que vai usar. Fim de paga, não tem mais paga. Mas hoje o que acontece é que o Brasil

tem mais preocupação com eles do que eles com o Brasil. Meu Deus do Céu, o Brasil é tri-campeio do mundo. Se eu amanhã for treinador, eu vou querer que o meu time jogue assim. O outro time que vai jogar comigo, não interessa como ele joga. O problema é dele. Imagina que o Botafogo vai jogar com o São Cristóvão e o Botafogo manda alhar como é que o São Cristóvão vai jogar e fica armado o time de acordo com o time do São Cristóvão. É a mesma coisa com a Seleção. Olha o Papinha por exemplo. É um time horrível, só sabe correr e não sai o que mais. Quem não sabe como é o futebol europeu? Eles sabem bem de trás pra frente, certo, tudo bem, o que é que tem de mais? É como é que a gente vai pagar eles? Vamos pagar eles no contra ataque. É isto que eles ficam malucos com a gente. No lançamento rápido a gente paga eles, porque o brasileiro não tem jeito, o brasileiro domina a bola, dribla e tudo bem. Futebol é isto e o brasileiro tem este poder de ser mais vivo, de saber driblar, de ter o jogo de cintura que eles não têm. É é isso. Não pode complicar. Não pode porque o Brasil não tem necessidade de complicar nada. Nós temos muito jogadores bons. Mesmo não sendo os grandes craques, os grandes nomes, não tem o Garrinha na ponta direita, não tem o Pelé, mas tem outros jogadores que amanhã podem ser os grandes nomes do Brasil.

O primeiro erro desta Seleção que está aí foi não ter levado craques como o Paulo César e o Marinho. E depois tem o negócio de ficar travando o jogador. O jogador tem que estar livre pra se mexer dentro do campo, pra inventar, não pode ficar amarrado. Pelo menos o jogador brasileiro. Como brasileiro eu acho que desde hoje está tudo muito estranho. Eu acho também que um lateral direito não deve nunca jogar de ponta direita. Tem que ter ponta direita. Se não tem confiança no rapaz então não leva o rapaz. Já pensou se sou eu, botar um lateral jogando na minha ponta direita. Al eu não quero jogar mais. Vão me descalçar, é o meu Brasil, mas até logo e muito obrigado. Tem que ter um ponta esquerda e um ponta direita. Se quiser que um jogador recuada, tudo bem. Mas preciso de um ponta ele tem que estar lá. Não é aquele negócio de ficar rolando ali no meio, olhando, tudo muito bonito, todo mundo toca a bola, mas é lá na ponta, quem é que está lá? Coisa de rapaz de Minas, o Reinado, fica sosinho. Sabe quando ele vai fazer alguma coisa? Ele pode fazer porque ele tem capacidade, pega a bola, se movimentar. Mas vamos ficar esperando só de um? Ele ventou? Tudo lá atrás, não dá. Não dá mesmo. Então tem que ter ponta direita jogando na ponta direita e ponta esquerda jogando na ponta esquerda.

O artigo de Plínio Marcos criticando o técnico Coutinho e, logo abaixo, o artigo adaptado de Garrinha. (MOVIMENTO, n.154, 12/06/1978, p.9).

ANEXO E



A Capa de Movimento sobre a Copa do Mundo de 1978 fazendo referência al alto esquema de segurança militarizado da competição (MOVIMENTO, n.152, 29/05/1978)

ARGENTINA '78

6 campos de futebol 60 de concentração

Jan Rocha



"Primeiro mataremos os subversivos. Depois os colaboradores... os simpatizantes... os tímidos. Finalmente, os indiferentes." A declaração, atribuída ao general interventor em Buenos Aires, traduz o pensamento do luy que ditou os pais irmão. Subversivos "são todos os que divulgam idéias contrárias à civilização ocidental e cristã", define o gen. Videla, chefe do governo. Fala-se em até 20 mil argentinos "desaparecidos".

Eles dizem que as pessoas foram sequestradas nas ruas ou arrancadas de casa no meio da noite, e levadas aos campos de concentração. Nestes campos, espalhados por todo o país, muitos têm sofrido de torturas, condições de vida desumanas, ou em execuções de "represália". Outros ainda vivem, mas aniquilados mental e fisicamente. Alguns tornaram-se "colaboradores" e são bem tratados. Poucos fugiram e outros continuam soltos, mas ameaçados de morte caso contem o que viram.

Acredita-se que existam 60 campos de concentração no país, os mais importantes dentro de bases militares. Os mais conhecidos são o Campo de Mayo e o Regimento de Palermo, em Buenos Aires; o Campo de La Rivera e o Campo de La Perla, em Córdoba; o Campo de Arana, em La Plata; o Arsenal Militar Miguel de Azcuena, na Ruta 9, perto de Tucumán; e a Escola Mecânica de La Armada, em Buenos Aires transformada, às vésperas da Copa do Mundo, em vestiário para os jogos realizados no estádio do River Plate, a 800 metros dali, conforme a imprensa internacional noticiou - **VR**.

Outros campos estão instalados em armazéns abandonados, como o engenho de acúcar Baviera, em Famaillá, perto de Tucumán. Algumas favelas ("fincas") também foram requisitadas. Casas são usadas como centros de tortura ou prisões temporárias clandestinas. Em prisões comuns, como o Carcel Penitenciário de San Martín, em Córdoba, pessoas são detidas em pavilhões separados, ou sob nomes falsos, e nem o diretor da prisão sabe quem são.

Nos campos, homens e mulheres vivem em condições sub-humanas: olhos constantemente vendados com tiras de borracha ou pano, ou capuzes. A maior parte do tempo têm mãos e pés atados ou acorrentados. Os "prisioneiros" são permanentemente acorrentados a postes, junto ao próprio excremento. Não existe higiene alguma.

Em alguns lugares, deixam usar o WC uma vez por dia. Em outros, existem baldes, às vezes nada. Nenhuma facilidade para se lavarem. Ligam uma mangueira quando o mau cheiro é demais para os próprios guardas.

Não há camas nem colchões. Os prisioneiros dormem no chão, às vezes com jornais velhos que usam como cobertores. Não mudam de roupa. Vestem-se com trapalhões alguns ficam nus depois que as roupas apodreçam.

Vivem em galpões ou currais ao ar livre, como animais.

Em alguns lugares, tocam música bem alto para que não possam dormir, ou para encobrir os gritos dos torturados.

Não há atendimento médico, a não ser para fazer os torturados voltarem a si, os médicos só dão aspirina,

mas muitos sofrem de subnutrição, tuberculose, infecções.

Um dos maiores problemas que as autoridades encarregadas dos campos de concentração enfrentam é como dispor dos corpos dos que morreram. Um soldado recrutado contou ao amigo o que viu no Campo de Mayo, em Buenos Aires, em junho de 1976, época mais fria do ano:

"Um grupo de soldados votou com dois homens dentro do caminhão. Foram deixados no caminhão uma semana, com pés e mãos atados, encapuzados, só de camisa e calças. Fuzis zero grau. Não tinham nada para cozinhar. Alguns soldados lhe deram chá clandestinamente. Depois de uma semana, um havia morrido. Levaram o corpo para o lugar do tiro no alvo. Lá, numa fossa, queimaram o corpo com gasolina de avião. O cheiro de queimado era tão forte que ficamos enjoados. Não sei quantos corpos foram incinerados, mas aconteceu o tempo todo."

Um capelão da Força Aérea em Córdoba testemunhou uma execução em massa depois do golpe militar. Como era homem de direita, convocaram-no para dar extrema-união a alguns condenados. Ele viu fileiras de pessoas no campo, talvez centenas. Depois de dar a extrema-união aos católicos, foram todos executados: tiros, e as escavadeiras empurraram os corpos para dentro de covas coletivas, cobrindo-as depois com terra.

Em represália a atos extremistas de esquerda, matavam a tiros outros grupos pequenos. Um exilado mostrou a carta que acabava de receber de Buenos Aires:

"... o exército fechou as ruas às 3 da madrugada. Quarenta tiros de metralhadoras. As 6 da manhã, quando permitiram às pessoas sair de casa, encontramos 15 corpos caídos ao lado de um muro..."

Poucos escaparam dos campos. Um foi Jorge Santiago, electricista, 38 anos, de Tucumán. "Eles me deram choques em todo o corpo, até dentro da boca e do nariz. No campo, me ponderaram num só dia pelos pés. Enterraram-me até a cintura, na terra. Alguns foram enterrados até o pescoço e lá abandonados dias seguidos". Jorge e a mulher foram soltos dois meses depois. Tinham sido presos por engano. Sua mulher, uma mulher bonita e elegante diz:

Meu vestido apodreceu debaixo dos braços por causa do suor. Horrível, horrível. Todo mundo vestido com trapos.

Um jovem estudante, Antônio, conta que seus pais, gente bem de vida, foram sequestrados como reféns por 25 dias, para forçar o filho, aviatura de esquerda, a entregar-se.

Em 5 da manhã, em janeiro de 77, levaram meu pai, minha mãe e minha irmã de 18 anos. Não sabem onde ficaram, pois enfiaram capuzes na cabeça deles. Acorrentaram seus pés e mãos. Tinham de dormir no chão. Eram tratados a pão e água. Ir ao banheiro, só uma vez por dia.

O clima de terror era mantido pela música em alto volume, que não sofocava o barulho de pancadas e os gritos dos torturados.

Mais ou menos 50 prisioneiros estavam lá, todos encapuzados. Sabiam que estavam no quartel do exército porque ouviam o marchar dos homens e, por baixo dos capuzes, viam as botas e pernas dos uniformes.

Os guardas vinham, na maioria, de outras províncias. Mudam o tempo todo e são muito jovens, 18 ou 19 anos. Todos recebem instruções para reprimir tudo, destruir os prisioneiros moralmente, bater neles se pedirem qualquer coisa.

Por exemplo. Um homem que estava ao lado de minha mãe pediu água. Quando lhe negaram, ele insultou o guarda. Levou uma surra.

Os valores estavam todos trocados: um gole d'água ou uma ida ao banheiro eram coisa da máxima importância. Com ajuda de amigos influentes, os parentes de Antônio foram libertados. Durante meses, sua mãe tremia se alguém falasse com ela na rua, e gritava se ouvisse uma sirene. Mas tiveram sorte. Muitos dos que desapareceram estão mortos. O número é calculado em 15 mil mais de 3 mil foram "reconhecidos" pelo governo, embora ainda não tenham sido acusados de qualquer crime.

Ninguém sabe quantos ainda continuam vivos nos campos de concentração da Argentina.

(No próximo número: A tragédia das crianças fugitivas)

Maria, mulher de 40 anos, começou a fugir de seu país enquanto milhares de torcedores, jornalistas e jogadores lá chegavam, para disputar a 1ª Copa do Mundo. Com a "tregua esportiva" aparente, aumentou o êxodo de argentinos que temem por suas vidas.

Maria, que chegou a São Paulo 10 dias atrás, conta que o ônibus foi parado 16 vezes entre Buenos Aires e a fronteira brasileira: era o Exército, verificando documentos. Ela chegou tensa, assustada, e só com as roupas do corpo.

Três semanas atrás, quando cheguei em casa, vi algo estranho. Ninguém me cumprimentou na vizinhança. Encontrei a porta de casa metralhada, dentro tudo quebrado, a minha cama metralhada, até os vasos de plantas, no quintal jogados e quebrados. Tentei falar com os vizinhos, mas fecharam as portas - eram pessoas com quem sempre batia papo no fim do dia, tomava um vinho, um mate... Então me escondi na casa de amigos até conseguir juntar um dinheiro para viajar.

E Maria e apenas parente afastada de alguém que as forças de segurança procuram em Buenos Aires, onde ela trabalhava num escritório.

Uma banca de jornais na esquina da avenida Ipiranga com São Luís, centro de São Paulo. Dois argentinos compram um exemplar de La Nación, de Buenos Aires. Viram as páginas até encontrar um longa lista de nomes, e começam a examiná-la. Um está procurando o irmão; o outro, a esposa. Se os nomes constarem da lista, quer dizer que estão vivos: foram "reconhecidos" pelo governo argentino como prisioneiros políticos. Se não constarem, continuam "desaparecidos": podem estar vivos ou mortos.

Os dois examinam a lista, duas, três, quatro vezes. Não estão lá. Em silêncio, vagorosamente se afastam, dobrando o jornal. Quem sabe na próxima lista...

Desde 1975, quando o desastroso governo de Isabelita Perón levou o país ao caos, terminando com um golpe militar em março de 1976, dezenas de milhares de argentinos têm fugido. Muitos vieram morar no Rio ou em São Paulo. No ano passado, a Comissão para Refugiados da ONU (UNHCR) estabeleceu uma missão especial no Rio de Janeiro. Entre maio de 77 e março passado, mais de 800 pessoas foram recolocadas na Europa. São professores, motoristas, médicos, funcionários públicos, arquitetos, operários. A maior parte, gente moça com filhos pequenos.

O "exilado" Ramiro Fernandez, sociólogo de 28 anos, tem duas filhas, de 3 e 4 anos de idade, que não se lembram mais da mãe. Ramiro conta que sua mulher foi sequestrada numa rua movimentada de Córdoba. Ela tentou fugir quando viu alguns homens armados correndo em sua direção. Agarrou-se a um poste e gritou por socorro. Eles a arrastaram para um carro na frente de centenas de passantes. Aconteceu há dois anos e Ramiro nunca mais a viu.

Comprimidos na sala de um apartamento de Copacabana. Ramiro e outros exilados contam casos de torturas, execuções em massa, campos de concentração. Sob o governo de Isabelita, os sequestros, torturas e assassinatos já haviam começado quando os grupos de esquerdistas e

diretistas passaram a brigar. Em vez de terminar com os desordens, as Forças Armadas adotaram os mesmos métodos na luta contra organizações armadas da esquerda, especialmente os Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo (ERP). Uma guerra sem leis que cresceu até alcançar políticos, sindicalistas, de qualquer partido, mesmo padres e freiras, membros de profissões "suspeitas" como os advogados, psiquiatras e jornalistas. Pais, parentes, maridos, mulheres, irmãos, cunhados - todos podem ser vítimas.

Muitos simplesmente desapareceram. A sociedade Anistia Internacional, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, calcula o número em 15.000.

O governo argentino explicou: muitos foram para outros países, uniram-se a organizações clandestinas, morreram lutando ou em explosões... Alguns, como o próprio general Videla admitiu a jornalistas estrangeiros, foram vítimas de "excessos da repressão".

Segundo os relatos dos fugitivos - vindos de toda parte, Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Rosário, La Plata, Bahía Blanca - podemos deduzir o que aconteceu.

Figura 1 Matéria do jornal *Movimento* relacionado a uma Copa do Mundo na Argentina com as ações de terrorismo de Estado do governo ditatorial (MOVIMENTO, n.155, 19/06/1978, p.16)